DESAFIANDO O
RIO-MAR
Epopeia Acreana
Tomo I
HIRAM REIS E SILVA

O Dr. pranteado poeta Francisco Mangabeira escreveu, desde o acampamento dos Expedicionários do Acre, em Capatará a seguinte Carta:

Sejam estas linhas humildes consagradas à memória dos que morreram com honra e, por modestos, ficam ingratamente esquecidos – às vezes, sem uma lágrima ou flor sobre a sepultura – à semelhança das folhas levadas para longe pelo vento, e depois confundidas no pó da estrada sob os pés inclementes do viajante que passa, pisa sobre elas, sem as ver, nem procurar depois arrancá-las da bota.

(O Paiz, 27.03.1904)

Prefácio

Por Ten Cel João Batista Carneiro Borges

Cel HIRAM REIS E SILVA, bem mais do que um excelente historiador e escritor, pois afora as pesquisas minuciosas, durante meses, em livros, jornais e documentos diversos, ele busca a História "*in loquo*", dessa maneira faz o resgate de magníficos vultos nacionais praticamente esquecidos, consegue detalhar as suas qualidades pessoais, indo além do herói, radiografando a pessoa e aproximando-o de seus leitores.

O autor possui mais de trinta obras escritas, em sua maioria sobre expedições amazônicas e, nesse contexto, seu primeiro livro, "*Desafiando o Rio-Mar, descendo o Solimões*", foi lançado em dois mil e dez, com direito a uma concorridíssima sessão de autógrafos na Feira do Livro de Porto Alegre.

Para cada volume tornar-se realidade é necessário um planejamento com o mais absoluto esmero, dedicação, levantamento de detalhes e uma logística quase perfeita, pois ao longo das jornadas, o que seriam simples minúcias, por dezenas de vezes tornaram-se vitais para o cumprimento dos objetivos e até mesmo para salvaguardar a integridade física dele e dos seus companheiros de expedição.

O seu preparo físico merece ser destacado e enaltecido ao lado da capacitação técnica como remador e da psicológica, fundamentais para fazer frente aos obstáculos, perigos, desconfortos e aos inevitáveis imprevistos.

Esse canoeiro fez ecoar o grito de Brasil de Norte a Sul do nosso país para aqueles que têm ouvidos e mentes abertas e um coração patriótico.

Seu pequeno caiaque traçou novos rumos, conquistou populações esquecidas, redesenhou novas curvas de rios e descobriu aldeias, corrigindo levantamentos cartográficos. Teve que rever e refazer muitas vezes a planificação, pois nem sempre os apoios acordados foram cumpridos, mas sempre contou com amigos fiéis em todas as suas longas e causticantes jornadas.

Ele, através de seus relatos de viagem, vem refazendo o percurso de heróis e vultos insignes de um passado histórico, sempre conectado às comunidades ribeirinhas, aos indígenas e aos militares.

Em seu caiaque muitas pessoas navegaram, nas águas pelas quais singrou, milhares de olhos o acompanharam, nas margens que deixou para trás, em cada parada ribeira, nos povoados, nos vilarejos e nas pequenas cidades os seus leitores uniram-se às populações locais, tamanho é o realismo de seus livros.

Os seus apoiadores são sempre lembrados através de fotos e de agradecimentos formais no capítulo destinado a isso, ou mesmo dedicando muitas linhas no corpo do livro. Assim é o Coronel, um brasileiro que diz muito obrigado, que demonstra seus sentimentos de gratidão, apanágio de pessoas com refinada educação e nobreza de sentimentos.

Por mais que releia os relatos, por mais que me perca nas páginas de seus livros e artigos, escritos com requintes de detalhes e de pura emoção, nunca terei a noção exata e sequer aproximada da sua coragem e bravura.

Nesta nova obra vamos navegar por mais de setecentas e cinquenta páginas, apreciando as paisagens da Amazônia, indo aos bastidores da Revolução

Acreana, conhecendo características de personagens que, muitas vezes, a nossa História destinou poucos parágrafos, em vez de capítulos volumosos, como fazem por merecer, passaremos os olhos pelo Velho Continente, pelos Estados Unidos da América, além das Américas Central e do Sul.

O autor recorre a artigos jornalísticos da época, nacionais e estrangeiros, buscando a maior veracidade possível à narrativa, também ilustra com mapas e fotos esta obra que é um verdadeiro resgate a vultos nacionais e estrangeiros de importância fundamental para que o Acre seja um estado do Brasil, dentre esses o Dr. Luiz Galvez Arias, advogado espanhol, poliglota e diplomata; o poeta e médico baiano Francisco Mangabeira, autor de seu belíssimo hino, além de Plácido de Castro, evidentemente.

Apesar de ser um reconhecido herói brasileiro, eternizado no Panteão da Pátria desde o ano de 2004, o Cel Plácido de Castro, ganha nesta obra uma homenagem sem precedentes, pois além dos feitos que notabilizaram esse gaúcho de São Gabriel, como dono de uma bravura ímpar, conhecimento e experiência militar invejáveis, é revelado o seu lado pessoal, com particularidades pouco ou nada conhecidas nos livros de história, descortinando a face do homem e do cidadão.

Vamos nos deparar com dezenas de poesias que adornam a obra e que, ora pela leveza que trazem às páginas, ora por intensificarem a leitura, provocarão a reflexão do leitor ou instigarão ainda mais a sua curiosidade.

Nessa nova descida pelas águas de outro rio amazônico, o Coronel Hiram traz luzes aos cidadãos acreanos, nascidos nos mais diversos recantos do

Brasil, principalmente nos estados da Região Nordeste, os patriotas que trocaram a extração do látex pelas armas, na defesa do seu solo, reivindicado pela Bolívia e desejado pela cobiça de grandes empresários norte-americanos, com o apoio e real interesse daquele país em hastear a bandeira da sua nação na América do Sul.

Vamos entrar nos meandros do porquê a voz dos brasileiros no Acre, clamando por socorro, demorou a ser ouvida pela Pátria, alguns gritos ecoavam, mas pareciam inaudíveis ao coração na República, até mesmo pelas dúvidas em relação aos limites da fronteira Brasil Bolívia.

Veremos a importância da diplomacia brasileira e o seu exitoso e profícuo trabalho, conduzido por Rio Branco e Assis Brasil, na complicadíssima e intrincada questão dos limites entre Brasil e Bolívia, culminando com o Tratado de Petrópolis, que estabeleceu relações amistosas entre os países, definiu a fronteira e ainda evitou um conflito bélico entre as partes.

Finalmente, o Cel HIRAM nos levará às águas do Rio Acre, desde o Peru até o estado do Amazonas, cruzando pelo estado de mesmo nome do curso fluvial, por mais de 800 quilômetros.

Seremos apresentados às cidades que se debruçam sobre o rio, conheceremos dados históricos, geográficos, costumes, peculiaridades, alguns moradores ilustres, simples trabalhadores e um pouco de seus hábitos.

Essa navegação por mais de uma centena de páginas dentro do Argo, o caiaque remado a braço firme, será de uma beleza ímpar e poderemos sentir o pulsar do desbravador em cada parágrafo, o seu

contato com os habitantes locais, suas homenagens a destacados filhos daquela terra e de outras, cuja importância para a história do estado do Acre foi fundamental.

A riqueza dos depoimentos colhidos nas entrevistas, durante essa travessia, além da escolha muito bem feita dos entrevistados, devido ao conhecimento específico e representatividade, é também fruto de suas qualidades de comunicador e a sua capacidade em deixar seus interlocutores à vontade, devido ao seu cavalheirismo, hospitalidade e inteligência interpessoal.

Ao chegarmos ao final do livro teremos um grande prazer pela certeza da aquisição de novos conhecimentos sobre a história do Acre, escritos de maneira didática e pormenorizada, com o respaldo de centenas de fontes de consulta, além do inigualável trabalho de campo do autor, porém haverá uma sensação de tristeza e vazio, pois ao longo dos capítulos fomos fazendo amigos, descobrindo heróis, torcendo pelo povo acreano e pelo sucesso do Brasil, mas a leitura foi concluída.

Cabe-nos a releitura desta e de outras obras do Cel Hiram e o desejo que, brevemente, ele venha a brindar o seu público com outro livro magnífico.

Aguardamos ansiosos mais um brado de "*Missão Cumprida!*".

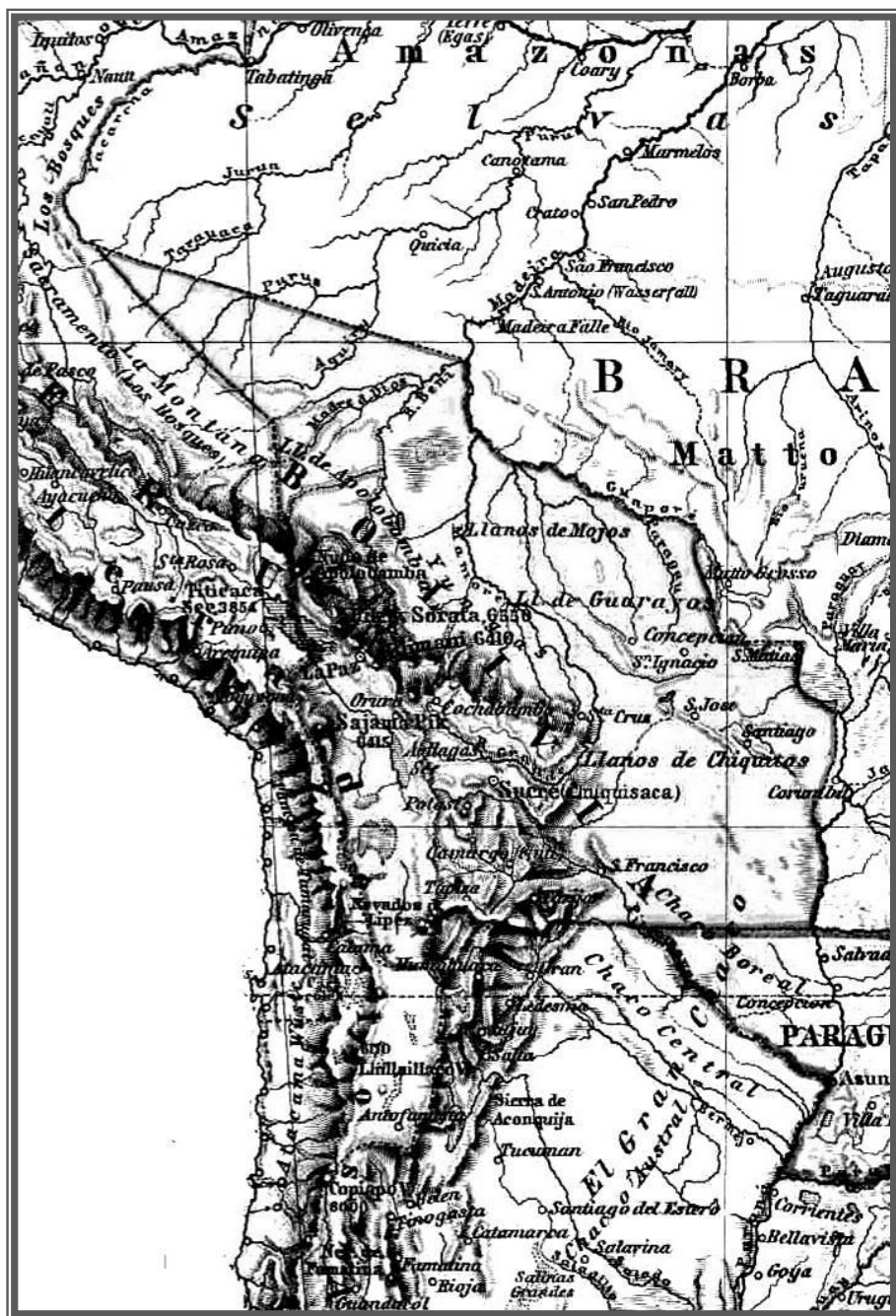



Imagem 01 – Mapa da Bolívia com o território do Acre

Agradecimentos

Aos meus filhos queridos Vanessa, Danielle e João Paulo que, mesmo diante de todas as dificuldades pelas quais estamos passando com o problema de saúde de minha esposa inválida e consequentes dificuldades financeiras, sempre me apoiaram e incentivaram;

Ao meus irmãos, Luiz Carlos Reis e Silva e Carlos Henrique Reis e Silva, amigos de todas as horas, o apoio irrestrito e oportuno à minha família;

Ao General de Brigada Paulo Roberto Viana Rabelo, Comandante do 2° Grupamento de Engenharia, Manaus, AM, meu amigo de longa data e de outras eras que coordenou o transporte do caiaque "*Argo I*" desde o 8° Batalhão de Engenharia de Construção (8° BEC – Santarém, PA) até o 7° Batalhão de Engenharia de Construção (7° BEC – Rio Branco, AC).

Ao Comandante do 7° BEC Cel Eng Luís Henrique Santos Franco que além de nos alojar e apoiar em sua Organização Militar, designou o Major Eng Luciano Flávio Almeida de Lima e a Sargento Andréia Pontes de Oliveira, da Comunicação Social, como nossos elementos de ligação e providenciou nosso transporte até Assis Brasil, AC, onde iniciamos a missão e nos resgatou na Boca do Acre, AM, ao término dela.

Ao Ten Felipe Elias Cesse Silva, Comandante do 2° Pelotão Especial de Fronteira, Assis Brasil, AC, que tão gentilmente nos acolheu e apoiou mesmo sem ter sido informado à respeito de nossa jornada pelo seu Comandante de Batalhão (4° BIS) ao qual está subordinado.

Ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Acre e, em especial, aos Coronéis QOBM Flávio Ferreira Pires e Roney Cunha da Conceição e aos 1° Ten BM Maricélio Saturnino Souza e Ten BM Marcelo Melo de Andrade, nossos solidários "*anjos da guarda*", que nos orientaram e apoiaram durante toda a Expedição.

À Marinha do Brasil, em especial ao Capitão-Tenente (AA) Gerson Garcia de Carvalho, Comandante da Agência Fluvial de Boca do Acre.

Ao Prefeito de Porto Acre, AC, Prefeito Benedito Cavalcante Damasceno e sua Chefe de Gabinete Srtª Leidiany Honório Rodrigues e ao Prefeito de Boca do Acre, AM, Prefeito José Maria Silva da Cruz e seu fiel escudeiro Antônio Jony da Costa Noronha pelo apoio incondicional.

Ao querido amigo e Ir∴ Coronel Leonardo Roberto Carvalho de Araújo, esteio fundamental na divulgação do Projeto e conselheiro, criterioso, nas minhas entrevistas e artigos;

Ao meu caro amigo, irmão e mestre Cristian Mairesse Cavalheiro meu primeiro e mais fiel colaborador que continua irrestritamente apoiando nossas jornadas;

E a todos os que, de uma forma ou de outra me apoiaram antes, durante ou mesmo depois da execução do empreendimento. Estejam certos de que vossa contribuição foi um patriótico investimento.

Sumário

Índice de Imagens

Índice de Poesias

Homenagem Especial

Um Hino de Bravos
(Francisco C. Mangabeira)

Fulge um astro na
nossa bandeira,
Que foi tinto com
sangue de heróis
Adoremos na estrela altaneira
O mais belo e o
melhor dos faróis

Que o bairrismo extremamente exacerbado de meus conterrâneos gaúchos me perdoe, mas o mais belo Hino dos Estados brasileiros é sem dúvida o Hino do Acre – um canto de titãs, um hino vibrante e viril regido pela honra e pela glória e salpicado por notas de coragem e desassombro.

Quem, como eu, já teve a oportunidade de ouvi-lo e senti-lo nas plagas acreanas há de concordar plenamente com o que digo. O Hino foi composto, no dia 05.10.1903, na localidade de Capatará, situado acima do Igarapé Distração, zona rural do Município de Capixaba, AC, em um acampamento onde Plácido de Castro estabelecera o Quartel-General do seu exército, pelo Médico e Poeta baiano Dr. Francisco Cavalcante Mangabeira que prestava atendimento à tropa.

A música, por sua vez, foi criada pelo maestro amazonense Mozart Donizeti que conhecia perfeitamente a realidade e historicidade da região, pois residira nas cidades de Tarauacá e Cruzeiro do Sul.

Hino do Acre

(Dr. Francisco Cavalcante Mangabeira e Mozart Donizeti)

I

Que este Sol a brilhar soberano
Sobre as matas que o veem com amor
Encha o peito de cada acreano
De nobreza, constância e valor...
Invencíveis e grandes na guerra,
Imitemos o exemplo sem par
Do amplo Rio que briga com a terra,
Vence-a e entra brigando com o Mar.

Estribilho

Fulge um astro na nossa bandeira,
Que foi tinto com sangue de heróis
Adoremos na estrela altaneira
O mais belo e o melhor dos faróis

II

Triunfantes da luta voltando,
Temos n’alma os encantos do céu
E na fronte serena e radiante
O imortal e sagrado troféu,
O Brasil a exultar acompanha
Nossos passos, portanto é subir,
Que da glória a divina montanha
Tem no cimo o arrebol do porvir.

III

Possuímos um bem conquistado
Nobremente de armas na mão
Se o afrontarem, de cada soldado
Surgirá de repente um leão.
Liberdade é o querido tesouro
Que depois de lutar nos seduz
Tal o Rio que rola, o Sol de ouro
Lança um manto sublime de luz.

IV

Vamos ter como prêmio da guerra
Um consolo que as penas desfaz,
Vendo as flores do amor sobre a terra
E no céu o arco-íris da paz.
As esposas e mães carinhosas
A esperar-nos nos lares fiéis
Atapetam a porta de rosas
E, cantando, entretecem lauréis.

V

Mas se audaz estrangeiro algum dia
Nossos brios de novo ofender,
Lutaremos com a mesma energia
Sem recuar, sem cair, sem temer
E ergueremos então destas zonas
Um tal canto vibrante e viril
Que será como a voz do Amazonas
Ecoando por todo o Brasil.

Dr. Francisco Cavalcante Mangabeira

Esta biografia do Dr. Francisco Cavalcante Mangabeira, escrita por um de seus familiares, figura como prefácio de sua obra "*Últimas Poesias (Obra Póstuma)*", editado em Salvador, Bahia, nos idos de 1906, pela Editora "*Oficinas dos dois Mundos*".

Notas Biográficas

Francisco Mangabeira nasceu na capital da Bahia a 08.02.1879. Era filho legítimo do farmacêutico Francisco Cavalcante Mangabeira e de D. Augusta Mangabeira, já falecida. Feito o curso preparatório no Instituto Oficial do Ensino Secundário, matriculou-se em 1894, com quinze anos de cidade, na Escola de Medicina.

Por ocasião da terrível campanha de Canudos, Francisco Mangabeira, que cursava então o 3° ano médico, fez parte da primeira turma de acadêmicos, que ofereceram seus serviços gratuitos ao governo e seguiram para o campo da luta crudelíssima.

Em 1898, publicou o seu primeiro livro de versos – "*Hostiário*" – que o sagrou vate ([1]) inspirado e ilustre cultor das letras. Antes disso, em 1896, o notável escritor Múcio Teixeira ([2]) havia feito pela imprensa na Bahia, como na Capital da República, uma apresentação ruidosa e entusiástica do novo poeta baiano cuja lira vibrava ainda os seus primeiros ensaios.

Em 1900, deu à estampa ([3]) a sua maravilhosa "*Tragédia Épica*", composta de uma série de admiráveis poemetos, que lhe inspirara a guerra que tantas vidas consumira no interior do sertão. Neste mesmo ano, doutorou-se em medicina, aos 18 de dezembro, tendo dissertado, na tese inaugural, sobre "*Impedimentos do Casamento Relativos ao Parentesco*".

A 16.03.1901, partiu para o Maranhão, como médico contratado da Companhia Maranhense, conservando-se neste posto poucos meses, e dirigindo-se depois para o Estado do Amazonas, cujo governo lhe deu importante Comissão nas regiões do Juruá, Javari, Madeira, Negro, Purus, etc., que ele percorreu. Saudades intensas da família e da pátria querida fizeram-no regressar à Bahia, em 24.12.1902, onde permaneceu até 02.04.1903.

---

[1] Vate: poeta.

[2] Múcio Scevola Lopes Teixeira: escritor, jornalista, diplomata e poeta brasileiro. Múcio nasceu em Porto Alegre, no dia 13.09.1857 e faleceu no Rio de Janeiro, 08.08.1926.

[3] Deu à estampa: publicou.

Seguindo de novo para o Amazonas, com destino ao Acre, onde exerceu de modo brilhantíssimo as funções de médico e de correspondente do Diário de Notícias, enviando para este órgão da imprensa uma série de Cartas do Amazonas, grandemente apreciadas pelo público baiano e transcritas em vários outros jornais de diversos Estados da República.

Os serviços que Francisco Mangabeira prestou, espontaneamente ao Exército Brasileiro [tendo encontrado em Manaus o 40° Batalhão de Infantaria, impossibilitado de prosseguir a sua marcha em virtude da falta de médicos militares, ofereceu-se para acompanhá-lo gratuitamente, e, durante alguns meses, se conservou naquele posto, abrindo mão a todas as remunerações a que fazia jus].

Nessa jornada de sacrifícios que o seu gênio patriótico e aventuroso, lhe impôs, nas regiões inóspitas do Acre, conquistaram-lhe os aplausos dos chefes da expedição, manifestados em honrosos ofícios e ordens do dia, publicados pela imprensa.

Desligando-se de seus excepcionais compromissos, como médico gratuito das tropas brasileiras, Francisco Mangabeira travou relações intimas com os chefes revolucionários, merecendo da confiança deles ocupar o cargo de secretário da revolução acreana, posto em que um raro talento, e um raríssimo civismo o fizeram nobilitar o seu e o nome da pátria. (MANGABEIRA, 1906)

Reporta-nos Isaac Melo em um belo artigo intitulado "*Francisco Mangabeira: Um Poeta Baiano na Revolução Acreana*" editado no Site Alma Acreana, no dia 28.02.2011.

Hino acreano

[...] Plácido de Castro organizava seu exército em pontos estratégicos do Acre Meridional, pronto para nova luta conforme o resultado das confabulações diplomáticas entre os dois países.

No Seringal Capatará estava assentado o Quartel-General de Plácido. Ao fundo do barracão erguiam-se as barracas de lona, a alojar os soldados. Numa delas está Francisco Mangabeira. Desde que cessara os combates aí passara a atender os feridos da guerra e à população ribeirinha que o procurava. É nesse ambiente, impressionado pela natureza, pelo ideal de liberdade, pelos combates e pelo sentimento da terra que o jovem poeta comporá, em 05.10.1903, o magnífico poema que se tornará o Hino Acreano.

Aproximava-se o término do "*modus vivendi*". O poeta encontrava-se, com a tropa, acampado em Boa Fé. Estavam irrequietos e decididos: ou o Acre seria do Brasil, ou recomeçaria a luta. A tropa, a 21 de outubro, fora reunida diante do mastro do qual pendia a bandeira acreana.

Conta, em carta, Francisco Mangabeira:

> A meio dia, pouco mais ou menos, reunida a oficialidade, resolve-se mandar imediatamente cem homens para o Gavião. Antes disso, porém, com uma cerimônia tocante, foi lido o Hino do Acre.

Pela voz do próprio poeta pela primeira vez o Hino Acreano percorria as matas e o coração daqueles caboclos titânicos, num misto de alegria e esperança. (MELO)

MANGABEIRA, 1906: Em princípios de Novembro, Mangabeira veio a enfermar, acometido por moléstias de pele. Achava-se ele, por este tempo, em Capatará. Quando se levantou do leito onde permaneceu longos dias, o seu semblante pálido e esquelético já refletia a pobreza de um organismo exausto. Aconselharam-no a regressar para Manaus. Ele, porém, não quis. Sentia-se forte e plenamente capaz de percorrer a rota planejada, indo ter aos extremos das águas do Xapuri. E fez-se de viagem para cima. Pouco adiante, o impaludismo o assaltava. O corpo depauperado não pode resistir a novo embate. Desde então, ele começou a definhar. Um dia, um seu amigo, de passagem naquela terra mefítica ([4]), encontrou-o doente no abandono. Ofereceu-se para levá-lo a Manaus. Ele aceitou. A 31.12.1903 partiu do lugarejo.

A 10.01.1904, chegava à Capital do Amazonas, depois de uma viagem penosíssima, em que passara dez dias a bordo de um calhambeque, em condições de higiene e de conforto, suficiente para levarem ao leito os próprios vigorosos e sadios. Chegou à noite em Manaus. No outro dia, pela manhã, corria toda a Cidade e a imprensa assinalava com palavras de piedade e carinho, a notícia de sua volta do Acre em perigoso estado de saúde, que ainda se agravara na travessia daqueles Rios infectos, fermentados pela morte.

Hospedou-se num hotel. Os primeiros amigos que o foram visitar demoraram estupefatos diante de sua fisionomia, onde boiava a imagem de um crepúsculo nascente. Em todo o caso, seus lábios só tinham palavras de alegria e afeto, de saudações e lembranças.

---

[4] Mefítica: pestilenta.

Sentia-se forte, aquele mal era insignificante, havia de passar como outros que se foram... No dia imediato, um seu grande amigo e colega, Dr. Vivaldo Lima, foi buscá-lo do hotel para a casa de sua família. Ali, recebeu ele as homenagens do afeto, que conquistara no seio da sociedade amazonense, onde estivera longos meses e em cuja imprensa colaborara de contínuo. Foi logo planejada uma conferência, na qual tomaria parte grande número de clínicos. O diagnóstico acusou polineurite palustre, que encontrando um organismo exausto, o dominara de todo. Urgia o tratamento, que, infelizmente, parecia inútil... Mangabeira, no entanto, julgava-se ainda forte. Era seu grande desejo partir para a Bahia, onde, no conchego do lar, havia de tratar-se. Todos os dias, a toda hora, a todo instante, quem quer que se lhe abeirasse do leito, havia de receber-lhe dos lábios palavras comovedoras, que eram pedidos de informação sobre os vapores que iam seguir para o Sul, sobre o motivo porque o não tinham embarcado – a ele, que tinha tanta certeza de que ia ficar bem no seio de sua família, aos ares de sua terra... Enfim, como falhassem todos os recursos, deliberaram embarcá-lo para a Bahia, satisfazer a ilusão, que tanto o acalentava.

A **22** de janeiro (1904), partiu de Manaus o paquete S. Salvador. Anunciaram-lhe a viagem. Ele rejubilou-se, começou a fazer as despedidas, oferecendo seus préstimos, prontificando-se a conduzir objetos e correspondências. No dia aprazado, logo pela manhã, compareceu o comandante da polícia, seu particular amigo, acompanhado por polícias, trazendo uma grande maca para conduzi-lo até a bordo. Esse transporte foi concorridíssimo. Médicos, bacharéis, engenheiros, farmacêuticos, jornalistas e poetas; grande número de colegas, patrícios, amigos e admiradores do inditoso poeta enfermo acompanharam-no tristemente até o seu beliche.

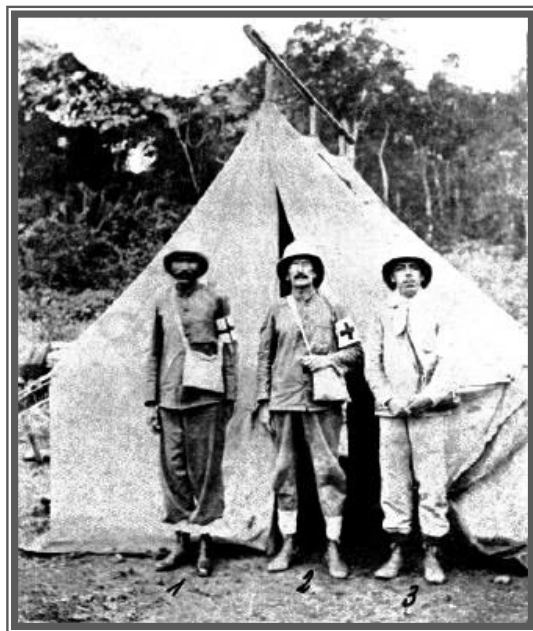



Imagem 02 – Dr. Francisco C. Mangabeira (3)

O Comandante do Distrito, que lhe conhecia de perto os inolvidáveis serviços prestados às forças militares nos acampamentos do Acre, foi até lá cumprimentá-lo. As despedidas foram feitas entre lágrimas, que se contrastavam com os seus sorrisos de saudações, de oferecimentos e agrados.

Do Amazonas para o Pará, foi piorando pouco a pouco, malgrado a atividade do profissional de bordo, Dr. Álvaro Rego, e do cuidadoso enfermeiro, Eugênio de Barros, especialmente contratado para servi-lo durante a travessia.

Conservava a razão, por isso que correspondia aos passageiros que iam visitá-lo. De quando em vez, no entanto, apresentava indícios de uma grande fraqueza cerebral. Quando alguém o chamava doutor – ele respondia:

– Eu não sou doutor. Eu sou poeta.

Uma feita, indo umas crianças visitarem-no ao camarote, encontraram-no de pé, ficaram estupefatos e foram chamar o enfermeiro que, chegando, lhe perguntou para onde ia, recebendo, então, a resposta seguinte:

– Para o Acre.

Num dos acessos nervosos que teve, lançou mão do anel, colocou-o entre os dentes e separou a garra do aro, machucando-o. À primeira pessoa que apareceu ao camarote disse então:

– Olhe. Não sou doutor. Até o anel me roubaram. Eu sou poeta.

E, de fato, não tinha no dedo o anel, sendo este depois encontrado em sua própria boca.

Perguntava de instante a instante em que lugar se achava, si longe ou perto da Bahia. Sempre lhe diziam que perto, o que o fazia sorrir, alegre e satisfeito. Quando a morte estava próxima, ele conheceu-a.

No dia **27**, amanheceu pensando na aproximação do desastre, a lembrança de pai e irmãos começou a afligi-lo, dizia que, em casa, as suas irmãs estariam rezando para que ele chegasse bom. E já ia alto o dia, quando, fortalecendo-se a visão da morte, ele exclama:

– Como é que morre um poeta com vinte e cinco anos!

Recebeu ainda algumas visitas. Quando a última delas se retirou do beliche, ele agarrou-se a um ferro do leito e soluçou:

– Morro sem abraçar meu pai!

> Minutos decorridos, o enfermeiro percebeu-lhe nos olhos os primeiros sinais da morte. Chamou o médico. Este veio, mandando logo deitar-lhe a vela na mão. E, assim, às 2 horas da tarde de **27** de janeiro de 1904, na altura de Gapuri, entre Belém e São Luís, a 18 horas deste último porto, ele morreu, no beliche n° 106 do camarote número 40 do paquete nacional São Salvador.
>
> Dadas as participações, vestiram o cadáver com uma roupa parda e levaram-no para o xadrez de ré onde permaneceu até as 15h15, coberto pela Bandeira Nacional.
>
> O seu enterramento foi feito no cemitério de S. Luís do Maranhão. Foram extraordinárias as sagrações com que, em todo o país, se assinalou o trespasse do poeta.
>
> Na Capital Maranhense, o povo soube prestar-lhe grandes homenagens. Abriu-se logo na imprensa uma subscrição para ser erigido sobre seu túmulo um rico mausoléu. Como, porém, a família do extinto tencionasse transportar-lhe os restos para o Cemitério do Campo Santo, na Bahia, ficou sobre a sua sepultura, em vez de mausoléu, uma grande pedra mármore, onde, além das insígnias de médico e poeta, o nome de Francisco Mangabeira se destaca, em grandes letras doiradas, reverenciado, na morte, pela – "*Homenagem do Povo Maranhense*". (MANGABEIRA, 1906)

Cartas do Amazonas

Vejamos três de algumas das cartas mencionadas no texto anterior, publicadas no Diário de Notícias, da Bahia e reproduzidas no Diário de Pernambuco, n° 144, no Jornal Pequeno, n° 213 e no O Paiz, n° 7.110:

Diário de Pernambuco, n° 144 – Recife, PE

Quarta-feira, 01.07.1903

O Acre

Das Cartas do Amazonas, inscritas pelo médico e poeta Dr. Francisco Mangabeira para o Diário de Notícias, da Bahia, extraímos os seguintes períodos:

"Mas o que é certo é que seguem novas forças para o Acre, onde as febres fazem baixar uma média de 50 soldados por dia.

Até pouco antes, havia a facilidade do transporte devido às águas, que hoje já impossibilitam a ida dos vapores até lá.

Se até ontem a viagem era má, morrendo muitos enfermos – durante ela, na volta, de hoje em diante será péssima.

Os vapores conduzindo tropa irão até Cachoeira, uns 2 dias de viagem boa antes de Puerto Alonso, e uns 5 antes de "*Volta da Empresa*".

De Cachoeira [que fica a uns 10 dias de Manaus] até a sede das operações, o transporte será feito em lanchas e batelões, o que é penosíssimo. Imaginem 400 homens atulhados em um vaporzinho em que viajam 10 dias. Depois disto o vaporzinho, que é dos melhores da flotilha mercante do Amazonas, para. Os soldados mudam-se então para lanchas onde vão misturados, entupindo tudo. Não pode ser de outra maneira a viagem. Agora se se pensar, [o que é muito frequente neste tempo], que o navio ou o

lanchão, mesmo sem ser por imperícia do prático, pode encalhar, e as forças ficarem muitos dias à espera de que passe outra embarcação para tirar aquele em que vão, do buraco onde a vazante o encrava cada vez mais, vê-se quanto sacrifício há neste negócio do Acre.

Nem se fale em abrimento ([5]) de estradas, pois o terreno alagadiço não se oferece para este trabalho. A isto acrescente-se a impressão dos soldados vendo os companheiros que voltam.

Mesmo os que ainda não saíram de Manaus, como os do 40°, tem pago um tributo, à febre. Todo dia baixa um número relativamente grande de enfermos. Ontem fui ao Quartel do 40° com meu amigo Dr. Vivaldo Lima, também baiano, que se ofereceu ao Coronel Valadares para auxiliar o serviço médico do exército em Manaus. O Quartel está situado num lugar pantanoso, e quando eu entrei e comecei a assistir à inspeção, fiquei espantado ao ver a quantidade de doentes, cada qual mais amarelo, parecendo desenterrados. Terminada a inspeção, lá foram eles seguindo, escorados às paredes, amparados nos companheiros, arrimados a paus pelas salas, pelos corredores, pelas escadas.

O governo estadual tem feito tudo quanto é possível afim de melhorar a situação dos que seguem para o Acre, mas, apesar de sua boa vontade e dos esforços do Governo Federal, os soldados sofrem, sofrem muito. E este sofrimento irradia-se em todos os corações, porque se sente nele a angústia da Pátria, refletindo-a na angústia de seus filhos. Por isto mesmo é que todos: anseiam pelo fim disto, e, a cada boato de partida de forças, paira uma grande tristeza nos semblantes.

---

[5] Em abrimento: na abertura.

Espera-se a todo momento, a ordem de partir o 40°. Ainda anteontem eu estive a bordo da "*Amazonense*", que o deverá levar até a Cachoeira. O navio está todo pintado de novo, e tem muito carvão a fim da viagem ser a mais rápida possível. Conduz muito gado, mas todos esses cuidados não são coisa alguma para as mil dificuldades da viagem. Embora não haja interrupção no itinerário, talvez não se possa viajar muito durante a noite, devido à vazante. O caminho é longo. São dois dias no Solimões, entrando o vapor no Rio Purus, onde passará, sem tocar, nas Vilas de Canutama e Lábrea, indo até a Cachoeira. Daí em diante talvez a viagem só possa ser feita em lancha, entrando-se no Rio Acre, em cujo começo está a Vila do Antimarí, hoje Floriano Peixoto, seguindo-se Puerto Alonso ou Porto Acre e outros barracões até a Volta da Empresa, que é o Quartel General das Forças em operações. Não se pode marcar ao certo, o tempo que se gastará nisto. Mas o que e lógico é que a demora forçada provocará muitos outros males, mormente se se pensar na impressão que levam os soldados". (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, n° 144)

Jornal Pequeno, n° 213 – Recife, PE

Quarta-feira, 23.09.1903

O Acre

Carta escrita de Pauhury para o "*Diário de Notícias*" da Baía, em seis de julho:

"Fez ontem um mês que desembarcou em Pauhury o 40° Batalhão de Infantaria, e, no entanto, quem contempla hoje a sua soldadesca enferma e sua

oficialidade fatigada, tem a sensação dolorosa de estar vendo uma legião anêmica de derrotados, como se eles, oficiais e soldados, tivessem vindo de uma viagem longuíssima, afrontando todas as intempéries imagináveis e, por fim, parassem, cansados, sem saber para onde se dirigir, pois suas pernas trôpegas embalde lhes amparem o corpo que anseia, emagrecido, dentro da farda querida.

Há um mês que aqui me acho, sem poder seguir, porque a ausência de outro médico me obrigou a permanecer até agora neste lugar, e, a cada dia, vejo recaírem doentes já em via de restabelecimento, para não falar dos que vão piorando e emagrecem, e tornam-se amarelos e vomitam e afundam os olhos e gemem e morrem. Mas ao lado desta grande tristeza há em todos, principalmente nos soldados uma resignação heroica, mesmo evangélica, que comove e punge ao coração mais frio.

Guerreados pela febre, pelo beribéri, pela disenteria, pelos mosquitos, pelo Sol e pelo estômago, sem abrigo, sem dinheiro, e até, pode-se dizer, sem pão, eles ainda riem e cantam. Dir-se-á que de entre o martírio desafiam a natureza pomposa, cheia de matas e de água, que os cerca traidoramente, negando-lhes a todos os aconchegos e perseguindo-os com todas as dores. E, assim, quem passeia pelo acantonamento e o vê ruidoso com ruazinhas e praças cheias de quiosques de palha nas esquinas dos quais, se leem tabuletas com os dísticos – Avenida da Independência, Rua Major Eduardo, Praça Marechal Floriano, e nota, cruzando-se em todas as direções ao peso de armas e cantis, um número inquieto de praças, cujas calças vermelhas parece que foram tintas com o sangue que lhes falta ao rosto, surpreende-se imaginando uma Vila mal assombrada improvisada no mato com toda a população fantasiada de espectros.

E então, com a observação mais nítida, convence-se de que eles já nem mesmo são homens mascarados de caveiras e sim cadáveres, irrisoriamente caracterizados, que fugissem de debaixo da terra, e corressem e, cambaleando e caindo. Já houve quem dissesse ser o soldado brasileiro o mais resignado do Universo. Certifiquei-me ainda uma vez desta verdade. Como que são invencíveis a todo o sofrimento, e a prova é a vida que passam aqui, onde além das suas misérias, assistem de instantes a instantes a de companheiros que descem de viagens penosíssimas, em canoas e lanchas, e vão sendo enterrados pelos barrancos desnudos, sem que ao menos se lhes possa fincar uma cruz piedosa na sepultura humilde, da qual a enchente talvez os desenterre, levando-os pelo Rio abaixo como um troféu pavoroso e errante.

Eles contemplam tudo isto e não tremem.

Pelo contrário, folgam e, por uma santa ironia, fazem do acantonamento uma cidade caricata, com um hebdomadário ([6]) – "*O Pauhury*", é um teatro. Nas noites de Lua – esplêndidas noites – dir-se-á que seus corações se enchem de uma doce ternura, misto de saudade e melancolia. Influência talvez, da paisagem que se torna fantástica, com o Rio rolando em caixões de prata, com as ribanceiras revestidas de armaduras de cristal, com as árvores acesas, desabrochando em arminhos e neves como garças encantadas voando pela ramaria tremula, esta saudade, esta melancolia se lhes exala do peito e dos dedos em cantatas e gemidos de viola. São canções repassadas de ternura, com um sabor de beijos e lágrimas, modinhas referentes à terra natal ou dos olhos da amada desmanchando-se brandamente no ar vaporoso, como um incenso de mistério que, saindo da alma, se fosse perder na mata cheirosa e frondente.

---

[6] Hebdomadário: semanário.

Alguns oficiais metem-se numa canoa e singram o Rio, levando flautas e violas, a cantar e a gemer. E então, parece de longe, que é uma sereia que vai descendo as águas, onde o plenilúnio agita peixes argentinos a espumas impalpáveis, como mãos divinas. Voltam, saltam no acantonamento e, à sua passagem grupos de soldados acocorados levantam-se espantados, enrolando a colcha no chão. Estavam jogando com o luar e a colcha vermelha era o pano verde. No outro dia novos doentes, novas recaídas.

E neste vai e vem correm as semanas, sem que haja uma ordem superior, determinando o destino desta tropa. Anteontem, chegou aqui, vindo da "*Empreza*", o médico de 5ª classe Dr. Manoel Secundino de Sá. Veio servir junto ao Batalhão, que eu vou deixar nestes dias, continuando minha viagem. Mas se por um lado me regozijo com isto; por outro sinto saudades destes oficiais e destes soldados, tão cheios de doença e de alegria, que vieram trazer a esta plaga um cheiro de civilização. Diga-o o povo da vizinhança, que aos sábados acorre para aqui, a fim de assistir ao espetáculo. São comédias e cançonetas escritas pelos próprios soldados, que, organizado o teatro, com pano de boca e cenário, se caracterizam com bigodes e cabeleiras feitos do rabo dos poucos bois mortos para o consumo. E o auditório ri-se, enlevado ([7]), por ver estes homens, que mais parecem diabos, metidos em suas fardas com o rosto de fantasmas.

No sábado passado houve, porém, ura contratempo. O povo da vizinhança já apinhava em frente ao teatro. Eram homens em mangas de camisa e brilhantes ao dedo, mulheres com argolas caras, meninas cheias de berloques e canoeiros descalços e lavadeiras humildes.

---

[7] Enlevado: encantado.

Ia-se cantar, entre outras coisas – a cançoneta – "*Carapanãs e Piuns*", em que se celebrava a crueldade dos mosquitos implacáveis.

A ansiedade crescia. Já se tinha ouvido o toque das 9 horas e nada de teatro. Havia um reboliço no povo que esperava e se impacientava. De repente, levantou-se o pano e um dos atores apareceu dizendo que fora transferido o espetáculo porque o galã estava tremendo, num acesso de febre palustre. E a esta notícia repercutiu uma gargalhada no acantonamento.

Francisco Mangabeira (JP, N° 213)

O Paiz, n° 7.110 – Rio de Janeiro, RJ

Domingo, 27.03.1904

Heróis Acreanos

De um jornal do Norte, transcrevemos a seguinte carta do pranteado poeta Dr. Francisco Mangabeira, escrita de Capatará, acampamento dos expedicionários do Acre:

"Sejam estas linhas humildes consagradas à memória dos que morreram com honra e, por modestos, ficam ingratamente esquecidos – às vezes, sem uma lágrima ou flor sobre a sepultura! – à semelhança das folhas levadas para longe pelo vento, e depois confundidas no pó da estrada sob os pés inclementes do viajante que passa, pisa sobre elas, sem as ver, nem procurar depois arrancá-las da bota.

Assim são os lutadores sem categoria, confundidos num anonimato glorioso, de blusa simples, em que não reluz um galão, marchando duramente com a espingarda ao ombro, até que, acesa a luta, se despacham no meio dela, entre o fumo e as balas, e avançam e pulam e gritam, formando todos juntos numa grande vaga negra, tragicamente rugidora, a que as baionetas dão um brilho de ardentia, onda fantástica e sublime que se quebra de encontro ao inimigo, coroando-se de uma espuma de sangue.

Depois, passado o temporal, canta-se a vitória, os chefes abraçam-se, já sentindo sobre à fronte o peso dos louros, eles – os braços, terríveis da luta – ficam

esquecidos, ou numa sepultura sem epitáfio ou num Batalhão e, mais tarde, apenas umas velhinhas inconsoláveis derramam lágrimas sem conta pela memória dos que ficaram e outras abraçam aos que voltam quando os veem à porta do lar vazio e obscuro, pobres de honra e louros como quando foram, mas com outro olhar e outra fisionomia, a indicar-lhes a satisfação íntima de quem cumpriu plenamente um dever sagrado.

Num momento como este, eu queria que minha pena fosse como a lâmpada maravilhosa do príncipe asiático, e pudesse despertá-los, um a um, de dentro das covas escuras e trazê-los para fora como eles estivessem, esfarrapados, com a cabeça furada, um olho arrebentado, a língua misturada com pedaços de dentes e sobre toda esta miséria dorida e trágica o fumo e a poeira da batalha que os vitimou, pois não sei de outra auréola mais digna de heróis. Queria ressuscitá-los na sua humildade e na sua grandeza, para que todos os vissem e chorassem quando o Sol lhes batesse em cheio nas faces cavadas, mas ainda com umas linhas nobres e enérgicas de altivez e heroicidade.

Depois que entrassem novamente nos seus sepulcros úmidos sem ter outro agasalho a não ser a blusa rota empastada de sangue, e ficassem dormindo tranquilamente por todos os séculos, pois, de instante, iriam arrancá-los do repouso a imaginação e o sentimento do povo, à semelhança da viração que vai arrancar os perfumes da mata e se espalha cheirosa sobre a terra e as águas, deixando por onde passa um pouco de aroma e um pouco de vida.

Nesta guerra do Acre apareceram também, por mais de uma vez, gigantes morais de tamanha altura, que, cada um, por si só, tem luz bastante para ofuscar cem homens.

Começo por falar de um que morreu ontem, pacificamente, no meio da estrada. Foi a 21 de outubro, o dia final do "*modus vivendi*", que eu pressenti, nesse homem rude a figura de um herói.

Estávamos em Boa Fé, acampados. Desde a manhã pairava com ansiedade em todos, e cada um fazia mil suposições, sobre o desenlace desta questão, conhecida já pelo Brasil inteiro, menos por nós, a quem ela tão profundamente interessa. Nos soldados havia a mesma inquietação.

Percebia-se em todos o desejo de atravessar os espaços e sair perguntando aos quatro ventos que resolução tivera a pendência entre o Brasil e a Bolívia. Outros já pensavam em marchar para as avançadas, onde estavam os piquetes inimigos.

Ao meio dia, pouco mais ou menos, reunida a oficialidade, resolveu-se mandar imediatamente 100 homens para o "*Gavião*". Antes disso, porém, com uma cerimônia tocante, foi lido o hino do Acre.

Nesta ocasião eu vi, entre muitos que tinham os olhos molhados, um mulato, muito amarelo, que se erguia frenético, metendo os dedos na cabeça, gesticulando. Dir-se-ia que era continuamente agitado, da cabeça aos pés, por uma pilha elétrica.

Olhei-o bem. Era Jerônimo, um rapaz muito doente, que baixara, desde muitos dias, à enfermaria. Tinha-se levantado e, assim pálido e magro, arregalando os olhos cheios de luz, empinando o tronco, Jerônimo estava belo. Lembrava, no seu definhamento e na sua energia um desenterrado que ressuscitasse com uma vida diferente, toda subjetiva. Dirigi-me a ele que, avançando para mim, pedia alta, jurando estar bom e, para provar-me, mostrou-me os braços finos, por onde quase que atravessava a luz.

De outros muitos eu poderia falar, mas morreram na guerra e, nestes momentos, o tempo é pouco para celebrar-se a vitória ou remediar a derrota. Contudo, não deixo olvidado o nome de um negro, que foi ferido em Porto Rico e, pouco depois, morreu. Chamava-se Pio Nasário. De tão preto chegava a reluzir este valente. Parecia todo talhado em ônix ([8]), pois nada se distinguia nele, a não ser a pérola dos dentes, o claro dos olhos e o vermelho dos lábios grossos e caídos, como se alguém tivesse num estojo negro pendurado uma joia disforme, modelada em coral.

Jamais se abaixara em meio às balas e sempre, no pior da luta, avançava cego e doido, como um gênio negro, a quem as balas temiam. Em Santa Rosa – a batalha perigava para os acreanos, pois o inimigo, entrincheirado em barracões, resistia com vantagem, Pio Nasário, confundindo-se com a noite, chegou lá e botou fogo – ele sozinho! – às trincheiras bolivianas.

Isto decidiu a vitória para os acreanos. Em todos os outros combates: sempre se distinguiu imensamente, expondo-se com grande imprudência, até que, em Porto Rico, um dia, tendo voltado de uma excursão, pôs-se em pé na trincheira e gritou para o inimigo:

–Eu já cheguei!

Nisto uma bala feri-o no fígado, e ele morreu diante dos companheiros, que o olhavam deslumbrados. Em Porto Acre, num combate de 9 dias, que terminou com a tomada da hoje cidade deste nome, morreram também heroicamente o Brigada José Faustino e o Sargento Barros.

---

[8] Ônix: variedade semipreciosa de quartzo calcedônia, listrada de preto e branco.

Queria fazer parte do piquete que ia seguir e todos os meus argumentos e ordens se desfizeram diante da vontade daquele obstinado, que se não rendia à arguição, e pedia, e implorava, e argumentava, falando a mim, aos companheiros, aos oficiais, até que partiu. Partiu... e não voltou ou, por outra, voltou ontem, morto.

Quando chegou o cadáver, levantei o pano e vi, dentro da rede, seu rosto. Estava sério, mas inspirado. Dir-se-ia que nele se desenhava uma ideia muito alta e muito nobre, clareando-o, tornando-o mais imponente na majestade fria da morte.

O primeiro ia repetir o que tinha feito no combate da "*Volta da Empreza*"; fincar a bandeira acreana junto do inimigo, quando uma bala o matou.

Os que o acompanharam com o olhar deste lance extraordinário viram-no avançar com a Bandeira na mão, alvejado por mil tiros, até que caiu, com o peito furado e o Pavilhão Acreano entre os braços.

O Sargento Barros tinha tocado fogo em duas casas bolivianas, quando, ao fazê-lo na terceira, caiu e morreu queimado, entre a apoteose das chamas que, subindo, parecia levarem para o céu, transformada num fogo sagrado, a alma do herói".

A carta continua em outros números do jornal que ainda não vieram. (O PAIZ, N° 7.110)

Esta verdadeira ode aos heróis acreanos desconhecidos me fez engarupar na memória e rememorar uma canção de Francisco Alves, retratando as tropas de peões-soldados sempre dispostos a defender o nosso rincão, que se destacou, em 1981, na "*XI Califórnia da Canção Nativa*" chamada "*Sabe Moço*":

Sabe Moço
(Francisco Alves)

Sabe moço que no meio do alvoroço
Tive um lenço no pescoço que foi bandeira pra mim
E andei mil peleias em lutas brutas e feias
Desde o começo até o fim.

Sabe moço depois das revoluções
Vi esbanjarem brasões pra caudilhos coronéis
Vi cintilarem anéis assinatura em papéis
Honrarias para heróis.

É duro moço olhar agora pra história
E ver páginas de glórias e retratos de imortais
Sabe moço fui guerreiro como tantos
Que andaram nos quatro cantos.

Sempre seguindo um clarim
E o que restou, ah sim
No peito em vez de medalhas
Cicatrizes de batalhas.

Foi o que sobrou pra mim
Ah sim
No peito em vez de medalhas
Cicatrizes de batalhas
Foi o que sobrou pra mim.

O Paiz, n° 7.071 – Rio de Janeiro, RJ

Domingo, 17.02.1904

Francisco Mangabeira

Este poeta, que acaba de morrer aos vinte e cinco anos de idade, deixou cinco livros admiráveis; "Flâmulas", poesias os poemas "Hostiário", "Tragédia Épica" e "Santa Thereza", além do volume de seus últimos versos. Era ainda estudante de medicina, quando partiu para Canudos e, logo depois de formado, seguiu para o Acre, de onde regressava enfermo, morrendo durante a viagem, no alto-mar, na mesma altura onde expirou Gonçalves Dias.

M. Teixeira

E então o pensamento; hoje sombrio,
Dos que te amavam com maior ternura,
Pousará, como um pássaro erradio,
Sobre o jardim de tua sepultura.

F. Mangabeira

O insigne poeta do "*Hostiário*",
Que desfraldara as "*Flâmulas*" da rima,
Nos mastros de um navio solitário;

E abriu velas de seda em duro clima,
Mais generoso e belo que os piratas
E audaz como os califas de Fátima;

Ao tumultuar das multidões ingratas
Preferia as ameaças do oceano
E a escura solidão das nossas matas.

Era assim que o seu estro soberano
Procurava a fantástica beleza,
Que o seduzia num delírio insano...

E apareceu-lhe, então, "*Santa Thereza*",
Vencida, nos seus êxtases sagrados,
Pelo rigor das leis da Natureza.

Seguiu pelo recôncavo os soldados
Que foram dar combate ao fanatismo,
Numa guerra infernal de alucinados....
Viu de perto as loucuras do heroísmo,

Aos sinistros listões dessa fornalha
Que transformou Canudos num abismo!

E ele, deixando o campo da batalha,
Tinha n'alma a tristeza do vidente
Que em plena juventude se amortalha...

Morrer moço – é ficar eternamente
Na mocidade, aos olhos dos vindouros,
Alumiando do tempo a ação potente.

E quando a fronte juvenil tem louros,
Bela se ostenta em todas as idades,
Como o escrínio de incógnitos tesouros!

É trocar esperanças por saudades...
E na tela de um sonho emoldurado
Aureolar-se de vivas claridades! ...

Não quero mais amar, nem ser amado:
Parece-me que a Morte anda em procura
Daqueles que me inspiram mais cuidado!

Tenho visto cair na sepultura
Os que mais eu guardava na minh'alma,
Os que mais me sorriam de ternura! ...

Este... sonhou colher da glória a palma,
E dentro do seu Sonho de Poeta
Passou por nós, num ímpeto, sem calma.

Zuniu da morte a sibilante seta,
Ferindo a ave que melhor cantava,
E que longe do ninho errava inquieta.

Era tão cedo ainda... despontava
Apenas no horizonte dessa vida
O doirado porvir, que o deslumbrava!
E de tamanho anseio, em tanta lida,

Só nos resta a visão da mocidade
Na solidão funérea da jazida

Aspirações de amor e liberdade
Povoavam-lhe a mente, pois o seio
Ele tinha repleto do bondade.

Como era justo e bom! Ao mundo veio
Mostrar os dons do céu; e ao ver o mundo,
De nele se manchar teve receio.

Entornou-se-lhe n'alma o mais profundo
Tédio da vida, essa fatal doença
Que lhe emprestava um ar de moribundo.

Seu nostálgico olhar na esfera imensa
Procurava encontrar o que não via
Do planisfério na penumbra densa.

Era o romeiro ideal da Poesia,
Parando sempre ao pé dos que choravam,
Longe sempre da turba que sorria.

Nessa idade em que os outros mergulhavam
No oceano das paixões, de lá trazendo
Pérolas e corais, que ao Sol brilhavam,

Ele, escutando o ribombar tremendo
Da boca acesa dos canhões da guerra,
Foi na "*Trincheira Negra*" aparecendo...

Do renhido da luta não se aterra:
E só se curva – para erguer nos braços
O ferido que vê rolar por terra! ...

Respeitavam-lhe a calma os estilhaços
Das granadas e bombas explosivas,
Que estavam sempre a embaraçar-lhe os passos!
Quando rompiam do triunfo os "*vivas*",

Dos vencidos lembrando a triste história,
Metia-se nas selvas primitivas.

Vendo em sangue de irmãos tinta a vitória,
Deixava os vencedores, e sombrio
Ficava a meditar na luta inglória...

Desafiou mais tarde o clima ímpio
Das regiões aspérrimas do Norte
Dilatadas na hipérbole de um Rio.

Ousara o fraco provocar o forte:
Partiu... [partiu-me a alma essa partida!]
E foi sorrindo procurar a morte...

A Natureza, então, surpreendida
Por tanta audácia e tanta indiferença,
Invejando talvez tão bela vida,

Sugou-a, pela febre... e na doença
Foi-lhe roubando as forças, que hoje espalha
Pelos rebentos da floresta imensa!

Quando o tufão nas árvores farfalha,
Seu estro canta, numa lira estranha,
Como um clarim num campo do batalha.

O fluído universal nele se entranha;
E ora desce, a rugir, na "*pororoca*"
Ora se eleva ao topo da montanha!

A eterna lei do transformismo troca
Um ser por muitos seres, perpetuados
Numa lembrança, que a saudade evoca.

Como as virgens, que em bailes e noivados
Querem ficar dançando a noite inteira,
E voltam cedo aos lares apagados,
Quem sabe se aquela alma forasteira

Não queria ficar mais alguns dias
Presa ao calor da paternal lareira?

Por que partiste assim, quando sabias
Que esse orgulho e prazer que nos causavas
Em lágrimas e dor transformarias?!

Se eras por nós amado, e nos amavas,
A mim e aos teus, que aos teus me junto agora,
Como a eles outrora me juntavas;

E assim choramos por quem já não chora...
Meu Deus! Esta existência é só de enganos:
As rosas vivem pouco mais que a aurora...

E o cipreste feral ([9]) dura cem anos!

Rio, 08 de fevereiro de 1904

Múcio Teixeira (O PAIZ, N° 7.071)

Imagem 03 – Espíritos da Tempestade (E. de Morgan, 1900)

[9] Feral: fúnebre, lúgubre.

Os Annaes, n° 98 – Rio de Janeiro, RJ

Quinta-feira, 13.09.1906

A Livraria

"*Últimas Poesias*", por Francisco Mangabeira
Oficina dos dois Mundos – Bahia, 1906.

Já é uma obra póstuma esta representada pelo volume que ora se publica; é a primeira na série recolhida entre os papeis que se encontraram pertencentes a Francisco Mangabeira, um poeta de ontem, cuja estreia excepcionalmente brilhante, ainda, de certo, ninguém pode esquecer.

"*Hostiário*", que foi o seu livro inicial, pertence ao número dessas belas promessas periódicas que se sucedem tão regularmente em nossa literatura como se fossem fenômenos astronômicos ou meteorológicos de reprodução cíclica. É coisa, portanto, que já podemos ter por normal, tanto como infelizmente a desilusão que a quase todas essas risonhas promessas melancolicamente, desoladoramente se sucedem.

Não será só entre nós que tal fato se dê; nem é ele o atestado de uma fraqueza propriamente orgânica na nossa complexão intelectual. Será este um fenômeno comum a todas as sociedades ainda em via de perfeita organização em que a função artística e literária ainda se classifica como um acidente esporádico, de continuidade precária, não correspondendo a um estágio de que ela venha a ser uma característica necessária, essencial.

As tão numerosas estreias literárias que todos os anos contamos nas nossas letras obedecem àquela mesma lei de que resulta serem muito mais numerosamente representadas na vida as espécies de resistência menor. A natureza se caracteriza por absoluta despreocupação sentimental. A morte nunca lhe inspirou a mórbida e negativa ambição de esterilidade. Pelo contrário, ela é causa apenas de estímulo, de exaltação para a sua atividade. Pouco lhe importa que os indivíduos sucumbam, contanto que ela ache meios e modos de salvar o princípio da Vida em cada uma das suas representações gerais.

Se tão pouco está no homem, muito menos nos moços, poderem penetrar os intuitos inflexíveis da natureza a tempo de evitar-lhes as consequências no que estas lhes interessem de mais perto. A nossa deficiente cultura, de todos os pontos de vista, – a inexperiência prática da raça, e a sua ilusão, a ingenuidade das suas vistas nesta questão de valores intelectuais, – impedem e hão de impedir por muito tempo ainda que se opere uma modificação sensível no fenômeno da nossa produtividade literária, por modo que nos livre da falácia característica do ciclo atual.

As notas biográficas que precedem, muito pertinentemente, a matéria das "*Últimas Poesias*", revelam-nos a normalidade que o caso lamentável do jovem Francisco Mangabeira representa.

Levado pela vida, dentro da fatalidade do meio em que teve de se agitar, dotado de viva sociabilidade, sendo até mesmo de espírito aventureiro, senão romanesco, ele reproduziu lá no Norte o tipo clássico do poeta brasileiro, de pouca ponderação e dispersivo, quase obrigado a morrer moço para melhor harmonia do quadro fantasista que tais existências oferecem.

Como os tempos que atravessamos são mais de bulhas políticas e de ação prática do que de serenatas sob as janelas e de torneios acadêmicos por satisfação simplesmente da vaidade intelectual, este nosso contemporâneo, já de uma geração posterior à minha, andou em guerras e compôs hinos de revoltas, marchou para Canudos, que lhe deu um livro, e continuou depois a varar para o Norte, sublevou-se com os acreanos, quis assentar tenda no promissor Amazonas, que, mefítico ([10]), lhe deu a morte.

Essa vida moderna que ele levou, que todos nós mais ou menos levamos, embora poucos com tanto arrojo e ainda mais raros por forma tão radical, é pior para o poeta, comparada com a que tiveram os românticos.

Emocional, absorvente como seja, é, no, entanto, de sentimentalismo nenhum, e antiestética o quanto pode ser.

É o "*repórter*" quem a registra, hoje em dia, entre as cifras muitas vezes pouco exatas e as mentiras convencionais que a indústria do jornal requer. Ela tem seu encanto, como a vida sempre teve afinal, mas um encanto selvagem e áspero, para que o lirismo atual quase que não encontra expressão. Não se presta à contemplatividade do poeta: ela quer ser vivida muito objetivamente, quer ser amada como, uma mulher ardorosa e prosaica.

Ainda pior se se tem de atravessá-la em atmosferas como aquela para que foi arrastado o poeta em questão. Quais que só o Rio, por enquanto, oferece no Brasil um meio já um tanto intelectual, em que um homem pode viver mais naturalmente pensando.

---

[10] Mefítico: pestilento.

Nos outros só por exceção, por um grande esforço pessoal, consegue um ou outro destacar-se da massa que os interesses materiais absorvem totalmente, ainda mais numa fase como esta em que entramos de dificuldades excepcionais para a vida. Mas por isso mesmo esses que representam tal exceção necessitam fugir ao caso geral, no que respeita às condições de sua colocação em tais meios, de tal modo que sua obra não represente a inanidade ([11]) circunstante, coisa difícil de alcançar, principalmente para o poeta, simpático por natureza às influências diretas e imediatas. Em todo caso, mesmo que ele venha dotado de uma rara espontaneidade e de uma energia excepcional, de um belo egoísmo produtivo, ser-lhe-á impossível furtar-se de todo ao menos a certas consequências da deficiência do horizonte.

As "*Últimas Poesias*" de Francisco Mangabeira falam-nos eloquentemente da vida dúplice de que as naturezas intelectuais são capazes e revelam-nos na dele uma bela força de reação contra a influência imediata, hostil e esterilizadora, que é de calcular seja a da atmosfera a que viveu circunscrito nos últimos anos de sua vida. Não fosse ele na realidade um poeta e a pena lhe houvera caído da mão, para o verso, muito antes de vir a morte traiçoeiramente ceifar-lhe a existência.

Nem foi apenas este livro o que se encontrou no acervo literário que ficará representando a sua obra póstuma, quando todas as páginas que ele deixou puderem ser conhecidas do público. Outros volumes, – poemas, poemetos, páginas íntimas, uma história mística, – puderam coligir aqueles que carinhosamente se entregaram ao labor de ordenar o seu disperso arquivo.

[11] Inanidade: coisa sem nenhum valor.

Pelo que se pôde julgar, perpassando as produções que se encontram neste livro de agora, admira-se o trabalhador pertinaz que foi aquele moço, através da sua vida agitada e cheia de tão vários acidentes. Trabalhador e talentoso, por tal modo que o seu nome será repetido com o respeito de todos quantos conhecem as dificuldades da execução e que sabem que só a idade traz certos complementos ao espírito do homem, seja qual for a sua força de espírito e o seu poder de intuição.

Vê-se, no entanto, pelas "*Últimas Poesias*" que a falta maior de que se ressentiu este espírito foi a de elementos que permitissem uma renovação constante no seu repositório de ideias, que é para o que o meio, a leitura e o lazer são úteis.

Talvez dois terços deste livro, ele os realizou graças à forte e fácil virtuosidade de que era capaz, que, como já tive ocasião de dizer nestas mesmas colunas, é uma das qualidades indispensáveis ao verdadeiro poeta. Há muita capacidade verbal representada nessas rimas brilhantes.

Por vezes, há mais do que isso. Podem-se apontar neste volume diversas produções de mais sério valor, e novo, ainda mais, dentro da individualidade que o poeta do "*Hostiário*" nos permitiu conhecer.

O "*Rio Amazonas*", "*As Árvores*", falam-nos de uma evolução legítima operada nesta natureza, que com a vida e os anos ainda se ia ductilmente ([12]) modelando. Tem um ardor tropical; um flagrante da natureza selvagem e imponente com que ele se foi encontrar mais para o Norte que as suas brilhantes páginas de estreia, ainda, tão inspiradas na musa dos simbolistas peninsulares, não revelam.

[12] Ductilmente: sutilmente.

A “*Torre de Cristal*” e “*A Borboleta*”, lembrando ligeiramente Alberto de Oliveira embora, indicam que delicioso artista Francisco Mangabeira poderia vir a ser, nos prismas policromos que a primeira objetiva, no íris das asas que tremulam na última, e ainda na delicadeza do sentimento panteísta de que esta representa a expressão.

“*Fantasia Turca*” é de uma virtuosidade encantadora, tem valor particular, falando-nos da capacidade que havia no poeta para transportar-se a outros meios e dar-lhes a devida nota característica.

Mas a impressão que se tem do conjunto, por essa relativa falta de variedade nas ideias de que falei, não está na altura da expectativa formada pelos que, ignorando as circunstâncias especiais que se deram na vida do poeta, dele exigisse o que era lógico esperar de quem teve uma estreia tão merecidamente vitoriosa.

Avisados, porém, que estejamos, as “*Últimas Poesias*” só nos fornecem motivo para admirar em Francisco Mangabeira a sua força irresistível de idealização e a pertinácia com que prosseguiu em seu sonho, de modo a poder-nos ainda legar páginas cuja beleza atesta um legítimo progresso que se dera em seu espírito e faz-nos ainda mais lastimar a brutalidade do destino que o esmagou.

Nunes Vidal (OS ANNAES, N° 98)

Imagem 04 – Anjo da Morte Azrael (Evelyn De Morgan, 1881)

Mangabeira por Múcio Teixeira

Em princípio Deus me fez poeta e tanto isto é verdade que eu nasci em setembro que é o mês em que nascem as flores da primavera e as flores da primavera são a poesia da natureza.
(Múcio Teixeira)

Múcio Scévola Lopes Teixeira, filho do Tenente-Coronel de engenheiros Manoel Lopes Teixeira e Maria José Sampaio Teixeira, nasceu em Porto Alegre, RS, no dia 13.09.1857, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 08.08.1928. Estudou no Colégio Gomes e depois no Colégio Rio-Grandense, onde foi, em ambos, aluno do escritor, historiógrafo, poeta e jornalista Apolinário José Gomes Porto Alegre.

Foi membro da "*Sociedade Pártenon Literário*" fundada, no dia 18.06.1868, em Porto Alegre, por Apolinário Porto Alegre e um grupo de republicanos, dentre eles José Antônio do Vale Caldre e Fião, Aurélio Bitencourt, Júlio de Castilhos, Assis Brasil, Fernando Osório, Homero Batista e Lobo da Costa. Sua primeira colaboração, na Revista daquela entidade foi aos treze anos de idade.

Sou jovem, tenho apenas quinze anos, e vejo em risos me acenar a glória, odeio os goivos; idolatro os loiros: embriagam-me os hinos da vitória.
(Múcio Teixeira)

Aos quinze anos, em 1873, publicou "*Vozes Trêmulas*" seu primeiro livro de versos inspirado na obra do poeta romântico Casemiro de Abreu: "*Casemiro, bardo inspirado, és mais que meu amigo, és meu cultor*".

Seguindo os passos do pai, sentou praça no 5° Regimento de Cavalaria onde recebeu seu batismo de fogo na "*Revolta dos Muckers*" (1873-74), enfrentando os seguidores do casal Jacobina Mentz Maurer e João Jorge Maurer, em São Leopoldo (atual Sapiranga).

> Mas em Múcio o estro estava acima da espada. Decorriam três anos de caserna, quando o poeta-soldado assistia uma solenidade cívica no teatro São Pedro. Não podendo refrear o entusiasmo, assomou à ribalta, declamando o poema de sua autoria "*Inconfidência*". Os seus comandantes viram, naquele gesto, um ato de insubordinação, advertindo o infrator. Bastou para Múcio abandonar definitivamente a farda. (AMARAL)

Usou diversos pseudônimos, dentre eles o de "*Barão de Ergonte*", "*Felício Fortuna & Cia*", "*Boêmio*", "*Muciano Tebas*" e "*Manfredo*". É de sua lavra a primeira biografia sobre Castro Alves – "*Vida e Obras de Castro Alves*" (1896). É autor de mais de setenta obras entre peças teatrais, ensaios, romances, dramas, poesias, traduções e biografias além de atuar intensivamente na imprensa gaúcha e carioca.

Fundou e redigiu a "*Revista Litteraria*" (RJ), em 1884, a "*Revista do Novo Mundo*" (RJ), em 1890-1891, o "*Cruzeiro*" (RJ), em 1882-1883, a "*Família Maçônica*" (Porto Alegre, RS), em 1894-1895, o "*Mercantil*" (Porto Alegre, RS), em 1895, o "*Bahia*" (Salvador, BH), em 1896, a "*Revista de Sciencia, Lettras e Artes Cidade do Bem*" (Salvador, BH), em 1899.

Reportou Augusto Victorino Alves Sacramento Blake, no 6° Volume de seu Dicionário Bibliográfico Brasileiro:

Distinto literato, inspirado poeta e antigo jornalista, bastante tem contribuído para o enriquecimento das letras brasileiras com a publicação de trabalhos de subido valor, muitos dos quais com três e quatro edições já esgotadas.

Alguma; de suas obras foram vertidas para o francês, castelhano, inglês e italiano e atualmente a casa Garnier está fazendo em Paris uma edição completa dos seus livros.

Como funcionário público, foi secretário da presidência do Espírito Santo em 1880 e, anos depois, Cônsul Geral do Brasil nos Estados-Unidos de Venezuela, cargo que abandonou assim que teve notícia da proclamação do atual "*regimen*" político; pois, embora em todos os seus trabalhos literários tivesse cantado o ideal republicano, era amigo particular do Imperador Pedro II, em cujo palácio residira, como hóspede, de 1885 a 1888, querendo por este modo dar um público testemunho de gratidão ao seu desventurado protetor.

Regressando ao Brasil em 1890, foi eleito Presidente do Banco Brasileiro, permaneceu no Rio Grande do Sul durante toda a revolução federalista, transferindo sua residência para a Bahia em 1896, onde foi diretor da redação dos debates da Assembleia Estadual. Em fins de 1899 voltou de novo para o Rio de Janeiro, de cuja imprensa continua a ser um dos mais esforçados lutadores.

É condecorado com diversas ordens nacionais e estrangeiras, Comendador da Ordem do Libertador Simão Bolívar, membro de vários institutos científicos e literários de diferentes países e sócio titular do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro. (BLAKE)

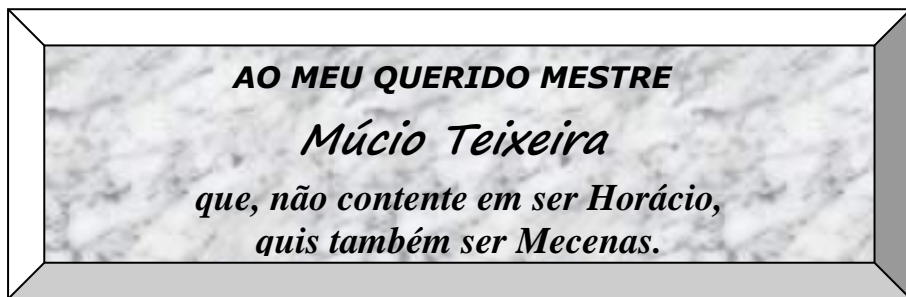
Relatou Luís da Câmara Cascudo, em "*Superstição no Brasil*", que no seu tempo de estudante de medicina, no Rio de Janeiro, um dos frequentadores mais assíduos da Livraria Garnier, na Rua do Ouvidor era:

> [...] o poeta gaúcho Múcio Scévola Lopes Teixeira, sexagenário, cabeleira grisalha, gordo, lento, escanhoado, de monóculo difícil e uma cabeça de galo na gravata escura, à moda do Duque de Luynes. Fora parnasiano, simbolista, realista, romântico, lírico, regionalista, amigo pessoal do Imperador D. Pedro II, hóspede do Palácio de São Cristóvão, soldado contra os "*Muckers*" fanáticos, quando moço, orador, jornalista, familiar dos nomes decisivos da literatura no momento. (CASCUDO)

Fiz questão de fazer este pequeno preâmbulo a título de apresentação daquele que o próprio Dr. Francisco Cavalcante Mangabeira considerava como seu Mentor e o maior de seus mecenas como podemos verificar no seu livro "*Hostiário*":

AO MEU QUERIDO MESTRE

Múcio Teixeira

que, não contente em ser Horácio, quis também ser Mecenas.

Continua Mangabeira:

> O pequeno trecho (Imagem 05) que vem na capa e no frontispício deste livro é extraído de um dos artigos que Múcio Teixeira escreveu ao meu respeito e que foram publicados no "*Jornal de Notícias*" desta Capital, em setembro de 1896 e na "*Cidade do Rio*", em 1° dezembro de 1897.

Cidade do Rio

JORNAL DA TARDE

PROPRIEDADE DE JOSE DO PATROCINIO

ANNO XI — RIO DE JANEIRO Quarta-feira, 1 de Dezembro de 1897 — NUM. 56

ESCRIPTORIO E REDACÇÃO 107, RUA DO OUVIDOR 107

A generosidade do poeta burilou meu nome na dedicatória deste belo poema. Desvaneço-me de haver merecido esta condecoração literária, como o soldado que ostenta no peito da farda uma medalha de campanha.

O meu amigo nessa página chama-me o seu "querido mestre..." eis a única falta de originalidade, que lhe censuro: – pois Gonçalves Crespo disse isso mesmo de João Penha, e este poeta lucraria se trocasse todos os seus Versos por uma só das

Imagem 05 – Jornal "Cidade do Rio", 01.12.1897

Vamos repercutir, parcialmente, os artigos de Múcio Teixeira publicados no Jornal "*Cidade do Rio*":

Cidade do Rio, n° 49 – Rio de Janeiro, RJ

Terça-feira, 23.11.1897

I

UM NOVO POETA BAIANO

A Bahia é sempre a Bahia, a predileta de Deus, onde os homens levantaram a formosa cidade da Montanha; a bela primogênita do fantástico Cacique [Brasil] – que firma um pé no Amazonas e o outro nos pampas, tendo o Cruzeiro do Sul por cocar; a bem amada da tribo, que foi a primeira dentre suas vinte irmãs a receber nos seios virginais o beijo ardente da civilização. És ainda hoje a privilegiada de outrora, ninho de Castro Alves e berço de Rui Barbosa!

De cada ano que passa fazes um novo degrau da escada por onde sobes no conceito nacional. Foste como a fada lendária, adormecida durante séculos, esperando que um loiro príncipe Ocidental aparecesse para que despertasses ao seu olhar. Teu sono era custodiado por selvagens, tão valentes, que lutavam braço a braço com as feras, e tão altivos – que só se curvavam ao Sol! Desde que foste desposada pelo progresso, aleitaste em teu peito materno a prole gorda nas tuas entranhas com esse filtro mágico que produz as inteligências e os heroísmos, os diamantes e os metais preciosos.

É por isso que ainda hoje, sob o teu vasto pavilhão azul marchetado de estrelas imortais, a alma popular crente e intemerata; as árvores rebentam em dilúvios de flores; as flores embriagam numa orgia de perfumes; os Rios, que desatam em catadupas, são fantásticas hipérboles d'água; e tudo isso na mais íntima harmonia com os fenômenos atmosféricos, prodigalizando-te assim um clima invejável, que a confirmação da existência da poética Atlântida, o Eldorado ou a Mesopotâmia. Além disso, as tuas mulheres são belas e virtuosas; os homens expansivos e leais; os soldados valentes e resignados; os sacerdotes modestos e eruditos; os estadistas e diplomatas grandes e belos como Alves Branco e Rio Branco; os jornalistas e oradores altivos como Rui Barbosa e Augusto Álvares Guimarães; os poetas inspirados como Gregório de Mattos, Junqueira Freire e Castro Alves. (CDR, n° 49)

Cidade do Rio, n° 51 – Rio de Janeiro, RJ

Quinta-feira, 25.11.1897

II

Estava eu na penumbra do meu gabinete, na Bahia, quando me apareceu, tímido e balbuciante, um modesto estudante do terceiro ano de medicina, cujo nome era até então completamente desconhecido na própria terra do seu nascimento.

Esse nome, porém, está destinado a ser, dentro de pouco tempo, um dos mais distintos da poesia nacional. Quis a minha boa estrela que me tocasse em partilha este quinhão de suas futuras glórias: a honra de apresentá-lo ao público.

Este obséquio, que ele me pede hoje, no seu obscurantismo, vai ser amanhã, no glorioso amanhã de um próximo futuro, soberbamente retribuído pelas mais completas vitórias do seu vigoroso talento.

Chama-se o nova poeta baiano Francisco Cavalcante Mangabeira, conta apenas 17 anos de idade, e já se pode dizer dele o mesmo que José de Alencar disse, em 1868, de Castro Alves:

> – Esta cidade não o conhece ainda, muito breve o há de conhecer o Brasil.

Francisco Mangabeira, por uma dessas aberrações comuns nos agitados superiores, pois os grandes poetas são uns impulsivos inconscientes, é simultaneamente tímido e audaz.

Como que receoso de tudo e de todos, esquiva-se nervosamente ao contato social, numa misantropia característica, assim como o vagalume que inutilmente procura mergulhar nas trevas os raios luminosos que leva nas próprias asas, sem perceber que quanto mais densa é a escuridão, mais vivos se tornam os seus fulgores.

É um audaz, porque, na idade em que quase todos os poetas mal balbuciam as suas primeiras estrofes, indecisas no ideal e incorretas na forma, já ele é o autor de três livros de versos; todos ricos de inspiração e originalidade, nos quais se manifesta exigente no estilo e emancipado na escolha dos assuntos preferidos. Além disso, que já é muito, revela precocidade e fecundidade – o que é ainda mais. Eu posso falar sobre esta dupla manifestação da sua personalidade literária, pois são precisamente estas as principais qualidades que os meus caríssimos zelos não se atreveram a negar-me.

Com 15 anos de idade publiquei o meu primeiro livro, e de então por diante não se passou um ano em que não aparecessem novos livros meus.

Francisco Mangabeira, além dos três livros de versos, tem mais dois volumes de boa prosa, um já concluído, o outro em adiantada via de elaboração. De todos eles falarei mais adiante. A precocidade é o dom de raros; a fecundidade é o apanágio dos fortes. Venho, a propósito, lembrar ao meu jovem confrade coisas que me foram ditas por amigos leais e competentes.

José Bernardino dos Santos, ilustre poeta e dramaturgo Rio-grandense, prefaciando o meu primeiro livro disse:

> Garantir-lhe o porvir não é aventurar um prognóstico pedantesco; mas simplesmente, compulsando provas autênticas, concluir delas um juízo. Nasceu Poeta o meu jovem amigo. O seu Anjo da Guarda, beijando-o no berço, incendeu-lhe a fronte com o fogo sagrado. Como Isaac, prepara a fogueira para o próprio sacrifício; obedeça ao decreto dessa sublime fatalidade – a vocação – que o atrai ao martírio da glória.

> Não se deixe, porém, apenas levar pela indolente correnteza do plácido Rio; arme os remos, acurve-se sobre eles, e vogue, vogue para a Foz, para o Oceano, para o infinito!

Oliveira Bello, analisando o meu segundo livro ("*Violetas*", 1875), disse:

> Tenho medo das precocidades; o talento temporão, transgredindo o rigor das leis gerais, insurge-se contra o tempo, e o tempo vinga-se, eiva, solapa, murcha, aniquila, etc.
>
> A história desses talentos é triste: meteoros que concentram toda a intensidade da luz para expandi-la de um jorro, e que depois se extinguem no seio dessa sombra impenetrável que separa e liga os mundos daquém e dalém túmulo! (CDR, n° 51)

Cidade do Rio, n° 52 – Rio de Janeiro, RJ

Sexta-feira, 26.11.1897

III

Fernandes Costa, o ilustre crítico português, o glorioso cantor do "*Poema do Ideal*", analisando o meu poema "*Cérebro e Coração*" (1879) escreveu no Correio da Europa:

> Um dos primeiros atributos do gênio poético é a fertilidade. Este é o condão dos fortes. Atentar neles é medir a distância que os separa dos seus pobres imitadores, impotentes e triviais.
>
> Veja-se o que entre nós sucede: espremem-se, de uma vez, num trecho exíguo de afetada energia, no qual a verdadeira força, ausente, é simulada por uma violência banal...

> Outros burilaram em toda a vida quatro sonetos de uma incompreensibilidade granítica e sentaram-se diante deles, de pernas cruzadas, como bonzos ([13]), em muda admiração contemplativa...
>
> Não há verdadeiro talento literário, que não seja fértil. Balzac, que levava as minúcias na revisão dos seus trabalhos além dos mais extraordinários limites, que escrevia quatro vezes, por assim dizer, cada uma das suas obras, deixou publicados 80 volumes.

Faço agora a Francisco Mangabeira o mesmo que me fez outrora Fagundes Varella: dou-lhe o braço para transpormos juntos, ao Sol da publicidade, as íngremes e tortuosas avenidas do Parnaso ([14]), onde Apolo não desconhece os deveres da hospitalidade para com os poucos a quem as Musas recebem na sua divina intimidade.

Procurarei vencer o acanhamento do meu jovem confrade, fazendo durante este nosso passeio a despesa da conversação preliminar.

Recitarei alguns dos seus bonitos versos a essas diabólicas deusas, que tanto aplaudem as audácias de Byron como os sarcasmos de Heine, os amores de Ovídio e os desalentos de Musset, as gargalhadas de Juvenal e as lágrimas de Lamartine, as hipérboles e antíteses de Hugo, ou a deliciosa filosofia e singular inspiração de Campoamor.

Levá-lo-ei, também, em horas matinais, ao olímpico jardim das Hespérides ([15]), onde farei acorrentar o dragão da crítica enquanto o meu tímido companheiro estiver saboreando os pomos d'oiro, que só os eleitos da poesia conseguem levar aos lábios, libando

---

[13] Bonzos: sacerdotes budistas.

[14] Parnaso: segundo a mitologia grega o monte Parnaso era residência do deus Apolo e de suas nove musas.

[15] Hespérides: deusas da fertilidade.

sequiosos a longos tragos a refrigerante água da Castália ([16]). Com o simples aparecimento de qualquer dos livros de Francisco Mangabeira, a sua reputação literária ficará definitivamente firmada. Passo a analisá-los, depois de observar de passagem, que ainda não vi estreia mais auspiciosa, na poesia nacional, pelo lado da precocidade e da fecundidade.

Os livros de Álvares de Azevedo, Gonçalves Dias, Junqueira Freire, Casemiro de Abreu, Fagundes Varella, Castro Alves, Carlos Ferreira, Ramos da Costa, Carvalho Júnior, Theóphilo Dias, Olavo Bilac, Luiz Murat, Guimarães Passos, B. Lopes e ainda outros, firmaram de pronto a reputação de seus autores; todos, porém, só nos deram seus livros depois de 20 anos de idade.

O poeta das "*Flâmulas*", dos "*Poemetos*", do "*Hostiário*" e da "*Santa Tereza de Jesus*", conta apenas 17 anos; e em carta que acaba de me escrever já me fala de um outro livro, quase pronto, escrito dia a dia nos hospitais de sangue de Canudos, onde se conservou, durante cinco meses, prestando serviços médicos aos doentes e feridos da trágica cidadela. (CDR, n° 52)

Cidade do Rio, n° 54 – Rio de Janeiro, RJ

Segunda -feira, 29.11.1897

IV

---

[16] Castália: náiade transformada por Apolo em uma nascente, perto de Delfos. Castália inspirava o dom poético daqueles que bebessem ou ouvissem o murmúrio das suas águas.

Para que se não diga que exagero, o que seria um crime aos olhos do poeta que espera sinceridade de um juízo crítico vou dar-lhe finalmente a palavra, pois ele com seus próprios versos apresentará a confirmação do que tenha dito a seu respeito. Nestes assuntos sou exigente como Alexandre Herculano. Não repetirei o que o poeta do "*Eurico*" disse ao grande lírico da "*Marabá*":

> Cala-te, alma virgem e bela; cala-te, que estás num prostíbulo! Olha que eles não te ouçam! Se o teu hino reboar por essas torpes alcovas, sabe que pouco tardará a hora de te prostituíres.

Dir-lhe-ei, porém:

> Se estas pouca linhas, escritas com abundância de coração, calarem profundamente no espírito do meu jovem confrade, receba-as como testemunho sincero de simpatia, que, a leitura, dos seus livros arrancou a um homem que não costuma nem dirigir aos outros elogios "*encomendados*", nem pedi-los para si.

Ouçamos, pois, o poeta. Eis a primeira poesia do volume das "*Flâmulas*", que ele compara a um navio embandeirado, no alto mar da inspiração que palpita desde a primeira até a última página do seu livro:

Minha doirada nau de velas cheias,
Vogando por um mar tranquilo e manso,
Buscas novo país, novas areias...
Contigo para esse país avanço!

Levas no mastro a flâmula escarlate
Do entusiasmo, a estremecer, fremente...
– Meu coração impetuoso bate
Dentro do peito alucinadamente...

A bordo: o meu porvir ridente, a minha
Mocidade, meus sonhos, minha crença;
Escrínio a errar na vastidão marinha,
Levas contigo uma riqueza imensa.

Voam sons, voam brilhos, voam cores
E aromas do teu bordo iluminado;
Gritam clarins vibrantes, atroadores,
Formam-se alas azuis, de lado a lado.

Borboletas brilhantes, opalinas,
Revoam loucamente, espanejando
As asas, como um grupo de meninas
Rindo, num riso cristalino e brando.

O céu cheio de gemas palpitantes,
Como um jardim esplêndido ardendo,
Marcheta-te de trêmulos diamantes...
E eu da inspiração o facho fecundo. [...]

Deslumbradora, colossal floresta...
Selvagens nus, deitados no veludo
Da relva... E o Sol, selvagem branco, assesta
Flechas de fogo pelo espaço, em tudo!

Quando eu acordo, transformado em Lago
Encontro o Mar, e tu – serena e tesa –
Como um flutuante chalezinho mago,
Vais vogando ao sabor da correnteza.

O dorso curvam suavemente as ondas,
Um caminho formoso o plano abrindo
Ao passares, e móveis e redondas
Vão-se, a entoar um ditirambo ([17]*) lindo. [...]*

E enquanto de minh'alma a alegre ode
Voa e num céu aberto desabrocha,
O Mar a juba tremula sacode...
E – pobre nau – encalhas numa rocha!

É do mesmo volume o magnífico soneto "*A Japonesa*", que Gonçalves Crespo poderia subscrever; e deste poeta disse Castelo Branco:

[17] Ditirambo: canto de louvor ao deus grego Dioníso.

> Chamam-lhe uns ateniense, outros brasileiro: eu quero que ele seja português, por que levo o amor da minha pátria até ao latrocínio de um poeta... etc. É português como Garrett, francês como Gautier, americano sentimental como Longfelley e "*humorist*" como Godfrey Saxe, e espanhol como Campoamor.
>
> É de todos os países que tem poetas com inter-cadências de tristezas, risos, energias satânicas e angélicas maviosidades; mas na linguagem, é português sem joio, partiu os diamantes brutos dos clássicos encravou-os em adereços de feitios novos, e traz assim tão de festa e tão casquilha a sua musa que, se acontece de lhe despeitorar o corpete, cobre-lhe os seios de joias.

Faça Francisco Mangabeira todo o possível por privar na intimidade dos clássicos e dicionários, interprete-os com a investigadora pachorra com que eu os con-sumo dia e noite, pois com isso tenho me dado tão bem como o admirável T. Gautier, que outro tanto fazia, e outra cousa não recomendava com maior insistência aos seus amigos.

Vejamos o soneto:

A Japonesa

Seisma... o cabelo negro e perfumado,
Negra e esquisita flor entre mil flores;
Pensa no amante ausente... O olhar magoado
Derrama no ar melificos vapores...
Meiga, balança um leque apainelado ([18])
De paisagens vermelhas, uns tremores
Vão ondeando-lhe o corpo delicado,
Por sob as sedas, cheias do lavores.

---

[18] Apainelado: que tem forma de painel.

Chora... Em torno, caladas, seis escravas,
Morno aroma se evola ([19]) da caçoula ([20])
Aos borbotões, em espirais, em lavas.
E, além, no céu, qual uma igreja acesa,
Morre no Sol – palpitante lantejoula –
Envolto em oiro e seda japonesa.

São do mesmo volume estas duas estrofes da primorosa poesia intitulada:

Astros e Flores

Quando raia a madrugada
E a luz dos astros declina,
A flor como que fulmina
O campo, domínio seu;
À noite a estrela perfuma
Do céu os vergéis doirados:
Flores – estrelas dos prados,
Estrelas – flores do céu!

Da flor o brando perfume,
Transparente, levo, fino,
É como um brilho divino
Que lhe, dá graça e fulgor;
A luz do astro é cheirosa
Como um seio de donzela,
Brilho – perfume da estrela,
Perfume – brilho da flor! (CDR, n° 54)

Cidade do Rio, n° 56 – Rio de Janeiro, RJ

Quinta-feira, 01.12.1897

IV

---

[19] Evola: exala.
[20] Caçoula: caçarola.

Do volume dois "*Poemetos*" apenas transcreverei "*O Tísico*", não, por ser a melhor página, mas por ser a menor de todas composições do novo livro. Ei-lo:

O Tísico

Esse rapaz, tão pálido, que passa,
Já me afirmaram – é tuberculoso;
Provam-no a cor esmaecida e baça,
Os olhos, e o andar dificultoso.

Dizem: "Foi um perdido, e por castigo
Entisicou". – Porém não creio nisto,
Seu olhar é nostálgico, de amigo;
E resignado sempre o tenho visto. [...]

Veio de longe... muito cedo amara
Certa moça tão linda, como o dia,
Que uma vez, entre risos, lhe jurara
Ter um vulcão no peito... Mas mentia.

Pouco depois ele caiu doente,
Ela deixou-o como um cão leproso.
Ai sorte negra, ríspida, inclemente
Ai negra sorte do tuberculoso...

E desde então um riso vago e frio
Crepuscula ([21]) em seus lábios descorados;
E há um fulgor fantástico e sombrio
Naqueles olhos fundos e magoados.

O triste sabe que ela vive ainda,
Bem satisfeita, e nem se lembra dele
Que tem a face cada vez mais linda,
O olhar mais brando, mais cheirosa a pele.

E ele, nosso funesto isolamento,
Conserva a paz na consciência calma;
Se tem sombras no peito nevoento,
Tem, ao contrário, muitas luzes na alma.

---

[21] Crepuscula: fenece.

O 2° livro de Francisco C. Mangabeira compõe-se de trinta poemetos, não tão longos como "*Los Pequeños Poemas*" do imortal poeta [Ramón de Campoamor] das "*Humoradas*" e do "*El Drama Universal*", mas talhados mais ou menos pelo molde dos cantos do admirável poema "*Os Simples*" de Guerra Junqueiro. Sinto não dispor do espaço preciso para a transcrição integral de algumas das principais gemas desse novo escrínio ([22]) de meu juvenil confrade, mas desde já recomendo os poemetos intitulados "*A Pomba*", "*A História de Minha Alma*", "*Mãe*", "*A Vida*", "*A Freira*", "*Uma Santa*" e "*Adão e Eva*".

O 3° livro do meu novo colega é um Poema modernníssimo, tanto na forma como na concepção; é uma obra singular, de um simbolismo discreto, sem os exageros da funesta moda nefelibata ([23]), planta exótica, mas luxuriante, no herbário da poesia nacional; prenhe de um misticismo eivado de satanismo, que sacrilegamente se intitula "*Hostiário*".

Aí o sacerdote pagão celebra a Missa Negra ante o altar em chamas do Demônio da Carne, na Catedral do Amor, ajoelhado diante da imagem nua de Nossa Senhora da Beleza, coroada de pâmpanos ([24]) e lírios, com o coração varado pelas sete espadas do ciúme, a se arrastar na noite dos êxtases num Calvário de Desejos.

A generosidade do poeta burilou meu nome na dedicatória deste belo poema. Desvaneço-me de haver merecido esta condecoração literária, como o soldado que ostenta no peito da farda uma medalha de campanha. O meu amigo nessa página chama-me o seu "*querido mestre*", eis a única falta de origina-

[22] Escrínio: porta-joias.
[23] Nefelibata: excêntrica.
[24] Pâmpanos: ramos tenros da videira, usados na escultura e pinturas.

lidade, que lhe censuro; pois Gonçalves Crespo disse isso mesmo de João Penha, e este poeta lucraria se trocasse todos os seus versos por uma só das "*Miniaturas*" de tal discípulo...

O Hostiário divide-se em quatro cantos, cada canto sintetizado numa Mulher. O primeiro intitula-se "*Dona Laura*", e é composto de XII poesias de vários metros, predominando em todas o verso de nove sílabas.

O segundo canto é "*Dona Branca*", o terceiro "*Regina!*" e o quarto – "*Santa!*", todos obedecendo à subdivisão do primeiro; e tem por epílogo duas longas poesias, uma intitulada "*Eu*", que é quase uma autobiografia, e a outra, concretizando a ideia do poema, e que termina por esta estrofe:

Brilhai nas minhas estrofes, cheias
De labaredas, amor e luz,
Como nas grutas de oiro as sereias,
De fronte em chamas e corpos nus.

Salve, mil vezes salve! Querida
Que aqui celebro numa vitória
Mas... quem é esta, que é minha vida?
A minha Noiva quem é? A Glória!

Eis a estrofe com que abre o canto à "*Dona Laura*":

Os versos que ora, cuidoso, escrevo
São Vossos, Linda Mulher em flor.
Assim procedo, porque não devo
Falar em prosa do meu amor.

Falando à "*Dona Branca*", diz:

Sois uma fina
Nuvem divina,
Que me arrebata, num arrebol,

Às plagas, onde canta a alvorada,
Qual uma fada,
Noiva do Sol.

E subo... e subo...
Névoas derrubo,
Rasgando as vestes azuis do céu. [...]
Contemplo agora
Nossa Senhora
Por uma escada de ouro a descer...
Em grupo, as Santas rezam baixinho.
E eu, tão sozinho,
Sempre a Vos ver. [...]

Fogem... são como nossas quimeras
Das outros eras,
Não voltam mais. (CDR, n° 56)

Cidade do Rio, n° 59 – Rio de Janeiro, RJ

Sábado, 04.12.1897

V

As estrofes do poema daí por diante parecem sinos de cemitérios, numa danas ([25]) macabra de badaladas consecutivas, ora repicando, diante de cachõezinhos azuis e encarnados, onde dormem crianças coroadas de flores, ora dobrando lentamente, vendo os negros esquifes onde apodrecem homens e mulheres antes mesmo antes de começar banquete dos vermes na escuridão da cova.

[25] Danas: adulteração.

É, por isso, que ainda nos sentimos saturados do misticismo dos últimos versos citados, e já nos ferem os ouvidos estas fúnebres badaladas, que vão ecoando de rima em rima, como rugidos de leões feridos, que se arrastassem de rochedo em rochedo, deixando no deserto um rasto de sangue:

Se Dona Laura soubesse quanto
Sofro por ela! [...]

Que, quando durmo, súbito acordo
A soluçar,
Que um negro barco me leva a bordo
Num negro Mar

Que, ao sonhar, vejo funéreas luzes
À cabeceira,
E penso em campas, ossos e cruzes
A noite inteira.

E então a vejo, como entoando
Uma canção,
Ir de violetas alcatifando
O meu caixão.

Ergo-me numa tristeza infinda,
Olhando o espaço.
E cuido vê-la cantando ainda,
E ouço-Lhe o Passo.

Depois se some numa apoteose
De astros a flux,
Abrindo os Olhos para que eu goze
De melhor luz.

Se Ela soubesse que, quando vago
Por estas ruas,
De encontro ao peito meu sonho esmago
Em ânsias cruas.

Que sofro muito, sem um consolo
Achar sequer,
E que de dores em dores rolo,
Porque Ela o quer.

Que sinto dentro de mim a morte
Ou a loucura,
E que só vejo mais feliz sorte
Na sepultura.

Se Ela soubesse que é o motivo
Da minha dor,
Me tornaria de morto-vivo,
Com Seu Amor.

Não sabe... E agora, lendo estes versos
Cheia de mágoa,
Trará os Olhos Verdes imersos
Em gotas de água.

E talvez diga, Tristonha e Mole:
– "É poeta, mas
Sofre, e não acha quem o console.
Pobre rapaz!"

Começa Francisco Mangabeira outro canto do "*Hostiário*", dizendo que:

[...] Não são doidos
Os homens todos
Que vivem rindo do seu amor.

Descreve as torturas do Ideal, [...] que Camões diz ser "*um contentamento descontente*", e, depois de pintar com as mais vivas tintas do sentir mais íntimo a funda escuridão das almas iluminadas por esses clarões do inferno que refletem claridades do céu, chega à triste convicção de que:

Sei, Dona Laura, que riem todos
Do meu amor
E agora vejo que não são doidos
Os homens todos,
Que vivem rindo do meu amor!

Sucedem-se então lamentos dantescos e imprecações byronianas, com intercadências de alegrias histéricas, esperanças de tuberculosos e místicas aspirações de monges contemplativos e extáticos no vasto do claustro; ouçamo-lo:

Agora vivo, dias após dia,
Lembrando minha doce alegria,
Que já passou.

Uma infinita dor me envenena.
Pois só não pena,
Quem não amou.

Ontem, sorrindo, passastes perto
De mim – um peito frio e deserto,
Sem coração.

E o rumor leve do Vosso Passo
Cantou no espaço,
Calado então.

Dos Vossos Risos as borboletas
Lembravam brilhos de áureos planetas
Sobre um paul.

E era um pedaço do céu, perdido,
Vosso Vestido
De seda azul.

Eu Vos olhava muito de longe,
À semelhança d'um triste monge,

Mas fostes pelas ruas afora,
Levando a aurora
Na luz do Olhar.

Qual um cometa de cauda ardente,
Tínheis a esteira resplandecente
Dos versos meus.

O Vosso Rasto de chamas e ouro
Foi um tesouro
Dado por Deus.

Por Vós, Senhora, nutria todo
O amor, e, cego, caí no lodo
Deste Paul ([26]).

O Olhar me dáveis, que hoje é cedido
A Esse Vestido
De seda azul.

Tendes a graça destas crianças,
Que roubam ninhos às pombas mansas
E às juritis...

Riem-se as próprias coisas inermes,
Vendo – dos vermes
O mais feliz.

E muitos outros caem ainda,
Crendo ver n'Essa Face tão Linda
Flores e mel.

Doidos! Quem chora vossa desgraça,
Libou a taça,
E encontrou fel.

Amanhã eles e Vós, Senhora,
Vereis na mesma boca traidora
De algum paul.

Como mais tarde verei, no olvido
Vosso Vestido
De seda azul.

Já vai longe este artigo de apresentação, e sinto que me não seja dado oferecer aos leitores da "*Cidade do Rio*" muitas outras pérolas que ainda jazem no leito desse agitado Oceano de fantasias e inspirações que flutuam nas páginas de "*Hostiário*".

Mais linhas a respeito do fulgurante cantor que se levanta tão cheio de energias mentais, e voltarei ao silêncio da minha obscuridade. (CDR, n° 59)

---

[26] Paul: pântano.

Cidade do Rio, n° 64 – Rio de Janeiro, RJ

Sexta-feira, 10.12.1897

VI

Os versos citados nos artigos precedentes falam mais alto que os mais retumbantes adjetivos do meu sincero entusiasmo pelo vigoroso talento de Francisco Mangabeira.

Este admirável rapaz está destinado a ostentar sobre os ombros dragonas de comando, na fileira dos mais galhardos Capitães da nossa moderna legião literária. É original e é fecundo, como já ficou demonstrado. Além disso, é espontâneo e musical, correto e emancipado.

A sua estreia vai ser um verdadeiro sucesso: ele surgiu inesperadamente, de capacete de plumagens e armadura de aço, arrastando bizarramente as suas esporas d'oiro de cavaleiro valente e enamorado, com ares do paladino medieval, que vibra a guzla ([27]) dentro dos castelos, depois de haver terçado armas vitoriosas em prol e na ausência da castelã bem amada.

É um poeta de pura raça, com força bastante no pulso para vibrar em alto diapasão todas as cordas da grande lira de Castro Alves; o qual, por singular coincidência, morreu na mesma rua onde nasceu este futuro continuador das suas glórias.

[27] Guzla: instrumento musical semelhante ao violão, de apenas uma corda, típico dos povos eslavos dos Balcãs.

Francisco Mangabeira é também um prosador distinto, caprichoso na forma, obedecendo rigorosamente às imposições filológicas, timbrando por moldar os diamantes brutos da inesgotável jazida dos clássicos vernáculos, com o buril dos modernos artistas da palavra cinzelada.

Não conheço o seu último trabalho em prosa, escrito durante, os cinco meses que passou o poeta nos hospitais de sangue de Canudos, a trágica cidadela do recôncavo baiano. Mas, ainda saturado da intensa poesia do seu outro livro em prosa – "*Santa Thereza de Jesus*", não trepido em antecipar-lhe o meu juízo favorável. O volume "*Santa Thereza*" é talhado pelos mesmos moldes da "*Be Kiss*", do vigoroso chefe do simbolismo em Portugal, Eugênio de Castro, e que acaba de ser vertida em castelhano pelo argentino Berisso. Nele refletem-se os êxtases da Poetisa Santa, que amava ao seu doce Jesus com misticismo de freira e volúpias de espanhola.

O perfil da sublime apaixonada das claustros tem um quê da encantadora imagem de "*Be Kiss*" "*a que ao trepar ao monte adormecera sobre uma almofada de anacampsero* ([28]), *flores do sortilégio, que despertam paixões mais violentas que o Mar e mais volúveis que o vento*"; a "*Be Kiss*", a desdenhosa bem amada do velho e opulentíssimo Nadar, – que procurava aquela que o deixaria pálido como uma opala. Essa rainha de Sabá, que fazia lembrar a Sulamita do "*Cântico dos Cânticos*", a namorada virgem do pastor, que resistiu ao Rei Poeta, o sábio voluptuoso, e em cujo coração se escondeu, toda vestida do medo, enquanto seus desejos morriam de frio... como leõezinhos sobre a neve, parecendo em sua melancolia que sobre o seu coração caiam folhas secas. Que ostentação de pedraria!

---

[28] Anacampsero: gênero de plantas da família das portulacáceas.

Estranha flora e rara fauna de pompa viridente e luxuriante. Antes, porém, de por aqui o ponto final, não resisto à tentação de oferecer aos leitores da "*Cidade do Rio*" uma das mais recentes poesias do meu jovem amigo e confrade.

As seguintes estrofes foram quase improvisadas, isto é, escritas no meu gabinete, pouco antes do jantar, no dia em que um do meus queridos filhinhos completava três anos de idade. Ei-las:

Choro e Riso
(Francisco Mangabeira)

Ao Menino Manuel Lopes Teixeira

Quero umas rimas sonoras,
Iluminadas, sutis,
Como os teus olhos, se choras,
Como os teus lábios, se ris.

Tenho certeza que moras
Num encantado País,
Metade do dia – choras,
Na outra metade – ris.

Já me disseram que adoras
Esses tesouros gentis,
E eis a razão porque choras...
E eis a razão porque ris...

De quando em vez te alcandoras ([29])
Aos celestes alcantis ([30]).
Sorris... e eu penso que choras.
Choras... e eu penso que ris.

Se calado te demoras,
Meu peito ansioso te diz:
– Estrela, porque não choras?
– Criança, porque não ris?

---

[29] Alcandoras: guindas, alçar.
[30] Alcantis: píncaros, cumes.

Serafim, tu revigoras
Os teus pais, a quem Deus quis
Abençoar – porque choras.
Santificar – porque ris!

O teu choro sabe a ([31]) amoras
Teus lábios são bogaris ([32]);
Tua mãe vê o céu choras...
Teu pai vê Sol – se ris.

E Eles, que não têm auroras
Dos corações infantis,
Choraram – como tu choras,
Sorriram – como tu ris.

Se eu visse as aves canoras
Pipilando no matiz
Dos prados, quando choras,
Voando, quando ris; [...]

As flores murchas – coloras,
Fazem – que voem répteis...
Quando, criança, tu – choras,
Criança, quando tu – ris.

Conversas com Deus... namoras
Princesas, fadas, huris....
O mundo ri – quando choras
E eu canto – quando tu ris.

Só peço nestas sonoras
Rimas que sejas feliz:
Que chores – como hoje choras...
E rias – como hoje ris!

Nada mais direi a respeito, do belo talento de Mangabeira. Num dos próximos números da "*Revista Brasileira*" publicarei. Alguns fragmentos do poema "*Hostiário*", que considero a sua obra prima; e por aí o público julgará das aptidões do novo poeta.

---

[31] Sabe a: tem gosto de.
[32] Bogaris: jasmins.

Chamo, porém, desde já, para este nome a mais pronunciada atenção dos meus ilustres amigos, J. Veríssimo, Araripe Júnior, Sylvio Romero e Eunápio Deiró, os grandes mestres da crítica nacional, para a cada um deles sobra competência para dizer se eu tenho razão em prever no aparecimento do Mangabeira o despontar de um astro de primeira grandeza no vasto azul do nosso armamento literário. (CDR, n° 64)

Correio da Manhã, n° 966– Rio de Janeiro, RJ

Quarta-feira, 03.02.1904

Francisco Mangabeira

Uma lutuosa notícia publicamos hoje no serviço telegráfico desta folha.

Vindo do Acre para onde em março do ano passado seguira arrastado pelo indomável entusiasmo da sua alma de poeta e de moço, daquela região maldita onde a todo barracão de seringueiro faz contraste o tosco cemitério em que repousam as vítimas de sonhos ingênuos e de cobiças irrefreadas, Francisco Mangabeira sucumbiu ao impaludismo que é o apanágio inevitável e o companheiro inseparável de todos os que se arremessam para aquela terra amaldiçoada de desolação e de morte.

Vítima desse mesmo sonho e dessa mesma moléstia implacável há quatro anos a morte feria em plena mocidade um outro poeta de musa galharda, Frederico Rhossard.

A Francisco Mangabeira, ao Tyrtheu ([33]) da Guerra de Canudos, ao lírico suave, penetrante, sugestivo do "*Hostiário*" o destino reservou a mesma sorte de outro grande poeta brasileiro. Como Gonçalves dias ao aportar à terra saudosa e dileta, ao Maranhão glorioso que lhe dera o berço, – Francisco Mangabeira sorriu pela última vez ao céu do nosso Brasil, pela última vez iluminou-o o raio fugitivo que Goethe agonizando invocou, em vista da pátria doce e gentil de tantos nobres espíritos, da terra que inspirou a lírica do autor do "*I-Juca-Pirama*" e cuja história João Lisboa imorredouramente contou. Shelley e Nievo, dois grandes poetas, morreram assim, tragicamente, em pleno mar, também!

Mangabeira morre jovem como o seu adorado Castro Alves e si o seu nome não desperta os mesmos entusiasmos do cantor das "*Espumas Flutuantes*", a morte que arrebata o autor do "*Hostiário*" priva o Brasil de uma individualidade literária, de um temperamento poético cuja floração madurecida e completa teria assegurado à sua obra uma glória nunca menor da do seu ilustre patrício.

Era médico e logo depois de formado fora para o Amazonas exercer a sua profissão. O governo de Manaus confiou-lhe várias missões especiais de que deu conta brilhante e satisfatoriamente. Em dezembro de 1902, regressara à sua Bahia, onde permanecera até março de 1903. Não tinha mais de vinte e quatro anos e o seu inesperado e dramático desaparecimento da cena do mundo enche-nos de profunda tristeza e de dolorosíssima estupefação. (CDM, n° 966)

[33] Tyrtheu: poeta lírico grego do século VII a.C.. Seus cânticos de guerra, incentivavam a coragem espartana, conduzindo-os à vitória por ocasião da Segunda Guerra Messênia.

O Paiz, n° 7.071– Rio de Janeiro, RJ

Quarta-feira, 17.02.1904

Norte do Brazil
[Do Maranhão Janeiro 904]
A Morte de um Poeta que Deixa Nome

Faleceu a bordo do vapor do Lloyd "*S. Salvador*", ao entrar no nosso porto, vindo do Amazonas, o Dr. Francisco Mangabeira, autor dos valiosos livros "*Hostiário*" e "*Tragédia Épica*".

Francisco Mangabeira veio ao Maranhão, há três anos atrás e, durante meses, serviu como médico num dos vapores da flotilha da Companhia Maranhão, tendo-se mudado depois para o Amazonas, onde clinicava. Atacado de forte impaludismo dirigia-se à sua gloriosa Pátria, a Bahia, a procura de melhoras no seio da sua estremecida família. O Maranhão abriu sete palmos da sua terra para receber os despojos sagrados do poeta baiano que, segundo nos informou um passageiro do mesmo vapor, agonizou recitando versos. Ainda havia poucos meses que Mangabeira, de volta a uma visita que fizera à sua terra querida, estivera entre nós a expor-nos planos de suas obras futuras. Mal ele sabia que a sua volta o Amazonas, onde se ofereceu a prestar os seus serviços médicos às tropas mobilizadas no Acre, era o término da sua existência! Mangabeira tinha 24 anos de idade. Morreu, como viveu, cantando como um passarinho... Entre os médicos e literatos desta capital vai ser aberta uma subscrição com o meritório fim de erigir-se no cemitério municipal um mausoléu para ser recolhido os restos do infortunado poeta conterrâneo de Castro Alves. (O Paiz, n° 7.071)

O Rio Amazonas I
(Mangabeira, 1906)

De onde vem esta voz frenética e atroante
Que parece escapar do peito de um gigante,
E, rasgando do espaço o ilimitado véu,
Espalha-se a gritar por todo o vasto céu,
Após ter abalado a mata, a costa, a serra,
Como se acaso fosse o desabar da terra?

De onde vem ela? Agora é branda, a recordar
Um segredo de amor, nos campos, ao luar;
O gorjeio sutil de um pássaro encantado
Que, contemplando o azul, fica maravilhado,
Entreabre o bico de ouro e, quase sem querer,
Solta um canto que faz a gente estremecer.

Por acaso será de algum gênio escondido
Cujo palácio escuro, amplo e desconhecido,
Inda o não viu ninguém – esta esquisita voz,
Tão rude e tão sutil, tão meiga e tão feroz?
Porque anseia, curvado e tremulo, o arvoredo,
A maneira de leões a tiritar de medo?

Assim pergunta a brisa, ouvindo com terror
Um grito que se muda em cântico de amor.
Não achando resposta o vento em ânsia estranha,
Cresce, incha, rodopia, as árvores assanha,
Ergue nuvens de pó, torna-se furacão,
E é um doido a sacudir os ferros da prisão.

O espaço é um antro azul, imenso, esplendoroso,
E por ele o tufão agita-se furioso,
Raiva, fugindo à voz que entre explosões e ais
O acompanha, e é maior, e o aterroriza mais.
É o Rio que, a rolar, canta e ruge, violento,
Respondendo talvez às perguntas do vento,
Que se amedronta, ouvindo-o.

O Rio é como um rei
Que nas árvores tem uma formosa grei
De pajens triunfais e olímpicas escravas,
A que o Sol dá broquéis ([34]), capacetes e aljavas ([35]).
Inda há pouco rolava, estourando em cachões,
Na queda... A luz do dia arrancava clarões,
Incêndios imortais, estrelas, pedrarias
Do tesouro real de suas águas frias...
A cachoeira gloriosa era o espelho do Sol,
Refletindo-se nela, às horas do arrebol.

Das águas a cair uns trêmulos salpicos
Ficam a rutilar ([36]) como adereços ricos
Nas folhas de esmeralda, apresentando assim
Pérolas e corais em cofres de cetim,
A modo de brilhante e esplendido debuxo ([37])
O mato a revestir de um espantoso luxo.

Depois – era uma encosta – e ele, tonto, desceu,
Desviando um filete incendiado, que deu
Um gemido tão vago, um suspiro tão doce
Que uma ave se ocultou humilhada... e calou-se.
É que o gigante, sempre indômito e revel ([38]),
Mandava um fio de água a trêmulo dossel
De flores, e ela então, louca, ficou pingando,
Como um pranto a rolar das flores soluçando... [...]

---

[34] Broquéis: escudos redondos e pequenos.
[35] Aljavas: estojos onde se guarda e transporta as flechas.
[36] Rutilar: brilhar.
[37] Debuxo: primeiros traços de uma pintura.
[38] Revel: rebelde.

Mangabeira por Almachio Diniz

Francisco Mangabeira, por certo, não nasce simplesmente, no dia em que seus olhos para a vida se abrem, mas, fundamentalmente, naquele em que se publiquem as primícias de seu estro. (DINIZ)

O advogado, jurista, professor, escritor e poeta brasileiro Almachio D. Gonçalves nasceu em Salvador, BA, a 07.05.1880 e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, no dia 02.05.1937. Diniz, publicou a obra "*Francisco Mangabeira*" nos 50 anos do nascimento do poeta e 25 anos de sua morte, que considero a mais inspirada e completa biografia do grande poeta baiano.

Do Arrebol à Treva

> Escrevendo, um dia, sobre Guerra Junqueiro, em meu livro "*A Perpetua Metrópole*", disse, com toda segurança de meu julgamento mais seguro e mais sincero, sem o receio de melindrar susceptibilidades, e de irritar paixões diferentes ou contrárias, que, quando leio as poesias, pouco conhecidas, aliás, de Mangabeira, tão grande poeta quanto Castro Alves, sinto Junqueiro no seu estro magnificente.
>
> Parece que assim deixo, muito claramente exposta, a minha convicção de estarem evidenciados, numa só linha, o poeta do "*Hostiário*" ([39]), o de "*A Velhice do Padre Eterno*" ([40]) e o das "*Espumas Flutuantes*" ([41]), sem confusões, no entanto, não pela sua arte, mas pelo tempo em que se definiram, como os três grandes poetas de maior espontaneidade e da maior independência da moderna literatura portuguesa, compreendida nesta as de Portugal e do Brasil.

---

[39] Hostiário: Francisco Mangabeira.
[40] A Velhice do Padre Eterno: Guerra Junqueiro.
[41] Espumas Flutuantes: Castro Alves.

Nem há excesso de juízo na exaltação artística de Francisco Mangabeira até à altura dos dois outros vates, nem diminuição do valor destes na companhia que lhes é imposta pelo meu julgamento, em face da grandiosa obra do autor de "*Hostiário*". Aliás, neste meu estudo, muito propositadamente não me preocupo com as manifestações outras de grandes poetas brasileiros. Por maiores que sejam os seus valores reais, diante de Castro Alves e de Francisco Mangabeira, hão de ser eles inconfundíveis, uns com os outros, dadas as naturais distâncias na compreensão da arte e na independência de sua espontaneidade. Seria uma irrealizável tentativa de comparação entre autores, todos de grande mérito, na verdade, mas de valores, no ponto de vista em que me coloco, por intuição da relatividade einsteiniana ([42]) aplicada à crítica, inteiramente heterogêneos.

Este que escreveu o "*Hostiário*", levantou o lábaro de um paganismo na poesia, com a veemência de estro ([43]), que só encontrou, até agora, paridade no magnificentismo de Junqueiro, em sua fase áurea das "*Orações*", e no condoreirismo ([44]) de Castro Alves, em seu curto período de deslumbramento, que se intensifica em nossa cultura estética, tanto mais, quanto se dá o distanciamento de sua época.

E, tipos distintos, obedecendo a ideais diferentes, não se influíram mutuamente, não só porque tal influência mútua não se poderia dar pelo afastamento das épocas de viço e fulgor, em que cada qual deles aflorou na poesia do Brasil e de Portugal, como

---

[42] Einsteiniana: relativo ao físico teórico alemão Albert Einstein autor da teoria da relatividade.

[43] Estro: gênio.

[44] Condoreirismo: escola brasileira de poesia, da última fase romântica (1860-1870), marcada pela temática social e pregava e defendia ideias igualitárias.

também porque a espontaneidade característica de cada um deles, lhes dá luzimentos em focos próprios, que se não anulam pelas aproximações naturais da arte. Frutos, todos três, da cultura da segunda metade do século XIX, há, na produção poética de qualquer deles, esse ar de família, que é a nota vital da diferenciação mesma dos maiores artistas de seus dias.

Se pela sucessão das suas revelações, de Mangabeira, o mais moderno, por Junqueiro, o sobrevivente até há pouco, até Castro Alves, o mais antigo, se podem querer encontrar semelhanças perfeitas na poesia dos três, sob o domínio do mais velho sobre os demais, dúvidas não prevalecem, porém, na maior espontaneidade do estro, exatamente do último em relação aos predecessores.

Demonstra-o qualquer poesia da "*Tragédia Épica*", este imperecível monumento sobre a tragédia de Canudos e a epopeia dos sertanejos baianos. A distinção, porém, é de tal ordem que, mesmo diante das conformidades de todos com a regra máxima da poesia, os seus tipos têm o realce das individualidades dos minérios, indicados por si mesmos, na ganga mais espessa das rochas confusas. Em plena mocidade, um aos vinte e quatro anos, e o outro, por diferença de dias, aos vinte e cinco, Castro Alves e Mangabeira, nascido aquele em 1847 e este em 1879, deslumbraram como dois meteoros.

O terceiro, no entanto, nascido em 1850, teve a longa brilhantura de uma intensa estrela fixa, e atingiu, mudado de formas e de crenças, de virtudes e de ideais, a senilidade, que é a irrisão ([45]) com que a natureza se vinga de todas as audácias do homem: chegou a viver do brilho de seu passado, como os

---

[45] Irrisão: chacota.

astros mortos no infinito firmamento de luzes abandonadas... Mas... é da sobrevivência do nume ([46]) das "*Últimas poesias*" de que devo ocupar-me, por um processo lento de distinção, para servir à sua integração no quadro de nossos valores estéticos. E é o que devo fazer.

As Árvores

(Mangabeira, 1906)

Ha no gemer do Rio uma agonia estranha,
E tem-na o furacão e as matas seculares...
É para consolar uma angústia tamanha
Que as árvores leais erguem a mão aos ares.

Um poeta – e no que afirmo tão somente repito consideração perdida de Bourget – como Francisco Mangabeira, por certo, não nasce simplesmente, no dia em que seus olhos para a vida se abrem, mas, fundamentalmente, naquele em que se publiquem as primícias de seu estro. O verdadeiro nascimento do poeta, opera-se, pois, com a publicação de seu primeiro livro. Se assim pode ser, e também o é no vago sentir de Anatole France, Mangabeira, poeta do "*Hostiário*" e esteta de "*As Visões de Santa Thereza*", veio a nascer poeta no ano de 1898, naquele dia em que se festejou o aparecimento sensacional de seu primeiro livro de versos, o "*Hostiário*".

Mas, de fato, o nascimento de Francisco Mangabeira verificou-se na capital da Província da Bahia, no Império, em 08.02.1879. Não foi, por certo, um acontecimento como seria o do natal de um príncipe; contudo, há de ter sido provável que, em torno de seu berço, como de outro comenta Eça de Queiroz, nas suas "*Notas Contemporâneas*", as fadas reuniram conselho, e, com o mais álacre ([47]) sorriso co-

[46] Nume: inspiração.
[47] Álacre: alegre.

municativo nos lábios austeros, todas se calaram, para que a mais velha se pronunciasse:

– Serás um poeta e terás sempre a felicidade encantadora dos versos mais lindos. Onde quer que estejas, o teu estro poderoso, o teu talento eloquente e a capacidade imensurável de dominar a arte, conquistarão a contemporaneidade enternecida. E serás admirado, serás invejado, serás combatido, mas haverás de vencer...

Caladas estiveram as outras, silenciando todas os defeitos do artista, se é que havia... E o augúrio, se é que se fez entre as fadas, houve de ser a mais perfeita realidade na existência posterior dos vinte e cinco anos sentimentais do poeta... Bem cedo Francisco perdeu o carinho materno, pois D. Augusta Mangabeira, esposa do farmacêutico Francisco Cavalcante Mangabeira, faleceu em ano da meninice do poeta, do que, entretanto, o órfão guardou uma dolorosa reminiscência, como se vê perpetuada neste grandiloquente soneto, que, fazendo a abertura do livro "*Últimas Poesias*", de publicação póstuma, se incorpora legitimamente, à sua biografia:

Mater
(Mangabeira, 1906)

E partiste levando no teu peito
Todo o meu coração; na face tua,
Pela primeira vez de risos nua,
O meu futuro gélido e desfeito.

Voaste às regiões de oiro ([48]), onde estua ([49])
A luz eterna, procurando um leito.
Por isso eu trago merencório ([50]) o aspeito ([51])
E julgo ver-te, quando vejo a lua.

---

[48] Oiro: ouro.
[49] Estua: arde.
[50] Merencório: melancólico.
[51] Aspeito: aspecto, semblante.

Deixaste-me vagar pelo Universo
Arrimado ao bordão puro do Verso,
Sem ver o Sol que de antes via em ti:
Não há na terra um dissabor como este...
Dizem que existe um Deus – e tu morreste!
Dizem que ele é piedoso – e eu não morri!

Bahia, 1896.

Tais versos, cujo autógrafo possuo e dele dou uma reprodução, representam, como obra de um artista de 15 anos, quase que especularmente, a falta que a morta causou ao filho, fazendo-o trazer "*merencório o aspeito*", porque partiu, "*levando na face sua, pela primeira vez de risos nua, o futuro gélido e desfeito*" do poeta orfanado. No entanto, mais pródigo em carinhos todo especiais, não poderia ter sido o pai de Mangabeira. Possuído de verdadeira adoração pelo filho, e muito legítima, o qual trouxe logo da pia ([52]) o seu próprio nome, o farmacêutico Francisco Cavalcante Mangabeira foi o mais forte estímulo para a sua arte. Na Província, nos tempos em que Múcio Teixeira, individualidade famosa na poética nacional, lançou o vate com estardalhaço verdadeiro, ainda era um dos erros humanos o culto da poesia. Não se recomendavam, por sua eleição, os chamados eleitos das musas, e, de ordinário, há pouco mais de trinta anos passados, os pais eram os mais veementes embaraços ao desenvolvimento poético dos filhos. Estabeleciam todos uma guerra de morte à poesia. Entretanto, o farmacêutico Mangabeira rompeu, por primeiro, as correntezas de tais preconceitos antiartísticos e deu ao filho poeta, todas as veras ([53]) de sua admiração propulsiva e de seu apoio estimulante, todos os estímulos possíveis para que triunfasse na dotação que a natureza lhe fez...

[52] Pia: pia-batismal.
[53] Veras: palavras, ações.

Meu Deus, como me é grato, nesse desterro, ver árvores e ouvir ninhos! Como eles cantam! Que agradável que é a sua música. (F. Mangabeira)

Já entrado em suas primeiras manifestações intelectuais, em 1894, Francisco Mangabeira iniciou, aliás com ostensivo desânimo, o curso superior, matriculando-se no primeiro ano de medicina, na Faculdade da Bahia. As ciências eram adversárias de seu gênio poético, e, desse primeiro ano, a física médica, como especialidade esta, foi um temeroso Adamastor ([54]). Mas, Mangabeira, cujo talento moderado, balanceado com o igualmente brilhante de seu irmão João Mangabeira, na evidência de Deputado Federal, pela Bahia, em iteradas ([55]) legislaturas, era triunfante, se impunha já no círculo de seus contemporâneos. Ao lado de Antero Valladares, moço de desenvolvidas aptidões intelectuais, desaparecidas infelizmente antes dos vinte anos; de Gustavo Kelsch, que se recomendava pela sua grande leitura e pela sua maior biblioteca, posta ao alcance de todos os colegas; de Raphael Pinheiro, cuja oratória já encantava como os albores de um dia eternamente primaveril; de Anatólio Valladares, ainda há pouco falecido nesta cidade, sempre na intimidade máxima dos irmãos Mangabeira; de Methódio Coelho, de Vital Soares, de Achilles Lisbôa e de outros muitos, entrou na convivência social do "*Grêmio Evolução*" (1893-1895), sociedade lítero-científica, que funcionou, com brilho real, até ser o primeiro paraninfo, em 1894, da estátua de Castro Alves, só erigida, não obstante velho desejo de todos, em 1923, na capital da Bahia, como uma das cerimônias comemorativas do centenário de sua independência política.

---

[54] Adamastor: figura mitológica criada por Luís Camões que encarna os perigos, as tempestades, os naufrágios e "*perdições de toda sorte*" que os portugueses enfrentaram nas suas náuticas viagens.

[55] Iteradas: repetidas.

Francisco Mangabeira não gostava de discursar. Era a antítese de outros elementos da sua própria família. No meio das grandes celeumas oratórias, ele se limitava a apartes conscienciosos, à meia voz, de preferência sempre ao lado dos mais calmos e refletidos. Já estava um artista feito, e mantinha todo o silêncio em torno de seu nome. Mas, de perto, muito de perto, recebia as melhores estimulações de um outro poeta: Pedro Licínio, de valor incomparavelmente muito menor, tanto quanto se apagou de todo com o correr dos anos. Era este a companhia infalível de Francisco Mangabeira, a apoiar-lhe os êxtases estéticos e a ovacionar-lhe os ritmos caprichosos de poeta inspirado pelo amor. Desses tempos, é o soneto abaixo, datado de 1894, só muito mais tarde divulgado, e, finalmente, incluído como a página mais antiga e uma das mais simples do seu volume "*Últimas Poesias*", de publicação póstuma:

Desabrochando...
(Mangabeira, 1906)

É muito moça ainda... Mesmo agora
Lhe nasce a flor dos seios inflamados.
Seus lábios purpurinos ([56]), como a aurora,
São de beijos e risos constelados.

Face infantil, onde a alvorada mora,
Dando-lhe uns tons brilhantes e rosados...
Olhos, cujo fulgor tudo colora
De lampejos trementes e doirados.

Parece uma ave, que se alou, há pouco,
Desdobrando, em suave desarranjo,
Um canto alegre, descuidado e louco...

E um novo céu no brando olhar se esboça
Desta criança transformada em anjo,
Ou deste anjo transformado em moça!

---

[56] Purpurinos: purpúreos, avermelhados.

Poesia dos quinze anos, com a data de 1894, positivamente não é um lavor de arte. Mas, como primícias de uma ascensão artística, significou uma realidade logo, porque ficou sendo, sem dúvida, uma página de efetiva poesia. Ao seu tempo, quando o artista tinha olhos para ver e sentimento para compreender o desabrochamento da alma naquele corpo de mulher, em que ainda nascia "*a flor dos seios inflamados*", a física médica, matéria tormentosa do primeiro ano do respectivo curso, atravessava-se na sua passagem, atrasando a marcha progressiva de sua carreira, pois sofrendo os famosos rigores do grande professor Anselmo da Fonseca, não tinha Francisco Mangabeira coragem para investir...

Contudo, foi além... E, quando, no decurso do ano de 1897, os sertões do Norte baiano se assolaram com o flagelo da luta fratricida, conhecida por "*Guerra de Canudos*", cursava o poeta o 3° ano de medicina. Assim, a 27.07.1897, partiu, com a primeira turma de acadêmicos, que seguiram para o campo da luta ingratíssima. Naquele incidente, que tanto se prolongou cancerosamente, porque, mercenários da dignidade do Exército Nacional, erigiram em viveiro de enriquecimento as trincheiras e as colunas das forças legais, os serviços gratuitos da mocidade contaram com o apoio e a iniciativa de Francisco Mangabeira.

E lá esteve ele, onde compôs quase todo aquele grandioso poema, cujas estrofes mais belas, pejadas sempre de bizarra originalidade, se "*escrinizaram*" no volume da "*Tragédia Épica*", como já se adiantou, trazida a lume em 1900. É deveras ([57]) original o poemeto "*Os Três Oficiais*", de data muito anterior à "*Ceia dos Cardeais*", de Júlio Dantas, onde, em colóquio, três moços, não contam os seus amores, mas relatam os seus valores de família. Ei-lo:

---

[57] Deveras: verdadeiramente.

Os Três Oficiais

(Mangabeira, 1900)

Noite... No acampamento rumoroso
Conversam descuidados
Três moços oficiais. Um diz:
– Meu berço
É o mais maravilhoso,
Que pode haver! Nasci nos descampados
Que a ventania agita
Em montanhas de pó no azul disperso...
Doce terra bendita,
Coberta de planícies assombradas,
Que são atravessadas
Pelos fortes gaúchos em cavalos
De patas vigorosas.
Oh regiões amadas
Onde passei tranquilo e sem abalos
A infância, que saudades
Profundas sinto agora
Dos teus pampas, teus Rios e cidades
Onde é mais frio o vento
E as mulheres mais lindas! Onde a aurora
No inverno limpa o céu todo nevoento
E no verão colora
De oiro e luz o radioso firmamento!
Contigo eu aprendi, desde criança,
A arrostar toda a sorte de perigo
E a enterrar uma lança
No peito do inimigo.
Salve, terra dos Pampas, onde a vida
Corre agitada e boa,
E o gaúcho viaja alegremente,
Sem pesares e à toa,
Num animal valente,
Com o lenço no pescoço
E um enorme chapéu de aba caída,
Resguardando-lhe o rosto.
Passa a vida sem sobra de desgosto:

De manhã, muito cedo,
Depois dum leve almoço
De mate ou charque, monta e vai sem medo
Desbravando as savanas...
Descansa em casas pobres, onde moram
Honestos lavradores
E morenas serranas
Que, sem mágoas e dores,
Vivem placidamente e nunca choram.
Quer no inverno sem tréguas,
Quer no verão ardente,
Ele viaja assim léguas e léguas,
Partindo duma estância
E pernoitando noutra. Seus cuidados
Cifram-se unicamente
No cavalo fogoso que ergue as patas,
Numa indomável ânsia,
Levando-o por planícies e por matas
A uma grande distância...
Terra santa e querida, onde os soldados
Passam a vida inteira
Viajando nas cidades e povoados
Que existem na fronteira...
Minha terra natal, eu te saúdo
Com os olhos lacrimosos
Porque em ti deixei tudo
Quanto amei nos meus dias venturosos...
Em ti ficou aquela
Que há de ser minha, o anjo
Em cuja face bela
O firmamento abranjo...
A minha pobre noiva! tão formosa,
Tão inocente, angélica e morena
Que tem na face o aroma duma rosa
E o candor duma pálida açucena...
Tão linda que semelha
Uma linda espanhola
Em cuja boca trêmula e vermelha
Desabrocha a corola

Do beijo... Minha noiva e meu tesouro!
Consolar-me quem há de
Nas horas em que choro
De mágoa e de saudade
Por essa criatura a quem adoro
Como uma divindade?
Ai! o que me alivia
É a certeza que tenho
De que ela pensa em mim muito medrosa
Por saber que me empenho
Nas lutas sem temor como fazia
Na fratricida guerra
Que há pouco se acabou, manchando o solo
De minha nobre terra...
Ela receia ainda
[E é este o meu consolo]
Da intrepidez infinda
Com que às negras batalhas me atirava,
Enfrentando o inimigo nas guerrilhas
Ou nos grandes combates pavorosos...
O brio que eu mostrava
Se acaso uma cidade sitiava
Ou defendia-a em ímpetos raivosos,
Fazendo maravilhas
De bravura. Somente no passado
É que fulge e se encerra
Meu extinto prazer que foi gozado
Nas paragens sem fim da minha terra.
Calou-se o oficial e olhou, com mágoa,
O céu, talvez que vendo novamente
O passado. E seus olhos de repente
Ficaram rasos de água.
O companheiro diz-lhe:
– Meu amigo,
Que é isso? Está chorando?
Console-se comigo
Que também vou saudades suportando.
Sou das bandas do Norte,
Daquelas vastas zonas

Onde pompeia ([58]) caudaloso e forte
Um Rio enorme e túrbido ([59]): O Amazonas.
Palavra! tenho inveja desse Rio,
Despótico senhor daquela plaga
Por onde rola rápido e bravio
Inundando paragens
Que, impetuoso, alaga.
Nasce lá no Peru, vê paisagens
Que parecem quimeras:
Florestas colossais onde os fulgores
Do Sol ao chão ainda não chegaram,
E onde vagam indômitos selvagens,
Enraivecidas feras
E cobras multicores.
Que em suas margens, sequiosos, param.
Nele há ilhas virentes ([60])
Todas cheias de flores
E pássaros de plumas resplendentes...
Como não é soberba a madrugada
Às margens desse oceano
Que os homens chamam Rio:
A passarada
Em cantos sedutores
Vai despertando; as árvores enormes,
Douradas pelo sol, tremem e lançam
Suas sombras informes
Nas águas que de leve se balançam;
Caem flores e frutos
No chão; as onças erguem-se; os macacos
Pulam entre os cipós tortos e fracos;
Insetos zumbem; rútilas serpentes
Deslizam, rastejando
Entre folhas; e os rudes índios brutos.
Enfeitados de penas reluzentes,
Quedam-se, com assombro, contemplando

---

[58] Pompeia: corre orgulhoso.
[59] Túrbido: turvo.
[60] Virentes: verdejantes.

O Sol que lança um fúlgido tesouro
Sobre a copa das árvores acesas.
Às vezes vê-se uma serpente, um touro,
Um animal que abandonou a toca,
A contemplar imóvel de surpresas
Alguma pororoca.
A pororoca assombra a todo mundo,
Tão estranha ela é. Enorme ruga
Surge a face das águas, incha, aumenta,
Qual uma desmedida tartaruga,
Que, saindo do fundo
Do Rio, à tona dele se apresenta...
Ruge, desliza, corre, voa e toma
Um volume espantoso; já parece
Estranho mastodonte
Que, pouco a pouco, assoma
No Rio; desenvolve-se, escurece
Tudo em torno, doudeja, e qual um monte
Que rápido se racha, e treme, e tomba,
Ela desaba num rumor de fragoas ([61]).
Dir-se-ia que se arromba
A terra; as naus afundam-se nas águas,
Que voltam logo à calma acostumada.
Pois bem, nessa região maravilhosa
E privilegiada
Nasci... Ah minha mãe! com que amargura
Revejo a minha vida desditosa
E sinto que a ventura,
Por ser-nos boa, é falsa e mentirosa.
Minha mãe é uma santa
De cujo olhar na doce transparência
Radioso se levanta
Um astro que me leva
Em meio à negra e carregada treva
Da noite da existência!
O mel de seu sorriso
Embriagou a minha adolescência,

---

[61] Fragoas: amarguras.

Que foi um paraíso
Repleto de prazeres.
É a melhor das mulheres,
Tem a alma pura como os jasmineiros,
Que derramam no espaço
Deliciosos cheiros.
Lembra-me ainda quando, à noite, unidos
Num apertado abraço,
Olhávamos no Rio refletidos
Os brilhos do luar que irradiava...
A forte correnteza
Parecia que aos poucos se abrandava
Numa ignorada e mórbida tristeza,
Que nos arrebatava...
Como que andavam almas
De crianças, de monges e poetas
Por sobre as águas calmas,
Onde o luar batia recordando
Um enxame de argênteas ([62]) borboletas.
Ainda eu sinto no meu rosto o pranto
Que ela derramou, quando
A abracei entre lágrimas... Ah! quanto
A ausência martiriza
O coração que sofre e que precisa
Dum consolo qualquer às suas penas...
Ontem eu tinha tudo que queria,
Agora tenho apenas
A saudade que o peito me crucia...
Mas... para que ressuscitar pesares?
Sabem? Vou terminar. Nasci no Norte
Em uma região imensa e rica
Que tem um Rio gigantesco e forte,
Florestas seculares,
Serpentes colossais, feras hediondas,
Lindos pássaros e índias espantadas,
De amplas formas redondas...
Terra ardente que fica

[62] Argênteas: prateadas.

Nas linhas do Equador incendiadas.
Há nela seringais de onde se tira
Toda a variedade de borrachas.
Eu sou filho daí e é por meu gosto
Que me acho com Vocês nesta campanha,
Sereno e resoluto,
De espada e de bombachas.
Com o sorriso no rosto
Termina, e o seu olhar vago acompanha
A fumaça alva e leve do charuto.
Principia o terceiro assim: Nascemos
Na mesma terra, amigos.
No entretanto que extremos,
Que diferença em nossos inimigos!
O de um é o inverno frio,
O do outro é um grande Rio,
O meu é o Sol. Nasci nas terras onde
Impera às vezes um verão que abrasa,
Secando as águas das fontes.
A seca é um triste quadro:
Os horizontes
Muito azuis sem a flecha duma asa;
No campo o gado como que se esconde
Em busca de água, e, sequioso, morre;
Nas árvores, despidas
De ramagens, a luz do sol escorre
Como o pranto radioso dos espaços.
Mulheres inanidas
Com os filhinhos nos braços
Atravessam a estrada enlouquecidas,
Comendo galhos secos e raízes.
As pobres criancinhas
Já nem podem chorar, e as infelizes
Mães para o firmamento
Erguem o olhar, exaustas e mesquinhas.
Após tanto tormento
Morrem pelas estradas,
Numa atitude langue,
Enquanto os filhos sugam-lhe as mirradas

Mamas que expelem sangue.
Sou filho do sertão! Antigamente
Eu era um grande atirador. A caça
Que eu visse estava morta, certamente.
Ah! como tudo passa!
Adeus, noites de Lua que eu amava,
E em que, ao som da viola e do pandeiro,
A tabaroa ([63]) cândida dançava
No centro do terreiro.
Adeus, tiranas ao luar saudoso,
Quando surgiam, frescos e risonhos,
Em minha alma, num bando vaporoso,
Como andorinhas – os primeiros sonhos.
Adeus, oh matas virgens onde tantas
Vezes o meu facão limpo e afiado
Retalhou grandes cobras que, pulando
Sobre mim num furor desesperado,
Por fim às minhas plantas
Caíam rabeando,
Com os olhos a saltar e a boca aberta.
Vendo-as mortas, eu logo
As arrastava pelo chão em fogo
Até chegar à Vila erma e deserta
Trazendo-as como louros de vitória.
Enfeitava as paredes
Da minha casa com seus lindos couros
Cheios de malhas recordando redes
De seda, e contemplava satisfeito
Esses troféus de glória,
Que me custavam tanto. Hoje é desfeito
Todo o meu gozo... Adeus, terra divina
Onde nasceu também a minha filha,
Que é formosa, risonha e pequenina
Como uma pequenina maravilha.
Não é da terra, pois a sua fala
Lembra uma língua angélica e divina,
Que me extasia e embala

---

[63] Tabaroa: simplória.

Entre as nuvens dum sonho transparente.
Miragem sedutora!
Inda é tão inocente
Que nem sabe se é linda e encantadora.
Foi de certo um presente
Que o Deus onipotente
Me deu, porque ela é minha,
Que me sinto feliz por ser cativo.
Dessa pobre rainha,
Que, como um anjo buliçoso e vivo,
Apareceu um dia em minha vida
Para em céu transformá-la.
Minha filha querida
Quando anda parece-me que voa
Pelo meio da sala,
Onde sorrindo entoa
Um alegre canção desconhecida,
Se por acaso fala.
Ao vê-la, tenho orgulho e tenho pena...
Porque ela é tão afável,
Carinhosa e pequena,
Que, ao contemplá-la, fico
A um tempo venturoso e miserável.
Esse milagre imenso eu não explico:
Sou pequeno e sou grande,
Desventurado e rico!
É que esse afeto dentro em mim se expande
Por tal forma que eu temo
Perdê-la ou abandoná-la... Oh Deus supremo,
Se um dia ela deixasse o lar celeste
E eu ficasse sozinho
Ou então se eu morresse e ela ficasse
Como uma ave sem ninho,
Quanto não sofreríamos por este
Mundo! Basta de dor. Tenho na face
Indícios de delírio
Porque falei naquela que é meu gozo
E é todo o meu martírio.
Ah! enquanto saudoso

Sofro, ela ri talvez, porque não sabe
Como é grandioso
O afeto que em mim cabe.
Que ria sempre... e esse sorrir ditoso,
Meu Deus, nunca se acabe!
Aí parou, sentindo
Uma grande tristeza. E o que primeiro
Falou, murmura: Um amargor infindo
Nos lacerou o coração inteiro
Só porque conversamos
Sobre a terra natal onde deixamos
Os entes mais amados.
Diz o segundo: E que por tanto o serem
Tanto nos lastimamos.
O terceiro acrescenta: No entretanto,
Apesar de adorados
E de muito valerem
Para nós que os queremos,
Os deixamos porque,
Alvoroçados,
Gritam os três: Porque inda é mais santo
O amor que à Pátria temos.
Nisto, um rumor metálico e estridente
Perturba a noite quieta.
Eles erguem-se... e partem prontamente
Ouvindo o toque seco da corneta.

As grandezas do nosso Brasil, não foram vistas pelo poeta de "*Tragédia Épica*", pelo seu lado estático, de formas radiantes de uma natureza grandiosa, mas também pelo seu lado dinâmico, em revelações eloquentes da alma do povo, que sente a terra, o seu cenário e os seus homens, em irradiações estupefacientes de uma majestosa e única prodigalidade. Há, em equipolência ([64]) das três zonas – o Pampa, o Amazonas e o Sertão do Cariri – a diversidade de três almas – o gaúcho, o seringueiro e o sertanejo –

[64] Equipolência: equivalência.

as quais são os três oficiais, sentimentalmente díspares no fato da guerra, porque estavam dirigidos por amores diferentes – o da noiva, o da mãe e o da filha.

A correnteza poética, que, dizendo-se nova, por formas extravagantíssimas de Arte e de Estética, procura exaltar a terra e o homem do Brasil, chega tarde, verdadeiramente, em face da prioridade real, que Francisco Mangabeira deu às suas inclinações pela fulgurante grandeza brasileira.

Em "*Tragédia Épica*" os feitos dos homens se celebraram porque eram eles brasileiros, ao mesmo tempo em que se afirmaram como tais, por sua própria razão de ser. Não se forçou a natureza, nem do quadro, nem das figuras, para se exaltar o heroísmo do jagunço, para se afervorar ([65]) o acontecimento épico, contido na grande tragédia, ou para se inundar da luz da glória, a epopeia dos feitos guerreiros. A tragédia, sendo ao mesmo tempo épica, não tira o valor da raça e do homem, porque é a relação entre o doloroso e o heroico, entre o triste episódio e o vibrante heroísmo o Brasil está louvado sem prejuízo da gramática e da arte, sem desprestígio da poesia e do bom senso Falam três almas distintas, com um só sentimento elevado: o amor da Pátria.

Cada um deles sofre, entretanto, o seu amor individualmente, sob a impressão do momento. O que todos exuberam ([66]) por igual – o Gaúcho, louvando os campos, aonde corre o cavaleiro arguto e sem rival; o Nortista, fascinado pela magnificência do Rio-mar, onde se espelha, não a sua figura na correnteza calma, mas a sua alma, nos grandes

[65] Afervorar: encher-se de fervor.
[66] Exuberam: tem em excesso.

momentos das insopitáveis ([67]) pororocas e o Nordestino, assombrado, não com a sua própria sombra, mas com a fartura da luz e de calor, que o Sol dispersa nas terras, onde a vida se modifica para ser virtualmente ânsia e desespero, na sede e na fome espalhadas pelos sertões áridos e crestados – o que todos exuberam por igual, é a fascinação brasileira, o fanatismo da nossa terra, a paixão das nossas gentes, pelo que é seu, no rincão da família, pelo que é nosso, na Pátria Brasileira.

Sentiu Francisco Mangabeira nos campos e nas trincheiras, de Monte Santo a Canudos, através de diversas etapas, o valor étnico daquelas gentes desconformes nos sentimentos individuais, e, no entanto, unânimes na objetiva de felicitar o Brasil pela paz entre os seus filhos, levados a campanhas extremas, sem perda, contudo, da noção de identidade humana, que o fanatismo religioso apenas obumbrou ([68]).

E por isto, para os transviados, o poeta primou na dedicação à caridade. Quando regressou, depois de incendiado o Arraial dos fanáticos e de decapitados muitos deles, pela famosa gravata vermelha, que o foi o degolamento à faca, na fúria dos vencedores, a 23.10.1897, trouxe, como recompensa, os maiores elogios dos chefes militares. Dizia-se que tinha prestado relevantes serviços nos hospitais de sangue, e, mais do que tudo, uma experiência dolorosa do quanto pode, não raro, o atavismo humano.

Porque não salientar o estado d’alma do poeta, como resultado psíquico daquela peregrinação pelos sertões ensanguentados da Bania, com a prova explícita dessa experiência, naqueles belos versos que for-

---

[67] Insopitáveis: irrefreáveis.
[68] Obumbrou: anuviou.

mam a “*Carta do Soldado*”, cuja grandiosidade está justamente na razão direta da simpleza com que se escreveram, num ritmo, vulgar, com a luxúria, entretanto, das rimas preciosas? Lá estão esses versos magníficos, escritos nos arraiais da luta, na “*Tragédia Épica*”, como elemento do grande poema. Mas, eles sós tem o apreço e a valia de um poema.

E ainda não é tudo. Contêm eles quadras que em si sós são outros lautos poemas. Eis uma:

Carta do Soldado
(Mangabeira, 1900)

O soldado embora bravo
É esquecido pela lei...
Mas, se eu aqui sou escravo
Nos teus cismares sou rei!

A alma sensível do poeta, procurou, no extremo oposto ao ambiente sangrento, em que fazia o seu tirocínio quotidiano, o meio próprio para produzir a profunda censura da animalidade sobrevivente do homem – a sua obra foi sempre de criação e de crítica – no fato da guerra. Foi consequência esse ponto de vista, em que Francisco Mangabeira se colocou, da necessidade que provou de expandir o seu interesse artístico, ou psicológico, através da rebelião íntima contra os horrores desenvolvidos tetricamente aos seus olhos, na vizinhança do hórrido Canudos.

Assim, aspirou ele, com uma vaga tristeza, em – “*A Carta do Soldado*” – a uma felicidade, a uma expressão de beleza, que estava prometida, mas sempre e sempre recuada, quando nada pela inércia dos combatentes. Mas, aquela passagem pelas intempéries dos hospitais de barraca, a pensar ferimentos e a curar almas, com a sua palavra inspirada na sua fé ardente de artista, contorceu a diretriz da sua existência tranquila e superiormente serena.

Recordar-se aquele instante doloroso, em que Francisco, metamorfoseado em um cirurgião militar, embora ainda a atravessar as Termópilas ([69]) do terceiro ano do curso médico, dentro de uma farda singela, armado e abatido, na "*gare*" ([70]) da Estrada de Ferro da Bahia ao São Francisco, apertou o seu choroso pai de encontro ao peito, é refazer-se um dos seus grandiosos momentos de sua curta existência de abnegado, que o foi.

Não deslizou pelo seu rosto moreno, uma só lágrima. No entanto, os seus olhos estavam apagados, como as paisagens das serranias envoltas na bruma dos crepúsculos. E, mordendo o lenço branco, sofregamente, nervosamente, pela janela do "*wagon*" ([71]) – fui testemunho de vista – fitou com o saudoso pai, até que o comboio se foi e ele perdeu, com a distância, a vista do genitor estremecido...

O artista desenvolveu-se triunfalmente com o envolvimento do poeta nas angusturas do Exército, a que servia. O médico, porém, só se completou por força do compromisso de diplomar-se que Mangabeira assumiu com a adoção da carreira. E isto, aliás, sem maior retardamento, em 1900, mas também sem notas acadêmicas, que lhe dessem maior brilho entre os seus condiscípulos e colegas.

Ainda no quarto ano do curso, estimulado pelos arroubos dos encômios ([72]) com que Múcio Teixeira, desde 1896, em uma série de artigos, sob o título de – "*Um Novo Poeta Baiano*" – estampada no Jornal de Notícias, da Bahia, e em 1897, em continuado estudo, publicado na Cidade do Rio, o afamado jornal de José do Patrocínio, Francisco Mangabeira estam-

[69] Termópilas: Batalha dos 300 de Esparta contra 250.000 persas.
[70] Gare: estação.
[71] Wagon: vagão.
[72] Encômios: louvores.

pou o seu primeiro livro de versos, sob a impressionante epígrafe de – “*Hostiário*”. Este volume de grandiosos versos, porém, não foi o que primeiro escreveu o poeta. E isto explicou ele em nota aposta ao volume, do teor que se segue:

> Este livro, que tem a prioridade na publicação, não foi o primeiro que compus. Escrevi o “*Hostiário*” de 1896 a 1897, quando já estavam prontos as “*Flâmulas*” e os “*Poemetos*”. Se o prefiro aos outros para a minha estreia, é porque o acho o mais sincero de todos, embora a uniformidade do metro e do assunto, possa torná-lo enfadonho. [...]

As reticências, que não são minhas, mas do poeta, significam, positivamente, muita coisa, porque suspenderam, para sempre, o seu próprio juízo sobre o assunto do poema: o amor. O fato, entretanto, foi que o “*Hostiário*” sensacionou ([73]) e, da Província, o nome do poeta, já definitivamente aureolado, segundo as previsões de Múcio Teixeira, chegou à capital do país, ecoando por todos os Estados, cheio de glórias e de gabos ([74]).

Na Bahia daqueles atrasados tempos, onde, com relativa importância, chegado do Sul, esbanjando a fama que os forasteiros costumam apregoar de si mesmos, pontificava, em rodapés de jornais, Damasceno Vieira, este, do cimo de sua velhice e das ânsias de sua arte passada, não pode deixar de proclamar o triunfo obtido pelo “*Hostiário*” – acrescendo o valor dessa proclamação o fato de que, feito o pregão de Mangabeira, como o fora por Múcio Teixeira, já tinha o novo artista contra si a inimizade daquele poeta como crítico de seu primeiro livro de versos... Pois Damasceno escreveu:

---

[73] Sensacionou: teve grande sucesso.
[74] Gabos: louvores.

Assim como das sete notas musicais, compositor emérito sabe formar variadas e felizes combinações, que nos deleitam o ouvido e nos transportam a sentimentais devaneios, assim também o poeta do – "*Hostiário*" – com limitado número de objetos, compõe um poemeto de 227 páginas: pouco se afasta de "*vossos olhos*" ([75]) deslumbradores, o vosso peito piedoso e são, mãos leves e puras, aquela boca de flor, sorriso brando, cabeça de oiro, tranças bastas e escuras, e a vossa face divina e bela.

Francisco Mangabeira escolheu como tema um único assunto – o Amor; uma cadência única – a dos versos de nove sílabas. Espírito juvenil e já transcendente, soube disciplinar-se a ponto de submeter o seu talento a essa dupla cadeia.

Traça limitado horizonte ao estro; circunscreve a forma dentro dos limites estreitos dos monossílabos; arrisca-se a parecer monótono; porém vence as dificuldades que se criou para a sua estreia; encara o Amor por mil faces; percorre febrilmente toda a gama da paixão, ora otimista, ora pessimista; dobra e desdobra os versos a seu talante ([76]); repete-os como estribilho; enovela-os; distende-os em quadras, em quintilhas, em oitavas; – e produz assim as mais variadas harmonias, subordinadas embora ao mesmo compasso, como se nos proporcionasse um original concerto só composto de valsas, porém escolhidas e emocionantes valsas de Strauss.

Acha-se o livro metodicamente dividido: a cada um dos quatro tipos ideais de mulher, o jovem poeta consagra doze poesias, demonstrando assim que Dona Laura, Dona Leonor, Regina e Santa, merecem-lhe o mesmo culto.

---

[75] Vossos olhos: «Pois o Sol brilha nos vossos olhos» «E em vossos olhos vi minha cruz.» «[...] somente quando veem vossos olhos» «Volvei-me a bênção misteriosa dos vossos olhos de serafim!» «Os vossos olhos são meu fanal» «Nem também rogo doce guarida na luz dos vossos olhos, Senhora»... (MANGABEIRA – Hostiário)

[76] Talante: arbítrio, vontade.

Estava realizado o êxito prometido. O livro emocionava, o livro sacudia a indiferença da Província ressabiada com todos os poetas – prevenção antiga e dolorosa! – o livro, enfim, indicava uma grande individualidade poética, uma grande personalidade artística no seu autor. E bastou "*pour épater*" ([77]). Um seu contemporâneo asseverou:

> Bem sabia que o seu livro era primoroso e tinha de ser apreciado, se não pelo povo, de quem sabia e dizia ser desvalorizada a opinião, mas pelos que têm e sabem apreciar uma estrofe bem trabalhada, e fora dos moldes banais e vulgares da norma

E esse contemporâneo, que emitiu tão firme consideração, foi Fernando Caldas, tecendo o elogio do poeta do "*Hostiário*". Através das páginas desse seu primeiro livro, o amor é a essência e a própria vida do poeta. Por isto Mangabeira talvez adotasse intimamente como flâmula de seu poema, a expressão de Balzac: "*L'Amour c'est mon essence et ma vie*" ([78]).

A razão está por toda a parte. E o poeta a diz nos versos com que abre o hostiário de Dona Leonor:

Dona Leonor
(Mangabeira, 1898)

Nestas poesias eu vos proclamo
A vencedora do meu amor.
Resumem-se elas nisto: – Eu vos amo,
Como as abelhas – o prado em flor.

– Poli o verso, conforme pude
Para cantar
A primavera da juventude,
Que vejo em vossa fronte brilhar.

---

77 Pour épater: para impressionar.
78 "*O amor é minha essência e minha vida*".

Nestas poesias eu vos proclamo
A vencedora do meu Amor...
Resumem-se elas nisto: – Eu vos amo,
Como a ave – o ninho cheio de olor.

Faço com elas uma moldura
Para engastar
A vossa imagem risonha e pura
Os vossos risos, o vosso olhar.

Nestas poesias eu vos proclamo
A vencedora do meu amor.
Resumem-se elas nisto: – Eu Vos amo,
Como o Sol ama seu resplendor.

Uma coroa teço e com ela
Vou adornar
A vossa face divina e bela,
Iluminada pelo luar.

Nestas poesias eu vos proclamo
A vencedora do meu amor.
Resumem-se elas nisto: – Eu vos amo,
Como um crente ama Nosso Senhor.

Inda hei de ver-vos, senhora minha,
A irradiar,
Como se fosseis uma rainha
Vinda das terras de além do mar.

Nestas poesias eu Vos proclamo
A vencedora do meu Amor.
Resumem-se elas nisto: – Eu Vos amo,
Perdidamente, Dona Leonor.

O – "*Hostiário*" – correspondia, pois, à profética anunciação que dele proclamou Múcio Teixeira. Com especialidade na juventude das escolas superiores da Bahia.

É bem dito que o berço do gênio, como o de Hércules, é cercado de serpentes ([79]). Se, de fato, fadas tutelaram o nascimento do poeta, augurando-lhe uma venturosa travessia na vida da arte, é certo também que serpentes lhe acompanharam os passos, por toda a parte.

A proclamação ruidosa que Múcio Teixeira lançou – poeta iluminado com a previsão de profeta – realmente fez anunciar o advento do artista, porque o poeta já estava por si mesmo armado de cavaleiro, "*de ponto em branco*" ([80]).

Mas, prejudicou-lhe a simpatia para outros muitos, que se apaixonaram com as exterioridades bizarras da estranha criação artística.

A estreia de Francisco Mangabeira fundamentou a divisão dos moços contemporâneos em duas correntes, não para que se lhe desse competidor, mas para que se lhe distribuíssem simpatias maiores e menores... Foi, entretanto, mais numerosa a corrente das simpatias. E o poeta, na verdade, ficou para sempre popularizado nas academias de seu tempo.

Dona Leonor
(Mangabeira, 1900)

Da guerra o monstro estertora ([81])
Sob os pés do anjo da paz,
Que lembra Nossa Senhora
Esmagando Satanás.

---

[79] A deusa Juno (Hera), esposa de Zeus, enciumada pela traição de Zeus com uma de suas amantes mortais – Alcmena, enviou duas serpentes para matar Hércules, filho do casal de amantes, ainda no berço.
[80] De ponto em branco: elegante.
[81] Estertora: agoniza.

Partiu o poeta entre os primeiros acadêmicos, de vários anos do curso médico, para os hospitais de sangue, nas circunvizinhanças de Canudos, onde, acastelado, entre defesas naturais, Antonio Maciel, sob o vulgo apavorante de Antonio Conselheiro, fez resistência, durante perto de um ano, aos soldados da República. Na mesma turma de destemidos, seguiu com o rumo do poeta, o seu irmão Carlos Mangabeira. A partida ocorreu na tarde de 27.07.1897, por volta das duas horas, embarcados todos em um carro de primeira classe, tirado pela locomotiva número 18, que, as sete horas da noite do mesmo dia, se deteve na estação da cidade de Alagoinhas, no Norte da Bahia. E essa partida foi uma das cenas mais tocantes a que já assistimos.

Francisco Mangabeira recebia, a todos os instantes, impressões desconhecidas, mas que fundo sulcavam a sua retentiva ([82]), afim de, mais tarde, servirem de germens ao seu livro – "*Tragédia Épica*" – que, não sendo criado com as originalidades com que o fora o – "*Hostiário*" – contudo mereceu críticas mais fortes, a começar por mal entendida impropriedade de seu título, e a terminar por inexpressivas condenações de imagens e de metro. Por toda parte daquele trajeto, em demanda de Canudos, Mangabeira colheu inspirações, cada vez mais poderosas para o seu estro, e mais legítimas para a sua poesia. Toda a viagem foi tormentosa: uma verdadeira Eucaristia de surpresas a de aborrecimentos, não obstante o entusiasmo febril da mocidade. Em Alagoinhas, foram os abnegados moços homenageados com um banquete. Naquele burburinho de ruidosas festas, Francisco manteve a secura de suas linhas fisionômicas, aprofundado, mais do que nunca, porque sempre estivera mergulhado em infinita tristeza, em cismas, que não o abandonaram jamais.

[82] Retentiva: memória.

Depois do baile – minuto de alegria naquele século incomensurável de saudades – às quatro horas da madrugada, precipitando-se a desenvolução ([83]) da viagem que produzia fadigas, embarcavam-se todos e prosseguiam na marcha, conduzidos pela máquina de número 28, às cinco horas e meia da manhã, indo esbarrar, as 9 horas em Serrinha, onde foi servido um almoço, e de onde partiram às 10 horas. As povoações sertanejas recebiam os moços com os alentos de ovações profusas, e todos eles, no aceso dos entusiasmos, vivavam ([84]), por toda a parte, a República, a repelirem a falsa acusação de monarquista com que maldiziam, então, a Bahia. Um escritor expôs assim a primeira decepção daquela mocidade abnegada, ocorrida com a sua chegada a cidade de Queimadas, onde se detiveram às 2 horas da tarde daquele mesmo dia:

> Aí já principiamos a sentir pela família o que martiriza o coração e acabrunha o espírito – a saudade; aí já principiamos a sofrer os horrores da guerra e as decepções do homem grosseiro. Era um representante do Exército Nacional quem assim procedia, muito diversamente dos seus ilustres colegas. Era o sr. Comandante da Praça, Major Nemésio de Sá, que, com a grosseria que lhe é característica, dizia, ao cientificarmos-lhe que éramos os acadêmicos de medicina:
>
> > – Pois bem! Isto aqui é Queimadas! Os senhores procurem seus cômodos. Eu não tenho nenhum, nem posso dar nada!
>
> Incrível! Por esta fúnebre recepção imaginem os leitores o que estava reservado para nós. Não fosse a briosa oficialidade do 24° Batalhão de Infantaria, e teríamos de passar toda a sorte de misérias, ao sabor do sr. Comandante da Praça.

[83] Desenvolução: decorrer.
[84] Vivavam: davam vivas, aclamavam.

> Foram eles que nos deram o alimento preciso para a nossa subsistência e nos dispensaram tantas finezas, que nos fizeram hipotecar-lhes a nossa gratidão. Logo que chegamos a Queimadas, depois de receber-nos dessa maneira o sr. Comandante da Praça, procurávamos os meios de que podíamos lançar mão, quando se nos apresenta o simpático e ilustre Alferes José L. Sodré Pereira, do 16° de Infantaria, a oferecer-nos a sua casa, que, "*embora pequena, poderia comportar todos aqueles que, desinteressadamente, marchavam pressurosos em defesa do torrão pátrio e que também eram seus colegas*". Alguns ficaram com o Sodré e outros com os demais oficiais do 24°, que, além das muitas amabilidades que nos dispensaram, disseram – "*se-rem todos companheiros de luta*". Eis porque não passamos aí privações idênticas às de Canudos.

Tais foram as primeiras provações, com as quais teve de transigir o espírito sereno de Francisco Mangabeira, para preparar-se em êxtases de artista, com que, mais tarde, orientou a sua bizarra – "*Tragédia Épica*". Mangabeira não foi dos primeiros que partiram de Queimadas, o que não obstou, entretanto, que fosse ele um dos poucos que atingiram o Arraial de Canudos, do que dão testemunho as suas produções dali datadas, e que constituem o seu livro referido, quase todo ali escrito, e todo inspirado nas amarguras daquela épica passagem de sua curta existência. Aquela peregrinação piedosa do poeta, dando-lhe experiên-cia para mais tarde escrever o seu poema épico, como o escreveu, sob a forma de uma tragédia de transes dolorosos, teve o seu batismo de sangue, quando, acompanhando a brigada que partira do Rio comandada pelo General Miguel M. Girard, e que passava perto do Rancho do Vigário, sob o comando do Major Henrique de Magalhães, a 15 de agosto, ali sofreu um primeiro ataque da jagunçada, sobre o qual foi que o poeta escreveu o poemeto – "*O*

Batismo de Sangue" – com uma forte impressão realista. É de Martins Horcades ([85]) a narrativa:

> No caminho, perto do Rancho do Vigário, teve ela de sustentar forte tiroteio com os jagunços que se achavam ocultos no mato, falecendo, nesta ocasião, os distintos Alferes Arnaud e Tranquillino. Com ela chegaram também os nossos colegas Bomfim de Andrade, Cordeiro Junior, Adriano Fontoura, Francisco Mangabeira, Carlos Mangabeira, Eduardo Cox e Virgílio Braga, muitos dos quais a pé e fatigados da viagem que fizeram desde o lugar do tiroteio, onde perderam quase tudo quanto traziam, devido à confusão que havia feito o gado, esparramado, talvez propositalmente, pelos vaqueiros que, no dia 1° de outubro, foram encontrados dentro de Canudos.

O poeta, porém, disse o primeiro encontro com o infortúnio da guerra, deste modo eloquentíssimo:

O Batismo de Sangue
(Mangabeira, 1900)

Ei-los em meio à estrada... Exaustos e cansados
Atravessam os montes,
Vingam os alcantis, transpõem os valados,
Sob a chama do Sol que doira os horizontes.
Quem de longe vê essa estranha mole ([86]) humana
Viajando no deserto,
Pensa que está fitando alguma caravana
Em busca de um tesouro, há pouco descoberto.
As lanças, a espelhar, centelham sobre os ombros
Dos soldados robustos
Que vão, calmos, pisando os lúgubres escombros
Do incêndio que torrou os míseros arbustos.
Tontos, os animais escondem-se, escutando
O brado das cornetas,

[85] Alvim Martins Horcades: Descrição de uma Viagem a Canudos.
[86] Mole: massa informe.

Que soam rudemente, as aves espantando
E espavorindo até as mansas borboletas.
E os soldados lá vão, cheios de atrevimento,
Pelos caminhos broncos,
E dormem afinal, exaustos, ao relento,
Deitados pelo chão, nas pedras e nos troncos.
De noite o acampamento, à luz que se bifurca
Em réstias infinitas
Das barracas, parece uma cidade turca
Feita de palanquins, bazares e mesquitas.
Também pode lembrar por causa das ramagens
Que o escondem, na floresta,
Uma taba feliz de indômitos selvagens,
Acesa, celebrando uma pomposa festa.
Divertem-se e, por fim, quando a corneta soa,
Todos vão à procura
Da barraca, onde o pranto oculto corre à toa
Abrandando a saudade imensa que os tortura.
O acampamento fica ermo e silencioso.
Só se percebe pelas
Barracas escorrer um fluido luminoso,
Que é a piedade da Lua e a mágoa das estrelas.
Antes do Sol raiar, quando no céu ainda
Fulge a Lua prateada
Entre os astros, bem como uma princesa linda,
A corneta já diz o toque de alvorada.
Todos despertam logo... Arreiam-se os cavalos
Impacientes e brutos.
E, sem haver tremor de terra nem abalos,
O acampamento cai em dois ou três minutos.
Viajar de madrugada! Eis a maior delícia
Que a existência entesoura:
A mata canta e cheira, o vento é uma carícia,
E no céu muito azul, a aurora muito loura.
Depois desponta um sol esplêndido, sem tréguas,
Incendiando tudo.
E eles têm que fazer uma porção de léguas
Por este ínvio sertão esbraseado e mudo!
A fome e a sede já os desanimam; vê-se

A ampla língua pendente
Da boca de cada um, babando; e assim parece
Que são como os dragões das lendas do Oriente.
Os soldados, ao ver que o doce consolo
Para os seus males tarda,
Desesperam, e alguns caem no ardente solo,
Não podendo aguentar o peso da espingarda.
A canícula atroz incendiou os galhos
Das árvores despidas,
Que se quedam de pé como a pedir orvalho
Que as tornem, como sempre, enormes e floridas.
A viagem finda... Eis quando inumeráveis balas
Pérfidas e certeiras
Fazem nos batalhões claros enormes; alas
E mais alas de heróis tombam no chão inteiras.
Ninguém sabe o inimigo, em que lugar se oculta.
E dos bosques em meio
À peleja cruel e pavorosa avulta,
E é cada vez maior o horrível tiroteio.
Quando os soldados vão descarregando fogo,
Reparam que o adversário
Nada sofreu e, sim, as árvores que logo
Se despenham, fazendo um ruído extraordinário.
A luta aumenta: o solo é um Rio ensanguentado
Onde boiam os mortos.
Como é triste morrer exangue e abandonado,
Sem carinhos! Sem luz! Sem beijos! Sem confortos!
Luzidos batalhões rolam sem vida; os moços
Oficiais feridos
Com as espadas nas mãos revolvem-se nos fossos,
E morrem aclamando os bravos destemidos.
A tropa, sitiada, avança e não recua
Porque ainda lhe resta
Um bando de leões... E, quando surge a Lua,
Acampam, afinal, no meio da floresta.
E aí, vendo que a morte arrebatou metade
Dos companheiros, calma,
Eles choram por fim... mas choram de saudade,
Que a saudade é um luar que temos dentro da alma.

Foi assim que Francisco Mangabeira teve a experiência inicial dos horrores da luta fratricida, sob cuja inspiração direta escreveu o seu brilhante poema, em cujas estrofes mais se cantam as virtudes heroicas dos vencidos, do que as façanhas canibalescas dos vencedores... Por fim, Mangabeira foi operar em um hospital nas vizinhanças de Canudos.

Do seu esforço nesse labor insano, informa o mais vivo testemunho de um seu colega de denodo, Martins Horcades, em seu já referido livro:

> Não me demorei, porém, aí, porque, no dia 23, visto não se ter quase o que fazer, fui a Canudos, e pedi ao Dr. Curió, para me desligar da Brigada, afim de ir servir no hospital, pois havia bastante serviço e os colegas que lá estavam viviam bastante fatigados pelas inúmeras e consecutivas noites, que perdiam.
>
> Imediatamente foi dado em detalhe do dia o meu desligamento, pelo que eu aí fiquei, morando, então, com os distintos e bons colegas João Pondé e Pedro Albernaz. O hospital tinha muitos doentes e feridos e o serviço estava dividido em quartos, que principiavam às 6 horas da manhã e iam até ao outro dia, ficando quem estivesse de quarto obrigado a estar à testa de todo o serviço, quer de noite, quer de dia.
>
> Felizmente aí o coleguismo foi extraordinário e a toda prova, tal o critério de Ernesto Teixeira, Francisco Mangabeira, Josefino de Castro, Epaminondas Gouveia e Joaquim Xavier. Só havia três médicos militares no hospital e nove acadêmicos.

A minutos e a sobranceiro do Arraial de Canudos, jamais a serenidade de ânimo do poeta desapareceu. Ninguém se lhe avantajou na coragem e no afoitamento. Mas, só ele teve alma para sobreviver, no culto da beleza, àqueles horrores da carnificina de irmãos mal compreendidos em seus ideais de fanatismo e, por isso mesmo, finalmente assassinados pela civilização...

Nesse mesmo hospital, permanecendo até à destruição de Canudos, foi Mangabeira o assistente do bravo Major Henrique Severiano, até lhe fechar os olhos de sacrificado com um ferimento no estômago, por bala Mannlicher ([87]), no assalto final, verificado em 1° de outubro de 1897. Foi dali que o poeta viu a chacina dos vencidos, a que alude em sua – Carta do soldado – com que se iluminaram, como adiante entrará em apreço, as páginas de Tragédia Épica:

Dona Leonor
(Mangabeira, 1900)

Da guerra o monstro estertora
Sob os pés do Anjo da Paz,
Que lembra Nossa Senhora
Esmagando Satanás...

De referência à ação de Francisco Mangabeira em Canudos, depôs Múcio Teixeira:

> Tornou-se notável a sua coragem em mais de uma ação, conduzindo nos braços os feridos e os moribundos, que ia levantar do ponto onde caiam, atravessando imperturbável o campo de batalha.
>
> Disseram-me os meus velhos amigos Carlos Telles e Dantas Barretto, generais a quem o recomendei, que era assombroso o sangue frio com que o juvenil poeta atravessava as linhas onde era mais nutrido o fogo da fuzilaria; e que, enquanto os soldados se resguardavam nas trincheiras, o poeta nem se lembrava de que tinha o peito exposto às balas, de tão preocupado com a intenção de minorar as dores dos feridos.

---

[87] Mannlicher: fuzil 8 mm projetado pelo austríaco Ferdinand Ritter Vonn Mannlicher. Arma robusta e precisa com alta cadência de fogo. Pesava: 3,80 kg, com um comprimento total de 1.272 mm, comprimento do cano de 765 mm e um carregador com capacidade para 5 cartuchos.

> Acanhado na roda dos homens, tímido no grupo das mulheres, esquivando-se ao rumor das festas, falando pouco, sempre pensativo e melancólico, com um critério, que lhe desmentia o verdor dos anos, era de uma incomparável audácia nos momentos de perigo e de inexcedível atrevimento nos rasgos da inspiração; dando do seu fogo sagrado um vivo reflexo nas páginas dos seus livros, e da sua bravura exemplos como este: achando-se o seu irmão Carlos, que servia como farmacêutico na ambulância por trás da trincheira negra, onde era maior o perigo, abandonou o seu posto no hospital de sangue e atravessou a linha inimiga até chegar ao ponto a que se destinava.

E nesse estuar ([88]) de coragem, não se deixou perturbar jamais pelo medo comum e que tantas desvantagens trouxe ao êxito pronto das lutas... O mais belo, pois, do segundo poema de Francisco Mangabeira, colheu ele, como as impressões lídimas ([89]) de uma chapa de fotografia, no estranho da luta fratricida, durante a qual, se viu o homem rude ter coragem de vir arrebatar à unha a boca de fogo, que destroçava os seus domínios e o exímio caçador, do cimo de uma árvore esguia, derrubar numerosos soldados, sem a perda de um tiro, apreendeu também que a força tem um domínio sobre a natureza, em virtude da qual só os mais fortes vencem e sempre os menos aptos sucumbem...

Resignação e Descrença
(Mangabeira, 1906)

Olha: a felicidade é um anjo vagabundo,
Que, nem mesmo no amor, palpita e se agasalha.
E, se vive por sobre a vastidão do mundo,
É nos ninhos em flor e nas casas de palha.

---

[88] Estuar: efervescer.
[89] Lídimas: legítimas.

Dali em diante o sucesso da vida do nume foi o de todos os grandes vates: em luta com a sorte, em desafio com o amor, arrebatando-se com os sonhos de glória, nos braços da morte, que, para Francisco Mangabeira, foi prematura. Diplomado em medicina, os seus últimos dias foi perde-los na Amazônia. Fernando Caldas faz a história da vida do poeta sinteticamente:

> Terminada, enfim, a guerra, se tal nome deve dar-se à peleja de irmãos, voltou à cidade do Salvador, depois de ter presenciado por um atavismo da infâmia a degradação de um Arraial à fase lamentosa de escombros, reduzido à tapera pelo incêndio que a tudo, derrocava, amalgamando num montão de ruínas alicerces e habitadores! Aqui permaneceu até o ano de 1900, em que se doutorou em medicina, partindo logo empós ([90]), para o Estado do Maranhão, contratado médico da Companhia Maranhense, Estado em que ficou alguns meses, dirigindo-se depois, para o Amazonas. Daquele, mandou-nos uma carta onde transpareciam incisivamente, lembranças nostálgicas da Bahia, e onde contava a sua vizinhança com Gonçalves Dias.
>
> Chegado a Manaus, leve de lutar, materialmente, pela vida; percorre vários pontos em Comissão do governo do Estado, sempre trabalhando nos misteres da luta que empenhou, voltando ao torrão natal em dezembro de 1902, e aqui permanecendo até março de 1903, época em que parte novamente para o Amazonas com destino ao Acre no elevado cargo de representante do "*Diário de Notícias*".
>
> De fato, lá chegou, e onde mais do que nunca, foram grandiosíssimos os seus consagramentos pela soldadesca desprovida de médicos e farta de moléstias. Ainda em caminho, serviu espontaneamente, e gratuitamente, ao desfalcado 40° Batalhão.

[90] Empós: após.

> Lá sortiu ser secretário da revolução, compondo para apoteose daqueles vendeanos ([91]) ignorados o formoso hino acreano. Prodigalizando novas seivas a organismos depauperados, foi, pouco a pouco, enfraquecendo o seu, naquele clima enfermiço e cheio de impaludismo, até que apanhou a desgraçada polinevrite ([92]), que o tinha de roubar à glória da Pátria e ao aconchego do lar e dos amigos.

A felicidade, fugindo ao encontro material do poeta, surtia em cavalgada das Valquírias... Tanto mais longe se punha quanto mais próximo dela se sentia o vate... E assim tombou ele como um Sol de oiro, num leito de lençóis sanguíneos, na fimbria do horizonte oceânico...

A sua passagem pelo Acre, como por toda a parte, captou mais do que amizades, porque captou dedicações... Ali assomou como um leão de farta juba, no promontório da serra, descalvada ([93]), olhando arguto as cercanias e desferindo o seu grande grito de alerta, no pomposo hino acreano, em que o patriotismo não consegue abafar a inspiração do nume. Múcio Teixeira confirma o êxito do homem no meio político do extremo Norte:

> E mais tarde, convidado pelo Coronel Plácido de Castro para dirigir o Corpo de Saúde do seu exército na guerra contra a Bolívia, não vacilou em aceitar a temerária incumbência, afrontando simultaneamente as ameaças climatéricas da pestífera região do Acre, temeridade que lhe custou a preciosa existência, morrendo em consequência do veneno paludoso, expirando em pleno mar, quando regressava, com a esperança de exalar o último suspiro no seio da família.

---

[91] Vendeanos: naturais, habitantes locais.

[92] Polinevrite: polineurite.

[93] Descalvada: sem vegetação.

Foi o trágico da vida na epopeia vivida da poesia: o poeta vencido pelo homem, depois de iterativas derrotas na existência. Mas, a memória dos companheiros reteve graves iluminuras ([94]) a que atingiu o poeta do Hostiário. Xavier Marques, de quem Francisco, ultimamente na vida, esteve muito próximo, através de Octavio Mangabeira, que se iniciava intelectualmente ao lado do tradicionalista romântico do Pindorama, romanticamente expõe; os últimos estágios da existência luminosa de Francisco Mangabeira:

> Dessa campanha, quase inverossímil, entretida naqueles confins da Amazônia, entre florestas e águas formidáveis, apreende o poeta os elementos heroicos e compõe uma espécie de lenda com muito maior dose de maravilhoso do que lhe emprestava o comum das imaginações.

Subia quotidianamente à sala do Diário de Notícias e todos os dias nos falava dos Acreanos, com tal sentimento do extraordinário dos seus leitos, que fazia prever um novo lance semelhante ao de Canudos. Afinal aparece-nos a anunciar sua próxima partida para o Acre. Já não era surpresa. O que foi essa aventura de cavaleiro cruzado, inocente de qualquer pensamento egoísta [...], o que lhe custou em fadigas e tenacidade essa viagem, a princípio como médico gratuito de um Batalhão, depois a sós, pela vazante do Rio, ora em canoas, ora a pé, sob os flagelos do clima equatorial, até alcançar a sonhada Palestina, disse-nos ele, sem nenhum encarecimento, em uma série de Cartas do Amazonas, páginas impressionistas, onde estampa o sacrifício dos soldados brasileiros, com aquela imensa piedade que na "*Tragédia Épica*" se estende aos próprios cães, esfaimados, a ganir e a expirar sobre a cova dos sertanejos:

---

[94] Iluminuras: letras capitulares dos manuscritos medievais.

Os Cães
(Mangabeira, 1900)

Numa angústia sem fim, iam passando os dias
E as noites a chorar junto das sepulturas,
Até que, pouco a pouco, a fome, a sede e as penas
Os prostraram, e à luz das regiões serenas
Eles morreram como angélicas criaturas...

Está quase a findar a Ilíada do nosso virtuoso boêmio. No Acre fraterniza com os guerrilheiros de Plácido. Ajusta-se facilmente às condições do seu viver afanoso e nômade. Serve como secretário da Revolução e escreve o Hino Acreano que é aprovado no acampamento de Boa Fé.

Ouçamos, através de uma só estância, como se afina a alma do poeta para o sentir daqueles patriotas:

Hino do Acre
(Francisco C. Mangabeira)

Mas, se o audaz estrangeiro, algum dia,
Nossos brios de novo ofender,
Lutaremos com a mesma energia,
Sem recuar, sem cair, sem tremer.

E ergueremos, então, destas zonas
Um tal canto vibrante e viril,
Que será como a voz do Amazonas
Ecoando por todo o Brasil.

Depois disso, é a doença palustre, a volta a Manaus, o embarque para a Bahia, os delírios e a morte no mar, após um brado de agonia em que proclama o título que era todo o orgulho da sua fronte ingênua e modesta: – "*Como é que morre um poeta com vinte cinco anos!*".

Encerrava-se, mal se abrira, o ciclo daquela existência nervosa, em pleno oceano, e, passando já o primeiro quartel de século, Francisco Mangabeira – na data de 27.01.1904 tombava em viagem de retorno à Bahia, depois de experimentar os tóxicos da inospitalidade do Alto Acre, como experimentara a ebriez ([95]) do sangue nas trincheiras que dominaram, álacre, os Arraiais fanáticos de Canudos...

Reter-me-ei, por agora, no fato mesmo de sua morte, como traço de mais colocado entre as duas expressões de sua mentalidade: a poesia e a glória.

Como se teria dado essa afirmação terrena de sua qualidade de sobrevivência? Falaram antes de nós os seus biógrafos, embora longamente se reproduzindo a cena de pôr de Sol na amplidão do Oceano sem limites, a confirmar quanto o poeta asseverou por conta própria:

E grande, e nobre,
e mudo, morreu...

O Sol subia
amortalhando-o
em oiro...

(DINIZ, Almachio, 1929)

[95] Ebriez: embriaguez.

Rio Acre

O Rio Acre nasce na fronteira entre o Brasil e o Peru, nas coordenadas 10°56’05,44” S / 70°31’46,89” O, a uma altitude de 356,5 m, segundo a 1ª Comissão Brasileira Demarcadora de Limites.

Imagem 06 – Nascente do Rio Acre

XI – Ata de inauguração de três marcos, sendo um na nascente do Rio Acre e os outros dois no Meridiano da nascente do Rio Chambuyaco, em 24.11.1922 [...]

> O terceiro Termo contém o seguinte: que o marco [Marco N° 3] é de referência à nascente principal do Rio Acre e foi inaugurado no ponto cujas coordenadas são – 10°56’05,33” S e 70°31’48,28” O de Greenwich, em terreno alto e firme ([96]), em substituição ao que deveria ser levantado na própria nascente, no ponto de Latitude 10°56’05,44” S e Longitude 70°31’46,89” O de Greenwich, visto ser este último ponto sujeito a inundações. A referida nascente fica à distância de 42,2 m e ao rumo verdadeiro de 85°27’18” Sueste do marco. Os três marcos acima citados são todos iguais, formados de peças de ferro galvanizado ligados por parafusos e porcas, apresentando a forma de um tronco de pirâmide que tem 2,6 m de altura e como base um triângulo equilátero de 0,9 m de lado. [...]
>
> O 3° marco suporta semelhantemente uma placa igual, tendo a inscrição “*Brasil*” voltada para o território brasileiro, e a inscrição “*Peru*”, para o território peruano [...].
>
> A base do marco está fixada por seus vértices em 3 estacas de madeira de lei, que tem 1,00 m de altura, com 0,10 m acima e 0.90 m abaixo do solo. Essas estacas estão contidas em um pilar de concreto, de secção triangular, com a altura total de 0,20 m, sendo 0,10 m acima do solo, no qual se acha engastada a referida face. [...] (MRE, n° 99)

Nascente do Rio Acre na Web

Embora a nascente do Rio Acre fique exatamente no Marco 3, fronteira entre o Brasil e o Peru as informações colhidas na Web afirmam erroneamente que a mesma está localizada no Peru.

---

[96] 356,52 m de altitude.

biblioteca.ibge.gov.br

> O Rio Acre tem sua nascente no Peru. [...]

portaldopurus.com.br

> O Rio Acre é um Rio que tem sua nascente no Peru [...]

pt.wikipedia.org

> O Rio Acre é um curso de água que tem sua nascente no Peru [...].

Bacia Trinacional do Rio Acre

Desde a nascente corre na direção Oeste-Leste, balizando a fronteira brasileiro-peruana até a Boca do Rio Yaverija, tríplice fronteira formada pelos municípios de "*Assis Brasil*", no Brasil, e "*Iñapari*", no Peru, depois de percorrer 172 km.

> O Tratado de Limites, Comércio e Navegação na Bacia do Amazonas [brasileiro-peruano], acordado em 08.09.1909, afirma: "*Por el Río Acre, aguas abajo, hasta la Boca del Riachuelo Yaverija ([97]), donde empieza la frontera con Bolivia, cerca al poblado de Iñapari*".

O Rio Acre, a partir da Boca do Rio Yaverija passa a demarcar a fronteira brasileiro-boliviana até os municípios de "*Brasileia*", no Brasil, e "*Cobija*", na Bolívia, onde penetra definitivamente em território brasileiro, depois de percorrer 180 km.

---

[97] Protocolo Ratificatorio de Fronteras entre Perú y Bolivia (15.01.1932): Desde la Boca del Río Yaverija, en el Acre, una línea geodésica hasta la parte Occidental de la barraca Illampu, en el Río Manuripe. Desde allí otra línea hasta la boca del río Heath, en el Madre de Dios.

O Acre é, portanto, um Rio fronteiriço, por 352 km, desde a sua nascente até "*Brasileia*".

O Rio Acre brasileiro tem uma extensão de 634 km desde a cidade de "*Brasileia*", AC, fronteira boliviana, até sua Foz na margem direita do Rio Purus, na "*Boca do Acre*", AM.

Os 342 km entre "*Brasileia*", AC, e "*Rio Branco*", AC, só são navegáveis, para embarcações maiores, no período das chuvas. A profundidade nos 292 km que separam a cidade de "*Rio Branco*", AC, e "*Boca do Acre*", AM, varia de 2,10 m, nas cheias, a 0,80 m, na vazante. O Acre totalmente brasileiro tem um comprimento de 634 km.

O período das cheias vai, normalmente, de janeiro a maio, e o mais crítico das vazantes é o mês de dezembro. Em "*Rio Branco*" as pontes que dificultam ou mesmo impedem a passagem de embarcações maiores. A montante de "*Rio Branco*" é atravessado por duas pontes internacionais; a primeira ligando "*Assis Brasil*" (Brasil), a "*Iñapari*" (Peru), e a outra unindo "*Brasileia*" (Brasil), a "*Cobija*" (Bolívia).

A extensão total do Rio Acre é de cerca de 986 km de extensão desde sua nascente até a Foz no Purus.

É o mais importante afluente do Purus e famoso por ter sido o palco capital da Revolução Acreana. A Bacia do Acre é razoavelmente povoada e às suas margens encontramos as cidades de "*Iñapari*", peruana, "*Cobija*", boliviana, e as brasileiras "*Assis Brasil*", "*Brasileia*", "*Epitaciolândia*", "*Xapuri*", "*Rio Branco*", "*Porto Acre*" e "*Boca do Acre*".

A navegação em “*gaiolas*” ([98]) é feita até a cidade de “*Cobija*” durante a cheia (dezembro a maio) e até “*Rio Branco*” na vazante. A Bacia do Acre é também unilateral pois seus afluentes importantes são todos da margem esquerda, o Xapuri, o Riozinho e o Antimarí.

Relatos Pretéritos

Antônio Rodrigues Pereira Labre (1872)

IV

> É provável que haja minas de prata e ouro, porém em território boliviano para as serras e montes, em que tem origem as cabeceiras do Purus, e seus afluentes da direita a contar das do Acre inclusive para cima, segundo algumas informações pouco claras, colhidas dos índios pelos mais antigos do lugar.
>
> O país não é pedregoso, sendo muito escasso de pedras em suas margens e adjacências, exceto para o interior das terras altas, e Rios afluentes da direita, onde existe infinidade de pedras diferentes inclusive as de amolar, e as de fogo.
>
> Nas margens do Rio Acre, no tempo da vazante, mostra-se nas ribanceiras grande quantidade de salitre.
>
> Há larga extensão de terra vegetal nas terras baixas do Purus, criadas pelas inundações periódicas. Encontra-se em toda parte barros ou argilas diferentes, com propriedades para o fabrico de tijolo de alvenaria, telhas, e toda sorte de louça grossa. (LABRE)

---

[98] Gaiola: embarcação fluvial muito utilizada, na Bacia Amazônica, como transporte de pessoas, mercadorias, correio, comércio, etc.

Antonio Pedro de Carvalho Borges (1876)

As explorações feitas, nos últimos anos anteriores a 1867, foram as seguintes: [...] Pelo engenheiro M. Chandless a do Rio Aquiri, afluente do Purus. (BORGES)

João Craveiro Costa (1940)

Ao enfrentar o problema da cultura coletiva do Território e dos seus movimentos em adaptar-se às suas recíprocas necessidades, impõe-se a primeira pergunta: Que espécie de civilização contribuiu para colonizar o Acre? Não resta mais a menor dúvida que a grande massa povoadora do Acre foi a do nordestino brasileiro.

Em 1877, chegava à foz do Rio Acre uma lancha: a "*Anajás*". Nela vinha o primeiro e maior explorador do Acre: Manuel Urbano da Encarnação. Entre outros acompanhavam-no seu filho Braz Urbano, João Gabriel de Carvalho, Chagas Souza, Damasceno Girão, Antonio do Sacramento, José de Matos.

No rastro de Urbano seguiram-se outros exploradores e na trilha destes, vários anos depois, todo o exército do nordeste.

Então vamos procurar saber quais as condições de vida do sertanejo na época da emigração. Ele era nada mais nada menos que um denodado animal da era patriarcal de plantação. Remanescente da economia agrícola da cana de açúcar. Boiadeiro e vaqueiro pelo regime paralelo da criação. Entre a boiada e a bagaceira o ser escanifrado ([99]) das lonjuras nordestinas passeava.

---

[99] Escanifrado: descarnado.

Era ainda um produto cósmico; dependia do Sol e da chuva; vivia com o termômetro da sua angústia preso à tensão atmosférica e dependia sempre daquela espantosa febre celestial que estorricava caminhos, plantas, bichos e homens. [...] A Bolívia agora pleiteava o estabelecimento de repartições fiscais no Acre, para não abandonar por mais tempo regiões sobre as quais estavam definidos os seus direitos, apesar da suspensão dos trabalhos de demarcação.

E o Sr. Dionísio de Cerqueira que tanto complicou a questão, fosse embora opinião sua que o "*protocolo de 1895 fora assinado na hipótese de ser exata a posição daquela nascente*" [a do Javari]; que suspendera a demarcação para se entender diretamente com o governo boliviano; que sustentava que "*os trabalhos de uma demarcação não produzem os seus efeitos enquanto não são aprovados pelos governos interessados*"; que afirmava que a linha geodésica Madeira-Javari não tinha aquela condição essencial; o Sr. Dionísio de Cerqueira, a 23.10.1898, consentia que a Bolívia estabelecesse no Rio Acre uma alfândega. E nestes termos se dirigia ao governador do Amazonas:

> Podeis concordar no estabelecimento do posto aduaneiro do Acre ou Aquiri, em território incontestavelmente boliviano, isto é, acima da linha tirada do Madeira ao Javari, na verdadeira Latitude determinada pelo Capitão-Tenente Cunha Gomes.

E a nota terminava com este remate de excessiva confiança:

> O Sr. Ministro do Exterior assim procede confiado na declaração feita pelo Dr. Paravicini, no seu "*memorandum*", segundo a qual dito posto aduaneiro será instalado em território incontestavelmente boliviano.

Era um absurdo. A nota de 25.04.1898 declarava suspensa a demarcação pela necessidade de uma retificação nos trabalhos feitos. A linha Cunha Gomes, por não ter sido aprovada, não criava nem dirimia direitos. Não existia. (COSTA)

Charles Frederick Hartt (1941)

É muito provável que camadas cretáceas marinhas se sotoponham aos ([100]) depósitos terciários por todo o vale do Amazonas, mas o único lugar onde elas se mostram, tanto quanto posso assegurar, é no Aquiri, afluente do Rio Purus, onde foram examinadas por Chandler, como foi referido pelo Prof. Agassiz. Não me consta que estejam expostas em outro qualquer lugar para Leste ou qualquer dos lados do vale. (HARTT)

Goycochéa Luís Felipe de Castilhos (1943)

A descoberta dessas terras, aliás, tivera lugar em 1852, por um brasileiro – Manoel Urbano da Encarnação – cuja viagem foi seguida, em 1857, por João Rodrigues Cametá, e em 1861 por João da Cunha Corrêa. Guiados somente pelo instinto de aventura ou pela necessidade imediata de ganho, não cogitaram os pioneiros sobre a soberania da região, se brasileira, se boliviana ou peruana.

Os bandeirantes e os "*adelantados*" ([101]) também nunca tiveram em conta a letra dos ajustes políticos referentes às terras que perlongavam e se apossavam. O fato é que com rapidez incrível, mercê da riqueza da região em florestas de seringueiras, foi povoada uma área que não será demais calcular em 200 mil km^2, porque se estendendo do Rio Madeira à

[100] "*Se sotoponham aos*": fiquem por baixo dos.
[101] Adelantado: alto dignitário espanhol que "*levava a cabo*" ou "*adelante*" uma empresa pública por determinação do Rei.

serra de Contamana, da foz do Pauini, no Purus, às nascentes do Tahuamanu, afluente do Orthon. O governo Brasileiro, oficialmente, não conhecia até onde tinham chegado suas avançadas rumo Sudoeste.

O governo boliviano nem oficialmente nem oficiosamente tivera conhecimento da penetração brasileira na região que em suas cartas é assinalada como Departamento de "*Madre de Dios*". A melhor prova disso reside na declaração feita pelo ministro boliviano, D. Francisco Vellarde, em 28.07.1886, por ocasião de conferência que pronunciou na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, em presença de Pedro II, de que o Rio Aquiri ou Acre ainda não havia sido descoberto, mas que o seria em breve...

Quanto ao Brasil basta consultar a carta do Amazonas contida no Atlas do Império do Brasil, de Cândido Mendes de Almeida ([102]), impresso em 1868, na qual carta não figuram o Rio Acre e os mais do sistema. Tem-se nessas condições, que a região começada a povoar pelos nordestinos brasileiros em 1877 estivera até então total e absolutamente desconhecida e só seria habitada por silvícolas. (GOYCOCHÉA)

Paul Le Cointe (1945)

Enchentes Anuais

[...] Proveniente principalmente da fusão estival das neves acumuladas durante o inverno nas altas cimas da Cordilheira dos Andes e também das chuvas torrenciais que, durante mais da metade do ano, caem sobre a imensa área da Bacia Amazônica,

[102] Cândido Mendes de Almeida (14.10.1818 – 01.03.1881): advogado, jornalista e político brasileiro. Deputado Geral em 5 legislaturas e Senador do Império do Brasil de 1871 a 1881,

desce uma massa d’água enorme que se derrama periodicamente nos afluentes do grande Rio, e, não achando no leito deste coletor, quase sem declive, um escoamento bastante rápido, as ondas que sem cessar avançam, empurrando-se, crescem, intumescem e transbordam, antes de chegar ao oceano, ameaçando cobrir todas as terras marginais.

É quando, aproveitando os numerosos canais permanentes, e mesmo abrindo caminho através de todas as depressões das ribas, o Rio invade os lagos marginais cujas águas, menos rapidamente engrossadas pelas chuvas locais, ainda têm um nível inferior ao seu, e aí, podendo estender-se numa ampla superfície, elas se acham consideravelmente retardadas no seu movimento ascensional.

Devido a este fenômeno, a inundação não tem nada de brutal, progride lentamente, e, salvo raras exceções, torna-se benéfica em razão dos depósitos fertilizantes que deixa sobre o solo.

Começando o nível das águas a subir desde outubro no curso superior dos grandes afluentes da margem direita, que descem da Cordilheira, como o Rio Beni [Alto Rio Madeira], e também no Rio Acre [Alto Rio Purus] e no Alto Rio Juruá, é somente em fins de dezembro que, em frente de Óbidos, se notam os primeiros sinais da enchente.

Atingido o “*maximum*” no princípio de junho, poucos dias depois as águas começam a baixar, mais ou menos rapidamente, até meado de novembro.

Nesta época manifesta-se uma pequena maré, chamada “*repiquete*”, logo seguida de nova vazante, inferior à primeira, até fins de dezembro quando principia a nova enchente. (COINTE)

Cláudio de Araújo Lima (1952)

XX - UMA PARADA NA SELVA

Nos últimos dias de 1902, um sopro de esperança correu pelo acampamento boliviano. As escassas águas do Riacho a que estava reduzido o Rio Acre começaram a turvar-se. Abençoado prenúncio da cheia. É a corrente que principia a agitar o leito argiloso e cheio de pedregulhos, prometendo engrossar nos dias que se vão seguir. Com ela, também será a esperança de ver daí a pouco apontar alguma embarcação, que anuncie novos socorros, além dos que já trouxer a seu bordo. A vida em "*Puerto-Acre*" ressurgirá, restituindo o ânimo para enfrentar toda a adversidade que o destino lhe haja traçado. [...].

À medida que se avoluma lá em baixo o caudal de águas barrentas, os trabalhos de fortificação ganham uma nova intensidade. Cavam-se trincheiras. Derrubam-se árvores. Distendem-se cercas de arame farpado. Assentam-se medidas estratégicas. Sobretudo, acompanha-se, sob a maior ansiedade, o ardor com que o maquinista da lancha da Delegação procura restabelecer o funcionamento do canhão tomado aos "*Poetas*", dois anos atrás. Várias tentativas já se levaram a cabo, para fundir à custa de metais imprestáveis a peça que exige substituição. Em vão.

Desta vez, porém, com a decisão de aproveitar uma âncora que a lancha possui a mais, tudo indica que o êxito será infalível. [...] E de fé, que, aliás, recrudesceu na alma daqueles defensores do território que tem de ser entregue aos rubicundos ([103]) senhores do "*Syndicate*", a essas horas em viagem para "*Puerto-Acre*". (LIMA)

---

[103] Rubicundos: avermelhados.

Aroldo de Azevedo (1964)

Restos de vértebras coletados por Chandless na Bacia do Rio Aquiri, afluente ao Alto Purus, tidos por Agassiz como pertencentes aos mosassauros, répteis marinhos cretáceos, e a existência de pedaço de dente desses répteis numa coleção que pertenceu a Agassiz, etiquetado como procedente do Rio Tapajós, são elementos que parece indicarem terem as transgressões marinhas cretáceas da Amazônia se estendido para Leste. (AZEVEDO)

Rogério Cavalcante (2014)

[...] William Chandless não foi o primeiro explorador do Acre! Não foi o primeiro a navegar pelo Rio Purus, pelo Rio Chandles, pelo Rio Acre, nem pelo Rio Juruá! Ele não fundou nenhum povoado, não instalou nenhum Seringal e ele não colonizou nenhuma região do Acre. Antes dele, o amazonense Manuel Urbano da Encarnação já havia percorrido o Rio Purus e o Rio Acre, já havia descoberto o atual Rio Chandless. Além disso, Manuel Urbano descobriu a primeira seringueira da região do Purus e fundou a cidade de Canutama, no Amazonas. Inclusive foi Manuel Urbano da Encarnação que designou o seu próprio filho Braz para acompanhar William Chandless e lhe mostrar onde fica o atual Rio Chandless. Também antes de William Chandless navegar pela Amazônia, o diretor de índios João da Cunha Correia já havia desbravado a região do Juruá. Também antes dele, o pernambucano Serafim da Silva Salgado já havia revelado o Rio Acre e explorado o Rio Iaco. E, finalmente, também antes de William Chandless navegar pela Amazônia, o sertanejo cearense João Gabriel de Carvalho e Mello, o Fundador do Acre, já havia colonizado a região do Baixo Purus, sendo considerado o primeiro colonizador do Purus e do Acre.

Além disso, João Gabriel foi o responsável pela fundação de cidades como Beruri, Lábrea e Boca do Acre, onde fundou vários seringais, inclusive o primeiro Seringal do Purus e os primeiros seringais próximos à Foz do Rio Acre. Portanto, com toda certeza, qualquer um dos brasileiros supracitados [Manuel Urbano, João da Cunha Correia, Serafim da Silva Salgado, João Gabriel de Carvalho e Mello], pelos seus feitos, merecem muito mais do que William Chandless essas homenagens todas.

Mas é aquela tal história, muito comum aqui em nosso país, onde se diz que "*santo de casa não faz milagres!*" É incrível, como nós brasileiros não damos valor a nós mesmos! O mérito de William Chandless foi o fato de ele ser geógrafo, ter sido enviado por uma instituição científica reconhecida internacionalmente e provir de um país que vivia o auge de seu poderio econômico na época, que era o centro das pesquisas científicas e da economia mundial e, aproveitando-se de tudo isso, ele enviou para a Inglaterra vários relatórios de suas viagens, que falavam de uma região até então desconhecida dos europeus.

É bom lembrar que durante o período em que William Chandless esteve nas regiões do Purus e Juruá, outros inúmeros pesquisadores e cientistas ingleses também estiveram em outras partes da Amazônia, com a suspeita de que por trás de tudo isso estava mesmo era o interesse do governo inglês de espionar a Amazônia brasileira, pois a Inglaterra estava em conflito com o Brasil desde o início do século XIX [Questão do Pirara] e as suas tropas já haviam invadido o atual Estado de Roraima.

Não podemos esquecer nunca a invasão de Roraima e o roubo da seringueira pelos ingleses, fato este que acabou com o opulento ciclo econômico da borracha na Amazônia! (CAVALCANTE)

O Rio Amazonas II
(Francisco C. Mangabeira)

[...] Porém, esta doçura em breve se acabou,
Porque ele, impetuoso, o dossel desmanchou,
E avolumando o curso audaz, de lado a lado,
Deu um pulo, entesou o tronco revoltado,
Empolando-se todo em desesperos mil,
Sinuoso e coleante a modo de um réptil,
Cuja cauda sem fim, retorce de tal modo
Que parece arrochar, gemendo, o mundo todo.

As onças a rugir chegam de muito além
Para espiar o duelo e, não vendo ninguém,
Rolam os olhos maus nas órbitas redondas
Esgueiram-se, e, curvando as patas hediondas,
Vão se agachar atrás das árvores senis,
A cujo tronco adusto, assombradas e vis,
Se colam... À feição de colossais espectros,
Ou desgraçados reis sem tronos de ouro e cetros.

As árvores, tremendo, afilam-se, de pé,
E ante o Rio voraz, dizem juntas: – Quem é?
Mas o altivo gigante, escachoando ([104]), avança,
Aos barrancos iguais, colérico, se lança,
A separar com fúria as pedras, a torcer
As plantas, a arrancar os troncos com prazer.

E os troncos vão boiando aos tropicais fulgores,
Rebentando-se ainda em preciosas flores
Que, vendo-os a descer entre olores e roncos,
Adejam devagar e pousam nesses troncos....
E bifurca-se o Rio, ilhas formando aqui,
Um estreito adiante, um Lago puro ali... [...]

---

[104] Escachoando: borbotando.

O Acre na Imprensa

Jornal do Comércio do Amazonas, n° 409

Manaus, AM – Domingo, 05.03.1899

S. Exª o Deputado Federal Dr. Innocêncio Serzedello Correia e o Comércio do Amazonas

[...] A Bolívia mandou um Delegado Especial para estabelecer aduanas no Rio Acre dentro de uma zona em litígio e em virtude do Convênio Cerqueira-Paravicini, cujo texto ninguém conhece. Como todo o Convênio ou Tratado Internacional, precise da sanção do Congresso Federal e ainda não foi remetido a esta corporação que é a única competente para fazer decidir a cessão do território ou submeter à arbitragem a solução do caso quando não exista conformidade entre as partes litigantes. Os anteriores Convênios nunca vigoraram, e hoje estão denunciados; pelo simples Acordo Cerqueira-Paravicini não é possível que o Brasil ceda todos os seus direitos a outra nação com prejuízo da mais importante e quase exclusiva produção da imensa zona Amazônica. Se vigorar o decreto Paravicini, batizado pelo "*Comércio do Amazonas*" de "*Carta de Corso*", a navegação de cabotagem desaparece, pois além dos novos tributos a que ficam sujeitas as procedências brasileiras que seguem para o Acre, os comandantes dos vapores declararam às casas armadoras que eles não passariam de "*Puerto Alonso*" por não se acharem dispostos a sofrer humilhações, arriar bandeira e pagar direitos ao estrangeiro pelos aviamentos brasileiros encomendados por brasileiros e conduzidos a terras brasileiras, onde se sacrificam e trabalham há mais de 30 anos. [...] (JCA, n° 409)

Jornal do Comércio do Amazonas, n° 428

Manaus, AM – Domingo, 26.03.1899

A Questão com a Bolívia

O Dr. Serzedello Correia conferenciou com o Dr. Campos Salles, Presidente da República, a respeito do incidente Bolívia-Brasil na região do Purus e do Acre. Conferenciará também com o Dr. Olyntho de Magalhães, Ministro do Exterior. Posso assegurar que o governo, bem orientado agora, insta junto ao governo boliviano por uma nova exploração, afim de fixar-se definitivamente o paralelo das cabeceiras do Javari, conforme o Tratado de 1867. O governo declara que trata de preparar-se para pôr em prática essa medida e, se a Bolívia não aceder à nova exploração, mandará que continuem os Rios brasileiros fechados ao comércio boliviano, não podendo transitar por eles senão exportação nacional. Agora bem informado, o governo vela pela salvaguarda dos interesses da região amazônica. (JCA, n° 428)

Jornal do Comércio do Amazonas, n° 508

Manaus, AM – Sexta-feira, 14.07.1899

Mouros na Costa

Acaba de tomar a palavra sobre o projetado convênio bolívio-americano a última parte interessada que faltava dizer a respeito. O governo da Bolívia, diz um telegrama publicado no Rio em 4 deste mês, ordenou aos respectivos cônsules no Pará e Amazonas, que

desmintam a existência de um convênio entre o governo daquela república e o da América do Norte sobre o Rio Acre.

Como se vê, é mais uma negativa, tal qual as outras, e como elas, baseada num sofisma grosseiro. O governo boliviano nega, repare-se bem, a existência de um convênio com os Estados Unidos. Poderá, porém, negar que houve tentativa de levar a efeito esse convênio? Que a minuta respectiva foi redigida? Que o seu representantes deu os primeiros passos para o conseguir, e só não foi mais adiante graças à denúncia partida das colunas deste jornal, desmascarando a trama hedionda duma guerra entre vizinhos e da intervenção de um estranho? (JCA, n° 508)

Jornal do Comércio do Amazonas, n° 007

Manaus, AM – Quarta-feira, 23.08.1899

Estabelecimento de Alfândegas no Acre e Outros Rios

O estabelecimento de uma alfândega ou Posto Fiscal da Bolívia à margem do Rio Acre ou Aquiri tem atraído tanto a atenção pública, que devo entrar em particularidades dispensáveis em outras circunstâncias. O primeiro documento que encontro é um "*memorandum*", datado de fevereiro do ano próximo passado, em que o Sr. Paravicini, que então aqui estava exercendo o seu cargo de Ministro Boliviano, participou ao meu antecessor que o seu Governo tinha nomeado o Sr. Velarde, Delegado Nacional nas regiões dos Rios Purus, Iaco e Acre, ordenando-lhe que estabelecesse Alfândegas e Postos Fiscais em lugares inquestionáveis da fronteira.

Em julho apresentou-se o Sr. Velarde em Manaus pedindo ao governador autorização para estabelecer Postos Fiscais nos lugares onde estão os marcos. O Governador recusou-lha por não conhecer oficialmente o estado da Questão de Limites e pediu informações pelo telégrafo.

O Sr. General Cerqueira respondeu nestes termos:

> A demarcação dos limites com a Bolívia foi suspensa por parte do Brasil, em consequência principalmente do erro cometido em 1874 na determinação da Latitude da nascente do Javari. Em 25 de abril passei nota ao Ministro Boliviano participando a suspensão e propondo retificação. Concordar no estabelecimento de Postos Fiscais nos lugares onde estão os marcos seria admitir a demarcação errada, em prejuízo desse Estado. Penso, pois, que respondestes bem ao Sr. Velarde. Os marcos são seis, porque em cada um dos Rios foram colocados dois, em cada margem. Esses marcos foram postos nos pontos em que a linha geodésica que parte do Madeira corta os três Rios na direção que lhe dá a Latitude atribuída à nascente do Javari pela Comissão Mista que concluiu, em 1874, a demarcação dos limites entre o Brasil e o Peru. Segundo a Latitude achada pelo Capitão-Tenente Cunha Gomes, que foi ao Javari expressamente para verificar se aí tinha havido erro na computação de 1874, a linha geodésica desviou-se um pouco para o Sul. É nesta nova direção que devem ser colocados os marcos, evitando-se assim uma perda para o Estado do Amazonas de 242 léguas quadradas do território, como consta do Relatório de 12 do julho do ano próximo passado. Por isso, o meu antecessor, concordando no estabelecimento de uma Alfândega ou Posto Fiscal no Rio Acre [Memorandum de 22 de outubro de 1898], declarou positivamente que esse estabelecimento só podia ser feito em território incontestavelmente boliviano, isto é, acima da linha tirada do Rio Madeira à nascente do Javari, na verdadeira Latitude determinada pelo Capitão-Tenente Cunha Gomes. (JCA, n° 007)

Jornal do Comércio do Amazonas, n° 070

Manaus, AM – Terça-feira, 23.10.1900

A Verdade dos Boatos

Notícias vindas do Acre dizem que o Vice-Presidente do Estado Independente, Joaquim Victor, mancomunado com Alberto Moreira Júnior e Rogério Guanabara, o primeiro português e renegado e o segundo brasileiro, hoje coronéis do exército boliviano, traindo os companheiros de revolução, convidaram os bolivianos, comandados por Muñoz, chefe da *Delegación Nacional Boliviana*, a penetrar no território brasileiro pelo sítio Capatará, alojando-se na Boca do Riozinho. A expedição invasora é de 300 homens e 29 mulheres, sendo quase toda composta de índios. [...] Os acreanos acham-se preparados para atacá-los e dominam "*Puerto Alonso*". Esperam a chegada do seu Delegado Coronel Rodrigo de Carvalho para operarem. O Coronel Antonio de Sousa Braga, que se acha nesta capital segue amanhã para o Pará, afim de reunir-se ao Coronel Rodrigo de Carvalho e subirem juntos e restabelecerem o domínio da legalidade no Acre. (JCA, n° 070)

Jornal do Comércio do Amazonas, n° 100

Manaus, AM – Sexta-feira, 23.11.1900

O Mucuripe

[...] O vapor "*Mucuripe*", de propriedade do Sr. comandante Antônio Bandeira, que o destina à

navegação no Rio Acre, não pode partir para aquela região, tendo sido impedido por ordem do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. O motivo foi uma denúncia anônima ao nosso governo, dizendo que o "*Mucuripe*" fora fretado pelos revolucionários do Acre a fim de levar carregamento de armas, munições e víveres para o movimento projetado pela junta do Estado Independente do Acre. [...]

A este respeito foram passados inúmeros telegramas para cidadãos conspícuos e para os jornais, e um, entre eles, ao Sr. Dr. Serzedello Correia. A última hora o "*Mucuripe*" parece que teve autorização para a sua livre saída, mas o Sr. Comandante Bandeira não se servirá da autorização sem antes tornar efetivo e legal o seu protesto às autoridades competentes reclamando a indenização dos prejuízos sofridos com o impedimento do Governo Federai. Parece que não é estranho a esse fato a rivalidade das principais casas aviadoras para o Acre. O que é mais curioso é que o vapor "*Lábrea*", da Companhia do Amazonas partiu tranquilamente, para a mesma região, sem ter sido molestado nem visitado, apesar de conduzir dois mil volumes para a Expedição Boliviana em "*Porto Alonso*". Nesses dois mil volumes não poderia também encontrar-se alguma munição ou algum armamento? (JCA, n° 100)

Jornal do Comércio do Amazonas, n° 102

Manaus, AM – Domingo, 25.11.1900

O Acre

Por carta fidedigna, vinda no "*Antônio Olyntho*", sabemos que o Dr. Gentil Norberto com dez companheiros conseguiu aprisionar Dom Lucio Velasco,

Vice-Presidente da República da Bolívia, quando este descia o Rio Acre, com pequeno séquito, em demanda de "*Puerto Alonso*", julgando achar-se tudo pacificado. O Dr. Gentil Norberto, porém, obtendo a palavra do prisioneiro de que não voltaria a "*Puerto Alonso*", deu-lhe liberdade e aos seus companheiros. Consta, porém, que Dom Lucio Velasco, desesperado com a façanha dos heroicos moços acreanos, jurou vingar-se. (JCA, n° 102)

Jornal do Comércio do Amazonas, n° 123

Manaus, AM – Domingo, 16.12.1900

Ecos do dia – Prisões de Brasileiros

Aumenta a indignação patriótica diante do insólito fato de estarem os bolivianos, não satisfeitos da usurpação de um território descoberto, explorado, povoado e cultivado por brasileiros, prendendo arbitrariamente os nossos compatriotas que pacificamente sobem o Rio Acre a interesses particulares. Ninguém ignora nesta capital a longa e angustiosa situação do bravo engenheiro civil Gentil Tristão Norberto que, tendo sido portador de um protesto por parte dos habitantes da Vila de Floriano Peixoto, antiga Antimarí, contra a invasão do território deste município praticada por bolivianos em perseguição de desertores, foi preso e lançado nas masmorras de "*Puerto Alonso*", apesar do ter ido só e sem armas àquele entrincheiramento, fiado na polícia e urbanidade de um povo que se diz civilizado. Ninguém duvida também da prisão ostensiva e agressiva do distinto farmacêutico José Carlos Gomes do Sousa, em viagem de caráter comercial, apesar da contestação do Coronel Gentil Baptista Pereira.

Temos em nosso poder uma carta, do seu punho escrita e assinada, datada do Antimarí, a 24.11.1900, e que expomos em nosso escritório ao público. Eis um dos seus trechos:

> Na nossa estada no território boliviano, estivemos todos presos pelos aludidos bolivianos, e, depois de muitas arbitrariedades que fizeram conosco, resolveram soltar-nos. [...] (JCA, n° 123)

Jornal do Recife, n° 225

Recife, PE – Sexta-feira, 03.10.1902

O Acre

As viagens de Paul Marcoy, em 1859 a 1860 desde a costa do Pacífico até o Pará veio transformar todas as cartas, e reformar a geografia dessas regiões. Nas cartas que acompanham a descrição de sua viagem de exploração, assinala uma vasta região compreendendo os cursos superiores dos Rios confluentes do Amazonas pela margem direita que deve ser, diz ele, representada mais de um grau para Oeste. [...] não obstante a acreditada Carta de Petermann, edição de 1867, trazer esta indicação e assinalar o Rio Aquiri, que até então não figurava nas Cartas corográficas, com um curso muito limitado. (JDR, n° 225)

Jornal do Comércio do Amazonas, n° 002

Manaus, AM – Segunda-feira, 04.01.1904

Plácido de Castro

A “*Revista da Semana*” acaba de publicar o mais recente e belíssimo retrato do intrépido chefe dos Acreanos.

Das suas raras qualidades militares de comando, da exemplar disciplina em que sabe manter as suas tropas, têm falado ou escrito com louvor soldados da maior competência, que conheceram de perto o heroico rio-grandense, como são os Generais Henrique Valladares e Pinheiro Machado, os Coronéis Siqueira de Menezes, Salles Torres Homem e Cunha Mattos, o Major Gomes de Castro e outros que poderíamos citar.

Ainda há dias, um dos mais considerados oficiais superiores do Exército Brasileiro, portador de um nome ilustre, publicava o seguinte, em artigo assinado “*Um Soldado*”:

> [...] Também não poderíamos, se sucedesse o contrário, deixar de repelir devidamente quaisquer doestos ([105]) que fossem lançados à reputação do brilhante chefe da Revolução Acreana, Coronel Plácido de Castro, que em plena mocidade tem revelado, como acontece às individualidades extraordinárias, um admirável tino militar, político e administrativo.

O Major Gomes de Castro, em relatório de 1° de maio, escreveu:

> [...] Ao meio dia de 25 [abril], fiz a minha entrada em Gironda, sendo recebido por Plácido de Castro com a gentileza e a camaradagem que lhe são peculiares. *Imediatamente, fiz-lhe entrega da vossa carta e dei-lhe ciência de todas as instruções que lhe enviastes. Só então o chefe acreano teve conhecimento do Acordo Diplomático de 21 de março.*

---

[105] Doestos: insultos.

É dever de justiça declarar-vos o modo cavalheiresco, pelo qual o chefe acreano deu-se pressa em cumprir as deliberações do nosso governo.

Com as suas próprias mãos, Plácido preparou a bandeira branca, o símbolo sagrado da paz, que foi mandado arvorar imediatamente na posição acreana, confronte de Porto Rico. Ao comandante dessa trincheira enviou ele um cartão comunicando a suspensão das hostilidades.

*Por efeito do Convênio preliminar e a aproximação de um oficial do nosso Exército com ofício do General Brasileiro, propondo Conferência Parlamentar. O Quartel General de Plácido de Castro está instalado num grande barracão pouco distante daquele em que fica o Vice-Consulado "alemão" (**?**), assinalado pela respectiva bandeira.*

A fim de evitar os desastrosos efeitos do sítio, agravados pela circundação do Campo pelas matas, Plácido de Castro, ao em vez de colocar a sua gente num mesmo ponto aplica a engenhosa tática de distribuí-la em pequenos grupos em torno do Quartel General, abrigados pelas matas, em tapiris e outros meios de bivacamento.

A segurança do seu campo é completa, devido a um meticuloso serviço de vigilância. De Girona, por Bela Flor, até pouco acima de Porto Rico, onde o Orton faz uma imensa volta, se estendem as linhas acreanas, tolhendo completamente o passo ao inimigo.

Tendo seguido a marchas forçadas, Plácido de Castro estava reduzido a alimentar as suas tropas com milho torrado, enquanto esperava pelos comboios de mantimentos que daqui [Boa-Fé] iam partir [...]"

São esses patrióticos brasileiros, habituados às privações, à disciplina militar, valentes nos combates, generosos na vitória, que um compatriota nosso entendeu dever chamar de "*bandidos*". (JCA, n° 002)

Revoluções Acreanas

A força boliviana formou toda e a entrega das armas começaria pelos oficiais superiores. Disse eu a D. Lino Romero que o nosso ideal era a emancipação do Acre e que a cerimônia da entrega da espada do vencido, conquanto fosse um ato muito apetecido pelos grandes exércitos, não nos confortava o coração, porque era um ato que aumentava o infortúnio daqueles já infortunados pela derrota.
(Plácido de Castro – MEIRA, 1961)

Luiz Galvez Rodrigues de Arias

Dr. Galvez, advogado espanhol, poliglota, ex-diplomata, que havia servido nas embaixadas da Espanha, Itália, Iugoslávia e Argentina foi recebido pelo governador do Amazonas, Ramalho Júnior, e o seu secretário dos Negócios do Interior, Pedro d'Alcântara Freire.

Galvez relatou uma falsa trama, urdida entre a Bolívia e os Estados Unidos da América do Norte, com o objetivo de retirar do território amazonense as regiões banhadas pelos Rios Acre, Purus e Iaco.

O governador demonstrou certa incredulidade e Galvez retirou do bolso uma folha de papel manuscrita. "*Em Belém fui encarregado de traduzir um documento de alta importância para o Consulado boliviano*" e, passa a ler uma cópia que, prudentemente, guardou consigo. O governador começa a se exaltar quando este leu os artigos 2° e 6° do referido acordo.

> **Artigo 2°** – Os Estados Unidos da América do Norte se comprometem a facilitar à República da Bolívia o numerário e apetrechos bélicos de que esta necessite em caso de guerra com o Brasil.

> **Artigo 6°** – No caso de ter que apelar para a guerra, a Bolívia denunciará o Tratado de 1867, sendo então a linha limítrofe da Bolívia a Boca do Acre, e entregará o território restante, isto é, a zona compreendida entre a Boca do Acre e a atual ocupação aos Estados Unidos da América do Norte em livre posse.

Após o relato, Galvez solicitou apoio, em armas, munição e mantimentos para organizar uma expedição de guerra com o intuito de constituir um Estado soberano que, na época oportuna, voltaria a integrar o Brasil. Apoiado financeiramente pelo governo do Amazonas, liderou uma rebelião no Acre no dia 14 de julho de 1899, aniversário da Queda da Bastilha. Fundou a República Independente do Acre, justificando que:

> não podendo ser brasileiros, os seringueiros acreanos não aceitavam tornar-se boliviano.

Chamado Imperador do Acre, assumiu o cargo provisório de Presidente, instituiu as Armas da República, a atual bandeira, organizou ministérios, criou escolas, hospitais, exército, corpo de bombeiros, exerceu funções de juiz, emitiu selos postais e idealizou um país moderno para aquela época. Um golpe de estado em seu governo, com seis meses de existência, o retirou do cargo, sendo substituído pelo seringalista Antônio de Sousa Braga, que devolveu o poder a Galvez, um mês depois. O governo brasileiro despachou uma expedição militar composta por quatro navios de guerra e um outro conduzindo tropas de infantaria para prender Galvez, e devolver a região aos bolivianos. No dia 11 de março de 1900, Luiz Galvez rendeu-se à força-tarefa da marinha de guerra do Brasil, na sede do Seringal "*Caquetá*", às margens do Rio Acre, e partiu para a Europa.

Jornal do Commercio, n° 248
Rio, RJ – Quarta-feira, 06.09.1899

República Independente do Acre

Quando aqui chegou a notícia da declaração da independência do Território do Acre sob a inspiração do Sr. Luiz Galvez que, se dizia, habitara durante algum tempo esta capital, encarregamos a um de nossos repórteres de tomar informações sobre Galvez. Esse relatório, feito cuidadosamente e depois de muitas pesquisas, é o que se segue.

Vem a molde publicarmos agora alguns e curiosos apontamentos sobre a personalidade do Sr. Luiz Galvez o famoso proclamador da independência de uma parte do Território boliviano no Acre e seu Presidente aclamado pelo consenso geral da sua audácia de arrojado aventureiro e do não menos célebre seu secretário ou coisa que o valha Guilhermo Hutoff.

Luiz Galvez, nasceu em Madrid, pertencendo à família Rodrigues de Arias, uma das principais da sociedade madrilena.

É sobrinho e foi grande protegido do Capitão General Rodrigues de Arias, que ocupou elevadas posições civis e militares, entre outras a de Governador Geral da Ilha de Cuba, onde fez uma administração brilhantíssima. Luiz Galvez cursou as primeiras letras no Instituto de Madrid, habilitando-se para entrar na Universidade.

Moço ainda, porém, foi nomeado para exercer o cargo de Delegado do Banco de Espanha em Sevilha e depois em San Sebastian, pelo que abandonou os estudos. Dizia que tendo tido uma questão, que deu lugar a um conflito, no Cassino de San Sebastian, com um sobrinho do Sr. Romero Robledo, Ministro da Gobernación, foi demitido do cargo, embarcando logo após para Buenos Aires. Sabemos, porém, que mais graves foram os motivos de sua apressada viagem.

Pouco tempo aí se demorou vindo para o Rio de Janeiro, em 1891, onde encontrou colocação como guarda-livros na oficina dos Srs. arquitetos Morales de los Rios e Astoy. O seu procedimento deu em resultado a ser dispensado desse lugar. Dado a conquistas amorosas, afável no trato e dotado de um espírito atilado e perspicaz foi-lhe fácil contrair grande número de simpatias e mesmo confiança no meio em que vivia.

Quando nova empresa particular adquirira propriedade do "*Frontão Fluminense*" ([106]), na praça da República, Galvez foi admitido como guarda-livros permanecendo nesse cargo até que se organizou o "*Club Frontão Brasileiro*", onde ocupou o cargo de caixa. Desse Club faziam parte, quer como diretores ou sócios, pessoas que figuraram e figuram ainda na política e na imprensa, tais como os Srs. ... ([107]) Galvez rodeava-se de pessoas de posição e de responsabilidade social e preferia principalmente os mais fáceis na escolha de seus amigos e companheiros.

[106] Duas diversões esportivas levavam multidões à rua: no Frontão Fluminense jogava-se "*pelota basca*", onde se exibiam ágeis encestadores vindos da Espanha e de Portugal; no Velódromo, era o ciclismo que atraía os apreciadores de suas arriscadas evoluções. Nela estava também a sede da Banda Luso-Brasileira, a mais popular dos fins do Oitocentismo, e a tipografia de Domingos Magalhães, o primeiro a editar Coelho Neto. (www.ctac.gov.br)

[107] Suprimidos os nomes (Nota da redação).

Dando-se a organização da "*Companhia Frontões Nacionais*", pelos serviços prestados ao seu presidente Major Carlos Nunes de Aguiar e pela grande simpatia que soube inspirar ao Dr. José Luiz de Almeida Nogueira, também membro da diretoria, Galvez foi eleito secretário. De como foram administradas essas sociedades podem falar os interessados melhor do que nós.

Durante o tempo que esteve à testa dessas sociedades, Galvez fez-se de grande e poderosos amigos aos quais presenteava à miúdo, gabando-se sempre de ser generoso em repartir o seu dinheiro com eles. Por ocasião da revolta foi preso à ordem do Sr. Dr. Guido de Souza, então Delegado de Polícia, de quem se considerava íntimo amigo. Rompendo uma cisão na administração da "*Companhia Frontões Nacionais*", o seu presidente fez acusações a Galvez sobre o destino dos dinheiros sociais. Galvez procurou defender-se pelas colunas da Gazeta de Notícias, isto em 1893.

Deixando o cargo que ocupava na Companhia, constituiu advogado o Sr. Dr. Fernando Mendes de Almeida para defender-se de uma ação que lhe moveram os seus colegas de Diretoria. Logo que deixou a Companhia iniciou uma greve de "*pelotaris*" ([108]) o que obrigou a paralisação dos espetáculos no Frontão por espaço de muitos dias. Ao mesmo tempo apresentava à Câmara Municipal de S. Paulo, uma proposta de empréstimo àquela cidade de soma avultadíssima, fazendo publicar na impressa, principalmente em dois órgãos onde exercia influência real sobre alguns redatores, telegramas apócrifos encomiando o seu prestígio financeiro junto a banqueiros daqui em combinação com casas bancárias do estrangeiro.

[108] Pelotaris: praticantes da pelota basca

De repente Galvez desapareceu. Souberam os que com ele tinham negócios que embarcara para a Europa. Dois meses mais tarde escrevia dizendo que depois de ter visitado o Cairo, Jerusalém e subido o Nilo, até chegar às Pirâmides do Egito tinha ido a Monte Carlo, onde em uma cartada, perdera 6.000 francos.

Ainda pouco depois escrevia de Paris anunciando que após pequena demora naquela capital voltaria a Espanha, onde ficaria de vez.

Efetivamente há notícias de que ele estivera em Bilbao onde visitou o Sr. Bernardino Sancifrian seu antigo patrão e gerente do "*Frontão Fluminense*" e em algumas outras aldeias vascongadas ([109]) em visita à famílias de pelotaris que jogavam aqui no Rio. Não se sabe, porém, se ele voltou a Madrid, onde reside sua família.

Em 1894, regressou a esta Capital e procurando seus antigos amigos e companheiros comunicara-lhes que trazia uma grande ideia da Europa pois tivera ocasião de assistir aos torneios hípicos em Paris. Daí surgiu a criação do seu "*Prado Brasileiro*" à praia de Botafogo, que foi fechado por ordem da Polícia por considerar essa diversão um foco de jogatina.

Nessa empresa especulativa, como em todas em que se envolvia, sacrificou, Galvez, capitais estranhos, de amigos a quem facilmente convencia com a sua lábia extraordinária e com as promessas de lucros fantásticos avultados e garantidos. Galvez que nada perdeu com esse novo insucesso, não se conformou com o seu caiporismo ([110]).

---

[109] Aldeias Vascongadas: Províncias espanholas de Álava, Biscaia e Guipúscoa, que formam o País Basco

[110] Caiporismo: azar.

Muito ativo e arrojado meteu ombros à empresa de reabrir os “*Frontões*” fechados por causa do elevado imposto municipal e a obrigação de só poderem funcionar uma vez por semana. Fez os seus habilíssimos cálculos e reunindo quatro capitalistas, reabriu o “*Frontão Brasileiro*”, onde a sua empresa navegou, então, sempre de vento em popa.

Ganhou somas avultadas, mas, ainda assim, reembolsou com grande relutância os capitalistas e pagou a alguns fornecedores. Dando provas de um atrevimento e de uma felicidade sem nome conseguiu que funcionassem os “*Frontões*” nos dias de semana a portas fechadas por espaço de muitos meses, com ciência dos agentes da Prefeitura e da própria Polícia.

“*Encheu-se*”, na expressão vulgar; mas a sua ambição não tendo limites levou-o a arrendar o “*Frontão do Catete*” e depois o “*Jardim Zoológico*” fazendo contratos onerosíssimos e comprometendo grandes somas de dinheiro que ele merecia facilmente dos amigos.

Entre os mais sacrificado destes figura o Sr. Costa, proprietário hoje do botequim do “*Frontão Velocipédico*”, “*Companhia Frontão Paulista*”, o Sr. Bernardino, proprietário da “*Maison Moderne*” e um sem número de negociantes e proprietários de Hotéis ou Casas de Pensão.

Estes senhores e aquela Companhia viram evaporar-se nas mãos de Galvez quantia superior a 70:000$000.

Depois de explorar os dois “*Frontões*” nesta cidade e o “*jogo do bicho*” na “*Jardim Zoológico*” mandou construir ali o “*Frontão*” que existia antes da atual transformação.

Ainda a sorte favoreceu-o, mas cercado pelos credores que não o abandonavam viu-se obrigado a pagar ou a sair do Rio de Janeiro. Preferiu esta segunda hipótese e com grande surpresa embarcou para, a Europa, sob o nome suposto de Luiz Gonçalves, quase que às barbas dos que o perseguiam. Tendo ao partir iniciado ação contra a Municipalidade por haver restituição de impostos indevidamente cobrados, teve em sua ausência ganho de causa, graças à habilidade profissional de um advogado que hoje ocupa importante cargo policial. Sabendo desse triunfo, por intermédio de carta do seu procurador fez constar aos seus inúmeros credores que viria ao Rio de Janeiro receber a quantia devida pela Municipalidade e que por essa ocasião lhes pagaria. Os credores diante da perspectiva de ver reembolsado o seu capital esperaram-no com ansiedade e deixaram-no em completa liberdade de ação... mas a promessa não foi realizada.

Foi a esse tempo que conseguiu arrendar o "*Bellodromo Nacional*" ([111]), fazendo anúncios espalhafatosos e ainda uma vez sacrificou o capital das pessoas que nele confiavam. A coragem e a audácia não lhe faltavam nunca e sempre se viu rodeado de pessoas que o honravam com a sua amizade e com os seus recursos.

---

[111] O primeiro velódromo do Rio de Janeiro foi o "*Bellodromo Nacional*", situado na Rua do Lavradio, próximo à Praça da República, construído em 1892. O velódromo, além de ser um espaço destinado a competições ciclísticas, oferecia aluguel de bicicletas e aulas de pilotagem para iniciantes. Outros velódromos foram construídos nessa época no Rio de Janeiro, e as competições de ciclismo passaram a ser um evento social, com ênfase em grandes apostas. Devido aos interesses financeiros alimentados pelo grande número de apostas, começam a surgir fraudes e resultados manipulados, levando à insatisfação dos espectadores e, mais tarde, ao fim definitivo das apostas dentro dos velódromos. (Christiane Tilmann)

Perdulário e insaciável, não conseguindo viver com o resultado das "*poules*" ([112]) do Bellodromo foi para S. Paulo ver se se arranjava por lá, aproveitando a próxima abertura de um novo Frontão, o "*Boa Vista*". E entrou com o pé direito na Paulicéia, pois foi contratado para o cargo de Gerente e encarregado do organizar o quadro de pelotaris, serviço de poules etc, trabalho este que a nova empresa pagou, dando-lhe dez contos de réis de mãos beijadas.

Desgostoso por qualquer razão deixou o "*Boa Vista*", montou um escritório luxuosamente mobiliado e passou dois ou três meses entre São Paulo, Santos, Guarujá, Campinas, etc. Quando após a sua vilegiatura ([113]) regressou à esta Capital, trazia o pensamento formado de embarcar para o Norte da República, onde dizia ir tratar do estabelecimento de um "*Frontão*" no Estado do Pará. Não tendo dinheiro, reunia os pelotaris do "*Frontão Lavradio*", "*Velocipédico*" e "*Jardim Zoológico*" e por meio de uma subscrição conseguiu levantar 100 libras, que convertendo lhe deram o necessário para a partida.

Chegando ao Pará, nada conseguindo fazer para o estabelecimento do "*Frontão*", foi ao Amazonas e procurou o Dr. Guido de Souza; que então exercia o cargo de Chefe de Polícia, e Rocha Santos, proprietário do "*Amazonas Comercial*" a quem solicitou emprego.

Consta que nesse jornal não se deu mal, principalmente por ocasião da deposição do Sr. Pires Ferreira, e que o Sr. Eduardo Ribeiro, "*O Pensador*", deu-lhe também auxílio de modo que Galvez prosperou em vários negócios.

---

[112] Poule: apostas nas corridas de cavalos.
[113] Vilegiatura: temporada de descanso dos trabalhos habituais.

Irrequieto sempre e sempre ambicioso fundou um Club, onde se jogava tão escandalosamente que houve máxima necessidade de fecha-lo. Naturalizou-se brasileiro o há pouco tempo escrevendo para esta Capital dizia que estava sofrendo de beribéri, mas que apesar disso estava disposto a ir até o fim do mundo se souber que acharia ali, dinheiro, muito dinheiro!

Antes de contarmos a sua vida no Pará e no Amazonas até a sua atual posição no Acre convém delinear aqui ligeiros traços do seu companheiro inseparável Guilhermo Hutoff. Nasceu esse cavaleiro em Cádiz e é formado em direito. Exercia um cargo na Legação Espanhola em um dos países da Europa quando em um botequim se envolvera em um conflito do qual saiu ferido um oficial do Exército Austríaco.

Demitido desse cargo e também pertencendo a família respeitável na cidade do seu nascimento, para evitar escândalo ou por qualquer outro motivo particular, resolveu procurar na América do Sul meios que garantissem a sua subsistência com mais facilidade, menos trabalho com maiores e mais avultados resultados. Buenos Aires foi o ponto escolhido para aplicar a sua atividade e a sua não menos atilada inteligência e esperteza.

Aí conseguiu fazer conhecimento com um espanhol casado na família B... muito considerada na Capital bonaerense e possuidora de regular fortuna.

Cativante e insinuante no trato, afável sempre e ainda mais, homem especialmente prático enamorou-se de uma cunhada desse seu compatriota e passados alguns meses ligou a sua sorte à dessa moça que fácil foi em aceitá-lo como homem sério, digno e capaz de torná-la feliz.

Perdulário, esbanjador começou a tornar a vida dessa senhora uma série de contrariedades e de desgostos, e a tal ponto, que seu sogro propôs-lhe a retirada para o Rio de Janeiro, o abandono de sua esposa e uma pensão para manter-se. Aceitar tão cobiçado desejo, foi o seu pronto empenho e deixando Buenos Aires veio para esta Capital.

Residindo em Petrópolis, aí fez conhecimento com o Sr. Dr. José Paravicini, Ministro da Bolívia e fácil lhe foi inspirar a sua confiança e a sua estima. Com esse Ministro convencionou levar ao Acre um grupo de espanhóis para o estabelecimento do serviço na Alfândega de Puerto Alonso.

Paravicini, que tinha do seu Governo poderes ilimitados, nomeou-lhe desde logo "*Tenente-Coronel do Exército Boliviano, Comandante de Fronteira e Capitão do Puerto Alonso*".

Dizia Hutoff, que na República Argentina fora contratado para instruir o exército, onde lhe fora dado o posto de Tenente-Coronel; que na revolução de 1890, teve ocasião de admirar a covardia dos oficiais argentinos, a quem por vezes teve de aplicar "*bastonadas*" ([114]) enquanto só tinha motivos para elogiar a intrepidez e valor dos soldados e que fora Professor de Filosofia no Liceu de Buenos Aires. O que porém parece mais certo é que naquela capital só exercia um cargo, este na Polícia Secreta.

Na viagem para o Acre, Hutoff encontrou em Manaus o seu amigo Galvez e o apresentou ao Sr. Paravicini fazendo-lhe os maiores elogios à sua inteligência, atividade, etc., alegando que seriam de grande utilidade para a Bolívia os serviços de tão preparado e atiladíssimo amigo.

---

[114] Bastonadas: pancadas com bastão.

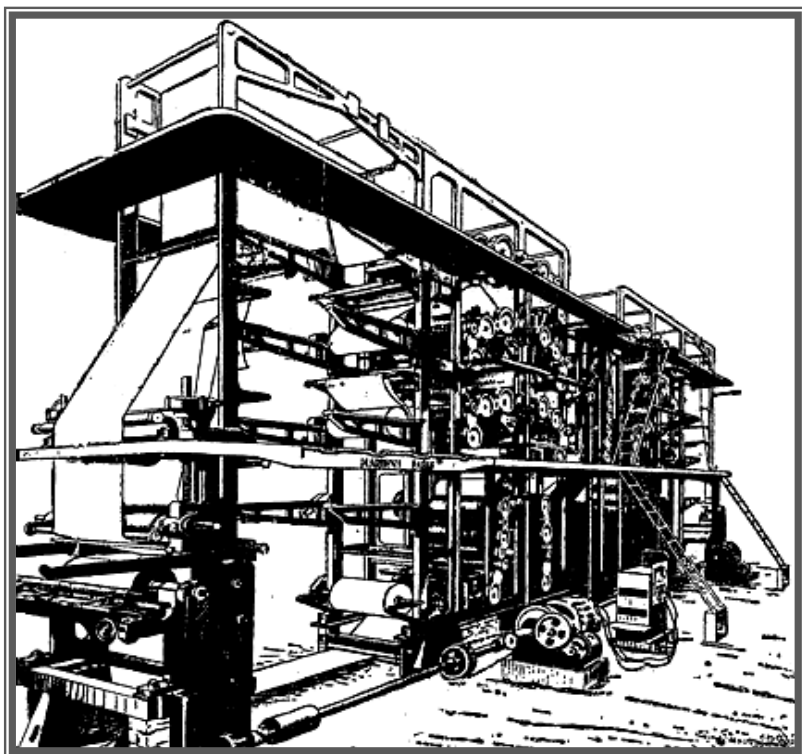



Imagem 07 – Impressora Francesa "Marinoni" (Estadão)

Paravicini e Hutoff seguiram para o Acre e aí estabeleceram a Alfândega com todo o pessoal da Intendência e da Delegação Boliviana. Hutoff em poucos dias começou logo a malquistar-se ([115]) com os empregados e com os próprios comandantes de vapores.

Atrozmente insultado por um dos funcionários da Delegação na presença de grande parte do pessoal, entendeu desafiá-lo para bater-se. Aceito o duelo à bala, marcado e combinado o local, prontos os padrinhos, em vão apareceu Hutoff, que entendeu que a sua vida precisava dilatar-se mais para gozar o mundo e enriquecer facilmente.

[115] Malquistar-se: indispor-se.

Hutoff conseguiu levar do Pará ou do Amazonas para o Acre cerca de 50 pessoas de nacionalidade espanhola entre homens, mulheres e crianças. Montada a Alfândega desceu Paravicini do Acre com Hutoff e alguns empregados da Delegação. No Pará novamente Hutoff apresentou Galvez.

Em conversa com o Ministro propôs Galvez montar um jornal que defendesse os interesses da Delegação Boliviana e que para isso já havia tratado uma máquina "*Marinoni*", etc.

Paravicini procurou então colher informações sobre a vida de Galvez e tais foram elas que resolveu não fazer semelhante negócio. Galvez esbravejou, alegando prejuízos e cumprimentos de palavra e tais e tantas foram as choradeiras, que o Sr. Paravicini mandou dar-lhe pelo membro da Delegação, Sr. I., a quantia de dois contos de réis.

Contudo Galvez não se mostrou satisfeito com essa gorjeta que lhe havia dado o Sr. Paravicini e contra ele começou a mover terrível campanha.

Há quem afirme que se oferecera ao Governador do Amazonas para desalojar a Delegação de Puerto Alonso, de acordo com o seu amigo Hutoff, levando apenas uma pequena Força Armada, que não agiria porque ele contava com os espanhóis que para ali foram levados por Hutoff.

Para realização de seu patriótico e generoso cometimento apenas queria obra de 200:000$000! O Governo, porém, não o atendeu e até repelia a proposta.

Por sua vez Paravicini desgostou-se com Hutoff e dispensou-o dos cargos que exercia e do posto de Tenente-Coronel boliviano.

Galvez e Hutoff uniram-se então e recrudesceram a sua campanha contra o Ministro queixando-se da sua ingratidão e da sua deslealdade e não sei que mais. Hutoff, quando se achava na Delegacia de Alfândega de Puerto Alonso, retirou de um caixão em que estavam papeis e objetos destinados ao expediente da Delegacia, caixão que estava guardado no quarto do Engenheiro, uma ou duas folhas de papel que tinha do lado os seguintes dizeres:

> *Comisión Boliviana Demarcadora de Limites con el Brazil.*

Este papel inspirou-lhe e à Galvez a ideia de um novo plano e então Hutoff com a sua própria letra e ditado por Galvez redigira o tal acordo que a Imprensa do Pará, do Amazonas e a ao Rio discutiram e de que o "*Jornal do Commercio*" muito justa e acertadamente mostrou a fantástica veracidade e provou quanto infundados e pueris eram as apreensões e os receios que alguns jornais desta Capital se possuíram, estabelecendo desconfianças contra um País amigo, apesar dos desmentidos formais de representantes das duas nações postas em jogo. Cabe aqui ainda transcrever o que publicamos em uma das nossas "*Várias*" por ocasião em que se discutia o assunto

> O ilustre Deputado pelo Pará, o Sr. Dr. Enéas Martins, que tem estado enfermo nas Paineiras, teve a condescendência de nos remeter uma cópia fotográfica, que recebeu, do célebre acordo, entre a Bolívia e os Estados Unidos acerca dos Territórios do Acre. Este "*documento*" é escrito em duas páginas de papel de nota e traz a data de 12 de maio, no Pará. O papel traz impresso ao lado – "*Comisión Boliviana Demarcadora de Limites con el Brazil*". As cláusulas já são conhecidas aqui pelos nossos telegramas do Pará.

> Segundo informações daí recebidas pelo referido Deputado, a letra do rascunho de projeto é de um Sr. Hutoff que diz-se, como Secretário e intérprete de Paravicini, tratou do assunto no Pará com o Cônsul Americano nessa Capital. Este Hutoff foi nomeado por – também diz-se, – Comandante Geral da Fronteira, com o posto Tenente-Coronel.
>
> Até aí as nossas informações. Sobre o valor delas os leitores formarão o seu juízo tendo em mente que a princípio afirmava-se que o tal acordo era feito com o Sr. Ministro dos Estados Unidos, Bryan, que se dizia até haver mandado telegramas a Paravicini, chamando-o a esta Capital. Agora vê-se que o documento, apesar de achado pelos correspondentes de um jornal em Puerto Alonso, na Bolívia, é assinado no Pará, e a pessoa que representa os grandes interesses dos Estados Unidos na questão, é um mero Cônsul, sem importância nenhuma.
>
> A "*história*" com todas as suas fotografias e incoerências pode dar pasto de discussão aos amigos de sensação e pescadores de águas turvas. Ainda que o tal rascunho fosse da letra do afamado Paravicini, que acaba de ser vergonhosamente demitido, ele não mereceria discussão, pois não estabeleceria o fato inventado de um acordo entre os Estados Unidos e a Bolívia.

O fim desse "*borderô*" era apanhar uns cobres do próprio Sr. Paravicini, dos Governadores interessados, ou do próprio Governo Brasileiro. Que eles arranjaram algum dinheiro é certo, pois, que organizaram uma expedição de 30 espanhóis em Manaus, de onde saíram em junho deste ano com destino ao Acre. E assim Galvez, tendo Hutoff como seu Secretário e talvez Ministro de todas as pastas, é hoje Presidente de República, e enquanto ali não chegarem forças bolivianas, vai arranjando dinheiro, de forma a poder construir um palácio para viver com o seu amigo vida folgada e milagrosa.

As palavras que vamos registrar revelam o conceito em que Galvez tinha a sociedade brasileira e como ele justificara os seus processos de aventura nesta parte do Continente:

> Achando-se diversos amigos à roda da sua mesa no Restaurante Petrópolis, um deles observou a Galvez que pelo seu caráter aberto, franco, não tinha ainda conseguido fortuna no Brasil e que era pena que fosse tão leviano, porque, além de perder quanto dinheiro ganhava, perdia também a consideração social, respondeu Galvez:
>
> – Com isso pouco me importo. Quando um homem da minha posição social deixa a Espanha e vem a América, não o preocupa o conceito em que virá a ser tido pelos Americanos. Quanto a mim, logo que o vapor aproou ao Rio de Janeiro despi a sobrecasaca do cavalheiro e pendurei-a ao Pão de Açúcar. Quando tornar a sair hei de ir lá buscá-la.

Pitoresco e bem significativo! (JCR, N° 248)

Pacotilha, n° 42
S. Luís, MA – Segunda-feira, 19.02.1900

A Propósito do Acre
Revelações de Galvez

Do "*Manifesto ao Povo*", tiramos a parte que se refere à maneira por que ele conseguiu saber das célebres negociações para a cessão do Território do Acre, pela Bolívia, aos Estados Unidos. Eis o que escreve o atual "*General Comandante Supremo das Forças do Estado Independente do Acre na Fronteira*" à respeito:

Convidado pelo Sr. Hutoff, dirigi-me ao "*Hotel do Commercio*", onde aquele Sr. se hospedava, e na ocasião do almoço chegou o Sr. Ladislau Ibarra, administrador da aduana de Puerto Alonso, afilhado do Sr. Coronel Pando e indigitado ([116]) pelos bolivianos, incluindo o Sr. Paravicini, como futuro delegado nacional da Bolívia, nos Territórios do Acre, Purus e Iaco.

O Sr. Ibarra sentou-se à mesa que ocupávamos e, sem preâmbulos, increpou ([117]) em termos exaltados os Srs. Paravicini e Hutoff, nos quais dizia não reconhecer competência "*para venderem ao estrangeiro uma parcela da sua pátria, a Bolívia*".

O Sr. Hutoff, vivamente emocionado, respondera que não devia considerar-se ofendido perante às formidáveis acusações do Sr. Ibarra, acusações que devia dirigi-las ao Sr. Ministro, único chefe responsável da delegação da Bolívia.

E que ele, Hutoff, "*se negociava a venda, cessão ou o que fosse*" [sic] "*dos Territórios do Acre com a América do Norte, fazia-o por ordem do Sr. Paravicini, que nisto andara muito acertado; depois do ensaio de quatro meses compreendia que a Bolívia era incapaz de conservar sozinha aqueles Territórios*".

O Sr. Ibarra tornou a mostrar-se exaltado e patriótico, acusando os Srs. Hutoff e Paravicini de serem os culpados do que estava acontecendo no Rio Acre "*que àquelas horas talvez não fosse mais boliviano, pois os habitantes daquelas regiões tinham todo o direito de revoltar-se, vítimas como foram dos abusos daqueles Srs. que julgaram o Território boliviano da sua exclusiva propriedade e, por isso, depois de cometerem as mais absurdas arbitrariedades, desejavam terminar vendendo um pedaço do Território Nacional*".

---

[116] Indigitado: apontado.
[117] Increpou: censurou.

Esta cena foi presenciada pele conceituado negociante boliviano residente no Pará, Sr. Chaves, pelo Sr. Dressel, empregado da Bolívia e pelo abaixo assinado.

Terminado o almoço, e ausente o Sr. Ibarra, indaguei do Sr. Hutoff a veracidade dos cargos que contra o Sr. Dr. Paravicini e ele lançara o primeiro, tendo a resposta de que se tratava, com efeito, de celebrar um acordo com a República do Norte da América, e que o Sr. Paravicini o encarregara de estabelecer as bases e apresenta-las ao Cônsul dos Estados Unidos, no Pará, bases que seguiriam a bordo do "*Wilmington*" ([118]), naquela ocasião ancorado no porto do Belém, de volta de Iquitos; que o acordo consistia em receber a Bolívia o auxílio da República Americana para conservar os Territórios do Acre, Purus e Iaco, mediante concessões aduaneiras e territoriais, que a Bolívia reconhecia a favor dos Estados Unidos do Norte da América; que as bases se achavam aprovadas por Paravicini; que na noite daquele mesmo dia se celebrava uma Conferência com o Sr. Cônsul americano para ultimar os detalhes da proposta que, em nome da Bolívia, o Ministro Paravicini ia dirigir ao governo de Mr. McKinley; que para evitar suspeitas a festa-banquete que Mr. Tood Comandante da "*Wilmington*", tinha oferecido ao Sr. Paravicini não se realizaria mais; que o acordo com o Norte da América se faria inevitavelmente, pois o povo do Acre não aceitava os bolivianos e que o Cônsul Sr. Santivanez escrevera, esperando não se demoraria muito tempo em juntar-se, no Pará, com as outras autoridades bolivianas, pois a revolução naqueles territórios era iminente.

De posse de tamanhas revelações, que tanto afetavam o Brasil, minha pátria adotiva, que sempre procurei honrar, não duvidei em denunciá-las a quem de direito competia.

---

[118] Cruzador "*Wilmington*", comandado pelo Capitão-de-Fragata Chapman Coleman Todd.

> Com efeito, separando-me do Sr. Hutoff, dirigi-me ao Palácio dó Governo, e solicitei conferenciar com S. Exª o ilustre governador Dr. Paes de Carvalho, a quem comuniquei quanto acabava de ouvir e presenciar. S. Exª tomou nota das minhas declarações e convidou-me a manifesta-las ao Sr. Senador Antonio Lemos, a cujo pedido me neguei, pois nunca representei papel de delator e, se comunicava ao governador do Estado do Pará o que descobrira à respeito do acordo Américo-boliviano, fazia-o cumprindo o dever a que todo o cidadão está obrigado, tratando-se de negócios que afetem a integridade da Pátria.
>
> Naquele memorável dia terminei de conhecer e comprovar os planos do Ministro boliviano.

Daqui por diante há uma longa narração do modo por que Galvez diz ter conseguido entrar na posse do documento contendo supostas bases escritas, em papel oficial da Comissão Boliviana, do acordo Américo-boliviano.

Esse documento, como ficou provado, não passou de uma chantagem e a história de sua aquisição já é sem interesse.

Na posse dessas bases adrede arranjadas, escreve Galvez:

> Procurei os meus companheiros revolucionários do Acre, aos quais fiz as revelações de quanto eu descobrira a respeito das intenções do Ministro da Bolívia nos Territórios do Acre, Purus e Iaco. Discutimos sobre o procedimento a seguir-se e acordamos na minha viagem até ao Rio Acre, levando elementos para proclamar a independência daquelas regiões. Não possuíamos grandes recursos nem podíamos esperar auxílio da praça de Belém; por isso resolvemos não organizar uma expedição no Pará, e fazê-lo em Manaus, onde não eram conhecidas as nossas intenções. Reunidos os recursos daqueles patriotas foram-me entregues, e parti para a capital do Amazonas.

> Antes da minha saída escrevi ao Exm° Sr. Dr. Paravicini, manifestando-lhe não poder continuar a prestar os meus serviços de tradutor, assim como lhe declarava achar-se fechado o negócio que me confiara da compra de uma máquina rotativa Marinoti, o que realizei, conforme podem testemunhar os Ex.^{mos} Srs. Senador Antonio Lemos o Antonio Chermont. (PACOTILHA, N° 42)

Expedição dos Poetas

A revolta em Manaus era crescente. O povo clamava por uma ação veemente do governo estadual que decide organizar a "*Expedição Floriano Peixoto*", batizada de "*Expedição dos Poetas*" por ser formada, em grande parte, por jornalistas, boêmios e homens de letras, sem qualquer experiência de combate. Logo que chegaram ao Acre, a bordo do vapor "*Solimões*", em 29 de dezembro de 1900, foram derrotados, facilmente, pela guarnição boliviana de Puerto Alonso. O Acre permanecia em mãos bolivianas.

A Imprensa, n° 807
Rio, RJ – Segunda-feira, 17.12.1900

O Acre
Organização da Resistência

> Ultimavam-se os trabalhos da Comissão Expedicionária Acreana, quando chegou a Manaus a lancha "*Bolívar*", trazendo a seu bordo um dos comandantes das forças bolivianas, Sr. Manuel A. Sanjurés, que vinha com destino a esta Capital.

Este oficial, apesar da sua natural prudência, deixava perceber grande desgosto por não terem ainda chegado os armamentos e apetrechos de guerra, que ele contava encontrar na capital do Amazonas e que parecia considerar de urgente necessidade, para melhorar as condições das tropas acampadas no Acre. Compreendia-se que se achava fundamente contrariado e que a demora do despacho e embarque do material bélico trazia ao seu espírito, presságios de insucesso.

Por outra parte, as notícias de que era portador o Sr. Caldas, comandante da "*Bolívar*", mais animava os Expedicionários Acreanos. As tropas bolivianas, acampadas em Puerto Alonso e em Capatará, não eram tão numerosas quanto se havia propalado e o armamento de que elas dispunham era de sistema antigo, que não admitia competência com o que já possuíam os habitantes do Acre e o que ia ser usado pela Tropa Expedicionária. Além disso, as febres de mau-caráter e o beribéri dizimavam os soldados bolivianos e os aterravam, a ponto de começarem; em grande número, as deserções.

Chegando estas notícias ao conhecimento da Comissão Acreana, esta tratou de agir com a maior celeridade, de maneira a despachar a Expedição dentro do mais breve prazo.

Foi assim que se fizeram em poucas horas os últimos preparativos do vapor "*Solimões*", fretado para conduzir os Voluntários Acreanos. Antes, porém, de dar-se o embarque, foi organizado o pessoal a cujas ordens deviam ficar até o pleno domínio da região ocupada pelos bolivianos. A organização desse pessoal ficou assim assentada:

- Chefe do Governo: Rodrigo de Carvalho;

- Secretário de Governo: Engenheiro Civil Manuel Queiroz Ribeiro de Castro;
- Comandante em Chefe, das Forças de Terra: Engenheiro Civil Orlando Lopes;
- Comandante em Chefe das Forças de Mar: Antonio Gonçalves Bandeira;
- Inspetor da Alfândega e Terras: Engenheiro Civil Deocleciano Coelho de Souza.

O material naval ficou assim constituído:

- Cruzador General Tibúrcio: comandado por Antonio Gonçalves Bandeira;
- Aviso de Guerra Ruy Barbosa: comandado por Pery de Lamare;
- Aviso de Guerra Serzedello Correia.

A primeira Expedição de Voluntários partiu a bordo do vapor "*Solimões*" e compunha-se de diversos oficiais superiores e de 200 patriotas. Neste mesmo vapor partiu o Comandante em Chefe das Forças de Terra, que levava instruções reservadas do chefe do governo.

A partida do "*Solimões*" teve lugar às 2 horas da madrugada do dia 13 de novembro. Horas depois foi tomada a lancha blindada "*Alonso*", que o governo boliviano mantinha em constantes viagens entre os Rios Negro e Amazonas, para receber os contrabandos de guerra que eram levados por ela ao Acre. A tripulação da "*Alonso*" seguiu prisioneira. É quase toda boliviana.

A lancha seguiu rebocada pelo "*Solimões*" e vai prestar aos acreanos importantes serviços, pois é toda de aço, de fundo raso, muito veloz e está armada em guerra, com canhões de tiro rápido e metralhadoras.

É bom dizermos que a “*Alonso*” foi mandado construir em Londres pelo governo boliviano, exclusivamente para a navegação do Rio Acre. O armamento que os vapores da Expedição Acreana receberam nas águas do Purus, compõe-se do seguinte:

- Vapor “*Solimões*”: 200 espingardas Mauser com 40.000 tiros; 200 rifles Winchester de 18 tiros com 60.000 tiros; um canhão revólver; uma metralhadora Nordenfeldt e um canhão de tiro rápido, com grande quantidade de munição;
- Aviso “*Ruy Barbosa*”: este comboiava o “*Solimões*” e levava duas metralhadoras e dois canhões de tiro rápido e muita munição. A guarnição de ambos os navios ia completa;
- Cruzador “*General Tibúrcio*”: dois canhões de tiro rápido; um canhão revólver e duas metralhadoras Nordenfeldt. Neste cruzador iam 150 patriotas armados com Mauser, levando 40.000 tiros; 300 rifles Winchester de 18 tiros com 60.000 balas; 100 Comblains ([119]) com 20 000 balas. O “*General Tibúrcio*” é o antigo vapor “*Normandia*”, muito conhecido neste porto e que já serviu de transporte de guerra no Rio Grande do Sul, numa das revoluções abortadas. Este cruzador ia comboiado pelo Aviso “*Serzedello Correia*”, convenientemente armado com canhões de tiro rápido e metralhadoras Nordenfeldt. Ambas as guarnições iam completas.

A Expedição transportava víveres para 2.000 homens em cinco meses, ambulância e boa farmácia. As forças da Expedição, reunidas às que já se achavam no Acre, formavam um efetivo total e 3.500 homens. [...] (A IMPRENSA, N° 807)

[119] A Comblain teve uma longa e curiosa história no Exército Brasileiro. Vencedora de uma competição na qual foram testados 12 modelos diferentes de armas, era baseada em um modelo usado pela Guarda Cívica belga, apesar de ter notáveis diferenças com relação à ela, gerando um modelo genuinamente Brasileiro, apesar de ter sido fabricado por um consórcio de fabricantes belgas. (www.armasbrasil.com)

A Imprensa, n° 809

Rio, RJ – Quarta-feira, 19.12.1900

O Acre
A Expedição dos Patriotas

A maior parte das Forças embarcadas nos navios, a que fizemos referência em nosso artigo de anteontem, é composta de acreanos que se achavam no Pará ([120]) e em Manaus cuidando dos seus interesses.

A tripulação militar do Aviso "*Ruy Barbosa*" compõe-se, além da guarnição, de 39 patriotas das Forças de Terra, comandados por um Capitão de Guerrilhas e armados de espingardas Mauser, dispondo de uma metralhadora.

A tripulação do Aviso "*Serzedello Correia*" compôs-se de 20 patriotas das Forças de Terra, comandados por um Tenente de Guerrilhas e igualmente providos de espingardas Mauser e de uma metralhadora.

Os elementos bélicos de que dispõem as Forças Acreanas foram obtidos diretamente do estrangeiro, mandados vir pelo Coronel Rodrigo de Carvalho, por intermédio de quatro casas importantes desta praça, as quais se encarregaram de embarcar as armas no porto indicada por aquele chefe.

A Expedição levou todo o material de escrituração que julgou necessário códigos, constituição e leis brasileiras, que se farão adotar na região do Acre.

---

[120] Pará: Belém do Pará.

Levou também um prelo, caixas tipográficas, tendo sido contratado o serviço de dois bons compositores e um impressor para a publicação do "*Diário Oficial*".

Fazem parte da Expedição os seguintes chefes:

> Coronel Manuel Odorico de Carvalho, Coronel João Passos de Oliveira e Tenentes-coronéis Raymundo Barbosa Leite, Gastão de Oliveira e Antonio Passos de Sant'Anna.

Estes chefes gozam do maior prestígio no Acre, tendo figurado à frente da Revolução desde o seu início, quando Luiz Galvez deu o primeiro grito contra a dominação boliviana.

Os capitais necessários para levar a efeito esta nova Expedição foram obtidos, parte nesta praça, e parte nas do Pará e Amazonas, tendo a Revolução que pagar juros de 12% ao ano e comissão de 10% aos intermediários.

Para garantir o capital de empréstimo foram feitas hipotecas de dois seringais do Acre.

Desejando conhecer o representante da "*Imprensa*" qual seria a exigência que imporiam os acreanos à Bolívia, no caso de conquistarem a vitória, o Coronel Rodrigo de Carvalho informou:

> – Assinaremos o Tratado de Paz mediante as seguintes condições que constituem os limites naturais – margem esquerda do Beni até a foz do Madre de Dios e toda a margem esquerda até os limites da Bolívia com o Peru.
>
> Desta maneira, o Brasil ganhará todo o Rio Orton e seus afluentes, o Talmamann e o Mapuripe e metade do Abuman, em ambas as margens. (A IMPRENSA, N° 809)

A Imprensa, n° 810
Rio, RJ – Quarta-feira, 19.12.1900

O Acre
Documento Importante
Propostas Rejeitadas

O nosso colega de redação, que acaba de regressar de Manaus, onde fora exclusivamente para acompanhar de perto os trabalhos da nova Expedição Acreana, e assistir ao seu embarque, recebeu uma carta do Coronel Rodrigo de Carvalho, datada do 16 de novembro último, contendo as seguintes revelações, cujo interesse os leitores julgarão;

Às 2 horas da manhã de 13, partiu o "*Solimões*" e às 3 deu-se o assalto à "*Alonso*" [hoje "*Ruy Barbosa*"]. O sucesso foi esplendido. Eu e o infatigável, Dr. João Araripe a tudo assistimos... A tripulação seguiu prisioneira.

Às 7 horas da manhã de hoje, três dias depois de ter saído deste porto, o meu bom Orlando Lopes, Chefe da Força de Terra, deverá abrir a minha "*carta de prego*" ([121]) e tenho certeza que será totalmente cumprida.

O Purus será bloqueado, não se consentindo que adiante do "*Solimões*" naveguem lanchas ou vapores.

[121] Carta de Prego: Carta fechada que contém instruções e ordens secretas para ser apenas aberta em dadas circunstâncias.

Eu e os Drs. Deocleciano de Souza e Ribeiro de Castro, meus auxiliares no governo do Acre, assim como o Dr. Ayres, médico da Expedição, partimos hoje ao encontro do "*Solimões*". Iremos a bordo do vapor "*Isidoro Antunes*".

Mudei de ideia relativamente a seguir no "*Mucuripe*", porque o comandante Bandeira telegrafou-me dizendo que o Dr. Paes de Carvalho impediu a saída desse vapor, alegando ter recebido ordens expressas do Dr. Campos Salles.

Haja o que houver, ou o Acre volta a ser brasileiro, ou os 300 homens que se acham a bordo do "*Solimões*" e mais os que vão nos Avisos de Guerra morrerão a meu lado. Havemos de mostrar ao Brasil que somos briosos e patriotas, e não políticos de campanário ([122]) ...

Se perdermos na luta que vai ser travada, nunca mais o Amazonas será nada.

Enojam-me as traições, e tenho a registrar mais uma de pessoa altamente colocada no comércio do Pará, que sempre se mostrou muito amiga dos acreanos e que acaba de se pôr ao serviço da Bolívia, dizem-me que para obter uma comissão, que lhe renderá dez ou quinze contos de réis!

Não sei explicar a atitude do Governador do Pará relativamente ao "*Mucuripe*", que vem repleto de mercadorias, não para a Revolução, mas sim para serem vendidas no Acre, em nome e por conta de casas aviadoras do Pará.

Não fossem estas notícias desagradáveis, partiria para o Acre, com o coração cheio de alegria.

---

[122] Políticos de Campanário: politicos ambiciosos empenhados apenas nas suas costumeiras lutas estéreis.

Nesta minha Expedição procurarei agir com prudência, evitando sempre o derramamento de sangue, desde que isso não prejudique a energia necessária quando se tem que ver com inimigo ardiloso...

A publicação destes artigos e a narração minuciosa feita nas colunas da "*Imprensa*" trouxeram ao conhecimento do Sr. Salinas Vega; Ministro da Bolívia, tudo quanto o seu Delegado Montes e os Vice-cônsules em Manaus e Pará ainda não tiveram ocasião de comunicar-lhe, preocupados com outros gêneros de interesses.

À medida que o diplomata boliviano se ia informando da importância da nova Expedição Acreana; desde que provávamos com todos os detalhes a veracidade das notícias telegráficas que o nosso representante especial nos enviara do Pará e de Manaus, notícias que o mesmo Sr. Salinas Vega qualificou injustamente de inverídicas, em carta dirigida ao eminente diretor da "*Imprensa*", foi se forjando no seu espírito a ideia que o ilustre governador do Estado do Amazonas era conivente na agitação acreana.

Qual a razão que assim o impelisse a pensar, não conhecemos. Entretanto, nada mais injusto.

O Coronel Silvério Nery, supremo magistrado do Amazonas, poderá parecer ao Sr. Salinas Vega um aliado dos acreanos, porque para S. Exª o são todos os que se não colocam incondicionalmente ao serviço da Bolívia, ou os que exercendo cargos públicos na Amazônia, não servem os interesses bolivianos, com prejuízo do Brasil, ou não se acomodam às exigências ou aos caprichos de S. Exª.

O que não resta dúvida, porém, é que o Sr. Nery, tendo a perfeita noção dos deveres e das responsabilidades inerentes ao seu cargo e, tendo perfeita compreensão dos deveres que impõe o patriotismo, não precisa e despreza quaisquer advertências ou censuras que por ventura lhe sejam feitas, assim como soube rejeitar dignamente tentativas de diversos sindicatos e propostas do mencionado Sr. Salinas Vega, Ministro da Bolívia acreditado junto ao nosso governo, propostas relativas ao Acre, visando privar Governador do Amazonas de agir com independência.

E como o Sr. Salinas Vega chegou a formular queixas perante o Sr. Ministro das Relações Exteriores contra o Coronel Silvério Nery, parece-nos a hora das reivindicações.

Embora sem a competente procuração, agindo com espontaneidade e em defesa da justiça, a "*Imprensa*" defenderá com provas a atitude de inteira independência com que tem agido o governador do Amazonas perante a agitação acreana.

Como se defenderá, porém, o Sr. Salinas Vega contra as insinuações contidas no artigo publicado no dia 16 do corrente na "*Federação*", de Manaus, órgão oficial do Estado? Como contestará S. Exª a afirmação autorizada pelo Coronel Silvério Nery? É o que vamos ver e de que teremos a tratar em subsequentes artigos.

Antes de terminar, devemos contestar, a bem da verdade, um tópico da notícia publicada pelo "*Jornal de Belém*" na sua edição de 23 de novembro último, relativamente a terem feito parte da Expedição Acreana alguns súditos italianos.

Não é exato que seguissem para o Acre, nos vapores da Expedição, estrangeiros, da qualquer nacionalidade. A Expedição compõe-se totalmente de cidadãos brasileiros.

É verdade que alguns italianos, espanhóis e peruanos se alistaram. A Comissão, porém, agradecendo a espontaneidade do concurso oferecido, dispensou os serviços dos estrangeiros alistados. Isto é o que realmente se deu. Podemos afirmá-lo. (A IMPRENSA, N° 810)

A Imprensa, n° 811
Rio, RJ – Sexta-feira, 21.12.1900

O Acre
Expedição Rodrigo de Carvalho
Prisão de D. Lucio Velasco

Enquanto reunimos e coordenamos os elementos de prova para a completa defesa do integérrimo Coronel Silvério A. Nery contra as injustas acusações formuladas pelo Sr. Ministro da Bolívia nesta capital, hão de permitir os leitores que chamemos a sua atenção para as últimas notícias do Acre, de que foi ontem portador o paquete "*Alagoas*", do Lloyd Brasileiro.

Ocupa o primeiro lugar, entre as notícias mais importantes, a da prisão de D. Lucio Velasco, atual Vice-presidente da Bolívia e um dos chefes superiores do Expedição Militar que o seu país mandou ao Acre, para ali garantir o seu domínio.

Na edição da "*Imprensa*" correspondente ao dia 13 deste mês referindo-nos às posições que ocupavam as Forças de D. Lucio Velasco, acampadas em Capatará e as de Gentil Norberto, o Chefe acreano incumbido da resistência à dominação boliviana, tivemos ocasião de escrever:

> Gentil Norberto, a fim de cortar a retirada de Velasco, estendera uma linha de valentes soldados bem armados e municiados ao Sul de Capatará. Contra o próprio Vice-presidente da Bolívia expediu o Dr. Gentil Norberto uma ordem de prisão.

Sempre nos julgamos dispensados de provar a veracidade das notícias publicadas nestas colunas, ainda quando isso nos seja contestado por entidades superiores como o Sr. Salinas Vega. Por isso mesmo, não faremos maior número de comentários à notícia que ontem nos chegou do Amazonas, relatando minuciosamente a prisão de D. Lucio Velasco pelo Dr. Gentil Norberto, tal como este Chefe se propusera a realiza-la.

É do "*Commercio do Amazonas*", cuja fonte de informações é fidedigna, que transcrevemos a seguinte notícia, publicada em sua edição de 23 de novembro:

> Por carta fidedigna vinda no "*Antonio Olyntho*" sabemos que o Dr. Gentil Norberto que é o chefe da Expedição Acreana, com dez companheiros, conseguiu aprisionar D. Lucio Velasco, Vice-presidente da república da Bolívia, quando, este descia o Rio Acre, com pequeno séquito em demanda de Puerto Alonso, julgando achar-se tudo pacificado.

O Dr. Gentil Norberto, obtendo, porém, a palavra do prisioneiro de que não voltaria a Puerto Alonso, deu-lhe liberdade e aos seus companheiros.

Consta, porém, que D. Lucio Velasco, desesperado com a façanha dos heroicos moços acreanos, jurou vingar-se. Não juraria vingar-se, garantimo-lo nós, se no lugar do Dr. Gentil Norberto estivesse o Coronel Rodrigo de Carvalho...

E dizemos isto porque lhe conhecemos as ideias. Se por ventura D. Lucio Velasco ou outro chefe da Expedição Boliviana lhe cair nas mãos, não voltará a Bolívia senão depois de preenchidas certas formalidades, muito em uso em casos de guerra.

Pelas últimas notícias de Manaus, sabemos que o vapor nacional "*Labrea*", saído do Pará a 13 do mês findo com destino ao Alto Purus, foi detido ali por ordem da alfândega, para averiguações no seu carregamento, visto haver sido denunciado que o mesmo vapor conduzia víveres e armamento para os bolivianos que operam no Acre.

O comandante do "*Labrea*", Sr. João Baena, lavrou um competente protesto.

Chegaram boas notícias do Coronel Rodrigo de Carvalho e de seus abnegados companheiros de Expedição.

A polícia de Manaus mandou abrir inquérito a respeito da saída clandestina da lancha blindada "*Alonso*", ficando provado que esta lancha, tripulada por soldados bolivianos, depois de se ter posto à fala com o vapor "*Labrea*", na boca do Rio Negro, e de ter recebido carregamentos, que lhe foram transportados daquele vapor, subiu o Solimões em demanda do Purus. A polícia do porto multou os seus consignatários em 100$000.

O inspetor da alfândega de Manaus multou em 500$ os proprietários do vapor "*Solimões*" por ter sido este encontrado rebocando a lancha "*Alonso*". A esse respeito escreveu o "*Amazonas Commercial*":

> Fomos ontem já tarde, informados que o Sr. inspetor da alfândega desta capital multou na importância de 500$, os armadores do vapor "*Solimões*", que deste porto saíra legalmente, na noite de 14 do corrente.
>
> Baseou-se o chefe da repartição aduaneira para assim proceder, em ter, diz S. S., a citada embarcação, levado a reboque a lancha boliviana "*Alonso*", que, segundo a Imprensa noticiou, desapareceu deste porto na mesma noite. Em que se baseia o Sr. inspetor da alfândega para assim proceder, quando S. S. já deve ter conhecimento de um inquérito procedido na polícia de que resultou saber-se que a lancha boliviana se evadira deste porto, isso provado pelos depoimentos conhecidos?
>
> S. S. agravou uma situação; deu direito a notas diplomáticas; menoscabou de um inquérito policial feito com severa imparcialidade e obriga-nos a perguntar por que não exerceu a sua atividade, quando a embarcação boliviana estava neste quadro, com armamentos, tendo, até, à proa, um canhão de tiro rápido. (A IMPRENSA, N° 811)

A Imprensa, n° 813
Rio, RJ – Domingo, 23.12.1900

O Acre
Queixas Infundadas
Cassação de Direitos Bolivianos no Acre

O procedimento do governador do Amazonas relativamente à agitação acreana tem sido pautado pelas normas da mais estrita neutralidade. O Coronel Silvério Nery, conhecedor da gravidade da questão, ao ser eleito para aquele supremo cargo, não quis embarcar para Manaus, a fim de tomar conta do governo, sem antes conferenciar com os Srs. Presidente da República e Ministro das Relações Exteriores e se informar positivamente da maneira de pensar de ambos os ilustres estadistas sobre o que se passava no Acre, entre os povoadores da região amazônica e os dominadores bolivianos.

Levando para o governo do Estado as inspirações do Governo Federal, com as quais concordava plenamente, o Sr. Coronel Nery não tem agido de maneira a merecer reparos justos de quem quer que seja. E o ilustre Ministro da Bolívia há de concordar que as suas queixas e recriminações contra o governador do Amazonas não se fundamentam em fatos reais e que lhe não fica bem, perdoe-nos S. Exª, esquecer-se tão cedo do cavalheirismo do Cel Nery, a quem, antes de partir para Manaus, ofereceu em Petrópolis um lauto banquete, enaltecendo, por ocasião dos brindes, além de outras qualidades cívicas, o espírito de justiça e independência de caráter do seu comensal.

Por que o Cel Silvério Nery não há de continuar a merecer do Sr. Salinas Vega o mesmo conceito, quando, como administrador, tem sido o mais imparcial possível, a ponto de sacrificar sentimentos, amizades e até interesses do estado, em benefício do que unicamente lhe parece justo e equitativo?

Não sabemos ao certo qual tenha sido o ato praticado pelo Cel Silvério Nery, que tanto possa ter irritado os nervos do Sr. Ministro da Bolívia; mas, para a plena defesa do integérrimo governador do Amazonas aí estão os fatos, que falam mais alto que todos os argumentos usados para pretender molestá-lo.

Começaremos hoje por apontar um fato, cuja eloquência não se contesta.

Quando os revolucionários acreanos se achavam em Manaus a braços com sérias dificuldades, surgidas à última hora, o governador do Amazonas tinha em seu poder 300.000$ de direitos arrecadados da borracha procedente da região convulsionada, em navios cujos porões traziam o selo do "*Estado Independente do Acre*". De acordo com instruções do Sr. Ministro da Fazenda, o Coronel Nery podia entregar essa forte soma ao agente financeiro do Acre, Dr. João do Alencar Araripe. Entretanto, não o fez, mandou recolher essa importância aos cofres da delegacia fiscal do tesouro da União, onde se acha em depósito. De posse dessa quantia, não poderiam os acreanos aumentar os seus recursos de guerra, os seus armamentos e as suas munições?

E ainda se queixa o Sr. Salinas Vega da parcialidade do Cel Silvério Nery! Desejaria S. Exª que esses 300 contos fossem entregues aos seus representantes em Manaus? Isso não poderia fazer o governador do Amazonas, porque seria infringir disposições do governo da União, e mesmo faltar às convenções previamente estabelecidas e ajustadas.

Já que o Sr. Salinas Vega nos fornece assunto para o artigo de hoje, não deixaremos, a pena sem nos referirmos outra vez a um fato de importância. É dele a negociação financeira que o governo da Bolívia iniciou no estrangeiro relativamente ao Acre, cuja veracidade contestou categoricamente o Sr. Salinas Vega pelas colunas editoriais desta Folha, gentilmente cedidas pelo seu eminente diretor.

Possuidores de documentos, que reputamos tão dignos de crédito como a palavra honrada do digno Ministro da Bolívia, podemos afirmar que os Srs.

Fernando Guachalla e Felix Avelino Aramayo, plenipotenciários daquela república em Washington e Londres, respectivamente, foram dadas instruções pelo governo do D. Nicolau Alonso, para negociarem a cessão dos direitos que advenham à Bolívia depois do seu domínio no Acre.

Não se tratou nunca da venda dessa região e ninguém poderia julgar isso uma coisa possível, porque contra essa venda protestariam e se levantariam em armas, não só os povoadores do Acre, senão todos os brasileiros, porque, se o domínio estrangeiro não é tolerado, muito menos a alienação do Território Nacional.

Em todo o caso, o nosso interesse é provar que não faltamos nunca à verdade. O Acre está sobre o tapete dos sindicatos londrinos e norte-americanos. Sempre desejaríamos saber o preço por que foram vendidos os direitos que a Bolívia não se julga bastante forte para defender e precaver contra insucessos e surpresas futuras... E quanto mais cômodo seria a Bolívia ter as costas resguardadas por nações poderosas, a Inglaterra e a América do Norte, por exemplo! (A IMPRENSA, N° 813)

A Imprensa, n° 814
Rio, RJ – Segunda-feira, 24.12.1900

A Questão do Acre
Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro

Conferência Sobre a Questão do Acre, em Sessão de 20 de Dezembro de 1900, pelo Dr. Antonio de Paula Freitas.

[...] Ora, eu tenho tomado parte nesta questão, aqui e no Instituto Politécnico Brasileiro, e sou daqueles que contestam o direito da Bolívia aos terrenos do Acre; comigo se acham nesta campanha os compatriotas Thaumaturgo de Azevedo, que foi o primeiro a despertar a atenção do governo brasileiro para o que se passava no Acre; Serzedello Correia, que sobre o caso escreveu a importante memória "*O Rio Acre*"; Paulo de Frontin, que levantou a questão no "*Club de Engenharia*"; Senador Ruy Barbosa, que tão magistralmente tem defendido os direitos do Brasil na tribuna parlamentar e na imprensa; Senador Lauro Sodré e outros: e pois podemos todos estar compreendidos na ofensa.

De minha parte é o que menos me impressiona, porque este meio ignóbil de ofender, injuriar, descompor, é o recurso de quem não tem razão: esbraveja, esperneia, insulta e calunia. Continuaremos, pois, a tratar da "*Questão do Acre*" embora haja quem negue a existência de tal Questão. De fato ela existe e está de pé, visto como o Tratado de 1867 é sofismado em prejuízo do Brasil. Será, como diz o folheto, "*uma questão velha*", mas nunca uma questão esquecida, como pretende.

Já tive ocasião de mostrar que, dando aos termos do Tratado a sua verdadeira significação, ele se baseia em dois elementos essenciais: o Paralelo de 10°20' e a nascente principal do Javari.

Com efeito, substituindo os termos do art. 2° do Tratado "*uma paralela*" pelo seu equivalente real "*um Paralelo; linha Leste-Oeste*" por "*Paralelo desde a mesma Latitude*" por "*desde o mesmo Paralelo*" ficará o art. 2° do tratado de 1867 assim redigido:

> Deste Rio [o Madeira] para Oeste seguirá a fronteira por "*um Paralelo*", tirado da sua margem esquerda na Latitude Sul do 10°20', até encontrar o Rio Javari.

> Se o Javari tiver as suas nascentes no Norte daquele Paralelo, seguirá a fronteira "*desde o mesmo Paralelo*" por uma reta a buscar a origem principal do dito Javari.

Isto é: a fronteira é expressamente determinada pelo Paralelo de 10°20′ até o Rio Javari, se o encontrar; e, se o não encontrar, será determinado pelo dito Paralelo e por uma reta tirada desse Paralelo até a nascente principal do Javari. Daí os casos, que têm causado confusão a muita gente, de uma só linha reta, ou de uma linha quebrada, quando de fato nenhuma confusão existe. A fronteira será uma reta ou uma linha quebrada, conforme o Paralelo de 10°20′ até encontrar ou não o Javari. Eis aí a verdadeira compreensão do Tratado, constituindo o Paralelo sempre um elemento essencial da fronteira, e jamais a linha oblíqua geodésica do Beni ao Javari, com que se pretende substituí-lo, com prejuízo de área para o Brasil.

Não é infelizmente a solução que se pretende manter para o Brasil, segundo se deduz das instruções que consta, por notícias da imprensa diária, terem sido providas à nova Comissão do Limites. Alegam-se, como razões para manter a oblíqua, antigos avisos, instruções, notas diplomáticas e outras combinações; mas todos estes atos, tendo sido ideados sobre plantas improvisadas, evidentemente erradas, porque a região do Acre era desconhecida, são também atos errados, e não podem prevalecer em uma operação definitiva e terminante como a da demarcação final, nem alterar ou derrogar as prescrições do Tratado de 1867.

Também não procede a circunstância, a que alude o Senador Bocaíuva, de recear-se a aliança da Bolívia com o Paraguai, então em luta com o Brasil [folheto pg. 142], e a que parece aludir o General Dionysio Cerqueira, quando diz no seu discurso [pg. 189]:

> Foi [o Tratado] em 1867... Grandes acontecimentos se passaram no nosso País naquela época memorável e por isso foi que... Perdão! Eu ia romper o véu das conveniências diplomáticas... Sou obrigado a calar-me. "*Fizemos então à Bolívia todas as concessões que podíamos fazer*".
>
> Se realmente este fato se deu, do que não há provas nem cogitarei neste momento, ele só servirá para mostrar que a oblíqua seria o produto de concessões graciosas, e nunca uma divisa legítima, de acordo com o Tratado de 1867.

Não procede igualmente a razão de que, em 1822, o Acre era deserto, conforme argumenta o General Dionysio Cerqueira [pag. 171]: pois que, se era deserto para o Brasil, também o era para a Bolívia; e, portanto, o princípio do "*uti possidetis*", aplicado agora, quando o Acre se povoou de brasileiros acima do Paralelo de 10°20', é evidentemente em favor do Brasil, de acordo com o Tratado de 1867.

O Paralelo deve, pois, ser mantido, assim como a reta que se trace dele ao Javari, se este Rio tiver as suas nascentes ao Norte do mesmo Paralelo. A própria divisa da Bolívia com o Peru, quando chega ao Paralelo, tira do ponto de encontro a reta para o Javari.

É esta a reta, que com a célebre oblíqua ou geodésica forma uma cunha, fechando-se nas faldas dos Andes com um ângulo de poucos graus. Singular fronteira!

A Bolívia sempre considerou litigiosa esta questão, e ainda recentemente deu prova disso; porquanto nos seus documentos oficiais a tal respeito sempre se refere aos terrenos em litígio. Assim é que no ofício de D. L. Salinas Veja, Ministro da Bolívia, ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil, de 3 de março do corrente ano, se lê o seguinte [pg. 58]:

> Hay otra circunstancia muy digna de consideración. El dominio del territorio en que se producen los sucesos referidos aún no está definido... En estas circunstancias, "*ese territorio debe considerar-se cosa litigiosa*", y como tal ser cuidado, vigilado y amparado por ambas partes interesadas, es decir tanto por Bolivia como por el Brasil.

Mais adiante [pg. 59]:

> Dejar a Bolivia el cuidado de ese territorio, hoy en poder de "*hombres y elementos solidos del Brasil, cuando no brasileros*"; dejarle la tarea de defenderlo de agresiones sucesivas, que solo pueden partir del Brasil, seria sostener que no pertenece al Brasil el cuidado de sus fronteras; conclusión, por si sola, en extremo grave.

Entretanto, do Ministério das Relações Exteriores foi dada a seguinte resposta em ofício de 14 de março [pg. 58]:

> Há equivoco nesse modo de considerar o Território do Acre. Litigioso é somente o compreendido entre as linhas Tefé e Cunha Gomes. O que se estende ao Sul da segunda, "*é boliviano, e o Brasil não lhe disputa*", como consta de documentos publicados e bem conhecidos. Esse Território é ocupado quase exclusivamente por brasileiros, que se dedicam à exploração dos seringais. A nacionalidade desses indivíduos não os isenta de obediência ao governo boliviano e o Governo Federal "*os não protege*" [pag. 62].

Em outro ofício, de 31 de março último, se lê ainda:

> O governo boliviano [pag. 69] entende que o Território ao Sul da linha Cunha Gomes pertence à Bolívia, e o governo brasileiro também assim pensa, mais de uma vez o tem declarado. Não há, portanto, litígio.

Eis como são sacrificadas as questões de limites no Brasil, usando-se de tal prodigalidade, de tal liberalidade, que pasma, entretanto, coisa notável!

Apesar dessa mania de ceder pedaços de nosso Território, os próprios árbitros, a quem têm sido confiadas as nossas "*Questões de Limites*", não se prevalecem do triste expediente, colocam a questão no seu verdadeiro lugar, e resolvem como soem resolver os juízes retos e honrados.

Oxalá que sirvam tais precedentes de lição, não só quanto ao Acre, como a outros pontos de nossa fronteira, principalmente com a Guiana Inglesa, onde se diz que terrenos nossos estão sendo invadidos e apossados impunemente pelos ingleses!

Já ecoaram no Congresso frases que testemunham o pouco apreço a estes pedaços do Território Nacional. [pag. 200]

> O Brasil é muito grande, muito rico, muito nobre... prefere ao interesse à sua honra e pensa que há uma coisa que vale mais que os seringais do Acre – é a justiça.

Mas onde está a justiça? Em ceder pedaços de nosso Território, por ser o Brasil muito grande e muito rico! ... Não é por aí que devemos guiar os nossos argumentos, ou defender os nossos direitos? Não percamos, porém, o fio da nossa exposição.

Suponhamos que se aceita a solução da linha geodésica, tirada da foz do Beni ao Javari. [É uma simples hipótese] Perguntamos nas condições em que se acha a Questão do Acre, teremos os elementos precisos para proceder à demarcação definitiva? Poderão ser considerados completos os trabalhos feitos, e sê-los-ão os da nova comissão de limites? São só perguntas a que conscienciosamente nenhum brasileiro poderá responder de modo afirmativo. E vou mostrá-lo.

Não há quem ignore que nenhuma das comissões de limites do Javari completou seu trabalho. [...] (A IMPRENSA, N° 814)

José Plácido de Castro

José Plácido de Castro nasceu em São Gabriel, no Rio Grande do Sul, em 12 de dezembro de 1873. Plácido de Castro trazia nas veias o gene de três gerações de Militares. Filho do Capitão Prudente da Fonseca Castro, veterano das campanhas do Uruguai e Paraguai, recebeu o nome do avô José Plácido de Castro, Major paulista que, após combater na Campanha Cisplatina, radicou-se no Rio Grande do Sul. Seu bisavô, Joaquim José Domingues, participou da conquista das Missões em 1801. Começou a trabalhar aos 12 anos, quando perdeu o pai, para sustentar a mãe e seus seis irmãos. Aos 16 anos, ingressou na vida militar chegando a 2° sargento do 1° Regimento de Artilharia de Campanha, mais conhecido como "*Boi de Botas*", em São Gabriel, hoje quartel do 6° Batalhão de Engenharia de Combate. Quando foi deflagrada a Revolução Federalista, Plácido encontrava-se na Escola Militar do Rio Grande do Sul, o velho Casarão da Várzea, hoje Colégio Militar de Porto Alegre. Os oficiais e Cadetes pediram o fechamento da escola ao Presidente Floriano Peixoto para que pudessem participar, com as forças legais, no combate à Revolução Federalista. Plácido de Castro discordava de seus camaradas e instrutores e lutou ao lado dos Maragatos, chegando ao posto de Major. Com a derrota para os "*Pica-paus*", que defendiam o governo Floriano Peixoto, o herói acreano abandonou a carreira militar e recusou a anistia oferecida aos envolvidos na Revolução. Mudou-se para o Rio de Janeiro, onde foi inspetor de alunos do Colégio Militar. Algum tempo depois, foi fiscal nas docas do porto de Santos, em São Paulo e, voltando ao Rio, obteve o título de agrimensor. Inquieto e à procura de desafios, viajou para o Acre, em 1899, para tentar a sorte como agrimensor.

Seringais

No período de 1877 a 1900, os seringais foram se multiplicando e se estendendo rumo ao Sul atingindo as "*tierras non descobiertas*", ou seja, terras ainda não exploradas pelos bolivianos. A atenção do governo boliviano estava totalmente voltada, na ocasião, para a extração de ouro e prata e, além disso, a Bolívia na guerra contra o Chile (1879-1882), havia concentrado suas tropas em direção oposta ao Acre. O Purus, o Rio Acre, o Antimarí, o Iaco, o Juruá, o Abunã, no alto Madeira e outros cursos d'água de menores proporções foram sendo, progressivamente, ocupados pelos novos "*donos*" daquelas terras abandonadas e desconhecidas. No início do século XX, todo o Rio Acre estava povoado, explorado, principalmente por brasileiros.

Bolivian Syndicate

Em 14.07.1901, foi criado o Bolivian Syndicate (syndicate, em inglês, significa cartel), um conglomerado anglo-americano sediado em Nova York. O contrato arrendava, por 30 anos, a região acreana, ocupada por brasileiros, destinando 60% dos lucros para a Bolívia e os 40% restantes para o Bolivian Syndicate. O acordo autorizava o emprego de força militar como garantia de seus direitos na região, e a opção preferencial de compra do território arrendado, caso viesse a ser colocado à venda. As bases do acordo foram articuladas em sigilo, tendo em vista que a Bolívia tinha pendências de fronteira com os países vizinhos (Brasil e Peru). O contrato foi enviado ao Congresso Nacional Boliviano para que aprovasse as cláusulas acordadas entre o ministro Félix Aramayo e os acionistas anglo-americanos. Muitos parlamentares bolivianos, adversários de Aramayo, eram contrários ao "*Contrato Aramayo*".

Foi criada, então, a Comissão de Fazenda e Indústria com o objetivo de analisar o contrato. Uma das conclusões apresentadas pelos membros da Comissão foi que era impossível à Bolívia conservar o Território do Acre sem o aporte de capitais externos, pois não havia uma presença efetiva do Estado boliviano e uma base demográfica nacional na região, ocupada, principalmente, por brasileiros, fatores esses que eram agravados pela resistência dos bolivianos em descer do altiplano até o vale amazônico. A Comissão considerava que, dentre todas as hipóteses levantadas, o arrendamento era a única solução, afirmando "*desgraciadamente en la actualidad no se ofrece ninguno otro medio, ni como probabilidad lejana*". O relatório foi aprovado no dia 17.12.de 1901. A efetivação do acordo tornava a "*ocupação*" do Acre pelos representantes do Bolivian Syndicate um fato, gerando um mal-estar, sem precedentes, dos brasileiros contra os vizinhos bolivianos. O governo brasileiro imediatamente iniciou uma campanha para desacreditar o Bolivian Syndicate junto a governos e grupos financeiros que poderiam vir a se aliar ao cartel.

Imagem 08 – Luiz Galvez, 1899 (Perci Lau)

A Canhoneira U.s.s *Wilmington*

A pura raça anglo-americana está destinada a estender-se por todo o mundo com a força de um tufão. A raça hispano-mourisca será abatida. (New Orleans Creole Courier, 1.855)

O Cruzador "*Wilmington*", comandado pelo Capitão-de-Fragata Chapman Coleman Todd, aportou em Belém, no dia 10.03.1899, e depois em Manaus, em 25.03.1899, onde deveria aguardar autorização federal para poder prosseguir sua viagem até Iquitos. Os arrogantes nautas que tinham sido recebidos com tanta cortesia em terras brasileiras evadiram-se sorrateiramente rumo a Iquitos, na madrugada de 05.04.1899, com os faróis de navegação apagados, para passarem desapercebidos pelas autoridades portuárias, antes mesmo de ter recebido a devida autorização do Governo Federal, já que se tratava de um navio de guerra.

A atitude hostil do Comandante Todd refletia muito bem o estado de espírito dos "*Yankees*" que ainda deleitavam-se inebriados com a facílima vitória contra a Espanha, na guerra pela independência de Cuba, em 1898. Poder-se-ia considerar encerrado o aziago imbróglio, se este não recebesse um notável e picante catalisador materializado pelas informações bombásticas, divulgadas por Galvez na edição de 03.06.1899, da "*Província do Pará*", afirmando que o objetivo da viagem de Todd, era viabilizar um acordo para a exploração da borracha em terras bolivianas por uma "*chartered-company*" ([123]) e entregá-lo ao Presidente William McKinley.

---

[123] Chartered-company (companhias de carta): as companhias majestáticas ou ainda companhias privilegiadas eram companhias privadas portadoras de carta de concessão de um governo que lhes conferia o direito a certos privilégios comerciais.

Em Manaus o Ministro plenipotenciário boliviano, José Paravicini, o Vice-cônsul boliviano Luiz Truco e o Cônsul norte-americano, K. K. Kennedy elaboraram as linhas gerais do acordo no qual os E.U.A. comprometiam-se a apoiar diplomaticamente a Bolívia na defesa do "*seu território*" no Alto Acre, Alto Purus e Iaco, e, em caso de guerra com o Brasil, fornecer-lhe armas e financiamento além de receber em hipoteca as rendas das alfândegas bolivianas.

A divulgação do acordo articulado por Todd, alarmou a população e as autoridades dos estados do Pará e Amazonas e a campanha anti-norte-americana recrudesceu, apesar dos desmentidos de Paravicini e da falaciosa notícia de que McKinley reprovava a atitude de Todd e censurava seus contatos com os peruanos, demitindo-o.

Protagonistas do Imbróglio da U.s.s *Wilmington*

Governador do Pará: Dr. Paes de Carvalho

Drs José Paes de Carvalho

O Dr. José Paes de Carvalho nasceu em Belém, PA, em 1850. Concluiu o curso secundário na Escola Politécnica de Lisboa e formou-se em medicina na Escola Cirúrgica de Lisboa. Integrou o corpo clínico do Hospital de Caridade da Santa Casa de Misericórdia do Pará. Em 1886, participou da fundação do Clube Republicano do Pará, sendo eleito seu Presidente em 1889.

E. U. DO BRAZIL
ESTADO DO AMAZONAS—MANÁOS
Sexta-feira, 9 de Junho de 1899
ANNO XXXI NUMERO 483
PROPRIEDADE DE
Moreira & Rocha
REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFFICINAS
RUA HENRIQUE MARTINS

Commercio do Amazonas

O ACCORDO BOLIVIO-AMERICANO

MINUTA DE PARAVICINI

ALERTA

Proposta para o accordo entre os E. U. da America e a Republica da Bolivia:

1.º Os E. U da America questionarão por via diplomatica, da Republica Brazileira, os direitos da Bolivia aos territorios do Acre, Purús e Yaco, hoje occupados de accordo com os limites estabelecidos pelo tratado de 1867;

2.º Os E. U. da America se compromettem a fornecer o numerario e petrechos bellicos necessarios em caso de uma guerra com o Brazil;

3.º Os E. U. da America exigirão que o Brazil nomeie dentro do primeiro anno, uma commissão que, de accordo com a Bolivia, deslinde as fronteiras definitivas no Juruá e Javary;

4.º O Brazil deverá conceder a livre navegação nos affluentes do Amazonas, aos barcos de propriedade boliviana, assim como o livre transito pelas alfandegas do Pará e Manáos ás mercadorias destinadas aos portos bolivianos;

5.º Em recompensa de seus bons officios a Bolivia concederá aos E. U. da America o abatimento de 50 % sobre os direitos de importação em todas as mercadorias norte-americanas e 25 % sobre os direitos de exportação da borracha destinada a qualquer porto da dita republica; este abatimento será pelo prazo de dez (10) annos;

6.º No caso de se ter que appellar para a guerra, a Bolivia denunciará o tratado de 1867, sendo então a linha limitrophe da Bolivia a bocca do Purús e Acre, e entregará os territorios restantes nas zonas comprehendidas entre a bocca do Purús, Acre e o Cratto, aos E. U. da America em livre pósse;

7.º Os gastos que se occasionar em caso de guerra serão pagos aos E. U da America, recebendo em hypotheca os direitos das alfandegas bolivianas.

Imagem 09 – Commércio do Amazonas, n° 483, 09.06.1899

Nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, de 15.09.1890, foi eleito Senador do Estado do Pará, selecionado como segundo secretário da Constituinte e signatário da Constituição de 1891. Governou o Estado do Pará de 01.02.1897 a 01.02.1901. Em 1903, foi eleito Senador, reeleito exerceu o mandato no Senado Federal até 31.01.1912. Faleceu em Paris no dia 17.03.1943.

Imagem 10 – José Cardoso Ramalho Júnior

Governador do Amazonas: Ramalho Júnior

O Coronel José Cardoso Ramalho Júnior nasceu em Manaus, AM, no dia 07.04.1866. Depois de concluir o ensino primário em Manaus, foi para Portugal a fim de concluir os estudos preparatórios. Retornando ao Amazonas empregou-se no comércio e logo depois filiou-se ao Partido Democrata, elegendo-se Deputado. No Exército alcançou o posto de Coronel.

Em 1896, foi eleito Vice-governador do Amazonas, assumindo interinamente o governo, no dia 04.04.1898, quando o Pires Ferreira viajou a Paris para tratar de problemas de saúde. Assumiu o governo através de vis articulações que forjaram até um falso pedido de renúncia de Pires Ferreira. No seu governo iniciou-se a Revolução Acreana, para qual despendeu esforços militares e financeiros. Faleceu no Distrito Federal (RJ), em 1952.

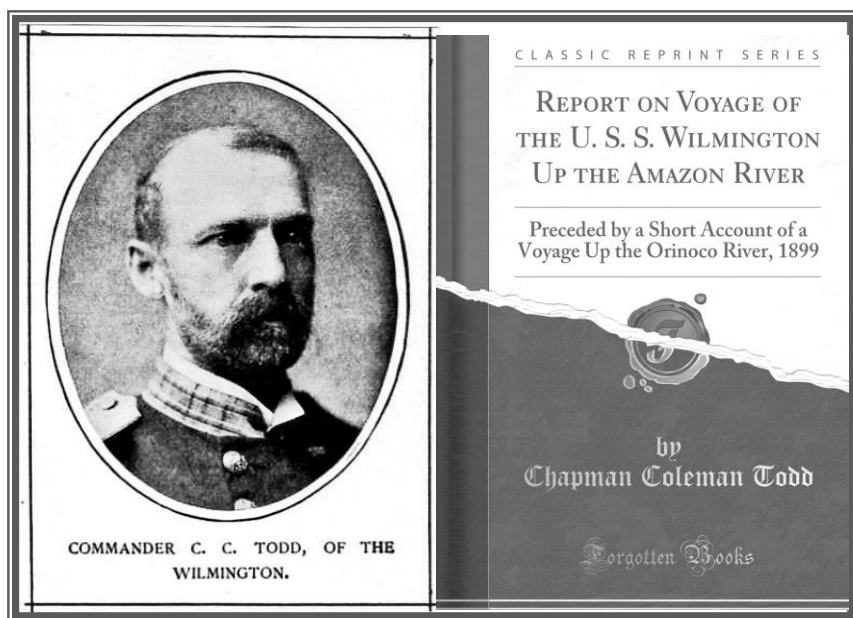



Imagem 11 – Report on Voyage of the U.s.s Wilmington…

Comandante: Chapman Coleman Todd

O Contra-Almirante Chapman Coleman Todd, nascido no dia 05.04.1848, era filho de Harry Innes Todd. Chapman herdou seu amor pelas águas de seu pai, Comandante do vapor "*Blue Wing*", que percorria, duas vezes por semana, o trajeto entre Frankfort e Louisville.

Chapman Coleman Todd era bisneto do líder político John J. Crittenden que levando em conta de que, durante a Guerra Civil, havia necessidade de um aumento do contingente da Marinha articulou para que Todd, aos 13 anos de idade, fosse matriculado na Academia Naval dos Estados Unidos, em Anápolis, Maryland. Todd formou-se na Academia Naval aos 18 anos, em 1866, e aposentou-se, em 1902, aos 54 anos de idade, como Contra-almirante com quarenta e um anos de serviço.

Como Guarda-marinha, Todd atuou com destaque na Guerra Civil Americana. Teve uma participação importante na guerra hispano-americana, no comando o U.s.s. *Wilmington*, atacando Cárdenas, Cuba, na tentativa de capturar três canhoneiras espanholas. Atacou Manzanilla afundando três transportes castelhanos. Foi agraciado com a Medalha da Campanha Espanhola e a Medalha da Campanha das Filipinas. Foi, também, Comandante da primeira exploração nas cabeceiras dos Rios Orenoco e Amazonas reportada no livro "*Report on Voyage of the U.s.s Wilmington up the Amazon River, Preceded by a Short Account of the Orinoc River, 1899*". Na tumultuada viagem pelo Rio Amazonas-Solimões até Iquitos, Chapman e K. K. Kennedy, Cônsul norte-americano, encontraram-se, em Manaus, com Dom José Paravicini, Embaixador da Bolívia, para elaborarem a redação final do acordo com o qual a Bolívia comprometia-se a arrendar aos EUA a região do Alto Acre e Purus com o objetivo de explorar a Hevea brasilienses. O Contra-Almirante Todd morreu em Washington, DC, em 28 de abril de 1929, aos 81 anos de idade.

Coronel Emilio Vizcarra

O Coronel Emilio Vizcarra nasceu em Arequipa, Peru. O Coronel Vizcarra, em 1899, como Prefeito de Loreto proclamou-se "*Chefe Supremo da Nação Selvática*", nomeando, logo em seguida, algumas autoridades, mas em Moyobamba encontrou seu trágico fim.

No dia 27.02.1900, uma multidão cansada dos abusos perpetrados por suas tropas o arrastou pelas ruas até a "*Plaza de Armas*", onde uma mulher, conhecida como "*Tapullima*" matou-o, golpeando-lhe a cabeça com uma pedra.

Contexto e Precedentes Históricos

A primeira vítima, da guerra, é a verdade!
(Hiram Johnson)

Paladinos "*Pero no Mucho*", Antes e Agora

Analisando as intervenções armadas ou não na história da humanidade observamos que o interesse geopolítico ou geoeconômico foi e continuará sendo o agente catalisador de cada uma delas. As justificativas apresentadas aos incautos como defesa da democracia, manutenção dos direitos humanos e tantos outros têm, na verdade, a finalidade pura e simples de garantir o acesso das potências hegemônicas aos recursos naturais ou assegurar sua influência política em Estados que se tornaram ou pretendam se tornar independentes.

Não há interesse, por parte das nações poderosas de hoje, como as de outrora, de que surjam novas e fortes economias alterando sua posição de domínio no mundo. A permanência do "*status quo*" justifica quaisquer tipos de retaliações, intervenções, massacres mascarados pela mídia através de termos simpáticos.

É interessante observar que o tratamento dispensado aos seus "*aliados*", mesmo que estes estejam infrigindo as mesmas regras, não estão sujeitos a este tipo de retaliação, senão, como explicar a sua omissão quando ocorreu o extermínio de milhares de curdos pela Turquia ou seu apoio explícito ao governo Saudita que tem mostrado o mais profundo desprezo pelos direitos humanos. Quando seus interesses geoeconômicos não estão em jogo os propalados e altruístas "*paladinos da justiça*" omitem-se permitindo o extermínio de milhões de pessoas como aconteceu na guerra pela independência de Biafra e na guerra do Sudão.

Guerra Hispano-Americana (1898)

O encouraçado "*U.s.s. Maine*", partiu rumo ao porto de Havana, no dia 28.01.1898, com o propósito de resguardar os interesses dos E.U.A. em Cuba. As relações entre os dois países eram tensas e chegaram ao seu ápice no dia 15.02.1898, quando o "*Maine*" explodiu no porto de Havana. O governo americano acusou os espanhóis de sabotagem procurando forjar um pretexto para desencadear uma Guerra contra a Espanha. A causa da explosão foi uma combustão espontânea do carvão armazenado nos paióis do navio.

Filipinas (1898)

Eu não quero nenhum prisioneiro. Desejo que todos sejam mortos e queimados, quantos mais vocês matarem e queimarem, mais ficarei satisfeito. (General J. Hurd Smith)

No final de 1898, a Espanha perdeu a guerra contra os EUA e cedeu as Filipinas em troca do pagamento de 20 milhões de dólares. Os nacionalistas foram esmagados pelas tropas norte-americanas. A cobrança de pesados impostos desencadeou o primeiro conflito dos Americanos contra os muçulmanos filipinos. Os americanos não atenderam às reivindicações do Sultão de Sulu que exigia que os americanos agissem como os espanhóis, no passado, e os deixassem em paz, isentando seu povo de qualquer taxação. Os civis americanos começaram a ser hostilizados e os fuzileiros foram sistematicamente atacados e mortos pelos "*Amuks*". A presença americana nas ilhas desencadeou a "*Jihad*", ([124]) e os americanos responderam com "*Operações de Extermínio*".

[124] Jihad: guerra santa contra o invasor.

The San Francisco Call.

PRICE FIVE CENTS.

PRINCIPALS IN THE GREAT STREET RAILWAY STRIKE ARE RESTING ON THEIR OARS AND AWAITING DEVELOPMENTS

"WATER CURE" OF FILIPINOS IS FOLLOWED BY COURT-MARTIAL FOR GENERAL JACOB H. SMITH

TREATY UPHOLD: THE LA

GENERAL JACOB H. SMITH

Imagem 12 – General Jacob Hurd Smith, 1902-1913

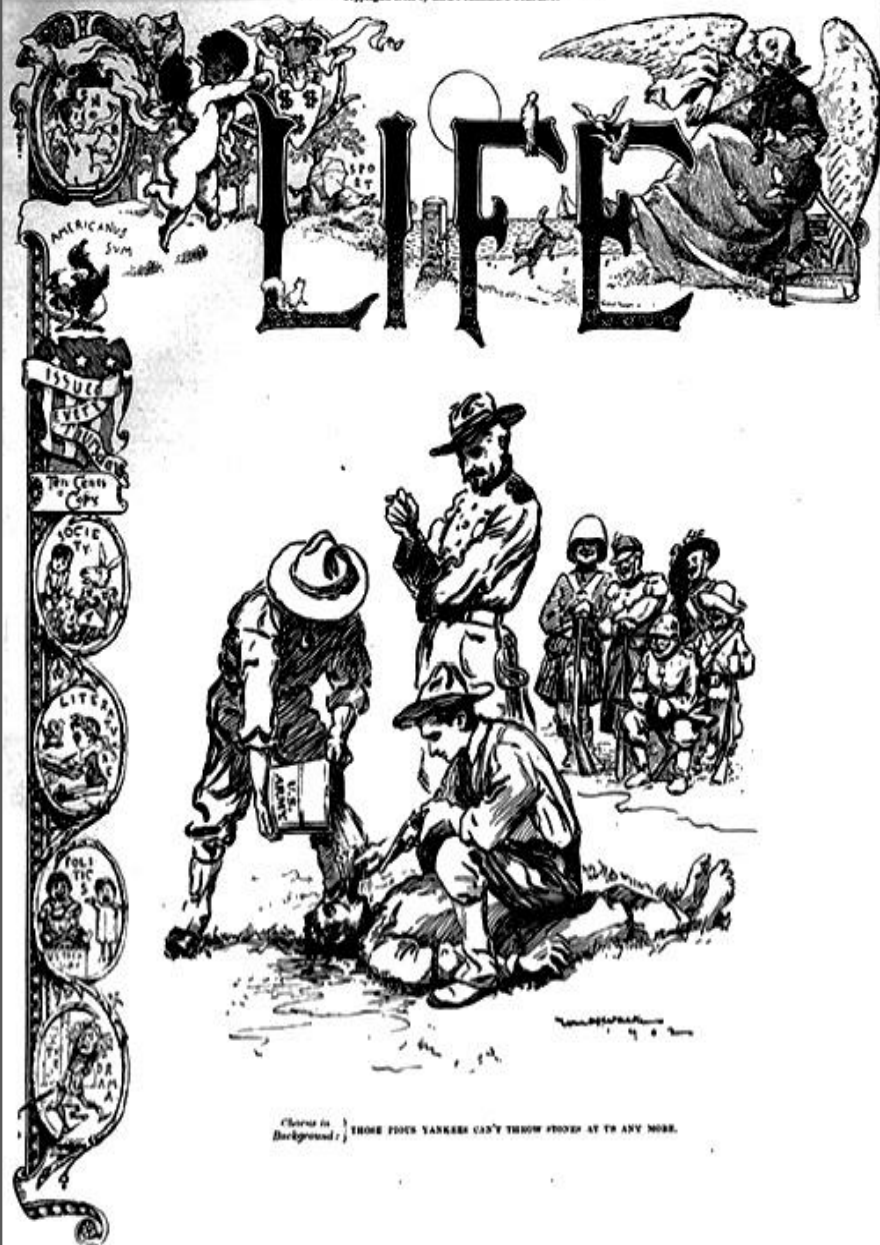



Imagem 13 – Life Magazine, volume 39, 22.05.1902

Imagem 14 – Operação de Extermínio, Filipinas

Imagem 15 – Operação de Extermínio, Filipinas

Imagem 16 – Cura pela água, Filipinas

Imagem 17 – Garrote, Filipinas

Imagem 18 – Operação de Extermínio, Filipinas

Imagem 19 – Operação de Extermínio, Filipinas

O General Jacob Hurd Smith (Jake Smith) determinou a seus fuzileiros "*Kill and burn!*" ([125]), ordenando também que "*Kill every one over ten*" ([126]). Na ilha de Jolo, os "*Moros*" refugiaram-se no alto da cratera de um vulcão extinto, o Bud Dajo e os "*Paladinos da Justiça*", em março de 1906, apoiados pelo navio Pampanga, cercaram e mataram mil homens, mulheres e crianças.

No Bud Bagsak, em junho de 1913, 2.000 rebeldes, incluindo 196 mulheres e 340 crianças, armados de facas e lanças, foram aniquilados. Com este histórico os americanos acham que o ódio que os muçulmanos lhes devotam hoje é gratuito e sem sentido!

Acordo Blaine-Mendonça

O Acordo Blaine-Mendonça (Blaine-Salvador ou Mendonça-Blaine) teve como negociadores Salvador de Mendonça, pelo Brasil, e James Blaine, pelos EUA. O Acordo estabelecia prioridades tarifárias para os dois países. O Acordo contemplava uma extensa lista de produtos norte-americanos que teriam tarifas preferenciais no mercado brasileiro e em contrapartida, o Brasil exportaria o café com isenção tarifaria além do açúcar e couro obterem favores alfandegários. O Acordo, porém, capciosamente, não estabelecia nenhuma cláusula de exclusividade para o açúcar brasileiro, admitindo, que os Estados Unidos firmassem um Acordo similar com a Espanha, que permitia a entrada do açúcar antilhano, sem taxas, no mercado americano – houve reação muito forte da opinião brasileira.

[125] "*Kill and burn!*": Matem e queimem!
[126] "*Kill every one over ten!*": Matem todos com mais de dez anos de idade!

A Viagem até Iquitos da canhoneira Americana, levando a bordo o Cônsul K. K. Kennedy, tinha, certamente, o objetivo de levantar as condições de navegabilidade dos Rios apontando todas as opções possíveis para extrair a borracha desde o Alto Rio Acre, Alto Rio Purus e Iaco até o Rio Amazonas.

Uma delas seria chegar até Iquitos usando da Bacia do Ucaiali e parece-nos ser esta a razão que levou Todd até Iquitos confabular com o insurgente de plantão – Coronel Emilio Vizcarra, já que se a rota de transporte da borracha, pelo Ucaiali, fosse a adotada precisariam de autorização das autoridades peruanas para fazê-lo.

Vamos repercutir, em ordem cronológica alguns artigos publicados pela imprensa brasileira no período de 1899 a 1902. As notícias mostram claramente que a maioria das lideranças políticas e cronistas brasileiros pareciam ignorar o tratamento dispensado pelos norte-americanos às ditas "*nações amigas*".

O Pará, n° 388

Belém, PA – Sábado, 11.03.1899

Canhoneira "*Wilmington*" – O Banquete Oficial

> Deve realiza-se hoje, às 18h30, em um dos salões onde atualmente funciona parte da Secretaria do Governo do Estado, o banquete que o ilustre Sr. Dr. Governador oferece à distinta oficialidade da canhoneira americana "*Wilmington*". A mesa, que foi colocada no centro do referido salão, tem a forma de I e comporta trinta convivas. [...] (JOP, n° 388)

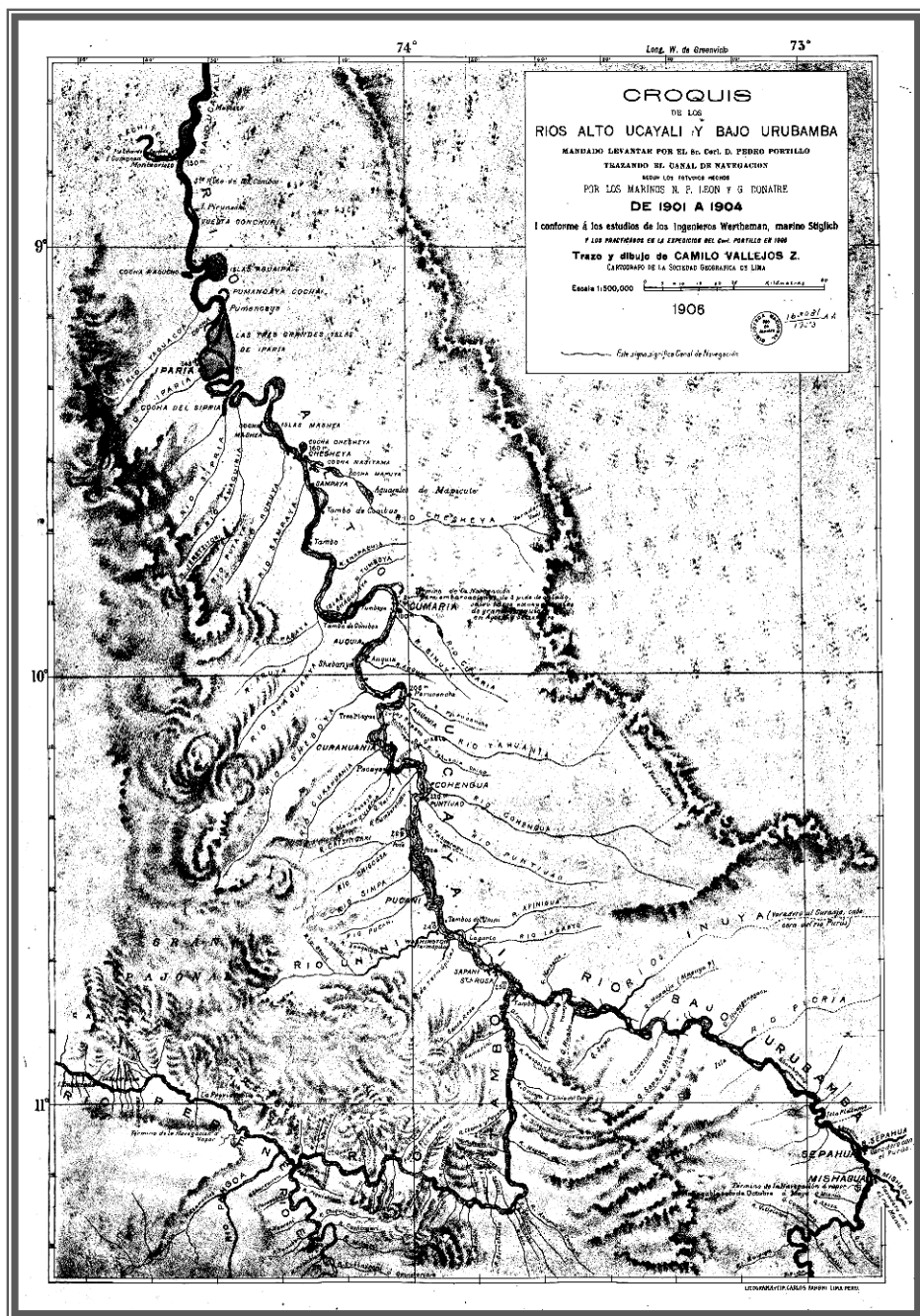



Imagem 20 – Rio Ucaiali – Vallejos Z., Camilo, 1906

República, n° 017

Belém, PA – Domingo, 12.03.1899

"Wilmington"

Este cruzador americano, anteontem entrado neste porto, é comandado pelo Capitão C. C. Todd e traz mais os seguintes oficiais – Tenentes Callius Carter, Laurence, Barley, Kleman, Creuslau e Bronnson. A sua guarnição compõe-se de 200 marinheiros, tem 16 canhões, uma velocidade de 14 nós por hora ([127]). Os dois últimos oficiais estavam a bordo do "*Maine*", por ocasião da explosão no porto de Santiago de Cuba. O Cmt e oficiais foram ontem cumprimentar o Sr. Dr. Governador no palácio. O cruzador poderá ser visitado hoje, das 14h00 às 17h00. (JR, n° 017)

República, n° 021

Belém, PA – Quinta-feira, 16.03.1899

O Banquete

Realizou-se, ontem, o banquete oferecido por S.Ex.ª o Dr. Governador do Estado, ao Comandante e oficiais da canhoneira "*Wilmington*". Às 18h30 sentaram-se à mesa os Srs. Drs. Paes de Carvalho, Presidente do Estado, tendo a sua direita o Sr. Cônsul americano, Dr. Enéas Martins – Cônsul do Peru, o Sr. F. S. Caster – o assistant engineer Arthur Crewshan e Sr. H. Fall. (JR, n° 021)

[127] 14 nós por hora: 26 km/h.

A Federação, n° 379

Manaus, AM – Sábado, 25.03.1899

Canhoneira Norte-Americana

[...] Segundo nos consta, vai este navio de guerra até Iquitos, em viagem de instrução. Foi ela construída em New Point, há aproximadamente quatro anos. [...] Ontem de manhã a canhoneira salvou o porto, segundo as formalidades de estilo. O Cônsul norte-americano foi a bordo cumprimentar a oficialidade do vaso, sendo recebido como de praxe. S.Ex.ª o Governador do Estado mandou a bordo o seu Ajudante Pessoal fazer as necessárias saudações. (JAF, n° 379)

Diário Oficial, n° 1539

Manaus, AM – Sábado, 25.03.1899

Canhoneira "*Wilmington*"

A canhoneira "*Wilmington*", da marinha de guerra norte-americana, vinda do porto do Paramaribo, capital da Guiana Holandesa ([128]), tendo passado em Cunani e ultimamente no Pará, fundeou a anteontem no nosso porto às 19h00. A "*Wilmington*" tomou parte nos ataques às fortificações de Cardenas em Santiago de Cuba pertence a "*White-esquadra*", uma das Divisões da marinha de guerra dos E. U. da América.

[128] Guiana Holandesa: Suriname.

A "*Wilmington*" foi construída em 1895; mede 280 pés e 9 polegadas do comprimento, por 40 pés de largura e 88 do pontal; cala 8 pés e 10 polegadas: desloca 1.392 toneladas, suas máquinas tem a força de 1.600 cavalos; é movida a duas hélices e faz 14 nós por hora de velocidade. A sua artilharia compreende: 16 canhões, dos quais dois de Gathirg e 6 de tiro rápido, sendo 8 de 4 polegadas, 2 de 6 libras e 4 de 1 libra. Ontem pela manhã a "*Wilmington*" salvou a terra. (DOE, n° 1539)

Comércio do Amazonas, n° 426
Manaus, AM – Sábado, 25.03.1899

A "*Wilmington*"

Está ancorada em nosso porto a canhoneira "*Wilmington*", da esquadrilha norte-americana. É um belo vaso de guerra posto que ainda novo já conta honrosas tradições ganhas na última guerra hispano-americana. A "*Wilmington*" faz parte da White-esquadra, uma das divisões da marinha de guerra norte-americana. [...] A canhoneira "*Wilmington*" vem do porto de Paramaribo, capital da Guiana Holandesa, tendo passado em Cuanani e Belém, ancorando em nosso porto ao anoitecer de anteontem, conforme noticiou o "*Comércio*".

Há muitos japoneses na guarnição da "*Wilmington*". A "*Wilmington*" já trabalhou com o seu belo holofote, projetando o aparelho sobre a nossa cidade. No Pará fizeram-se bonitas festas à oficialidade da canhoneira americana. [...]

Carta que recebemos do Pará autoriza-nos a noticiar aos leitores do "*Comércio*" que o governo do Estado

vizinho solicitou em telegrama licença do Governo Federal para a canhoneira americana "*Wilmington*" seguir até Iquitos. Este procedimento tem por fim evitar qualquer embaraço, aliás justo, pois como sabe-se sem licença não podem os navios de guerra estrangeiros fazer tal navegação. (JCA, n° 426)

A Federação, n° 380

Manaus, AM – Domingo, 26.03.1899

Almoço

Realizou-se ontem, na casa dos Sr. Sears & Ciª, um almoço íntimo oferecido pelo digno gerente dessa casa, o Sr. Almeida Pimentel, à distinta oficialidade da canhoneira "*Wilmington*". Tivemos o prazer graças ao convite que nos foi feito, de passar algumas horas alegres. [...] Foram feitos diversos brindes do Sr. Pimentel à nação americana; do Comandante da canhoneira "*Wilmington*" à bela região do Amazonas, em que declarou que, em chegando à sua terra, no seu relatório diria que esta região e a do Pará são dignas dos Norte-americanos empregarem os seus capitais. [...] Ontem foi a palácio, acompanhado do Cônsul Norte-americano no Pará, do Vice-cônsul da mesma nação neste Estado, o Comandante da "*Wilmington*" cumprimentar oficialmente a S. Exª o Governador do Estado. Ontem mesmo, às 16h00, o Sr. Coronel Ramalho Júnior retribuiu a visita, indo acompanhado dos Srs. Dr. Eduardo Ribeiro, Pedro Freire e Dr. Thaumaturgo Vaz a bordo do vaso de guerra da república Norte-Americana. Mais de espaço narraremos o ocorrido nestas saudações. (JAF, n° 380)

A Federação, n° 384

Manaus, AM – Quinta-feira, 30.03.1899

Não segue para Iquitos, por não haver obtido licença do Governo da União Brasileira, a canhoneira Norte-americana. (JAF, n° 384)

Correio do Amazonas, n° 431

Manaus, AM – Domingo, 02.04.1899

A "*Wilmington*"

Consta que o Governo da República negou licença que o Comandante da canhoneira "*Wilmington*", pedira para este vaso de guerra seguir até Iquitos. (JCA, n° 431)

Correio do Amazonas, n° 433

Manaus, AM – Quarta-feira, 05.04.1899

A "*Wilmington*"

A canhoneira americana "*Wilmington*" só sairá do nosso porto depois de receber carvão. Logo que esse serviço esteja concluído, zarpará do nosso porto. Conforme já dissemos, não irá à Iquitos. (JCA, n° 433)

A Federação, n° 391

Manaus, AM – Sábado, 08.04.1899

Protesto

Não segue para Iquitos, por não haver obtido licença do Governo da União Brasileira, a canhoneira Norte-americana “*Wilmington*”. (JAF, n° 391)

República, n° 051

Belém, PA – Domingo, 16.04.1899

Conflito em Manaus – A Canhoneira “*Wilmington*”

Ontem, de tarde, circularam pela cidade boatos cuja inteira veracidade não pudemos verificar, mas que reproduzimos. O vapor nacional Rio Branco, ao chegar, vindo de Iquitos, a Manaus, comunicou que havia encontrado subindo o Solimões, com destino a Iquitos, a canhoneira norte-americana “*Wilmington*”. Esta notícia, rapidamente espalhada pela capital do vizinho Estado, causou grande emoção e alguns indivíduos mais exaltados foram ao edifício do Vice-consulado, que é a casa de negócio de M. Reedman, e aí deram alguns gritos sediciosos. O Sr. Coronel José Ramalho Júnior, Governador do Estado, ao saber do fato deu imediatamente todas as providências para que cessasse a arruaça que realmente nenhuma importância tinha. A ordem restabeleceu-se prontamente, nada mais tendo havido. São estes os boatos que ontem circularam.

Sabemos que o Comandante da canhoneira "*Wilmington*" pedira ao Ministro Norte-americano, no Rio de Janeiro, que obtivesse do nosso governo a necessária autorização para ir até Iquitos. O Governo Federal atendeu, ao que nos consta, à solicitação, chegando aqui segunda-feira a permissão solicitada.

O Cmt da "*Wilmington*", porém, não lhe sofreu o ânimo de aguardar em Manaus, e domingo passado pôs-se a caminho de Iquitos. A incorreção e o abuso praticados por aquele oficial da marinha norte-americana, são palpáveis. Abstemo-nos, porém, de comentá-los por hoje.

O Sr. K. Kennedy, Cônsul dos Estados Unidos, nesta capital, viaja a bordo da "*Wilmington*". (JR, n° 051)

O Pará, n° 415

Belém, PA – Terça-feira, 18.04.1899

A "*Wilmington*"

[...] A verdade apurada era que o vaso americano seguira em demanda de Iquitos, embora se dissesse, por um lado, que ele levava rumo desconhecido, por outro que a repartição sanitária do porto expedira Carta de Saúde à "*Wilmington*", o que era inadmissível, porque na Carta de Saúde tem-se de declarar o porto de destino. Por este fato, o povo de Manaus reuniu-se em "*meeting*" ([129]) de protesto. (JOP, n° 415)

[129] Meeting: reunião, encontro, assembleia.

República, n° 053

Belém, PA – Terça-feira, 18.04.1899

Que Será? – Conflito em Manaus – A Canhoneira "*Wilmington*"

Sob estas epígrafes reproduzimos ontem os boatos que no sábado passado aqui correram de que alguns exaltados em Manaus tinham dado gritos sediciosos em frente à casa do Vice-cônsul Norte-americano. Os jornais de Manaus, ontem chegados trazem-nos pormenores desses fatos que fomos os únicos a noticiar.

O "*Comércio do Amazonas*" diz que no dia 8 teve lugar o "*meeting*" convocado pelo Sr. Samuel Chaves para protestar contra o insólito procedimento do Comandante da "*Wilmington*", singrando as águas do Amazonas não franqueado à navegação, sem licença ou autorização do nosso governo.

Às 4 horas, reunida grande massa popular em frente ao Ginásio Amazonense, subia à tribuna o Sr. Samuel Chaves e, em eloquente e conciso discurso, historiou o fato, verberando-o, convidando em seguida o povo a ir ao Palácio protestar perante o Governo do Estado contra a agressiva altitude dos americanos.

Dirigia-se então a multidão ao Palácio onde novamente falou o Sr. Samuel Chaves em nome do povo.

Não estando presente o Governador foi por um dos auxiliares do S. Exª explicado que o Governo já havia comunicado o fato ao Governo Federal, solicitando-

lhe as necessárias providências. Daí dirigia-se a massa popular à Capitania do Porto, onde não encontrou também o chefe da flotilha.

Sempre em ordem, encaminhou-se a multidão a várias casas americanas, à casa do Sr. Boyd, à casa do Cônsul americano, que não foi encontrado e ao Quartel-General, onde protestaram pacificamente, dissolvendo-se em seguida aos brados de:

– Viva a República!

– Abaixo a ousadia americana!

O Cônsul americano cientificou o Governo do Amazonas de que no dia 8, por ocasião do "*meeting*", havia sido apedrejado o escudo americano do consulado. Imediatamente foi mandado abrir rigoroso inquérito para punição dos culpados. [...]

A satisfação desse crime, nascido do excesso de amor sacrossanto por este torrão que a todos nos foi berço, será dada, resta saber se a filauciosa ([130]) República de Monroe idêntico procedimento terá para com o sempre heroico e correto Brasil, que, felizmente, não se sujeitará jamais a sorte iníqua imposta, pelo direito da força que vence, mas não convence, à pobre Cuba e às desgraçadas Filipinas. [...] (JR, n° 053)

República, n° 056
Belém, PA – Sexta-feira, 21.04.1899

O Caso da "*Wilmington*"

[130] Filauciosa: presunçosa.

[...] Um jornal que recebe do alto as notícias que convém ser publicadas, asseverou ontem que o Governo Federal tinha respondido a um pedido do Governo do Estado, que daria licença à "*Wilmington*" para ir a Iquitos, se a solicitação fosse do Cônsul Norte-americano.

Não duvidamos que o Governo do Estado tenha pedido ao Governo Federal que deixasse a canhoneira Norte-americana "*Wilmington*" subir os nossos Rios para ver se havia alguma coisa que pudesse servir à águia americana, ao que parece aliada agora à Bolívia e ao Peru para nos arrancar algum pedaço de território.

Não duvidamos disso; o que, porém, não cremos é que o Governo Federal tenha dito que a licença devia ser diretamente solicitada pelo Cônsul "*yankee*".

A resposta do Governo Federal foi certamente de que a praxe é que os cônsules solicitem dos respectivos Ministros a necessária autorização do Governo Federal para que seus navios sulquem águas não franqueadas à navegação internacional. (JR, n° 056)

A Federação, n° 404a

Manaus, AM – Domingo, 23.04.1899

Regresso da "*Wilmington*"

A célebre canhoneira americana, que veio à Amazônia com o firme e inabalável propósito de explorar os nossos Rios ainda não franqueados à navegação estrangeira, surgiu esta madrugada no nosso porto, às 05h30, depois da sua feliz viagem a Iquitos. [...]

Logo que tivemos conhecimento do seu regresso, que rapidamente se espalhou por toda a cidade, procuramos ir a bordo colher notícias com que pudéssemos saciar a justa ansiedade dos nossos leitores. Quando chegamos à ponte Paes de Carvalho, voltava a lancha a vapor de bordo, conduzindo o Dr. Nemésio Quadros, médico interino da Capitania do Porto, que fora satisfazer a visita de saúde à canhoneira, e o Vice-cônsul americano do Pará, que também havia seguido para Iquitos. Tomando um bote, dirigimo-nos para bordo do glorioso vaso de guerra, em cujo portaló ([131]) nos recebeu um oficial, a quem manifestamos o desejo de falar com o nobre e delicado Sr. Chapman Todd, digno e corretíssimo (**???**) Comandante da "*Wilmington*".

Introduzidos na sua câmara, luxuosa e confortável, e feitos os cumprimentos de estilo no nosso mau inglês, porque o ilustre e ilustrado oficial desconhece qualquer outra língua, entramos breve no assunto do nosso "*Interview*", que resumiremos em poucas palavras, pois que não nos foi possível obter explicação plausível a algumas das nossas perguntas. A canhoneira seguira, efetivamente, para Iquitos, em viagem de "*instrução*" (**???**), nos disse o Sr. Todd.

Tocou em Itapexuna ([132]), Maturá ([133]) e fronteira de Letícia, na ida, e em Tabatinga, e Codajás na volta. Em Codajás, quando o comissário, o intérprete e outros tripulantes tentaram saltar em terra, foram impedidos pelo Sargento e 3 praças da força ali destacada, que os intimaram a voltar para bordo.

---

[131] Portaló: abertura na borda ou no constado de um navio, para entrada de carga ou pessoal.

[132] Itapexuna: ??? – existe uma Ipixuna, cidade do Amazonas que fica às margens do Rio Juruá.

[133] Maturá: Amaturá.

Em Iquitos, aonde a canhoneira chegou a 12, se demorou 5 dias; e não quis a Providência que algum desses nossos dedicados amigos por lá ficasse com febres, – o que seria realmente uma pena. Com particular interesse nos perguntou o Sr. Chapman se havia em terra alguma novidade importante transmitida pelo telégrafo. Respondemos que a novidade mais importante era a chegada da sua bela canhoneira, depois de haver zarpado deste porto sem ao menos nos dizer no sonoro idioma bretão – Good Bye! Aqui o Sr. Comandante franziu o sobrolho ([134]), cofiou a loira barba e explicou:

> – Que tinha ordem do seu governo para fazer aquela viagem, mesmo à socapa ([135]), e que não pretendera ofender os nossos brios patrióticos.

No Pará lhe afirmaram que o Governo da União concederia a licença para esse fim impetrada, e como ela não chegou... Mais lhe perguntamos quando tencionava vir a terra, e se pensava em procurar o Sr. Governador do Estado.

> – Yes! I will go at four o'clock, this afternoon. ([136])

Mas não veio o ilustre e pontualíssimo Sr. Todd, e assim ficou o Sr. Governador dispensado de oferecê-lhe o clássico "*five clock's tea*" ([137]). Os práticos que guiaram o navio na sua viagem, um pouco amedrontados com a nossa presença, explicaram – que nada sabiam, julgavam que a canhoneira recebera licença de partir... Vieram para terra ontem às 11h00, foram à "*Amazon Company*" receber o seu cobre, 9:000$000 réis para os dois, sendo-lhes paga a metade desta quantia em moedas de ouro de 20 dólares.

---

[134] O sobrolho: as sobrancelhas.

[135] Socapa: sorrateiramente.

[136] Yes! I will go at four o'clock, this afternoon: Sim! Eu irei às quatro horas, desta tarde.

[137] Five clock's tea: chá das cinco.

À noite conseguimos entrevistar um dos práticos, Eugênio de Souza Martins, que nos afirmou ter sido contratado à última hora, para pilotar a canhoneira, quando já se encontrava a bordo o seu companheiro Antonio Collares, que dias antes já havia sido "*arreglado*" ([138]) para aquela viagem. A "*Wilmington*" tem feito aprovisionamento de víveres e carvão, e destina-se ao Rio Madeira, segundo nos afirmou o Sr. Todd. [...] (JAF, n° 404a)

A Federação, n° 404b

Manaus, AM – Domingo, 23.04.1899

Capitania do Porto

São intimados a comparecer nesta Capitania para objeto de serviço os dois práticos que pilotaram a canhoneira americana "*Wilmington*" até Iquitos. Por ordem da Capitania ficam os práticos do Madeira ou outros Rios do Amazonas proibidos de pilotar o referido navio para qualquer parte deste Estado, sob pena de severa punição. (JAF, n° 404b)

A Federação, n° 405

Manaus, AM – Segunda-feira, 24.04.1899

O Sr. Chapman Todd

É do teor seguinte o ofício que o Comandante da "*Wilmington*" enviou ontem ao Sr. Governador do Estado.

[138] Arreglado: contratado.

Fielmente o traduzimos na íntegra, a fim de que o leitor possa bem avaliar as nobres intenções protetoras da grande República Norte-americana, de que o Sr. Todd foi um digno e corretíssimo (**???**) precursor:

> U.S.S "*Wilmington*" Cruzador de 3ª Classe
>
> Manaus, Brasil, abril 23, 1899
>
> Senhor
>
> Deixando as águas de Manaus, tomo a liberdade de apresentar-vos os meus mais sinceros agradecimentos, como de todos os oficiais do navio sob meu comando, pelas provas de simpatia e cortesia que recebemos de vós e de vossos amigos.
>
> É necessário que eu exprima a V.Exª a grande e agradável surpresa que experimentamos, vendo a futura metrópole do Amazonas tornar-se em breve numa certeza sob a sábia administração de V.Exª tive um grande prazer, quando há três dias salvei com 21 tiros de canhão o ponto extremo Oeste do Brasil – Tabatinga.
>
> Fiz isto de acordo com as instruções de meu Governo, de mostrar em todas as ocasiões os sentimentos os mais amistosos dos Estados U. da América do Norte com relação aos Estados do Brasil e considero uma honra receber tais ordens de saudar todos os portos brasileiros, e quer essas saudações sejam ou não retribuídas, continuarei a fazê-las durante o itinerário da viagem do "*Wilmington*" até o limite Sul do Brasil.
>
> A viagem do cruzador "*Wilmington*" nos Rios do Norte do Brasil, prova simplesmente, o que já tive a honra de dizer a V.Exª, que de fato o Império do Brasil, mesmo toda a riqueza da América do Sul se concentra no Vale do Amazonas, e será com o maior prazer que informarei o meu Governo de tudo isto, que terá imensa satisfação de conhecer sendo-lhe agradável e edificante.

Supondo que V.Exª acredita formalmente que o Brasil não tem melhor e mais sincero amigo entre as nações do Norte do que os Estados Unidos da América do Norte, cujas bons desejos tem por base seu amor pelo futuro feliz, que repousa também sobre o desejo de tornar-se a estrela guiante do Hemisfério Meridional. Lamento profundamente que ocorrências recentes nesta cidade permitissem a alguém, oficial ou não oficial, de pensar que a viagem do cruzador "*Wilmington*", tivesse outro fim que não o de uma visita da mais cordial amizade.

Apresentando-a V.Exª às saudações do nosso Presidente e do nosso povo, falo em nome do coração americano que foi sempre um coração leal e honesto e onde não reside senão o amor ao próximo. Se estou sob uma falsa impressão concernente a este sentimento serei feliz mais tarde, quando descobrirem o erro, que julguem como entenderem, certo de que nada poderá jamais apagar em mim nem em todos aqueles que me cercam a bordo do "*Wilmington*" a recordação agradável da nossa recepção em Manaus. Foi com o maior sentimento, quando apresentei-me acompanhado pelo Cônsul americano no Pará, para despedir-me de V.Exª, que não pude ser recebido, pois fui informado em Palácio que V.Exª estava muito ocupado com uma longa conferência da qual não podia ser interrompido. Tenho a honra de subscrever-me de V.Exª obediente servo

C. C. Todd,

Comandante, M.S.N. [...] (JAF, nº 405)

República, n° 059
Belém, PA – Segunda-feira, 24.04.1899

Noticiário – A "*Wilmington*"

Ontem, cerca das 16h30, entrou inesperadamente no nosso porto ([139]) a canhoneira americana "*Wilmington*", que há dias largara de Manaus com rumo de Iquitos sem a respectiva licença. [...] (JR, n° 059)

A Federação, n° 406

Manaus, AM – Quarta-feira, 26.04.1899

A "*Wilmington*"

Zarpou anteontem do nosso porto, com rumo de Belém, a célebre canhoneira "*Wilmington*", que fora a Iquitos em viagem de "*instrução*". Irrecusável testemunho de uma força abusiva, de um poder desorientado que, sem refolhos ([140]), violentou e calcou ([141]) princípios rudimentares do direito internacional. A audaciosa invasão das águas do Solimões preparava nova invasão, volvendo olhos de conquistadora sôfrega e insaciável para o Rio Madeira. Tal não se realizou, porém. O feliz êxito do seu primeiro golpe de audácia inspirara-lhe novos cometimentos.

Recém vinda de uma guerra da qual saiu vencedora, mas não heroína, movida a pretexto de libertar um povo, que continua escravizado, ela, alargando suas aspirações, dando rédeas aos seus planos ambiciosos, tenta talvez submeter ao carro dos seus trunfos os povos da Sul América.

---

[139] Belém, pA.

[140] Refolhos: fingimento.

[141] Calcou: desprezou.

Loucura ou sonho – é talvez isso o que a impele a essa ufania de forças, a essa ostentação de poder, que usurpa, que transcende as raias que os preceitos internacionais lhe assinalam.

Sejam, porém, quais forem os intuitos da célebre canhoneira, o que não padece dúvida, por evidentemente demonstrado, é que ela, sem a indispensável permissão do nosso Governo, ousou sulcar as águas dos nossos Rios, respondendo assim ao acolhimento fidalgo que, como povo amigo, lhe dispensamos, com insolente menoscabo aos nossos brios, com repugnante afronta à nossa soberania nacional, e opondo à força do nosso direito o direito de sua força!

Diante de tão insólita conduta, nada mais justo nem mais digno do que a energia dos nossos protestos, do que as conspirações do nosso patriotismo. Feliz e nobre o povo que sabe opor honrada repulsa às agressões feitas à sua soberania.

Nós, aqui deste recanto abençoado da República, digamo-lo com desvanecimento, já cumprimos o nosso dever, que não podia ir além dessas eloquentes mas comedidas e legais demonstrações da indignação que nos despertou o procedimento, soberanamente inqualificável, da canhoneira "*Wilmington*".

O nosso patriotismo, nosso acendrado amor por este Brasil, todo nosso e só nosso, não nos permite mais, porque também está nele, nas suas prescrições, que obedeçamos à Constituição que adotamos e às leis que dela decorrem. Ao Governo da República, nos termos do Art. 6° da referida Constituição, cabe tomar as providências que julgar convenientes à hipótese. Confiar absolutamente na sua ação e acatar respeitosos a sua atitude – é o que nos resta.

O benemérito e patriótico Governador do Estado, sempre solícito em zelar pelos interesses dos seus governados e, tanto quanto lhe cabe, pelos da República, já levou com os precisos detalhes ao conhecimento do Governo Federal o fato de que nos ocupamos. Deixemos, pois, confiadamente ao primeiro magistrado da Nação o desagravo dos nossos brios e dos nossos créditos de povo livre e soberano.

Aguardemos os dias, calmos e tranquilos, a despeito desse vociferar inane ([142]) e tresloucado dos nossos inimigos internos, que, na frase de Bastiat, não são mais do que políticos de baixa esteira, que veem o bem público através dos vidros coloridos das paixões partidárias. (JAF, n° 406)

A Federação, n° 407

Manaus, AM – Quinta-feira, 27.04.1899

O Incidente da "*Wilmington*"

Se a matéria em que toda a prudência seja necessária, de que a precipitação deva ser completamente banida, é a que entende com assuntos internacionais, com as relações de povo a povo, de nação a nação. Uma vez em jogo interesses de monta cujo choque pode dar lugar a conflitos sempre prejudiciais, sempre nocivos, convém antes que tudo proceder com a maior calma e reflexão, não aumentar com explosões sentimentais, aliás muito respeitáveis pelo móvel ([143]) que as dita, as dificuldades existentes adicionam-lhes novos elementos de dificuldade.

[142] Inane: vazio.
[143] Móvel: motivo.

Espíritos animados de patriotismo acabam de increpar ([144]) ao Governo da União de negligente, de falto de zelo neste incidente sobrevindo entre nós pelo procedimento dos que tripulam o vaso de guerra norte-americano "*Wilmington*". Queriam que o Governo da República tivesse tomado imediatas providências e que já fossemos sabedores das suas resoluções.

Não nos parece que tenham razão, embora se mostrem animados de um nobre zelo pela dignidade nacional, porquanto o espaço de tempo decorrido desde a comunicação do incidente até esta data é relativamente curto para que sejamos informados do proceder do Governo da União e das normas diplomáticas que seguiu para resolver a questão.

Está na pasta de estrangeiros o Dr. Olyntho de Magalhães, cuja competência diplomática é conhecida (**???**), e o Presidente da República, em cujo zelo pela dignidade da Pátria fiamos, procurará, decerto, pelo seu Secretário, encetar negociações de que resulte nos ser dada uma cabal satisfação. Quando as potências da Europa, fortes dos seus exércitos e esquadras, em negociações diplomáticas esgotam longo tempo, afim de conjurar conflitos, como acaba de acontecer entre a Inglaterra e a França, entre a Rússia e a Inglaterra, nações preparadas para a guerra, não admira que um País; na situação atual do Brasil, procure com lentidão resolver uma questão que as suas circunstâncias não permitem ter uma solução belicosa. A prudência aconselha a maior calma na defesa do direito Pátrio, uma vez, que toda a irreflexão nos poderia fazer enveredar pelo caminho que conduz à guerra, a guerra que seria uma calamidade no atual momento histórico do Brasil.

[144] Increpar: censurar.

São respeitáveis, não há dúvida, os sentimentos que animam os nossos compatriotas que, irritados pela ofensa recebida da canhoneira "*Wilmington*", anseiam por vê-la apagada; mas também não menos respeitável é o proceder do Governo da União que trabalha por evitar atritos que nos poderiam conduzir a um desastre nacional. Dentro das normas tranquilas da diplomacia podemos obter a satisfação a que temos direito, que o direito está do nosso lado e todas as nações cultas decerto no-lo reconhecerão. Esperemos que as providências necessárias sejam tomadas, que o Governo da União resolva o incidente, sem impaciências nem precipitações. Fossemos nós um povo forte e ainda assim conviria agir com a maior reflexão; não o somos e mais reflexão é ainda imperativa. Estamos convictos de que o honrado Presidente da República não é surdo à voz da Pátria ofendida: ele saberá desagravar a mãe comum mas, para obter esse desagravo, tem de calar esses sentimentos de patriota para com isenção de ânimo exigir do estrangeiro a reparação ultrajante que sofremos. (JAF, n° 407)

Comércio do Amazonas, n° 451
Manaus, AM – Quinta-feira, 27.04.1899

A "*Wilmington*"

O Sr. Governador recebeu do Ministro do Exterior o seguinte telegrama sobre a licença da canhoneira norte-americana "*Wilmington*":

> Rio 16.04.1899 – Governador Estado Amazonas.
>
> Recebi vosso telegrama de 13. – Governador do Pará, comunicou-me a 17 do mês findo que o Cônsul

americano recorreu à sua intervenção a fim de obter licença para a canhoneira, "*Wilmington*", subir o Rio Amazonas até Iquitos; respondi no dia imediato que podia consentir logo que o Cônsul a solicitasse por escrito e pedi que vos desse conhecimento dessa resolução. A 19 disse-me aquele Governador que quando recebeu meu telegrama já a canhoneira tinha subido o Rio Amazonas, levando a bordo o Cônsul americano. – Ministro do Exterior.

É a palavra oficial, do Governo da República, quem o diz: a canhoneira americana foi a Iquitos, subindo o nosso Rio sem licença dos Estados Unidos do Brasil. (JCA, n° 451)

A Federação, n° 408

Manaus, AM – Sexta-feira, 28.04.1899

O Incidente da "*Wilmington*"

II

Anteontem já um pouco tarde foi que nas chegou às mãos o telegrama dirigido pelo Ministro do Exterior a S. Exª o Governador do Estado. Por assim ter acontecido, foi que o publicamos sem comentário de espécie alguma, reservando-nos hoje tratar dele. É o telegrama uma resposta àqueles que se persuadem não haver o Governo Federal ligado importância ao incidente. O Sr. Olyntho de Magalhães, com certeza com audiência de S. Exª o Presidente da República, esclarece a questão da licença dizendo que não foi concedida, não por que o Governo Federal a quisesse negar, mas por que, para concedê-la, era necessário preencher certas formalidades, a petição por escrito em que o Cônsul norte-americano a solicitasse.

Em tudo isto, porém, há um papel que não compreendemos bem: é o de S. Exª o Dr. Paes de Carvalho, Governador do Pará. Que interesse tinha o honrado Governador em ser intermediário entre os norte-americanos e o Governo da União?

Colige-se do procedimento da "*Wilmington*", que foi sob a promessa formal do Dr. Paes do Carvalho – de que obteria a licença para navegar nas águas do Amazonas, que seguiu viagem, vindo aportar aqui e depois indo até Iquitos. Não se deu o Comandante da – "*Wilmington*" ao trabalho de esperar a licença que solicitara; contando com ela, procedeu como se já a tivesse em mãos. De quem a responsabilidade neste caso? Exclusivamente do Governador do Pará, que se lisonjeara de obter a licença do Governo da União.

É correto tal procedimento? Não nos parece, porquanto nem o Dr. Paes de Carvalho devia intervir em matéria puramente das atribuições da União, nem há interesse que justifique a sua formal promessa ao navio norte-americano.

O telegrama do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros elucida completamente o caso. S. Exª diz que, em resposta ao pedido que lhe fora feito, devia o Cônsul norte-americano solicitar a licença, por escrito, o que prova que o primeiro pedido não se achava revestido das formalidades diplomáticas, era um pedido gracioso ao qual o Governo da União não podia atender. Foi, porém, com confiança neste pedido gracioso, feito pelo Dr. Paes de Carvalho, que o Comandante da "*Wilmington*" navegou pelo Amazonas, em menoscabo do nosso direito.

Tornamos a dizê-lo, cabe essa responsabilidade ao Governador do Pará que foi, pelo menos, leviano na promessa que fez aos norte-americanos.

Não é nosso intento, de forma alguma, articular acusações ao ilustre Dr. Paes de Carvalho, mas a verdade manda se diga que S. Exª não procedeu corretamente. Não lhe cabia fazer promessa alguma aos norte-americanos, prestar-se ao papel de intermediário numa questão em que mais ou menos podia periclitar o seu prestígio de Governador de um Estado importante. Em matéria de diplomacia não se fazem favores: deixasse que o representante norte-americano se dirigisse ao Governo da União, sem interferência sua, que essa não cabia em assunto não da sua competência.

Do telegrama do Sr. Ministro do Exterior se evidencia que o Governo da União tomou em consideração o que lhe foi mandado dizer pelo Governo do Estado. Aguardemos, pois, as providências a tomar por aquele, que elas virão com certeza. Os fatos começam a corroborar o que ontem dissemos. (JAF, nº 408)

O Pará, nº 425

Belém, PA – Sábado, 29.04.1899

O Caso da "*Wilmington*"

É com verdadeiro júbilo que damos notícia da conferência havida hoje, às 10h30, entre S. Exª o Sr. Dr. Governador do Estado, o Cônsul americano nesta capital e o Comandante do cruzador "*Wilmington*".

Essa conferência solicitada pelo Sr. Kennedy, Cônsul dos Estados-Unidos, à qual também assistiu o Sr. João Luiz de La-Rocque, que a pedido do Comandante os introduziu, foi das mais cordiais e amistosas, ouvindo S. Exª dos representantes da

nossa amiga, a grande República do Norte, as mais espontâneas demonstrações de simpatia internacional. Abaixo damos em ambas as línguas, portuguesa e inglesa, o telegrama passado por S. Exª o Sr. Dr. Governador do Estado ao Ministro do Exterior, conforme ficou combinado na amistosa conferência. É motivo de justa satisfação o desfecho que teve esta questão, como se vê, sem a mínima intenção da parte dos nossos hóspedes de melindrar a nossa susceptibilidade (**???**).

Pará, 20.04.1899.

– Ministro do Exterior – Rio. – Acabo de ser procurado pelo Cônsul americano e Cmt da "*Wilmington*", que vieram trazer-me espontâneas desculpas sobre a partida para o Amazonas da "*Wilmington*", antes que viesse a autorização por mim solicitada ao Governo Federal a pedido do mesmo Cônsul, o qual não julgava indispensável a formalidade de ser impetrada a licença em ofício e, contando como certa a aquiescência do Governo Federal, quis apressar a viagem. Estou convencido que o Cônsul Kennedy foi sincero ao tomar esta decisão. No decurso da conferência tive ocasião de ouvir explicações satisfatórias e protestos de simpatia e consideração para com o nosso País. Apresso-me em participar-vos este fato, que é para nós motivo de satisfação, fazendo calar ressentimentos naturais. Saudações. – Paes de Carvalho. (JOP, nº 425)

República, n° 065

Belém, PA – Domingo, 30.04.1899

Regresso da "*Wilmington*" – Viagem a Iquitos – A Força de Codajás – Quanto Ganharam os Práticos – A Capitania do Porto de Manaus

Como já noticiamos, a canhoneira norte-americana "*Wilmington*" chegou anteontem de manhã ao nosso porto, vinda de Iquitos, com escala por Manaus. A "*Wilmington*" saíra de Manaus, na noite de 5 do corrente, com rumo desconhecido, sabendo-se mais tarde que fora encontrada subindo o Solimões, em direção a Iquitos. Efetivamente a "*Wilmington*" foi àquela cidade peruana tendo tocado nos portos brasileiros de Itapexuna (**???**), Amaturá e fronteira de Letícia. No dia 12 chegou ela a Iquitos, onde se demorou 5 dias, regressando a Manaus e tocando nos portos de Tabatinga e Codajás. Neste último porto o comissário, o intérprete e alguns marinheiros tentaram desembarcar, mas a Força Estadual ali destacada, composta de um de um Sargento e três praças, intimou-os a voltarem para bordo, o que eles fizeram sem a menor relutância. Às 05h30, do dia 21, a "*Wilmington*" chegou a Manaus onde recebeu a visita de saúde. À bordo da "*Wilmington*" ia o Vice-cônsul norte-americano em Manaus, e o Cônsul nesta cidade, o Sr. K. K. Kennedy. [...]

Ontem às 10h30 os Srs. K. K. Kennedy, Cônsul norte-americano e Todd, Comandante da "*Wilmington*", dirigiram-se à residência do Sr. Dr. Paes de Carvalho, Governador do Estado, que os recebeu com a sua costumada gentileza. Estavam presentes na ocasião os Srs. João Luiz La Rocque e Antônio Chermont, que assistiram à conferência. Os visitantes explicaram ao Sr. Dr. Paes de Carvalho que a missão da "*Wilmington*" era toda de "*paz e amizade*" e que não podiam compreender como se fez tanto ruído em torno da viagem da canhoneira a Iquitos, quando, confiados na palavra e nas promessas do Sr. Dr. Paes Carvalho, tinham a certeza do obter a licença necessária para subir os Rios do interior do Amazonas.

O Comodoro Todd assegurou mesmo ao Sr. Governador do Estado que, fazendo aquela viagem, nunca pensou que pudesse levantar contra si uma parte da opinião pública, tanta era a confiança que tinha na sua missão útil ao Brasil e aos Estados Unidos, pois ele apenas queria conhecer "*de visu*" ([145]) se poderia o comércio norte-americano ter no Norte do Brasil a expansão que já tem em outros países americanos. O Sr. Dr. Paes de Carvalho respondeu que nada poderia alterar as boas relações de amizade existentes entre o Brasil e os Estados Unidos e que ele, como chefe de um dos Estados que maiores relações comerciais tinha com os Estados Unidos, deplorava que um mal entendido de parte a parte tivesse dado caráter diverso a uma missão de amizade. Terminou o Sr. Dr. Paes de Carvalho convidando os Srs. Kennedy e Todd a assistirem do seu camarote ao espetáculo que à noite se realizou no Teatro da Paz. [...]

Da Manaus ao Pará a "*Wilmington*" veio sem prático, guiando-se pelas cartas levantadas por uma comissão norte-americana que aqui esteve em 1878. A canhoneira ao chegar ao Baixo Camaleão encalhou safando-se quinze minutos depois. A viagem foi feita em três dias incompletos.

Um dos cavalheiros a quem nos dirigimos indagando do fim da viagem da "*Wilmington*" ao Amazonas disse-nos: casualmente tenho aqui a tradução do discurso do Sr. Kennedy quando visitou o Governo do Amazonas. Leia-o e saberá o que deseja [...]:

[145] De visu: por ter visto.

Exmº Sr. Governador

Tenho a ventura de ser o mensageiro das saudações sinceras do nosso Presidente e do nosso povo, saudações que trazemos aos nossos bons amigos, os cidadãos desta grande República do Brasil. O único objeto da visita da "*Wilmington*" é estreitar estes bons sentimentos de amizade que já existem entre as duas maiores Repúblicas do continente americano. Eu, especialmente, sinto-me orgulhoso por ter sido o escolhido para visitar estes Rios, onde há mais de vinte anos a bandeira norte-americana não tem tido a ventura de flutuar.

E tenho a fortuna de poder dizer ao meu Governo que este país tem um grandioso futuro e marcha num venturoso caminho de prosperidades, pelo que saúdo a V.Exª e ao povo amazonense por ter um tão sábio Governo. Até aqui, na nossa viagem pelo Amazonas acima, vimos quanta riqueza natural existe e o desenvolvimento que ela pode ter, debaixo da inteligência e justa administração de V.Exª que colocará o Estado do Amazonas à frente dos seus irmãos, os outros Estados. Agradeço a V.Exª a honrosa recepção que nos fez e estou certo de que o mundo inteiro olhará para V.Exª como um dos fatores da riqueza e da prosperidade desta formosa região brasileira.

O médico da saúde do Porto, ao visitar anteontem, a canhoneira "*Wilmington*" estranhou ao Comandante não lhe dizer qual o porto a que se destinava. O Comandante respondeu-lhe que aguardava ordens do seu Governo e que, portanto, nada lhe podia dizer. Na próxima terça-feira os cônsules da França e da Alemanha vão visitar a "*Wilmington*". Sabemos que o Sr. Todd vai convidar o Sr. Cônsul da Espanha a fazer uma visita ao seu navio. É um convite todo especial cujo fim principal é provar que estão esquecidos os ódios provocados pela última guerra.

O Cônsul espanhol será recebido a bordo com todas as honras. [...]

O "*Diário Oficial*" de hoje deve publicar o seguinte:

> O Sr. Dr. Governador do Estado teve ontem, às 10h30, uma conferência com o Sr. Cônsul americano e o Sr. Comandante do cruzador "*Wilmington*", que a solicitaram para dar explicações sobre o incidente conhecido da viagem do vaso de guerra americano. Foram completas e satisfatórias as explicações.

Terminou a conferência por cordiais protestos de recíproca simpatia e leal amizade, que um simples incidente, devido omissão involuntária de meras formalidades, não podia comprometer. [...] (JR, n° 065)

A Federação, n° 418

Manaus, AM – Quarta-feira, 10.05.1899

A "*Wilmington*"

[...] a "*Wilmington*" chegou a Belém a 28 do mês transato ([146]), sem prático, ao contrário do que se afirmara, guiando-se pelas cartas levantadas por uma Comissão Norte-americana em 1878. Ao chegar ao Baixo Camaleão encalhou, safando-se quinze minutos depois. Fez a viagem em três dias incompletos. [...] Foi já confiado nas promessas do Dr. Paes de Carvalho, talvez, que o Comandante do

[146] Transato: passado.

navio americano prosseguiu na sua projetada viagem sem a respectiva licença, – o que é já um fato consumado e verdadeiro – e por certo teria continuado as suas "*eloquentes*" e extravagantes demonstrações de amizade ao Brasil, se não fosse a altitude enérgica e corretíssima assumida pela imprensa desta capital, dignamente secundada pelo ilustre Governador do Estado Coronel Ramalho Júnior, que não se mostrou disposto a adular o estrangeiro que acabava de zombar traiçoeiramente dos nossos mais sagrados direitos.

Não pensou, porém, dessa forma o Dr. Paes do Carvalho, e o seu apregoado patriotismo aconselhou a intervir amigavelmente na solução de um conflito, que não fora provocado no seu Estado, nem lhe compete resolver. O Sr. Ministro do Exterior que lhe agradeça a boa vontade, ao ilustre "*Pai da Pátria*" seu delegado gratuito para a solução amigável de questões internacionais.

Pela nossa parte não podemos deixar de censurar, bem a nosso pesar, o incorreto proceder do Governo do Pará, que ao mesmo tempo representa para nós uma deslealdade injustificável. Os últimos jornais de Belém anunciam a chegada aquele porto, para se reunirem à "*Wilmington*", do cruzador "*Morblehead*" couraçado "*Chicago*", um transporte e duas canhoneiras. É esta esquadra que deve partir para o Sul. (JAF, n° 418)

A Imprensa, n° 221
Rio de Janeiro, RJ – Segunda-feira, 15.05.1899

A "*Wilmington*" – Regresso de Tabatinga – O Comandante Todd

Em nossa edição de 13 do corrente, publicamos a interessante "*Interview*" de um redator de "*A Federação*", de Manaus, com o Sr. Cmt da "*Wilmington*". Hoje publicamos o ofício que esse Cmt, ao voltar do Alto Amazonas a Manaus, dirigiu ao Governador José Ramalho, em data de 23 de abril último. [...] Nele se evidencia a intenção dos EUA de nos fazerem a Corte, mesmo contra a nossa vontade. Não somos nós quem deduz isto da leitura do ofício, é o Comandante Todd quem o afirma:

> e considero uma honra receber tais ordens, saudar todos os portos brasileiros "*e quer essas saudações sejam ou não retribuídas*" continuarei a fazê-las durante o itinerário da viagem da "*Wilmington*" até o limite sul do Brasil.

Tanto amor faz até suspeitar da autenticidade do ofício, que bem pode ser apócrifo ([147]). (JAI, n° 221)

Cidade do Rio, n° 135

Rio de Janeiro, RJ – Quarta-feira, 07.06.1899

A Fé Americana

O "*Jornal do Comércio*" insiste em que devemos ser otimistas quanto ao problema das nossas relações com a Bolívia e nos aconselha a dar por desmentida a imprensa paraense pela palavra do ilustre Sr. Cel Page Bryan, Ministro Americano. Não temos nenhum motivo para não acreditar na boa fé do Jornal; estamos, ao contrário, persuadidos de que ele não publica senão o pensamento do governo, e por isto julgamos que a sua redação não nos levará a mal

[147] Apócrifo: falso.

ficar com a nossa opinião sem faltar, entretanto, à consideração devida ao seu critério. Com franqueza: nós não acreditamos mais na lealdade dos E.U.A., e quem escreve estas linhas é o mesmo indivíduo que num assomo de americanismo, durante a guerra hispano-americana, escreveu o artigo "*América for Ever*".

Depois do que acaba de acontecer com a infeliz Cuba, só a cegueira a mais incurável pode levar alguém a acreditar nos protestos dos Estados-Unidos, que reviveram a guerra de conquista, rasgando a sua própria Constituição, profanando a memória de Washington e escandalizando o mundo até agora com a guerra contra as Filipinas. Não há moral internacional para os Estados Unidos: aí está o seu procedimento para com a América Central, para assiná-lo ([148]).

Nós mesmos temos a experiência do convênio Blaine-Salvador ([149]) para nos certificar do que nem quando põem a sua assinatura em protocolos e documentos de obrigação recíproca, vínculos sagrados com um povo amigo, os Estados Unidos se julgam obrigados a cumprir efetivamente o que pactuaram. O "*Jornal do Comércio*" deve recordar-se, ou pode recorrer à sua coleção para avivar a memória, de que foi desmentido pelo "*Diário Oficial*" quando noticiou que estava negociando um Convênio Comercial entre os Estados Unidos e a Espanha, sobre o açúcar apesar do que a respeito estava convencionado entre o Brasil e aquele governo.

---

[148] Assiná-lo: ilustrá-lo.

[149] Convênio Blaine-Salvador (ou Blaine-Mendonça) tratado que teve como negociadores Salvador de Mendonça, pelo Brasil, e James Blaine, pelos EUA. O Acordo contemplava uma extensa lista de produtos norte-americanos que teriam tarifas preferenciais no mercado brasileiro e em contrapartida, o Brasil exportaria o café com isenção tarifaria além do açúcar obter favores alfandegários.

Eis como o Sr. Eduardo Prado, no seu precioso volume "*A Ilusão Americana*" ([150]) trata deste incidente:

> O Ministro do Brasil em Washington, quando aconselhava para o Rio o Tratado Comercial com os Estados Unidos, afirmava que os Estados Unidos não dariam livre entrada aos açúcares de nenhum outro país. Essa era a promessa que lhe tinha feito o Governo de Washington, e só a confiança nessa promessa é que fazia com que o Governo no Rio fosse tão afirmativo. O "*Jornal do Comércio*" insistiu, deu esclarecimentos, anunciou que o Sr. Foster ia à Espanha tratar – tudo foi em vão. O Governo manteve a sua negativa. Semanas depois era assinado o Tratado! Os açúcares de Porto Rico e de Cuba tinham livre entrada nos Estados Unidos, e desaparecia assim a única vantagem que ao Brasil poderia trazer o Tratado Blaine-Salvador. E não parou aí o Governo de Washington; fez logo outros Tratados com a América Central, com a Alemanha e com a Holanda. Venezuela também fez um Tratado, mas o Congresso venezuelano rejeitou-o.
>
> O governo brasileiro foi assim ludibriado pela esperteza americana. Em troca de um favor fictício e ilusório, em seguida a uma negociação em que a má-fé norte-americana tornou-se evidente, o Brasil concedeu isenção de direitos às farinhas de trigo dos Estados Unidos, deu igual isenção a vários outros artigos americanos, e para todos os outros introduziu uma redução de 25% nas tarifas da alfândega.

---

[150] A Ilusão Americana: nascido e criado num mundo de riqueza, elegância e cultura, o Monarquista Eduardo Prado combateu a República instalada em 1889. Seu livro, publicado quatro anos depois, foi o primeiro a ser apreendido pela política republicana em São Paulo. Eduardo Prado apontava as diferenças abissais entre o Brasil e os Estados Unidos e achava que a República tinha copiado o exemplo americano de uma maneira servil e equivocada, e esboça a teoria do "*Imperialismo Americano*". (Republicado, em 2003, pelo Conselho Editorial do Senado Federal)

Imagem 21 – América for Ever! (CDR, n° 176)

Esta concessão trouxe considerável prejuízo para a renda do tesouro ([151]).

Não contente com esta demonstração cartaginesa de respeito à constância de Tratados, os Estados Unidos fizeram mais, como vamos ler de mais esta informação ([152]) do Sr. E. Prado:

> As últimas eleições americanas foram contrárias à política ultra-protecionista e de reciprocidade. Com quebra da fé internacional que estipulava um prazo de três meses de aviso à outra parte contratante, para a cessação do Tratado, os Estados Unidos restabeleceram os antigos direitos, dando grande prejuízo aos produtores de açúcar do Nordeste do Brasil e ao comércio brasileiro, que contava com os três meses de aviso.
>
> No momento em que escrevemos a Alemanha reclama energicamente contra fato idêntico, em relação aos seus produtos.

Não sabemos a que conveniências obedece o Governo, neste momento para estimular o otimismo do "*Jornal do Comércio*"; nós é que em nome da nossa Pátria não podemos ver "*cor de rosa*" um horizonte, que começa a ficar "*assombrado*" pela insaciável ambição dos Estados Unidos. Inútil é querer disfarçar que a "*Wilmington*" não falhou com a consideração devida ao Brasil, penetrando, ela um navio de guerra, em águas de nosso domínio, sem esperar pela licença indispensável; em vão se procurará justificar o procedimento dos oficiais [...] nossa suscetibilidade já é alvo dos comentários os mais desrespeitosos e humilhantes da imprensa americana, que nos

[151] A comissão do orçamento da Câmara dos Deputados do Brasil em 1894 avaliou o prejuízo do tesouro em 3:000 contos por trimestre sejam 12:000 contos de réis por ano. Ora o Tratado durou 4 anos, dando assim ao Brasil um prejuízo de 48:000 contos de réis! (Eduardo Prado)

[152] Informação: nota 64, página 90, do livro supracitado, editado pelo Senado Federal.

aconselha [...] que nos contentemos com a "*longanimidade ([153]) dos Estados Unidos, que, em respeito a antigas relações com o Brasil não nos tem tomado conta da anarquia*". [...]

O remédio para os nossos males, bem o sabemos, não vem do maior ou menor clamor que levantemos na imprensa, mas da sabedoria das medidas legislativas, que nos possam restituir a continuidade da nossa antiga vida financeira e internacional. Falamos nos manejos secretos da República Argentina e da Bolívia como avisos ao Governo para que ele não pense que pode contemporizar e obviar a nossa situação com o seu processo de economias ridículas, e desmantelo do serviço público, tais como da Defesa Nacional. O que se está fazendo é burlesco, faz lembrar a cena em que o convento se defende com o exército de Frimousse; e nós não nos podemos conformar com essa diplomacia, finanças e administração militar que estão pedindo música de "*vaudeville*". (CDR, n° 135)

Cidade do Rio, n° 151
Rio de Janeiro, RJ – Segunda-feira, 26.06.1899

Telegramas –
Serviço Especial da Cidade do Rio –
New York, 26

O "*World*", comentando a destituição (**???**) do Comandante da "*Wilmington*", diz não pararem ali as medidas do governo pois deverão ser igualmente destituídos um ou mais cônsules que tem se imiscuído nos negócios amazônicos. [...]

[153] Longanimidade: magnanimidade.

República, n° 118

Belém, PA – Segunda-feira, 26.06.1899

O Acre e a "*Wilmington*"

Rio, 26. – Despachos de New York, aqui recebidos hoje, dizem que o Governo dos Estados Unidos demitiu ([154]) do cargo de Comandante da "*Wilmington*" o Capitão-de-Fragata Todd. O Presidente MacKinley reprovou a excursão deste navio pelo Amazonas e as relações que Todd entreteve com os peruanos que fizeram a Revolução em Iquitos. O motivo principal da demissão do Comandante Todd foi o ter este oficial pedido ao seu Governo a intervenção da América do Norte com o fim de, tornar independentes os territórios do Acre. (JR, n° 118)

Jornal do Brasil, n° 186

Belém, PA – Quarta-feira, 05.07.1899

Pela Diplomacia – No Consulado Americano – O Comandante da Wilmington

O Sr. Dawson, Secretário da legação americana, teve a gentileza de nos informar a respeito da notícia publicada há dias pelos jornais da capital sobre a demissão dada pelo governo americano ao Cmt da "*Wilmington*", Capitão Sr. C. C. Todd, e a qual S. Exª declara não ser verdadeira. [...] (JDB, n° 186)

[154] Todd encerrou sua carreira, apenas em 1902, como Contra-Almirante.

Mensagem, n° 001

Manaus, AM – Segunda-feira, 10.07.1899

Relatório dos Presidentes dos Estados Brasileiros

Obedecendo ao preceito do pacto fundamental deste Estado, cabe-me hoje trazer ao vosso conhecimento o ocorrido na administração, durante o intervalo contado desde a legislatura encerrada em 1898 até a que agora se abre, apresentando-vos resumidamente os fatos e acontecimentos mais importantes dos negócios públicos e as medidas por mim tomadas no Governo e que submeto à vossa apreciação e aprovação. [...]

O Amazonas é o Extremo Norte do Brasil e torna-se preciso que o nosso grande Estado, talvez o de mais futuro da União, concorra para a grandeza do Brasil, se esforce por apertar esses laços da Federação, essenciais para opor barreiras à avidez daqueles que, nos julgando fracos, devido a lutas intestinas, pensam ser chegado o momento da invasão, da conquista, apossando-se do território ou sobre ele lançando vistas desonestamente cobiçosas.

A coesão dos diferentes Estados da União Brasileira é uma necessidade indeclinável da hora presente, único meio de pôr um paradeiro às ambições que em torno das nossas fronteiras se agitam. Temos a obrigação de ser fortes, se queremos viver como nação, e o único meio de consegui-lo é cada vez mais estreitar os laços da federação, guardando a maior solidariedade com os interesses e a vida da União.

Falei-vos de ambições que se nos agitam em torno das fronteiras e de uma dessas ambições deveis ter inteiro conhecimento, porque explodiu ela aqui, na zona limítrofe do Amazonas com a Bolívia. Os fatos da ocupação Paravicini no Rio Acre não são ignorados de vós, trouxeram eles tais perturbações à vida do nosso Estado, que a nenhum habitante do Amazonas são indiferentes.

O Tratado de 1867 entre o Brasil e a Bolívia estabelecera um "*modus vivendi*" entre as duas nações, tomando por base o "*uti possidetis*".

O Protocolo Carvalho-Medina, de 19.02.1895, pretendera resolver o tradicional litígio, que vem dos tempos coloniais, como se vê do Tratado de 1777 entre Portugal e a Bolívia, entregando a uma Comissão Mista a demarcação da fronteira Brasil-boliviana.

Iniciados os trabalhos da Comissão, sob a chefia dos Coronéis Thaumaturgo de Azevedo, por parte do Brasil, e Pando, pela da Bolívia, motivos de ordem superior levaram aquele a pedir demissão do cargo, continuando as operações sob a direção do Capitão-Tenente Cunha Gomes. Uma linha divisória foi traçada e deram-se por findos os trabalhos.

Todavia, não havendo sido, pelo Congresso Nacional, aprovado o Protocolo Carvalho-Medina que dera origem à Comissão Mista, claro que nenhum valor podia ter os trabalhos desta.

Assim não o pensou o Governo Boliviano. Em Agosto de 1898 apareceu-me aqui, no Amazonas, o Ministro boliviano D. Juan Francisco Velarde, comunicando desejar estabelecer uma alfândega na zona territorial do Acre: declarei-lhe imediatamente que a isto me opunha, enquanto o Governo Federal não decidisse a

respeito, e imediatamente nesse sentido oficiei ao Sr. Ministro do Exterior, General Dionysio de Cerqueira. Retirou-se D. Juan Velarde sem haver conseguido o seu intento.

Não haviam, porém, esfriado as pretensões da Bolívia. Forte o Governo Boliviano do Tratado Carvalho-Medina de 31.07.1896, Tratado não aprovado pelo Congresso Nacional que nem a respeito emitiu parecer, não abandonou o intento de fundação de alfândega na zona do Acre.

Estabelecera o referido Tratado a fundação de alfândegas mistas, mas o Governo Boliviano foi mais longe, querendo apossar-se de uma larga facha do território no Acre e aí fundando, uma alfândega inteiramente boliviana. O Ministro Boliviano Dr. José Paravicini, a 19.12.1898, aportava aqui em Manaus, com o intento de ocupar o Território brasileiro do Acre e, efetivamente, a 03.01.1899, dele tomava posse em nome do Governo da Bolívia, três milhas acima da linha divisória traçado por Cunha Gomes. Arvorada nesse local a bandeira boliviana, foi logo fundada a povoação de Puerto Alonso onde ia ser instalada a alfândega, instalação que se deu logo, baixando, em 1° de fevereiro, um singular Decreto o Dr. Paravicini, Decreto atentatório ao direito internacional!

A indignação provocada pela ocupação Paravicini foi logo geral em toda a nação brasileira; aqui entre nós houve movimento condenando-a, mas, persuadido eu de que assunto de tamanha importância, entendia com atribuições dos poderes da União, esforcei-me em sentido a que a paz não fosse perturbada nas regiões da fronteira ocupada, apesar das vexações que a referida ocupação trazia a cidadãos brasileiros ali residentes e das exações do fisco das autoridades aduaneiras de Puerto Alonso.

Convindo, porém, cientificar de tudo o que se passara ao Governo Federal, incumbi o Dr. Pedro Regalado Epiphânio Baptista de ser órgão dos interesses do Amazonas perante a União, enviando-o em missão especial, assim foi feito e pelo dito enviado foi entregue ao Governo o meu "*memorandum*", historiando os fatos da ocupação do Acre e narrando as vexações, os abusos de que eram vítimas cidadãos brasileiros na zona ocupada.

Outro procedimento não me podia ser aconselhado pela prudência, não querendo suscitar embaraços à União, não obstante espíritos exaltados, difíceis de conter, quererem à viva força expulsar os bolivianos do Acre, expulsão a que sempre me opus, e que, se realizou, depois da retirada do Ministro Paravicini, não teve da minha parte senão a mais severa condenação, enviando eu, logo que dela tive conhecimento, força e instruções de maneira a restabelecer a ordem pública, afim de evitar complicações internacionais em uma questão pendente dos poderes da União.

A ocupação boliviana no Acre trouxe a este Estado e ao do Pará não pequena perturbação nas relações econômicas desfalcando ao Amazonas em não menos de três mil contos da sua receita. Essa ocupação não tinha a favor nem o "*uti possidetis*" do Tratado de 1867, que a zona era habitada por brasileiros, como o prova o ato de tomar posse, a 3 de janeiro do corrente ano, em nome da Bolívia, o Dr. José Paravicini, nem tampouco o Tratado Carvalho-Medina que só estabelecera as alfândegas mistas na zona contestada.

Era uma ocupação violenta, pelas armas, prejudicando ao Amazonas, não há dúvida, mas nem por isso devia o meu Governo praticar atos de hostilidade que pusessem a União na contingência de

declarar guerra a uma nação limítrofe guerra que, por mais vantajosa que parecesse, ainda assim acarretaria dificuldades ao Governo da República, empenhado em restabelecer o crédito do país no estrangeiro. Não quis essa responsabilidade, a de levar o país a um conflito internacional em que o sangue brasileiro corresse, certo de que cumpria o meu dever, guardando uma atitude prudente e esperando de quem de direito a solução do litígio com a Bolívia.

Vós, senhores membros do Congresso do Amazonas, direis se soube cumprir o meu dever de chefe da administração e de cidadão, se nesta emergência soube corresponder à vossa confiança, não querendo por este Amazonas opulento à mercê, da desordem, perturbada violentamente a paz na sua fronteira, ameaçada a tranquilidade pública por movimentos de espíritos irrequietos e exaltados.

Em todo este fato da ocupação do Acre, limitou-se o meu papel, como chefe do Governo do Estado, a levar ao conhecimento do Governo Federal todo o ocorrido, esperando dos poderes da União uma solução que me não cumpria dar. Até as últimas cartas abertas, escritas pelo Dr. Paravicini, no momento da sua retirada, quando de passagem aqui e no Pará, seguiram em original para o Ministério do Exterior, acompanhadas apenas de leves considera-ções e contestações a tópicos que encerravam fatos despidos de verdade.

Zelando a causa do Amazonas, convicto como estou de que o território ocupado nos cabe de direito, embora o meu sentimento de brasileiro se revoltasse com o que considerava e considero uma abusiva tomada de posse da Bolívia, não me deixei por ele levar, refletindo seriamente nos resultados que um outro proceder meu traria à União.

Estamos numa época em que o patriotismo não mais decide as questões internacionais a golpes de sentimento, mas de habilidade, de tino, de sagacidade diplomática; é a razão quem vence e não o sentimento que muitas vezes, longe de conseguir o que o patriotismo deseja, compromete a causa da Pátria, fazendo perder com suas manifestações o que, com circunspecção e prudência, se alcançaria, criando embaraços e dificuldades à diplomacia.

Sobre a questão da ocupação boliviana do Acre, é quanto me incumbe dizer, declarando-vos, contudo, que fio do ([155]) Governo da União que breve teremos uma solução em que triunfe o nosso direito, em que os interesses dos brasileiros residentes no Território ocupado tenham sua legítima satisfação, de forma a compensá-los do que sofreram com as exigências, vexações e exações dos delegados bolivianos. Como se não bastasse a questão boliviana para trazer obstáculos à boa administração deste Estado, um outro incidente de ordem diplomática veio pôr em dificuldades o meu Governo. Um vaso de guerra norte-americano.

A canhoneira "*Wilmington*", destinada pelo governo da grande República a cruzar nas costas da América Meridional, aportou no Pará aonde teve fidalgo acolhimento. Aí o seu Comandante, o Sr. Todd, talvez ignorando as condições do Decreto, que abriu a navegação do Amazonas à marinha mercante estrangeira, revelou desejos de subir o Rio até Iquitos, numa viagem de exploração. Solícito a atender à vontade dos seus ilustres hóspedes, segundo se vê de jornais publicados nessa data em Belém, S. Exª o Governador do Pará ofereceu os seus bons serviços ao Cônsul dos Estados Unidos nesta região da Amazônia, a fim de obter do Governo

[155] Fio do: confio no.

Federal a necessária licença para o empreendimento do vaso norte-americano, telegrafando nesse sentido ao Ministro do Exterior.

Aconteceu, porém, que, impacientes, pouco amigos de perder tempo como soem ser os indivíduos da raça anglo-saxônica, o Comandante e oficiais da "*Wilmington*" não esperaram pela licença e vieram Rio acima até ancorar no porto de Manaus, trazendo de conserva ([156]) o Cônsul da sua nação. Aqui chegados, depois da visita de estilo, revelaram-me o intuito de subir até Iquitos, ao que lhes ponderei que, sem licença que obtivessem do Governo da União, não me era dado consentir que o fizessem. Nada objetaram na ocasião, corresponderam ao acolhimento que se lhes fazia, foram recebidos com a maior efusão na melhor sociedade da terra e um dia, como lhes tardasse a licença pedida, vieram despedir-se, declarando voltar ao Pará. Não o fizeram, porém, subiram o Rio até Iquitos, depois de aliciarem práticos, gastaram bastante tempo na viagem, salvaram em Tabatinga o Forte do Governo, e de volta a Manaus apresentou-se-me o Comandante da "*Wilmington*" a fim de ser recebido em audiência, o que recusei imediatamente, visto considerar de atentatório da dignidade nacional o proceder do vaso de guerra-americano.

Já então havia, eu comunicado a S. Exª o Ministro do Exterior a singular ocorrência, como também o havia feito o ilustre Capitão do porto Baptista Franco, informando miudamente sobre o fato, especialmente sobre a conduta havida quanto aos práticos a quem se considerou de cidadãos norte-americanos, por uma rápida naturalização feita a bordo, a fim de os subtrair à penalidade que o seu procedimento lhes acarretaria.

[156] Conserva: companhia.

Em resposta a quanto disse sobre o fato ao Ministro do Exterior, recebi comunicação em que se me dizia que a "*Wilmington*" subira o Rio sem autorização do Governo Federal, não porque este estivesse disposto a negá-la, mas porque o Cônsul norte-americano não fizera o pedido por escrito, como de praxe em questões destas. Pelos jornais tive conhecimento de que S. Exª o Ministro do Exterior conferenciara a respeito com o Sr. Page Bryan, Ministro plenipotenciário norte-americano, que na emergência não guardou quanta correção deverá guardar, negando-se a outra explicação ou satisfação, além da verbal que dera. É para lamentar que assim fosse, a dignidade nacional sofreu com esse proceder, mas o meu governo, embora o deplore, alimenta a consolação de haver protestado, dentro das normas corretas das nações civilizadas, contra essa violação do seu direito, a de vir um navio de guerra de nação estrangeira, sem licença da União, navegar nas águas do maior Rio da Pátria, o Decreto que abriu a navegação do Amazonas às nações estrangeiras só o fez à Marinha Mercante. Foi um protesto moral em nome do direito, que outra não podia ser a norma de proceder do meu governo em tão melindroso incidente. (RPE, n° 001)

Comércio do Amazonas, n° 508

Manaus, AM – Sexta-feira, 14.07.1899

A Revolução de Iquitos

Estampamos hoje em nossas colunas a proclamação de Emilio Vizcarra, o Chefe do movimento Revolucionário de Iquitos. O público já conhece a opinião que temos sobre este movimento, "*instigado*" (**???**) pelo Sr. Todd, Comandante da "*Wilmington*". Eis a proclamação:

El Director Supremo
De La Campana Regeneradora
A los habitantes de la Capital
Loretana ([157])

Compatriotas:

La evolución política que he practicado à impulsos irresistibles de la opinión pública, manifestada en todos los órganos del pensamiento y de la aspiración nacional, donde quiera que la presión de la tiranía del Gobierno no ha impuesto silencio por el atentado sacrílego, tiene el objeto preciosísimo y el propósito inquebrantable de abatir y aniquilar ese Poder absorbente e irresponsable, opuesto al espíritu literal y à la voluntad del País que ha asumido el Jefe del Estado en su inmoderado afán de absolutismo, sustituyendo-se despóticamente à todos los demás Poderes Políticos y despojándolos de sus prerrogativas y de su mandato.

El movimiento nacional que dirijo, con el concurso ciudadano, con el alma y el vigor de los pueblos, arma al brazo del patriotismo para restablecer la democracia de nuestro organismo político, escarnecida hipócritamente por el titulado Jefe Demócrata; para devolver su fuerza imperativa à las leyes fundamentales de la República, violadas y humilladas por la tiranía; para levantar sobre las intrigas y las imposiciones de la solapada dictadura que se empeña por perpetuar su dominio, la libertad electoral que debe constituir Gobierno y Congreso en el próximo periodo constitucional.

La soberanía popular, la ley, la justicia y las conveniencias legítimas de los pueblos, son los poderosos móviles generadores de la acción pública

[157] Loretana: região do Peru cuja capital é a cidade de Iquitos.

que he desplegado con espíritu recto y elevado, en defensa de la verdadera causa nacional que he proclamado.

No es, pues, la rebelión criminal, sino la reivindicación, benemérita do los derechos nacionales, la regeneración política, administrativa y económica del Perú, lo que empeña y dignifica mi ambición patriótica para asegurar la estabilidad el engrandecimiento del país por el orden racional y la libertad.

Mi situación es perfectamente clara y bien definida; se halla afianzada por el concurso de los buenos ciudadanos y debe por tanto inspirar confianza à todas las clases sociales, a la industria y al capital; porque en su desenvolvimiento no se desviará jamás de los sanos elementos que la sustentan y la dirigen, hasta que, derrocada la tiranía que preside el Gobierno, el voto libre de los pueblos decida de los destinos de la Patria.

Conciudadanos:

Mi obligada presencia entre vosotros, puramente accidental, no puede turbar vuestra tranquilidad, ni inspirar recelos à propiedad y al trabajo, tan respetables para mí, como fuentes seguras de bien estar y de poder para la Republica. No vengo à extorsionar ni à oprimir; porque no necesito de estas abominaciones, porque repugnan à mi carácter y a la misión generosa y reparadora impuesta por el patriotismo. El deber me ha traído pata moralizar, con la prontitud que me permita las circunstancias, la administración del Departamento y su economía, dentro de la órbita de las leyes à, la vez, que para reunir los elementos nacionales que sean precisos pira perfeccionar la organización da mis fuerzas.

Sobre todo, quiero dar facilidades al entusiasmo de la juventud y à la espontaneidad de los ciudadanos de espíritu fuerte, que, quieran ofrecer à la Patria, en esta gloriosa empresa, el contingente de su abnegación y de sus esfuerzos; porque esta es obra pertenece a todos los buenos peruanos.

Continuad tranquilos en vuestras pacificas ocupaciones; confiad en las garantías que os promete la bandera regeneradora levantada por las energías vivas y más sanas del país, dirigidas por mi entusiasmo, por Lealtad militar para con la Patria y por mi consagración al servicio público en cuyas labores, como os he dicho, en otra ocasión solemne, he sabido interpretar vuestras legitimas necesidades y hasta vuestros deseos compatibles con la ley.

Iquitos, mayo 24 de 1899.

Emilio Vizcarra. (JCA, n° 508)

O Apologista Cristão, n° 008

Belém, PA – Terça-feira, 01.08.1899

O Rio Acre

Como quase todos os nossos leitores já sabem, o Rio Acre tributário do Rio Purus tem a sua origem em território boliviano, e desemboca em território brasileiro. Há poucos anos, comissões das duas nações fixaram os limites e estabeleceram no Rio Acre assim como em outras partes a linha divisória do território das duas nações de acordo com o respectivo Tratado internacional.

Há meses o Sr. Paravicini, representante plenipotenciário da Bolívia estabelecendo no Rio Acre em Puerto Alonso, a distância de dois ou três quilômetros acima da linha divisória, um Posto Aduaneiro, para arrecadação dos impostos sobre a borracha e outras rendas bolivianas.

Tudo ia bem e de acordo com a cortesia internacional.

Rompeu na Bolívia uma insurreição; aproveitaram o ensejo diversas partes interessadas. Cidadãos, autoridades estaduais do Amazonas expulsaram do território boliviano os acreditados representantes bolivianos, e o Governo Federal brasileiro continua agora, como nos anos passados, a arrecadar os impostos da borracha que vem desse território confessadamente boliviano.

A visita do navio de guerra "*Wilmington*" da América do Norte parece ter tido alguma relação com a expulsão das autoridades bolivianas do seu território.

Seja o que for, ficou evidente que alguns negociantes de New York querem arranjar borracha sem pagar tantos direitos alfandegários; e para esse fim queriam empregar a marinha norte-americana como "*Mão de Gato*" para puxar o Rio Acre e ainda mais território do poder tanto da Bolívia como do Brasil.

Um documento encontrado em Puerto Alonso na ocasião da expulsão das autoridades bolivianas, fala na intervenção armada da América do Norte para conseguir a independência desse território do Acre e pelo Vale do Amazonas abaixo por mil milhas mais ou menos.

Imagem 22 – Jornal do Brasil, 15.07.1902, n° 196 (C. Miragy)

Mestre: De quem é o Acre, menina ([158])? Diga isso bem alto para ser ouvido até no Brasil.

Aluna: Mas estou farta de dizer, o Acre é de V. S.ª, Sr. Mestre ([159]).

A divulgação inesperada do projeto tornou tudo em fiasco; os cobiçosos negociantes de borracha ficariam a ver navios. O Comandante do "*Wilmington*" foi demitido (**???**) do lugar, para inglês ver; e todo o homem de bem tem nojo da falta de lealdade exibida tanto da parte da América do Norte como do Brasil e das autoridades bolivianas. Interesses e não direitos se procuravam vingar nessa questão tão antipática de todos os pontos de vista.

---

[158] Menina: Bolívia.
[159] Mestre: Tio Sam.

Os interesse brasileiros triunfaram temporariamente contra os direitos bolivianos; e os aventureiros americanos, coitados, ganharam apenas o que mereceram, – as risadinhas mal escondidas do mundo politiqueiro. J.H.N. (OAC, n° 008)

Revista Marítima Brasileira, n° 231
Rio de Janeiro, RJ – janeiro a junho de 1902

Chapman Coleman Todd

Os interesses alienígenas não se contentariam com a simples abertura dos portos, conforme solicitaram, passando a envolver-se com a produção de borracha, então altamente rentável, culminando esse processo com a constituição do "*Bolivian Syndicate*", que obteve a aprovação de um contrato, pelo Congresso boliviano, a 17 de dezembro de 1901.

Outorgando a esse Sindicato, sediado em Nova Iorque, verdadeira soberania sobre o Acre, incluindo o direito de "*equipar e manter uma força armada de navios de guerra, para a defesa dos Rios ou a conservação da ordem interna, ou outros objetivos, em adição à força de polícia*". A crise tornara-se aguda no ano de 1899, ao ser publicado que o desenrolar das estranhas negociações havia resultado em texto que, levado a Manaus, aí fora recebido a bordo da Canhoneira "*Wilmington*", da marinha "*yankee*", que, sob o comando de Chapman Coleman Todd, tê-lo-ia levado diretamente ao Presidente MacKinley.

Embora tenha sido desmentida pelo governo norte-americano tal ocorrência, o comportamento de Todd, deixando Manaus, sem autorização do governo

brasileiro, com destino a Iquitos e transportando a bordo da "*Wilmington*" o Cônsul dos EUA, K. K. Kennedy, com suas luzes apagadas para não ser percebida, retirava-lhe toda a credibilidade.

Segundo a imprensa, o dito cônsul teria assinado, juntamente com José Paravicini, Ministro boliviano no Rio de Janeiro, então em visita a Manaus, as bases de um acordo, altamente lesivo aos interesses brasileiros, sobre a questão do Acre.

Cabe assinalar que o famoso Luiz Galvez, criador do Estado Independente do Acre, reiterou as acusações à atuação dessa canhoneira contra os interesses brasileiros. A "*Wilmington*", com 1.390 toneladas de deslocamento, oito canhões de 102 mm de tiro rápido, quatro de 57 mm e dois de 35 mm, era quase um cruzador, superior a tudo que a Flotilha da Amazonas lhe poderia opor. Que estranho papel fazia essa canhoneira, em relação a um "*negócio*" em tramitação entre o governo da Bolívia e uma companhia particular? (RVM, n° 231)

Correio da Manhã, n° 270
Rio de Janeiro, RJ – Terça-feira, 11.03.1902

Acre e Azedo

Entre todas as nações que em diversas épocas da história tem alargado os seus domínios, nenhuma levará a palma aos Estados Unidos, se estabelecermos uma proporção entre o tempo empregado em adquirir estes domínios e a vastidão deles. Esse mesmo primeiro lugar caberá ainda à grande República Norte-Americana aí estabeleceremos outra proporção entre a extensão territorial adquirida e as despesas, de todo o gênero, realizadas para efetuar aquelas

aquisições. Babilônia, Roma, Portugal, Espanha e Inglaterra empregaram séculos, sem falar nas conquistas dos imperadores Mandchu, em atingir os seus respectivos apogeus territoriais. As despesas em homens e dinheiros, necessárias a tais conquistas, devem orçar em algarismos fabulosos.

Os Estados Unidos, em pouco mais de um século, elevaram a trinta vezes mais a sua primitiva extensão territorial, empregando processos os mais variados, mas sempre rápidos, baratos e pouco escrupulosos, em matéria do respeito a princípios fundamentais de sua constituição.

É que nesse conjunto de nacionalidades, fervilhando pela sua definitiva conformação étnica, tem vindo condensar-se a prudência cautelosa dos Rhodios e Fenícios, a ambição irrequieta dos cartagineses, o orgulho imperial dos romanos, o gênio aventureiro dos hispano-lusitanos, o bom senso prático dos ingleses, a tenacidade pesante ([160]) dos germanos e o misticismo bíblico dos puritanos – tudo se envolve com sangue de diversas origens que, no seu prurido de expansão ambiciosa, parecem querer desforrar-se de passadas e seculares opressões.

Se este fato, real e positivo, de contínua e sistemática expansão territorial, é um dos característicos do povo norte-americano nessa época, que se vai extinguindo, em que o respeito mais hipócrita do que real, pela sua Constituição fundamental, era um dos princípios intangíveis da política dos seus governantes, – pode-se avaliar as surpresas que o futuro nos reserva quando as brilhanturas sedutoras do Imperialismo relegarem ao esquecimento aquela originária, timorata e pudica Constituição que repelia os processos de conquista.

---

[160] Pesante: amargurada.

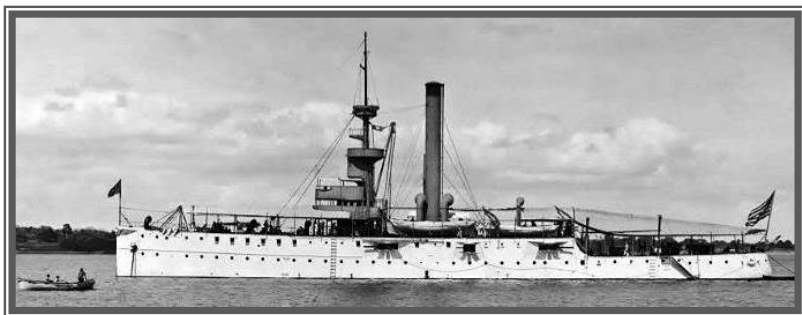



Imagem 23 – Wilmington – Rio Orenoco, Venezuela, 1906

E, pela mesma forma que o romano, orgulhoso de si mesmo, pretendia felicitar suas conquistas outorgando-lhes o privilégio honroso de sua cidadania e impondo-lhes o seu direito; pela mesma maneira que os endeusados hispano-lusitanos, com a sua centralização de todas as iniciativas, acreditavam no seu papel de redentores dos povos a eles submetidos congregando-os em torno da cruz consoladora. Pelas mesmas razões que os britânicos egoístas têm acreditado na supremacia da sua raça, no seu direito do suprimir pela seleção as raças menos fortes e dominando os mares sob pretexto de equilíbrios pacíficos sempre instáveis; quererão por sua vez os "*yankees*", empreendedores e de irrequieta atividade, sintetizar todas aquelas tendências, impondo-nos a "*felicidade*" do seu direito e cidadania, de suas crenças, idioma e centralismo, de sua chefia de raça seleta, de seus princípios utilitários, do seu capitalismo e dos seus hábitos de produção a todo transe. E pretenderão seduzir-nos como outrora os navegadores faziam entre os indígenas com as suas bugigangas, fazendo-nos admirar a engenhosidade dos seus mecanismos cada vez mais aperfeiçoados e de tendências mais nulificadoras do vigor humano, e levarão muito a mal que não nos consideremos honradíssimos com as provas do seu interesse por nós, nessa nova cruzada de redenção civilizadora, a gosto de mecanismos.

Em definitivo, chegaremos a contemplar mais uma daquelas gigantescas estátuas feitas dos mais ricos metais, de rija ossatura férrea, reforçada com os arcabouços de aço o mais puro, como convêm enfim aos representantes desta época de altos-fornos, de possantes laminadoras e de dominadores de fluídos, mas verdadeiro boneco no fim das contas, com frágeis pés de barro como as passadas, presentes e futuras encarnações escultóricas dos eternos fugitivos de Babel. Depois que isto se der, nada impedirá o curso natural e confiado dos acontecimentos. E que esses acontecimentos se precipitam, o está demonstrando o arrendamento, em pleno coração da América do Sul, do imenso Território do Acre, portentoso torrão de inexaurível riqueza, na frase de alguém que lá esteve e lá foi alguma coisa; que vai ser o apanágio de poderosa empresa "*anglo-yankee*", semelhante às "*chartered-company*" que tem infelicitado a África, verdadeiras companhias semelhantes àquelas tão famigeradas que desolaram a França medieval e às quais não faltam chefes do baraço ([161]) e cutelo, à maneira dos Cecil Rhodes ([162]).

Este nome que acode à minha memória lembra-me até que já a América Latina teve em tempos a pouco invejável ventura de atrair os olhares deste Torquemada ([163]) à moderna, que soube achar na imprensa o símil ([164]) dos processos inquisitórios, nos atos dos governos um remedo de sentenças inapeláveis e na "*melinita*" ([165]), na "*pícrica*" ([166]) e na "*panclastite*"

---

161 Baraço: laço antigamente empregado para enforcar os condenados.

162 Cecil John Rhodes (1853-1902): político inglês, ideólogo do imperialismo e do colonialismo. Organizou a anexação pelos ingleses de um extenso território na África do Sul e deu início à guerra anglo-bóer.

163 Tomás de Torquemada: o Grande Inquisidor dos reinos de Castela e Aragão no século XV.

164 Símil: semelhante.

165 Melinita: explosivo feito com ácido pícrico, de carga poderosíssima.

166 Pícrica: ácido pícrico, composto altamente explosivo.

([167]) o método aperfeiçoado de supressão herética pelo fogo. Foi com efeito esse famigerado Cecil Rhodes quem não há muito acenou aos "*yankees*" com o domínio do resto da América.

É verdade que, disfarçando-se com a batina, que alguns criticam em Loyola, teve ele a gentileza de explicar-nos pouco depois e em vista do eco de suas palavras nas repúblicas latino-americanas, que esse "*domínio*", a que fizera referência, era apenas o "*espiritual*", pela propaganda desinteressada das ideias democráticas, que tem felicidade os Estados Unidos – Loyola-Rhodes fez reserva mental! Não foi por certo com reservas que falou, não há muitos anos, num banquete, o Sr. Evarts ([168]), conhecido estadista "*yankee*" e antigo Secretário de Estado.

Antes, pelo contrário, alegre, e bem disposto depois de um excelente jantar na moda dos patrícios romanos da decadência, e no qual o famoso "*Delmonico's de New York*" ([169]) talvez apimentasse demais a sua cozinha, aquele "*profissional wits*" ([170]) comparando a América do Sul com um saboroso presunto, pela sua configuração geográfica, exclamou entre os sorrisos amarelos dos mexicanos presentes:

> A Doutrina Monroe é, por certo, uma coisa boa, mas, como todas as coisas boas e velhas, precisa ser reformulada. Essa doutrina se resume em uma frase – "*A América para os americanos*"; ora, eu proporia com prazer, um aditamento para os americanos, sim senhor, mas entendamo-nos para os americanos do Norte.

---

[167] Panclastite: explosivo líquido formado de peróxido de azoto e de um líquido combustível.

[168] William Maxwell Evarts: 27° Secretário de Estado dos Estados Unidos (12.03.1877 a 07.03.1881)

[169] Delmonico's de Nova York: considerado um dos melhores restaurantes do país, nos séculos XIX e XX, gerenciado pela família Delmonico.

[170] Profissional wits: inteligente profissional.

> Começamos pelo nosso caro vizinho o México, do que já comemos um bocado em 1848. Por que não mastigaremos o restante? A América Central virá depois abrindo o apetite para quando chegar a vez da América do Sul.

Faço graças aos leitores do resto da comida imaginativa, do Sr. Evarts, espécie de Gargantua ([171]) político, cuja extremada educação foi até relembrar aos mexicanos, presentes ao banquete, que naquela bandeira "*yankee*", cujas dobras cobriam uma das paredes da sala, jaziam em cativeiro prateadas estrelas que foram mexicanas e espanholas.

Dando o desconto conveniente às palavras do ilustre político, a que acabo de referir-me e que benevolamente pedem ser atribuídas a excessos espirituosos de mesa, lembrarei ao mesmo tempo outras palavras mais sossegadas, se bem que não menos explícitas. Refiro-me às que, em agosto do 1898, foram pronunciadas pelo Senador Morgan:

> Demasiado tempo – disse – temos estado na obscuridade! Queremos realizar os grandes objetivos de uma raça nova e vigorosa, que, dotada por modo singular para todo gênero de empresas, apenas carece de ocasião para levar muito longe as suas energias. Não vacilaremos nem teremos um momento de descanso no nosso empenho de possuir um grande exército e uma marinha invencíveis.

O Senador esquecia Philippe II e a "*Invencível Armada*" destruída pelos elementos que aquele monarca espanhol "*não se propunha a combater*". E, continuava o homônimo do criador dos Trusts ([172]):

---

[171] Gargantua: glutão.

[172] Trusts (ou truste): fusão de várias empresas com o objetivo de monopolizar determinada oferta de produtos e/ou serviços. William Huntington Russell, em 1856, incorporou a Skull and Bones com a denominação de Trust Russell, e, mais tarde, Russell Trust Association.

> Dentro de dez anos seremos senhores de uma armada superior à britânica. Sobra-nos dinheiro e podemos construir os navios em arsenais, com operários e material norte-americanos. Aspiramos a ser o núcleo de um imenso Estado [com E], em que se achem unidos o México, a Argentina, o Uruguai e todas as outras repúblicas da América. Queremos que do Norte ao Sul se estenda o poderio da nossa bandeira semeada de estrelas.

Mais claro do que isto só vejo a água da fonte cristalina, em que admira eternamente sua própria beleza o Narciso latino-americano!

Aos que me acusarem de brincar aqui com ilusórios fantasmas, lembrarei aquela canhoneira "*Wilmington*" que, à maneira de fantástica nave, apenas percebida entre as brumas noturnas do Amazonas, burlou a vigilância das autoridades brasileiras, estudou à vontade o curso do grande Rio "*para o que vai bem aparelhada*", na frase do "*Army and Navy Journal*" e do acordo com "*as ordens secretas que leva*" e que incluíam as de estudar "*todos os Rios navegáveis por vasos de fundo chato, como a Wilmington*", sempre na frase do referido Jornal e... na volta desculpou-se da visita!

Dois anos depois é arrendado o Acre a um sindicato "*anglo-yankee*", com a condição expressa de fortificá-lo e talvez de construir cais de fácil atracação às "*Wilmington*" de fundos chatos.

Não são as frases "*yankees*", palavras vis de empolado orador de origem latina sobraçando tabuletas demostenianas de cera por toda bagagem! Naquele país o fato acompanha paralelamente a palavra, quando não a precede. Quando os Estados-Unidos assinaram a paz com a Inglaterra e conseguiram o reconhecimento de sua independência, seu território era de 830.000 milhas quadradas.

Depois da compra do território do Alasca, ao Império Russo, essa superfície atingiu a 3.588.576 milhas. Posteriormente, Porto Rico acresceu esse algarismo com 9.314 km; Filipinas com 296.182 e Havaí – 16.946. Não seria descabido acrescentar ainda a extensão superficial de Cuba, visto como a falada "*Independência*" da ilha não passa da mais cruel das ilusões, como terei ocasião de salientar oportunamente. Em suma, os E.U.A. estendem hoje seu domínio sobre 9.534.742 km^2, dos quais 322.442 nas suas colônias, sem contar Cuba, cuja externa, superficial é de 17.000 km. Se olharmos para o resto da América e não nos lembrarmos das províncias mexicanas, arrancadas do poderio latino na América, e tampouco da situação de Cuba muito menos independente do que o Canadá, veremos o domínio disfarçado com o título de "*controle*", em ambas margens do projetado canal de Nicarágua, exercido pelos Estados Unidos.

O arrendamento pelo prazo de duzentos anos e o mesmo controle, em ambas as margens projetado canal do Panamá, mediante 1.500.000 dólares anuais pagos ao governo da Colômbia; compra das Antilhas Dinamarquesas e domínio absoluto no mar das Antilhas; hegemonia sobre Haiti e S. Domingos, repúblicas há muito visadas pela cobiça "*yankee*". Anulação da Venezuela, como nação autônoma e apesar de todos os Monroes terrestres e celestes, no Tratado "*anglo-yankee*" relativos à delimitação da fronteira entre Venezuela e a Guiana Inglesa; da mesma forma que Nicarágua pelo Tratado "*Hay-Pauncefaute*"; enfim implantação de uma cidadela "*yankee*" em pleno território litigioso da América do Sul, tendo como cabo desta espécie de panela, em que vai ser cozido o tal presunto do Evarts: o Rio brasileiro do Amazonas. Dizem que, quando o leão faz ouvir sua voz possante, silenciam todos os outros seres nas redondezas.

E que silêncio absoluto o desta América Latina! É verdade que o famoso Secretário Hay, uma espécie de poeta da política "*yankee*" disse há pouco que:

> os Estados-Unidos tem tanta pretensão, a território, na América Latina como os teriam na Lua!

Adolfo Morales de los Rios ([173]) (CDM, n° 270)

Panamá (1903)

Fomentado pelos americanos, eclodiu em 3 de novembro de 1903, um movimento separatista que culminou com a independência do Panamá em relação à Colômbia. Imediatamente, os Norte-americanos reconheceram novo país e enviaram suas Forças Navais para impedir a chegada de tropas colombianas. Logo em seguida, foi firmado o Tratado "*Hay-Bunau-Varilla*", que concedia aos Estados Unidos o uso, controle e ocupação perpétua da Zona do Canal, uma faixa de 16 km de largura através do istmo.

DECRETO Nº 3.749,
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1866

Abrindo os Rios Amazonas, Tocantins, Tapajós, Madeira, Negro e S. Francisco <u>à navegação dos navios mercantes de todas as nações</u>.

No intuito de promover o engrandecimento do Império, facilitando cada vez mais as suas relações internacionais, e animando a navegação e o comércio do Rio Amazonas e seus afluentes, dos Rios Tocantins e S. Francisco, ouvido o Meu Conselho de Estado, Hei por bem Decretar o seguinte:

---

[173] Adolfo Morales de los Rios: Engenheiro-arquiteto, foi Presidente do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura e Professor da Escola Nacional de Belas Artes.

Art. 1º Ficará aberta, desde o dia 7 de setembro de 1867, aos navios mercantes de todas as nações, a navegação do Rio Amazonas até a fronteira do Brasil, do Rio Tocantins até Cametá, do Tapajós até Santarém, do Madeira até Borba, e do Rio Negro até Manaus;

Art. 2° Na mesma data fixada no Art. 1º ficará igualmente aberta a navegação do rio S. Francisco até à Cidade do Penedo;

Art. 3° A navegação dos afluentes do Amazonas, na parte em que só uma das margens pertence ao Brasil, fica dependendo de prévio ajuste com os outros Estados ribeirinhos sobre os respectivos limites e regulamentos policiais e fiscais;

Art. 4° As presentes disposições em nada alteram a observância do que prescrevem os Tratados vigentes de navegação e comércio com as Repúblicas do Peru e de Venezuela, conforme os regulamentos já expedidos para esse fim;

Art. 5° Os Meus Ministros e Secretários de Estado, pelas Repartições competentes, promoverão os ajustes de que trata o Art. 3°, e expedirão as ordens e regulamentos necessários para a efetiva execução deste Decreto.

Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, do Meu Conselho, Senador do Império, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, assim o tenha entendido e faça executar.

Palácio do Rio de Janeiro em sete de dezembro de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independência e do Império.

Com a Rubrica de Sua Majestade o Imperador.

Antonio Coelho de Sá e Albuquerque.

Este texto não substitui o original publicado na Coleção de Leis do Império do Brasil de 1866. (https://www2.camara.leg.br/)

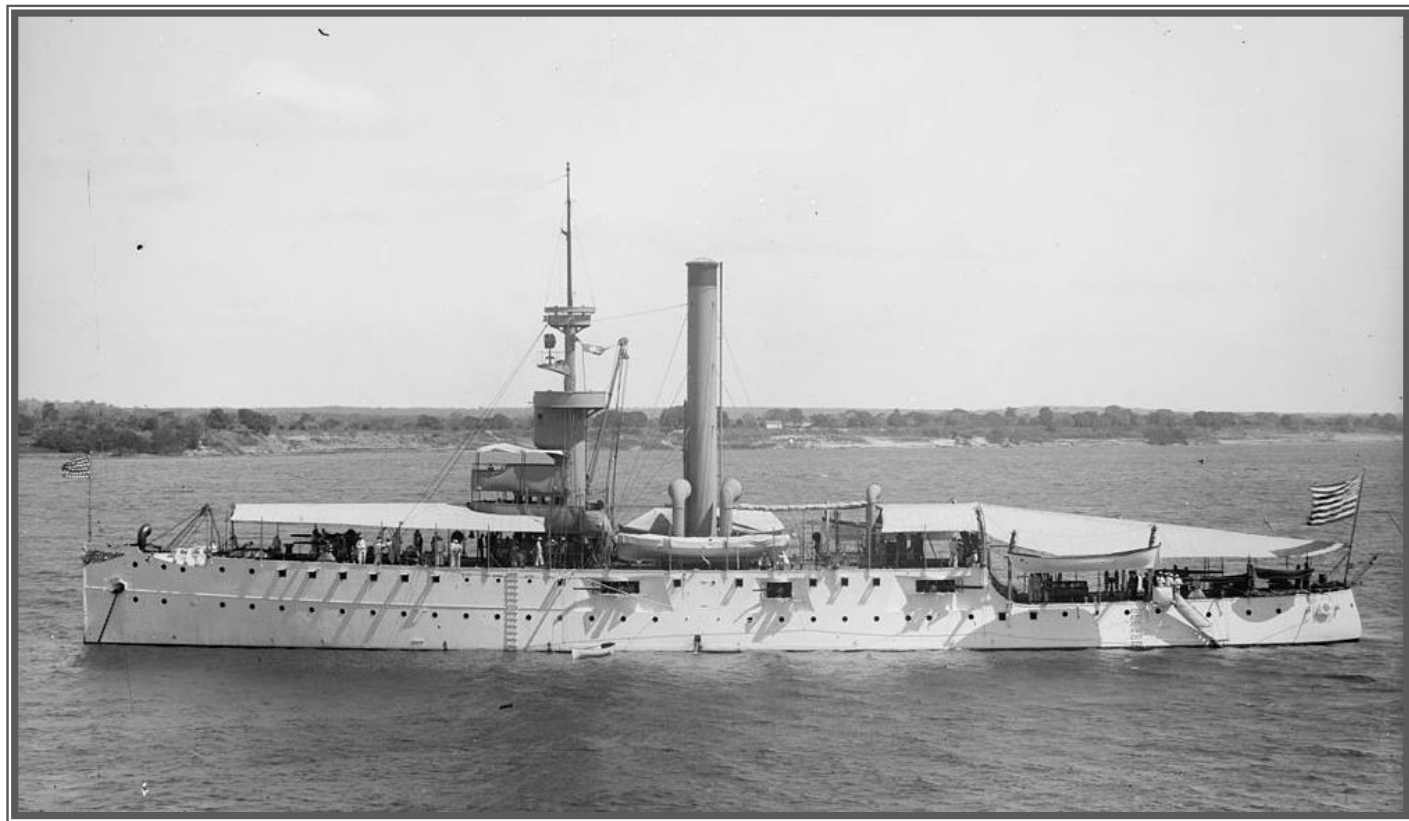



Imagem 24 – U.S.S. Wilmington

Soberania Questionada

A Amazônia vem despertando o interesse estrangeiro mesmo antes dos portugueses iniciarem a sua "*Marcha para o Oeste*". As especiarias e as riquezas da região, estimuladas por relatos de desbravadores, nem sempre fiéis aos fatos, despertaram o interesse das grandes potências sobre a área.

Séculos de contestações e pronunciamentos vêm tentando colocar em cheque a soberania do Brasil e seus vizinhos numa das maiores biodiversidades, reservas hídricas e minerais da Terra.

A utilização, por parte de lideranças estrangeiras e organismos internacionais, de bandeiras como os movimentos ambientalista e indígena permitem que as suas manifestações ganhem simpatia mesmo dentro de nossas fronteiras, provocando o tão desejado engessamento da região, que se presta, inquestionavelmente, aos interesses internacionais.

Este objetivo vem sendo, progressivamente, alcançado fazendo com que seja limitada a discussão da preservação do meio ambiente sob a ótica dos problemas exclusivamente técnicos, excluindo as questões relativas ao desenvolvimento e à maior integração socioeconômica com o restante do país.

Há um trabalho solerte por parte da mídia nacional e internacional no intuito de demonizar o povo brasileiro no que tange à questão indígena e ambiental. Não seria difícil entender que, após uma massiva e enganosa "propaganda" mostrando massacres dos povos indígenas e destruição da floresta, a opinião pública mundial se mobilizasse para que a ONU interviesse.

Imagem 25 – TR e seu Porrete (WA Rogers, 1904)

Soberania

Uma raça, cujo espírito não defende o seu solo e o seu idioma, entrega a alma ao estrangeiro, antes de ser por ele absorvida. (Rui Barbosa)

Se as nossas autoridades não se preocuparem com a Amazônia, mais cedo ou mais tarde ela se destacará do Brasil, natural ou irresistivelmente, como se desprega uma nebulosa de seu núcleo, pela expansão centrífuga de seu próprio movimento. (Euclides da Cunha)

É interessante notar que os países mais desenvolvidos – em suas deliberações, o G-7 – não permitem que os países menos desenvolvidos participem, valendo as linhas gerais que estabelecem para o mundo como uma imposição dos mais fortes, que se negam a ouvir as sugestões dos mais fracos. À evidência, os países mais desenvolvidos continuam a controlar os mecanismos econômicos e a intervir, sempre que entendam necessário, na soberania das outras nações, sem respeito maior ao direito internacional público, enquanto reflexo do princípio da autodeterminação dos povos. (Ives Gandra da Silva Martins)

Contrato Aramayo-Whitridge

RELATORIO

APRESENTADO

AO

PRESIDENTE DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

PELO

MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

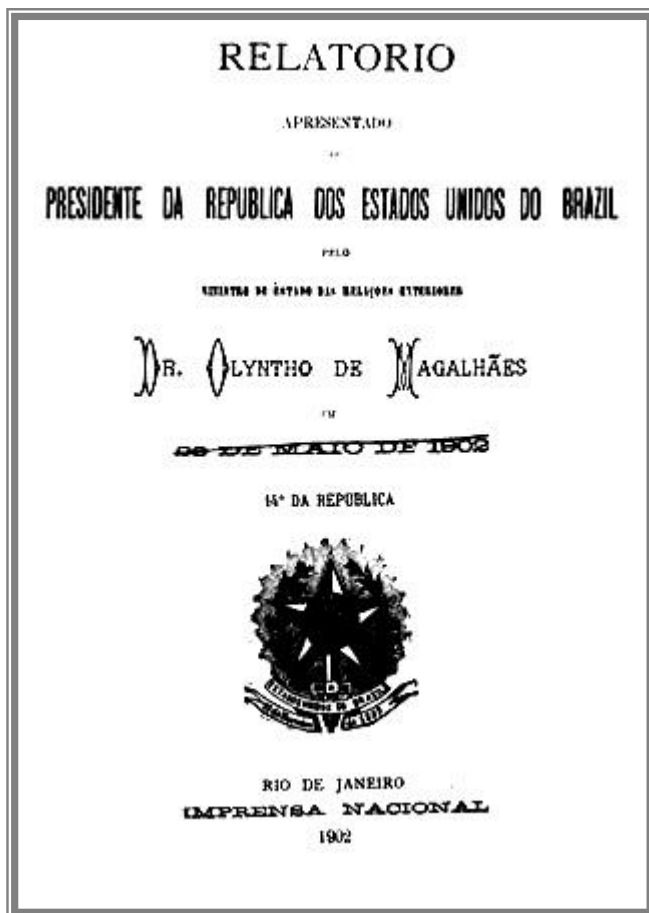
DR. OLYNTHO DE MAGALHÃES

EM

20 DE MAIO DE 1902

14° DA REPUBLICA

RIO DE JANEIRO

IMPRENSA NACIONAL

1902

❄ ***Relatório Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil*** ❄

Rio de Janeiro, RJ – Terça-feira, 20.05.1902

Bolívia

Arrendamento do Território Chamado do Acre. Contrato com Sindicato estrangeiro

O Governo Boliviano fez com um Sindicato estrangeiro um contrato pelo qual arrenda o Território do Acre à Companhia que o mesmo Sindicato organizar. Disso tive a primeira notícia por telegrama da Legação em Washington de 7 de março de 1901 e no mesmo dia telegrafei ao Ministro em La Paz. O contrato, assinado em Londres em 11 de julho do ano próximo passado, foi submetido ao Congresso, por ele aprovado com poucas modificações de forma, das quais só uma tem alguma importância, e promulgado pelo Poder Executivo. Acham-se anexos a este Relatório os dois textos, primitivo e modificado. As suas cláusulas são em resumo as seguintes:

1ª Confia à Companhia a administração fiscal do Território. Segundo o texto primitivo a Companhia era – Governo local. Agora é – administrador fiscal. Esta modificação é, como eu disse, a única que tem alguma importância, mas é de simples forma, porque as concessões e privilégios não foram alterados nem modificados. Nesta mesma cláusula se fixa o capital da Companhia em 500.000 libras esterlinas e se dá ao Governo a faculdade de subscrever 100.000 por si ou por pessoas que designe;

2ª Concede à Companhia durante cinco anos o direito exclusivo de comprar em propriedade todas as terras ou qualquer parte das terras compreendidas no Território com os seringais que não estejam legalmente adjudicados a outros indivíduos ou Companhias;

3ª Durante as sessões do Congresso atual não poderá o Governo, sem o consentimento do Sindicato, dispor ou comprometer-se a dispor de seringais ou terras, etc. A este respeito resolveu o Congresso isto: "*En cuanto a la cláusula 3ª, que ha sido aprobada por el Congreso, el Ejecutivo queda facultado para cancelaria al tiempo de firmarse la escritura definitiva*";

4ª Concede à Companhia o direito de navegar livremente os rios e outras águas nos limites do Território. A Companhia não impedirá o tráfico por esses rios e águas aos navios atualmente existentes, sejam nacionais ou estrangeiros, mas terá o direito exclusivo de outorgar concessões para a navegação dos ditos rios e águas. Respeitará os Tratados Internacionais de Comércio e Navegação;

5ª Prevê o caso de empreender a Companhia a exploração de seringais ou minas por si ou por meio do companhias subsidiárias e dispõe a respeito das rendas;

6ª Isenta a Companhia de impostos e outros encargos e reserva para o Governo 60% das rendas;

7ª Confere o direito de fazer várias construções e de cobrar impostos, que menciona;

8ª Confere à Companhia, por 30 anos, o direito, poder e autoridade, únicos, absolutos, exclusivos e independentes para cobrar e exigir o pagamento das rendas... "*e geralmente para fazer administrar, exercer e executar, pôr em vigor, velar e possuir, dentro dos limites do dito Território e com sujeição às leis do Estado, todos as negócios, atos, funções, obrigações, direitos, poderes e privilégios de qualquer espécie que ora competem ou venham a competir ao Governo e que lhe pertençam ou sejam por eles possuídos... e o Governo transferirá à Companhia, pelo tempo da concessão, todas as terras públicas ou do Estado, edifícios, propriedades e direitos de todo gênero, dentro dos limites a do dito Território, que hoje pertencem ao Estado e se achem por ele possuídos, exceto os direitos que lhe pertencem como poder soberano*";

9ª Dispõe a respeito da contabilidade;

10ª "A condição da Companhia, em virtude da concessão ultimamente mencionada será a de um administrador fiscal encarregado da arrecadação de todas as rendas nacionais, com poderes amplos e suficientes para isso, e com sujeição às leis da República e as prescrições deste contrato";

11ª A concessão a que se refere a cláusula 8ª ficará, enquanto durar, sujeita às regras e estipulações estabelecidas no "*Memorandum*" anexo;

12ª A Companhia fica obrigada e prestar o seu apoio à colocação de apólices que sejam emitidas pelo Governo;

13ª Arbitramento para as questões que sobrevierem;

14ª Aprovação pelo Congresso. Deposito de cinco mil libras esterlinas.

❄ Memorandum ❄

A. Delegados do Governo e da Companhia por meio das quais serão feitas todas as comunicações entre o Governo e a Companhia;

B. As concessões de seringais, terras baldias, arrendamento e adjudicação de terras e outras concessões serão feitas em nome do Governo, quando se referirem a terras do Estado e de conformidade com as leis existentes;

C. Construção de edifícios. A Companhia manterá suficiente força de polícia para a proteção dos habitantes e observância das leis da República;

D. Por conta de quem correm as despesas;

E. A Companhia respeitará todos as contratos existentes entre o Governo e os atuais legítimos possuidores de terras e exigirá que esses possuidores registrem os seus títulos de conformidade com as leis do Estado;

F. Comunicação dos distritos dos rios Abunã, Orton e Madre de Dios com o rio Acre;

G. A Companhia pagará os salários do Delegado Nacional e dos Juízes e demais empregados nomeados pelo Governo, como também as despesas da Comissão de Limites com o Brasil. Se em qualquer tempo e a juízo do Governo, tiver a Companhia de equipar e manter Força Armada ou barcos de guerra, além da Força do Polícia, serão as respectivas despesas pagas pelo modo que se indica, sendo a Companhia imediatamente reembolsada pelo Governo;

H. Contabilidade;

I. Trânsito pelo Território da importação e exportação de outros pontos da República;

J. Expiração do contrato e suas consequências.

Duvido que o contrato tenha o resultado que o Governo Boliviano espera. A Companhia, que for organizada, há de encontrar as mesmas dificuldades que produzem o arrendamento do Território.

Deixo de lado essa eventualidade e examino o contrário que é o que atualmente ocupa a nossa atenção.

O contrato tem por fim a arrecadação dos impostos, que o Governo Boliviano crê impraticável com os seus próprios recursos; confia essa arrecadação a uma Companhia e para isso lhe entrega a administração do Território, fazendo-lhe importantes concessões.

O Governo reserva os seus direitos soberanos e expressamente diz que e administração lhe fica subordinada. Ele, portanto, e não a Companhia, responde aos Governos estrangeiros pelos abusos que forem cometidos.

Entre as concessões feitas à Companhia, noto estas:

- ☠ Força Policial;
- ☠ Força Militar;
- ☠ Força Naval.

As duas últimas concessões, embora dependentes de juízo do Governo da República, dão praticamente à Companhia poder que quase a constitui em governo, perigoso para as Relações Internacionais.

A Força Armada, Militar ou Naval, deveria ser organizada com elementos do próprio Governo da República, mas parece que assim não será.

É provável que o pessoal de ambas as Forças seja estrangeiro.

A Bolívia não possui Marinha de Guerra nem Mercante que lhe forneça as tripulações dos navios que se armarem e, ai não me engano, uma das dificuldades que obrigam o Governo Boliviano a arrendar o Território é a impossibilidade de nele manter Força Militar.

Segundo o "*memorandum*" [letra G] em caso de necessidade, e se o Governo o entender, poderá a Companhia manter barcos de guerra para a defesa dos rios, conservação da Ordem Interna ou outro objeto. Contra quem se fará a defesa dos rios? Parece que isso tem relação coma clausula 4ª do contrato, que concede à Companhia a livre navegação e implicitamente a autoriza a não permitir esta navegação a navios que não sejam os atualmente existentes. Qual será o outro objeto a que se refere o "*memorandum*"? Essas palavras têm significação tão vaga, que até podem abranger a ação de navios ou Barcos de Guerra nas águas brasileiras. Nós possuímos grande parte do curso inferior dos rios que atravessam o Território do Acre.

Os navios que se armarem deverão ter todas as condições necessárias para serem reconhecidos como navios de guerra e é de crer que essas condições sejam rigorosamente preenchidas pelo Governo Boliviano; mas há uma circunstância que merece atenção e me parece grave: a Companhia terá o uso dos navios que mantiver. Se esse uso não for regulado de modo que a aplicação da Força Naval seja sempre feita pelo Governo da República dentro do Território arrendado, poderão as relações dos dois países sofrer grave perturbação por atos imprudentes da Companhia.

A cláusula 4ª, a que aludi, confere à Companhia o direito de navegar livre e tranquilamente os rios e outras águas navegáveis dentro do Território; impõe-lhe a obrigação de não impedir o tráfico pelos ditos rios e águas aos navios atualmente existentes; dá-lhe o direito exclusivo de outorgar concessões para a navegação e determina que respeite os Tratados Internacionais de Comércio e Navegação. Assim, em poucas palavras, resolve o contrato a importante questão de navegação fluvial.

Dos termos de cláusula resulta que a navegação não é livre, depende de permissão que, em virtude de direito exclusivo, não será dado pelo Governo, mas pela Companhia, quando lhe aprouver e em casos especiais. O trânsito fluvial tem sido concedido por Decreto do poder Executivo ou por Tratados. O Governo Boliviano transfere à Companhia o seu direito de soberania sobre as águas compreendidas no Território arrendado. Em consequência dessa cessão, o Brasil só por favor da Companhia poderá navegar nas águas Bolivianas. Nesse caso, o Governo Brasileiro concederá ou recusará trânsito pelas suas águas quando, como e a quem lhe convier.

O contrato firmado em Londres não é o único feito sobre o Território do Acre. Os Srs. Dr. Salinas Vega, Ministro da Bolívia, e Joaquim Arsênio Cintra da Silva, negociante da praça do Rio do Janeiro, consignaram em Petrópolis no dia 12 do março do 1900, isto é, quase um ano antes do outro, que tem a data de 11 de julho de 1901. Esse contrato de Petrópolis já foi publicado em um diário desta cidade.

Há entre as dois contratos notáveis diferenças. O de Petrópolis arrendava somente a alfândega de Puerto Alonso por três anos; o de Londres arrenda todo o Território pelo prazo prorrogável do sessenta anos. O de Petrópolis tinha por fim a pacificação do Território; o de Londres a sua administração fiscal. Não sei se o contrato de Petrópolis foi autorizado pelo Governo da Bolívia. Parece que não: 1°, porque o Sr. Salinas Vega não alegou autorização, disse somente – em virtude dos poderes que como tal [Ministro] exerce; 2°, por ser anterior ao de Londres; 3°, porque os cessionários do Sr. Cintra, Rogerio & Comp., alegando que cumpriram o que ajustaram, e a Bolívia não, exigem a indenização de 150 mil libras esterlinas. Cumpriram o contrato, porque, segundo dizem, pacificaram o Território.

A obrigação de pacificar o Território foi estipulada em duas cláusulas.

1ª"*A pacificar [obliga-se] la región, manteniendo el orden en la misma, y haciendo respetar la soberanía de Bolivia en el Acre y sus afluentes*";

2ª"*Es condición 'sine qua non' del presente contrato que el arrendatario o sus causa habientes pacifiquen y restablezcan el orden en toda las región del Acre, haciendo con que el dominio y las autoridades bolivianas sean allí respetadas, y obedecidas antes del primer de mayo próximo. No se realizando esa pacificación por el arrendatario Señor Cintra da Silva, o los que lo representen, este contrato quedará nulo y sin efecto, así como caducará sin responsabilidad para Bolivia siempre que el orden sea perturbada por individuos de otra nacionalidad que no boliviana. En caso de revolución interna el Gobierno hará respetar su autoridad protegiendo los derechos del arrendatario*".

O prazo do quarenta e nove dias, marcado para a pacificação, parece mui curto, sendo tão grande a distância entre esta cidade Puerto Alonso; mas em 25 de abril foi a ata da pacificação assinada na cidade do Acre [Puerto Alonso] por Joaquim Victor da Silva, intitulado Vice-Presidente do Estado do Acre em exercício, e por Egydio Jorge Simas, procurador do Alberto Moreira Junior, encarregado de pacificar o Território.

Quarenta e quatro dias depois da assinatura do contrato entre as Srs. Cintra da Silva e Salinas Vega estava satisfeito o seu objeto.

É' portanto evidente que eu não pus impedimento ao contrato. Ele aí está assinado e executado por parte do Sr. Cintra da Silva, segundo a ata.

A cláusula seguinte mostra que os contratantes, um das quais era Ministro da Bolívia, julgaram possível a alienação do Território:

> "*En el caso en que por alguna razón o acuerdo, la Bolivia renuncie espontánea y voluntariamente el Territorio del Acre, obligase a consignar como cláusula forzosa la subsistencia del presente contrato o a pegar una indemnización de ciento y cincuenta mil libras esterlinas [£ 150.000]*".

O Governo Boliviano tem, segundo a cláusula 1ª do contrato de Londres, o direito do contribuir para o capital da companhia com a quantia de cem mil libras esterlinas ou com parte dela. Usando desse direito, ofereceu-nos, por meio de seu Ministro, participação no contrato por conta dos capitalistas que a quisessem, sendo contemplados os industriais o capitalistas do Beni e o comércio do Paru e do Amazonas.

Declarei em reposta que não aceitava esse oferecimento e me abstinha de comunicá-lo aos industriais e capitalistas do Beni e ao comércio do Amazonas e do Pará. Esta resposta foi dada em nota de 14 de abril, que se acha anexa ao presente Relatório.

Em nota da mesma data comuniquei à Legação da Bolívia que considerava insubsistente o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação assinado em 31 de julho do 189e, e pendente de resolução do Congresso Nacional, e que íeis pedir ao mesmo Congresso permissão para retirá-lo. A nota a que me refiro está anexa a este relatório e dela constam as razões do vosso procedimento. A mensagem foi expedida. (MAGALHÃES, 1902)

Gazeta de Notícias, n°127
Rio de Janeiro, RJ – Quarta-feira, 07.05.1902

A Questão Acreana

Consta-nos que a questão do Acre poderá brevemente entrar num período de solução, e que há muitas probabilidades de que essa solução seja pacífica e tal que possa conciliar ao mesmo tempo os interesses dos moradores da região acreana e os deveres do Governo Federal perante os seus compromissos internacionais, deveres que não podem ser postos de lado porque o juízo deles está afeto ao tribunal das nações todas.

Sabe-se por informações de nossos representantes diplomáticos na Europa, que o contrato do arrendamento do Acre ainda não foi assinado e que o Ministro Aramayo partiu para Londres com o fim de completar essa operação.

O Sr. Aramayo tencionava desembarcar no Rio de Janeiro quando passou por aqui a bordo do "*Thames*", tanto que havia mandado tomar cômodos no Hotel dos Estrangeiros ou nas Paineiras; mas, operando o navio em quarentena, teve que renunciar ao seu plano e continuar a viagem.

De posse de informações mais completas sobre as negociações do arrendamento, o Dr. Olyntho de Magalhães pôs-se em correspondência direta com o governo boliviano e tratou de induzir o General Pando a recuar e não levar a cabo o arrendamento do Acre, em atenção às relações de amizade e de cordialidade com o Brasil, que não poderiam deixar de ficar estremecidas.

O governo boliviano, surpreendido por ter visto os seus planos desvendados, procurou esquivar-se, aduzindo pretextos fúteis, mas sucessivos telegramas o convenceram de que era perigoso fugir à questão; e por última resposta declarou que o contrato não estava assinado, não sendo aliás o contrato que vincula o governo boliviano, mas o depósito de 5.000 libras feito em Londres pelos arrendatários como garantia da própria idoneidade para o cumprimento das obrigações que assumiram.

A este telegrama outro e irrespondível deve ter sido enviado ontem, e é do esperar que o General Pando acabe por convencer-se que da amizade do Brasil podem depender a prosperidade, a tranquilidade e talvez a subsistência da Bolívia.

Por outro lado, há de ter o Presidente da Bolívia recebida notícias pouco animadoras sobre as hipóteses de proteção Yankee na Organização política do Acre; de maneira que deverá, no interesse exclusivo do seu país, voltar às negociações interrompidas pelo Dr. Salinas Vega sobre a cessão do Acre ao Brasil, única solução honrosa para o seu governo e segura para os interesses da nação boliviana.

A nomeação do Ministro Villazon para a pasta das Relações Exteriores da Bolívia prende-se a estas negociações brasileiras, que foram iniciadas no tempo da sua primeira administração, em abril e maio de 1900.

O Congresso, aliás, deverá tomar resoluções que poderão abrir ao governo novos caminhos a trilhar, para a liquidação completa da Questão. (GDN, N°127)

A Federação, n°183
Porto Alegre, RS – Sexta-feira, 08.08.1902

A Questão do Acre
O Pomo da Discórdia

Da "*Gazeta de Notícias*", de 21 do mês passado:

"Todas as agências telegráficas encarregaram-se de fazer saber ao público que o governo americano não intervirá de maneira alguma na Questão do Acre, e que quando muito limitar-se-á a recomendar ao governo do Brasil os interesses de súditos americanos que aspirem a explorar concessões comerciais e industriais nas regiões mais férteis e menos acessíveis do Brasil. As mesmas declarações fazia o ano passado o sr. John Hay na carta que ontem publicamos e temos razões de sobra para acreditar que não terá sido diversa a linguagem do Cel Page Bryan, digno Ministro dos Estados Unidos, na Conferência que anteontem teve com o Dr. Olyntho de Magalhães.

Diz um velho rifão ([174]) italiano que "*acreditar é um dever de cortesia*" e sob essa sugestão tão artisticamente formulada numa língua que enriqueceu a civilização com uma grande produção literária em que o tom da lírica pura pode ser assumido até pela ironia mais penetrante e mais significativa, estamos dispostos a aceitar como moeda de bom quilate os protestos da amizade americana; mas um ato de cortesia não nos anula o exercido do raciocínio e não nos tolhe a liberdade de analisar a atitude americana perante a situação criada pela Bolívia no Acre.

---

[174] Rifão: ditado popular.

Antes do tudo o governo americano parece ignorar a origem dessa situação. Combatendo contra todos os argumentos que desde 1897 foram postos em campo para sofismar a interpretação do art. 2° do Tratado de 1867, o governo do Brasil fazia honra às tradições da nossa Secretaria do Exterior, e evitava ao país um daqueles desastres morais que são piores que a perda de um Território; mas essa conduta não queria significar que passasse despercebida aos governantes a nova situação econômica e política da região acreana, devida em máxima parte ao trabalho e ao sacrifício de cidadãos brasileiros.

Honestamente não se podia recorrer a uma nova hermenêutica ([175]) diplomática depois de quarenta anos de tradição nunca interrompida, mas era obrigação do governo prestar ouvidos aos votos dos brasileiros que povoam o Acre, e reconhecer neles o direito de se quererem agregar politicamente à Pátria da qual julgaram sempre ser filhos e cidadãos.

Enquanto respeitava o Tratado, o Brasil chamava a atenção da Bolívia para a nova ordem do coisas que havia surgido depois do Tratado, o sendo o critério inspirador de todos os Tratados de Limites, o reconhecimento dos fatos existentes ou consumados, pensou que a Bolívia podia com uma concessão anacrônica aceitar a nova condição da região acreana como preexistente ao Tratado de 1867, e aceitar uma proposta que diante de uma situação nova nos anais da diplomacia poderia estabelecer uma nova praxe, contanto que não destoasse da lógica e da justiça. Nenhum sacrifício o Brasil exigia da Bolívia; ofereceu-lhe até tudo que lhe ora possível oferecer, outras terras, dinheiro, crédito, vantagens econômicas.

[175] Hermenêutica: arte de interpretar leis.

Mas a Bolívia quis abusar da honestidade e da preocupação do governo e do povo brasileiro; certa de não poder manter por muitos motivos a sua soberania no Acre certa de que logicamente o Brasil tinha todos os direitos e todos os meios de podê-la exercer por um ato inexplicável de hostilidade ao Brasil tentou ceder a região a estranhos, contanto que não pertencesse ao Brasil e com propósito deliberado foi procurar estrangeiros e cidadãos de nações poderosas para criar embaraços ao Brasil.

E a sua perversidade consciente chegou à sem cerimônia de fazer, no mesmo tempo, dois contratos com diversos indivíduos, porque enquanto a 12 de agosto de 1900 o Sr. Salinas Vega assinava um contrato com um sindicato brasileiro, em Petrópolis, no dia 15, quer dizer, três dias depois o seu governo, em La Paz, assinava as instruções e bases para a organização de uma companhia na Inglaterra, Bélgica, França ou Alemanha, encarregando dessa tarefa o Sr. Aramayo.

Pouco tempo depois o jornal oficial de Cochabamba declarava abertamente que era necessário recorrer aos norte-americanos para armar contra o Brasil inimigos possantes. O governo americano podia ignorar tudo isto? Ignorava-o o Ministro americano em La Paz quando recebia a carta do Sr. Hay e quando pedia ao Ministro do Brasil que não embaraçasse a realização do negócio?

É difícil responder debaixo do ponto de vista em que nos colocamos nas primeiras linhas deste artigo. O governo americano parece disposto a declarar que ignora até as promessas formais feitas pelo General Pando ao nosso governo de provocar a rescisão do contrato, ao mesmo tempo que telegrafava ao presidente Rooseevelt que não tinha forças suficientes para fazer cumprir o contrato de arrendamento; e

nós, que somos obrigados a fazer declarações com o sorriso nos lábios, havemos de responder com as palavras do rifão italiano: "*il credere é cortesia*"; e cortar as frases e as amabilidades com um "*ant, ant*" cortês mas firme e que não deixe lugar para a perpetuação de uma posição falsa.

Rooseevelt sabe agora positivamente que o Brasil não quis exercer no Acre o direito do mais forte e que com razão queria ser preferido no caso de que a Bolívia não pudesse exercer ali a sua soberania, e que essa preferência a desejou e a deseja não por capricho ou por prepotência, mas por uma razão superior que é o fato de ser toda a região povoada e explorada por brasileiros. Sabe também o Sr. Roose-evelt que a Bolívia tentou todas as nações da Europa com o oferecimento do Acre e que à Alemanha ofere-ceu mais que um contrato do arrendamento, um pro-tetorado ou uma ocupação militar em regra. Sabe hoje o governo norte-americano que os interesses dos seus capitalistas são uma arma com a qual a Bolívia quer perturbar as boas relações existentes entre os Estados-Unidos e o Brasil e que a simples recomendação da sua chancelaria sobre esse negócio não pode ser de maneira alguma considerada como um ato de amizade e de cordialidade internacional.

Sabe também o presidente da grande nação ameri-cana que no estado em que se acha atualmente a questão, o Brasil não pode considerá-la como um ne-gócio genuinamente comercial porque é uma questão política das mais graves. Ninguém de boa-fé poderia afirmar que o contrato Aramayo com as suas cláusu-las de armamentos e regulamentos de navegação e com os precedentes que acabamos de expor possa ser posto numa mesma balança com os da "*Light and Power*" de S. Paulo e tantos outros que estão dando resultados esplêndidos para nós e para os empreendedores em todo o Brazil.

Não, o Sr. presidente Roosevelt deve estar convencido de que o negócio Aramayo é uma péssima cópia da "*Chartered Company*" ([176]), e que por isso havemos de considerá-lo como negócio ilícito. Estamos dispostos a abrir os braços a quantos capitalistas americanos queiram explorar indústrias e riquezas naturais do nosso solo, mas nessa categoria não pode entrar o contrato Aramayo, porque a intenção com o qual foi elaborado era um ato de hostilidade a legítimos interesses do Brasil.

Mas... temos dito quanto basta para que o governo americano conheça a opinião da nação brasileira, concorde e firme diante de um perigo externo, apesar das suas dissenções internas. Cabe agora ao governo dos Estados-Unidos avaliar a gravidade da situação.

Se quer que surja um antagonismo funesto entre a América do Norte e a do Sul, se quer que o ideal do monroísmo ([177]) passe a ser um símbolo do tartufismo ([178]) internacional, levante esse pomo da discórdia que lhe oferece a Bolívia e atire-o nas bocas do Amazonas. E não se iluda sobre as consequências!" (A FEDERAÇÃO, N° 183)

Diário de Pernambuco, n° 204
Recife, PE – Domingo, 07.09.1902

Ontem e Hoje
(D'O Paiz de 29 de agosto)

[176] Chartered Company: eram as companhias privadas portadoras de uma carta de concessão que lhes conferia privilégios comerciais.
[177] Monroísmo: doutrina dos que repelem a intervenção europeia nos assuntos internos da América.
[178] Tartufismo: ato ou comportamento de indivíduo dissimulado.

Com surpresa geral se soube ontem que o Dr. Campos Salles havia resolvido liquidar a Questão do Acre, concordando em gênero, número e grau com as alegações da chancelaria boliviana. É, pelo menos, o que nos diz o nosso ilustre colega da "*Gazeta Notícias*", sempre excelentemente informado em tudo quanto diz respeito à nossa política exterior.

Tendo o Sr. Pinilla solicitado do nosso governo que este lhe indicasse, de um modo claro, o seu pensamento sobre essa Questão, para que o Congresso boliviano pudesse deliberar proveitosamente sobre o caso, foi-lhe dito que o:

> Brasil não se opunha ao funcionamento de uma empresa puramente industrial aos seringais do Acre, contanto que aquela República conservasse conjuntamente a administração e a fiscalização dos contratos e, de acordo conosco, estabelecesse a sua Recebedoria em um porto seu ou em Manaus.

Isto é nada mais e nada menos do que reconhecer o direito da Bolívia a arrendar aquele Território a uma companhia estrangeira, do que admitir como inócua o instalação de uma grande empresa americana no coração do Amazonas, em contrário a tudo quanto se alegou, com mais ou menos energia, junto ao governo de La Paz e se repetiu junto às chancelarias das principais nações sul-americanas.

Ainda há pouco tempo, num "*interview*" publicado nas colunas de um órgão vespertino, o Sr. Ministro sustentava que não era a falta da demarcação da fronteira nesse ponto que o impelia a criar dificuldades ao arrendamento, mas, simplesmente, o fato de uma nação vizinha, fosse ela qual fosse, admitir na linha divisória o estabelecimento de uma empresa colonial estrangeira, por trás da qual, num futuro mais ou menos remoto, se estenderia uma garra usurpadora.

A imprensa oficiosa, cantou, em períodos que tinham o calor de "*ditirambos*" ([179]), os esforços gigantescos da nossa chancelaria para obstar a operação projetada pelo General Pando nas grandes praças europeias e americanas. O arrendamento não se fará clamou-se em toda a linha – e há poucos dias ainda, a propósito da mensagem do General Pando, se pretendeu convencer o espírito público de que o presidente da Bolívia, dando formal cumprimento à sua promessa, recomendava ao Congresso a rescisão do contrato, celebrado por força de uma lei, no exercício de uma função soberana.

Eis aí está agora desmascarada toda a comédia, abatido deprimentemente o orgulho da nossa chancelaria, postas a nu a sua fraqueza e a sua inépcia.

Anteontem era a Bolívia a afirmar que tinha a seu lado a opinião das potências, a dizer que em nada se incomodava com as exigências do Brasil, a provar aos governos mais fortes do nosso continente a nossa sem razão, a nossa má vontade, o nosso prurido de a desgostar e a perseguir, em contraste com as suas demonstrações de cordialidade, de lisura, com o seu empenho de não, lesar os nossos interesses nem ferir o nosso melindre nacional.

Hoje é o governo do Brasil que vem dar ganho de causa à Bolívia e confessar a incapacidade da sua administração, aceitando à última hora o contrato de arrendamento com a ressalva de que ele de modo algum importará a solidariedade política de qualquer governo, de que a empresa seja simples e claramente mercantil, sem faculdades que de leve possam recordar uma delegação da soberania. Não é espantoso tudo isso?

---

[179] Ditirambos: nos primórdios do teatro grego, o ditirambo era um canto coral em honra à Dioniso ou Baco.

Até agora o arrendamento era um perigo a integridade nacional, era a porta aberta à expansão americana, e exigia-se da Bolívia formalmente a rescisão desse negócio, tramava-se nas diferentes praças e junto a diversas chancelarias contra o êxito da tentativa do Sr. Aramayo, por um instinto de defesa continental, ante a febre da denominação Yankee.

E, no desejo de intimidar a Bolívia, de lhe fazer sentir a nossa irritação, de a convencer da leviandade de seu projeto, promovemos espalhafatosamente a retirada do Tratado de Comércio, retiramos o consulado de Porto Alonso, mandamos tributar, como nossa, a borracha de procedência acreana, impedimos o livre trânsito no Amazonas às mercadoria importadas ou exportadas pela Bolívia, estivemos na iminência de romper hostilidades.

A Bolívia, desdenhosa, mostrava-se insensível a estes amuos e a estas provocações. A todo o momento, a imprensa governamental, para dar alento à nação, assegurava que, apesar de todas as dificuldades, a vitória seria nossa, muito em breve.

O oposicionismo rubro para impopularizar o governo e aumentar-lhe as dificuldades, insinuava demagogicamente a proteção americana a essa negociata, e um escritor, célebre pelos seus carnavalescos avatares políticos, hoje a boa razão para nos atar todas as tardes ao pelourinho motineiro da sua prosa gingada, insinuou que o aparecimento de vasos da Marinha de Guerra dos Estados-Unidos nas nossas águas valia por uma careta para nos obrigar a ter juízo e fechar os olhos à sua gula. Afinal de contas, verificou-se que o governo estava representando uma farsa de péssimo gosto para o Brasil e para o estrangeiro, mostrando a todos um arreganho, uma belicosidade que não passavam, no fundo, de bazófias de sendeiro a querer passar por leão.

O Dr. Campos Salles, que, na sua omnipotência, já revogara o decreto da livre navegação do Amazonas, que já andava com ideias de mandar o estado-maior estudar um plano de invasão da Bolívia, que encarregara os nossos representantes junto a certos governos de promoverem uma liga internacional contra as ambições americanas, no continente, resolveu, por fim, capitular ante a diplomacia do Gen Pando, considerar como um serviço ao nosso progresso o que há pouco era um atentado à nossa integridade e reconhecer como legítimo, como inocente, como vantajoso, até, o arrendamento do Acre – desde que ele só se revestisse de um caráter industrial. Mas a quem pensa o Dr. Campos Salles iludir neste jogo? Porque o país inteiro é paciente e suporta resignado os seus desacertos e as suas opressões, não se segue que ele seja composto de imbecis. As ressalvas que S. Exª manda agora abrir no contrato do arrendamento, de modo a dar ao público a impressão de que ele vai ser modificado de acordo com as exigências de nossa chancelaria, não passam de um artifício vulgar, de um engodo inútil à credulidade brasileira.

O Gen Pando sempre sustentou que esse contrato era de natureza exclusivamente comercial e os argumentos que em defesa dessa opinião formulou ao nosso Ministro em La Paz, sustentou-os com galhardia junto às potências sul-americanas, cujo protesto o nosso governo pretendeu levantar contra o ato da Bolívia. Temos sobre a mesa um número da "*Opinião de La Paz*", contestando as ponderações feitas pelo Dr. C. Salles, na sua última mensagem, sobre esse contrato, e pena é que os raciocínios apresentados, nesse longo artigo de inspiração oficial, só agora pudessem calar no espírito do chefe da nação e predispô-lo a ver nesse negócio uma simples e inocente exploração de seringais, sem o menor alcance para o expansionismo americano.

Do contrato, com efeito, não ressalta expressamente a intervenção dos Estados-Unidos, nem o seu governo era tão tolo, que deixasse perceber o objetivo de mais tarde apropriar aos seus interesses essa esplêndida concessão. O perigo para o Brazil não está nos termos do contrato – está no negócio em si, seja qual for a amplitude dos direitos e dos favores que o Decreto outorgue. O que convém à política americana é que uma empresa comercial, de largo folego, se instale no coração do Amazonas, aí firme a sua autoridade, aí alargue a sua influência.

Depois do sindicato lá estar, lá ficará para sempre, em Território sujeito às leis bolivianas, sobre o qual mais tarde qualquer exigência nossa revestirá uma feição provocadora à grande potência americana. Sobre o Acre, o Brasil, ainda desta vez, tratou bem ou mal com a Bolívia: depois da companhia americana entrar em operações é com esta que teremos de nos entender. A concessão agora será, na aparência, simples, para afastar as suspeitas, para dar entrada à poderosa companhia de exploração colonial; mas dentro em pouco, quando o domínio da empresa estiver consolidado, ela obterá em seu benefício as alterações que quiser, sem receio de impertinências da nossa chancelaria.

Só o Dr. Campos Salles finge à última hora não ver este perigo e, capitulando ante a chancelaria de La Paz, lavra pusilânime e ineptamente uma sentença de morte à integridade do Amazonas. O Acre está, pois irremediavelmente perdido, por culpa exclusiva do governo que faz o nosso infortúnio e nossa vergonha. Ontem exigindo, com altivez, de pé; hoje condescendendo, com desculpas, de cócoras...

Que outras misérias e outras humilhações estarão guardadas a esta infeliz República? ... (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, N° 204)

Diário de Pernambuco, n° 249
Recife, PE – Sexta-feira, 31.10.1902

A Conquista
(D'O Paiz)

[...] Trate-se embora de um simples despacho, de caráter reservado, dirigido à "*Folha*", do Pará, ele é, verdadeiramente, de natureza a sobressaltar o espírito nacional, rasgando aos olhos da Pátria, negros, tristes horizontes em cuja orla se vislumbram amargas horas de provação e de sofrimento.

No seu laconismo ameaçador dizem esses telegramas haverem embarcado em Nova York os representantes do "*Bolivian Syndicate*", escoltados por tropas norte-americanas, encarregadas de garantir a expedição tornando efetiva a ocupação do Território do Acre, onde mourejam, esparsos pelas margens dos rios e pelos seringais cerca de 30 mil brasileiros que desbravaram o solo aspérrimo, em meio de árduos trabalhos, confiantes na proteção que a todo momento e em qualquer emergência lhes dispensaria a bandeira de sua Pátria.

A ser verdadeira a notícia; se efetivamente partiu daquele porto a comissão sindicatária, acompanhada de força regular de uma nação que até aqui nos tem afirmado a sua amizade, protestando sempre a sua boa camaradagem internacional, garantindo-nos a sua nenhuma intervenção, a sua completa neutralidade na pendência do Acre, o fato assume as proporções da mais audaciosa da mais cobarde e cavilosa das traições, afrontadora da dignidade dos povos cultos e das mais rudimentares praxes do direito das gentes. [...] (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, N° 249)

Goyaz, n° 757
Goiás, GO – Sábado, 21.03.1903

Notícias
O Acre

O "*Jornal do Commercio*" publica os seguintes telegramas':

Nova York, 28 de fevereiro de 1903: "Ontem e hoje foi assinado nesta cidade o termo de renúncia do "*Bolivian Syndicate*" a todos os direitos e favores que lhe foram concedidos por contrato firmado, em 11.07.1901, entre o Sr. Felix Aramayo, Ministro da Bolívia, em Londres, e Mr. Frederick Willingford Whitridge, de Nova York, para a administração fiscal, polícia e exploração do Território do Acre ou Aquiri, contrato aprovado pelo Congresso. Nacional da Bolívia, e promulgado pelo Presidente Pando, em 21.12.1901. Assinou também o termo, que é bastante longo, o Ministro do Brasil em Washington, Sr. Assis Brasil, o qual, segundo as instruções que recebeu, declarou que o seu Governo não reconhece a validade do contrato de que se trata:

1° Porque o Território é litigioso;

2° Porque pelo contrato o Governo Boliviano concedeu a uma sociedade estrangeira poderes que não podia transferir.

Entretanto, com o fim de evitar controvérsias e liberar a Bolívia de pagamento de indenização muito maior se este negócio fosse liquidado mais tarde, resolveu o Governo Brasileiro desinteressar das negociações diplomáticas entre o Brasil e a Bolívia o mesmo sindicato, aceitando a proposta que este lhe

fez de renúncia formal do contrato, mediante a indenização de 110 mil libras, além de mil para advogado e 4 mil para o agente, ou sejam ao todo 115 mil libras, quantia que o Brasil pagaria dentro do prazo de, trinta dias. A negociação com o sindicato foi feita, por parte do Brasil, pelos Srs. Rothschild de Londres, seus agentes, financeiros e pelo Sr. Assis Brasil, servindo de intermediário o delegado do Tesouro em Londres. As instruções do Presidente Rodrigues Alves foram transmitidas para Londres e Nova York pelo Sr. Barão do Rio Branco. O advogado do sindicato, em todo este negócio, foi Mr. Cadwalder, um dos mais afamados deste país, e o do Brasil foi Mr. John Bassett Moore, professor de direito internacional na "*Columbia University*" desta cidade, autor de obras conhecidas, ex-Subsecretário de Estado durante a guerra com a Espanha e consultor dos comissários que negociaram em Paris a paz com a Espanha. O professor Moore é amigo particular do Barão do Rio Branco desde a missão que o ilustre diplomata brasileiro desempenhou em Washington há cerca de dez anos. (GOYAZ, N° 757)

O Apuizeiro
(Alexander von Humboldt)

O apuizeiro é um polvo vegetal. Enrola-se ao indivíduo sacrificado, estendendo por sobre ele um milhar de tentáculos. O polvo de Gilliat dispunha de oito braços e quatrocentas ventosas; os do apuizeiro não se enumeram. Cada célula microscópica na estrutura de seu tecido, se amolda numa boca sedenta. E é uma luta sem um murmúrio. Começa pela adaptação ao galho atacado de um fio lenhoso, vindo não se sabe donde. Depois, esse filete intumesce, e, avolumado, se põe, por sua vez a proliferar em outros. Por fim, a trama engrossa e avança constringente, para malhetar a presa, a que se substitui completamente. Como um sudário, o apuizeiro envolve um cadáver; o cadáver apodrece, o sudário reverdece imortal. O abieiro teria vida por pouco. Adivinhava-se um esforço de desespero no mísero enleado, decidido a romper o laço da distinção, mas o maniatado parecia fazer-se mais forte, travando com todas as fibras constritivas o desgraçado organismo, que um arrocho paulatino e inaudito ia estrangulando. E isto irremediavelmente.

Com um facão poder-se-ia despedaçar os tentáculos e arrancá-los. Bastaria, porém, deixar um pequeno pedaço de filamento capiláceo colado à árvore, para que, em renovos, o carrasco recometesse a vítima, que não se salvaria. O pólipo é um polipeiro. Vivem gerações num só corpo, numa só parte, numa só esquírola. Tudo é vida por menor que seja o bloco. Não há reduzi-la a um indivíduo. É a solidariedade do infinitamente pequeno, essencial, elementar, inseparável na república dos embriões sinérgicos. O que fica basta sempre à revivescência, reproduz-se fácil, na precipitação latente e irrefreável de procriar sempre. A copa de pequenas folhas coriáceas e glabas do abieiro sumia-se, quase, na larga folharia da parasita monstruosa. Representava, na verdade, esse duelo vegetal, um espetáculo perfeitamente humano.

O Perigo Americano

ANNO III — Rio de Janeiro, 3 de Maio de 1906 — Num. 79

ASSIGNATURAS
ANNO.......... 20$000
SEMESTRE....... 12$000
Numero avulso, 500 rs.

OS ANNAES

Escriptorio e Officinas
25, RUA DE S. JOSÉ, 25
APPARECE A'S QUINTAS-FEIRAS

SEMANARIO DE LITTERATURA, ARTE, SCIENCIA E INDUSTRIA

SECRETARIO — WALFRIDO RIBEIRO — DIRECTOR — DOMINGOS OLYMPIO — GERENTE — J. GONZAGA

PAGINAS ESQUECIDAS

O PERIGO AMERICANO

Reputamos de opportunidade — estando em debate na imprensa americana o plano do proximo congresso internacional que se reunirá no Rio de Janeiro — rememorar factos e informações compendiados no artigo que o nosso director, o sr. Domingos Olympio, publicou no «Jornal do Commercio», edição de 3 de maio de 1902.

Imagem 26 – Os Annaes, n° 79, 03.05.1906

Depois do que acaba de acontecer com a infeliz Cuba, só a cegueira a mais incurável pode levar alguém a acreditar nos protestos dos Estados-Unidos, que reviveram a guerra de conquista, rasgando a sua própria Constituição, profanando a memória de Washington e escandalizando o mundo até agora com a guerra contra as Filipinas. Não há moral internacional para os Estados Unidos: aí está o seu procedimento para com a América Central, para assiná-lo. (CDR, N° 135)

O parlamentar, diplomata, advogado, jornalista e romancista Domingos Olympio Braga Cavalcanti, nasceu em Sobral (CE), no dia 18.09.1851, e faleceu no Rio de Janeiro (RJ), em 07.10.1906. É patrono da cadeira número 8 da Academia Cearense de Letras. Exerceu sua atividade jornalística no Rio de Janeiro, colaborando com a "*Cidade do Rio*", "*Correio do Povo*", "*Gazeta de Notícias*", "*Jornal do Comércio*", "*O Comércio*" e "*O Paiz*". Foi o diretor do semanário "*Os Annaes*", de 1904 a 1906, periódico que contava com a cooperação de diversos escritores.

Ontem como hoje, jornalistas de “*curta vista*” esboçam teorias políticas utópicas defendendo o indefensável, tentando, através de uma mídia comprometida e mal informada, transformar vilões em heróis e vultos modelares de nossa nacionalidade em facínoras. Outros tempos, outros cenários e personagens, mas o mesmo vil e condenável proceder de profissionais cuja missão deveria ser de apresentar à sociedade a realidade dos fatos pura e simples e não de distorcê-los conforme suas tendências político-partidárias. Domingos Olympio segue esta tendência deplorável ao exaltar as ações americanas apresentando os fatos parcialmente deixando de lado as ações desprezíveis levadas à termo pelo Governo Norte-americano ao longo dos tempos. Vejamos, a título de exemplo como agiam de má-fé um desses jornalistas de outrora:

Os Annaes, n° 79
Rio de Janeiro, RJ – Quinta-feira, 03.05.1906

Páginas Esquecidas
O Perigo Americano

O artigo é longo, como pede o assunto, e vai, em seguida, na íntegra, como é absolutamente indispensável à matéria e muito próprio à natureza erudita de uma publicação nas condições dos Annaes.

A reprodução desse escrito obedece também a pedidos, alguns insistentes, de pessoas dedicadas a esses assuntos – privadas de o possuírem porque, mesmo com o tempo, não há mais no escritório do “*Jornal*” nenhum exemplar da respectiva edição.

O arrendamento da região do Acre, caso passional e muito caroável às estimulações patrióticas demasiado melindrosas, despertou as antigas suspeitas de pretensões de domínio dos norte-americanos sobre territórios da Amazônia, de incursões à força de armas e extorsão desse diamante de inestimável valia, que ainda está por lapidar.

Essas suspeitas se condensam no chamado "*Perigo Americano*". Não será, portanto, impertinente ou inútil uma pequena excursão retrospectiva para desvendar-lhe as origens, nos sempre olvidados "*Annaes*" da história e da diplomacia; para adquirir elementos seguros do critério que lhe deve avaliar a extensão, a importância e a efetividade.

Como preliminar tranquilizadora, afirmaremos que esse perigo conta já cinquenta anos, e no seu longo percurso através de incidentes e circunstâncias propícias e principalmente das frequentes comoções que tanto tem enfraquecido o prestígio e estorvado o progresso da América Latina, não encontrou ensejo para explodir, corporizando o fantasma em fato; permanece no seu primitivo aspecto de ameaça, mais ou menos iminente, conforme a temperatura das exacerbações intercorrentes, sempre conjuradas no terreno suave da diplomacia.

O fundamento de tal preconceito, os receios que ele engendra há meio século, e a exploração por ele alimentada merecem, pois, um exame, embora mera pesquisa de curiosidade, não desprovido de interesse para quem, de boa-fé, desejar informação exata do escabroso assunto. É muito vulgar e consoante ao temperamento e às tendências da nossa raça, a influência decisiva das primeiras impressões: elas atuam, dominadoras em empolgantes, apesar das

mais robustas e evidentes provas em contrário, como tudo que lisonjeia a obra de agitadores. E a torrente de opinião, emanada de susceptibilidades patrióticas superexcitadas, precipita-se pelo sulco cavado e aprofundado, inutilmente, na alma nacional, sempre desconfiada e ingênua como a dos povos infantes e fracos.

É por isso difícil enfrentar essa torrente, muita vez engrossada em caudal inelutável, seguindo rumo diferente da orientação dos verdadeiros interesses da Pátria. É, porventura, perigosa ou temerária empresa, tentar desviar-lhe o curso. O fragor, que lhe assinala a passagem avassaladora pelas asperezas do terreno, sufoca os clamores da verdade e da justiça.

É de sua índole marchar, precipitar-se pelos declives, arrastando, esmagando e devorando tudo quanto se opuser ao seu curso onipotente, cego e fatal, para o desconhecido.

Neste caso do Acre, a opinião da maioria formou torrente generosa deslizando sobre areia inconsistente e sumindo-se, ingloriamente, no oceano.

O perigo americano surgiu pela primeira vez bem desenhado nos incidentes diplomáticos precursores da livre navegação do Amazonas, nos quais se debateram os princípios de direito internacional reguladores da matéria.

Depois de três Tratados de Amizade, Comércio e Navegação, concluídos entre os Estados-Unidos e o Peru, aprovados pelo governo norte-americano e rejeitados pelo Congresso Peruano, conseguiu Randolph Clay celebrar, em 26.07.1851, um terceiro, que foi ratificado, e no qual o Peru ficou obrigado a

não conceder a outras nações privilégios, favores ou imunidades concernentes ao estabelecimento de linhas de vapores entre os diversos portos de entrada, no Território Peruano, os quais não fossem imediatamente extensivos aos cidadãos norte-americanos.

Como preparo preliminar de tais empresas, os tenentes da marinha norte-americana, Herndon e Gibbon, pouco antes do tratado foram enviados ao Peru com instruções para explorarem o Amazonas e seus afluentes até à foz, com o fim de verificarem a sua navegabilidade e aplicações comerciais.

A opinião, aqui no Rio, viu nessa expedição uma ameaça à integridade da Pátria, e o Governo, partilhando talvez do mesmo receio, enviou Ponte Ribeiro ao Peru e à Bolívia para negociar Tratados de Navegação do Amazonas, nos quais, de acordo com as instruções, seriam os cidadãos norte-americanos excluídos de qualquer participação na navegação daquele rio e no comércio interior da América do Sul.

Em consequência, ficou estipulado, no art. 2° do Tratado de 23.10.1851, entre o Peru e o Brasil, que a navegação do Rio-Mar ficaria pertencendo, exclusivamente, aos Estados dominadores das margens.

O Ministro Clay empregou inauditos esforços para anular essa cláusula; mas só conseguiu que Tirado, Ministro do Exterior, se dispusesse a considerar portos de entrada as cidades Nauta, Loreto e outras, sobre afluentes do Amazonas.

Ao mesmo tempo, Herndon conseguia frustrar a missão de Ponte Ribeiro, na Bolívia, que, a 27.01.1853, abriu francamente à navegação os rios navegáveis da bacia do Paraguai e do Amazonas, oferecendo a subvenção de dez mil pesos ao primeiro navio a vapor que fosse do mar a um porto fluvial boliviano.

Em 1852, foi organizada a primeira companhia, que obteve do governo brasileiro o direito exclusivo de navegar a vapor o Amazonas. O cônsul do Peru, nesta Capital, celebrou com a concessionária um acordo que foi aprovado pelo seu governo, acordo que versava sobre o prolongamento das viagens pelo Território Peruano. Ao ministro Clay não passou despercebido o fato. Invocou para ele a atenção do Peru; indicou-lhe o ato da Bolívia, franqueando as suas águas, e procurou obter dos governos do Equador e Colômbia concessões idênticas. A prova de que não foram inúteis os seus esforços é que, por Decreto de 15.04.1853, as cidades peruanas Loreto e Nauta foram consideradas portos de entrada; e os privilégios, concedidos ao Brasil, se tornaram extensivos a todas as nações mais favorecidas, sendo logo encomendados a um construtor norte-americano dois navios a vapor para serem entregues em Loreto.

O representante brasileiro protestou contra o decreto. O Barão de Japurá foi enviado em missão especial ao Equador, Colômbia e Venezuela, com o fim de negociar Tratados, fechando o Amazonas aos norte-americanos.

O caso foi debatido pela imprensa. De um lado, o representante brasileiro, em um opúsculo, largamente distribuído, atribuía, em termos violentos, aos Estados-Unidos, tendências de anexação, razão encoberta dos esforços empenhados para a livre navegação do Amazonas. Do outro, os neoespanhóis, em folhetos inspirados pelo Ministro Clay, rebatiam aquelas organizações; e, com a tradução espanhola do opúsculo do tenente Maury, sobre o Amazonas e a costa do Atlântico sul-americano, contendo informações minuciosas, estudos de hidrografia pela primeira vez realizados ali por processos científicos, obtiveram revelar as vantagens da navegação da prodigiosa rede fluvial.

E tanto impressionaram a opinião, que o Congresso Peruano votou as verbas de meio milhão de pesos para a execução do Decreto de 15 de abril, já mencionado; e mais vinte mil pesos de subvenção à companhia brasileira, conforme as estipulações do Tratado de 1851.

O primeiro vapor dessa companhia chegou a Loreto em 06.10.1853, e terminou a viagem em Nauta, tendo o comandante instruções para hastear o pavilhão do Peru, logo que atingisse os limites da República com o Império; isto para subtrair pré-textos de que se pudessem prevalecer outras nações.

O Barão de Japurá conseguira concluir com a Colômbia um Tratado igual ao do Peru; mas o governo do Equador, por Decreto de 26.11.1853, declarou livre à navegação, dentro do seu Território, o percurso dos afluentes do Amazonas. A razão desse procedimento, o argumento essencial que o justificava era, em primeiro lugar, o princípio, sempre sustentado pelo Brasil, até então, de que a navegação do Amazonas pertencia de direito, exclusivamente, às nações vizinhas; em segundo lugar, o Perigo Americano, condensado na fórmula:

> Se uma vez fosse concedido aos cidadãos norte-americanos estabelecimento com intuitos de comercio ou residência no interior da América do Sul, eles necessariamente introduziriam no país as suas instituições e recusariam fidelidade ao país de adoção.

Em todos esses incidentes, realçam o persistência do Brasil em manter os princípios da política que parecia mais convinhável aos seus interesses; a, tergiversação das repúblicas neoespanholas, e a tradicional má vontade com que nos honram desde os tempos coloniais, como prolongamento dos ódios inveterados entre a Espanha e Portugal.

Havia, no Brasil, duas correntes de opinião: uma, em favor da livre navegação do Amazonas; outra, mais volumosa, e da qual participava o Imperador, contrária à franquia, inspirada, aparentemente, pela suspeita de intromissão dos americanos do norte com as suas ideias democráticas, seu gênio de empresa e iniciativa, apoderando-se do país e anexando-o, mais tarde, à mãe, Pátria. O que havia, porém, no fundo a manter a política imperial era, efetivamente, a resistência da única monarquia da América contra o contágio da grande república, como legítima defesa, principalmente quando mal havia sido sufocado em sangue ou em perfídia o gérmen perturbador que agitara o país, desde a independência até 1848.

Representando a opinião dos adversários da franquia, o venerando Dr. Carvalho Moreira, Barão de Penedo, a 04.04.1853, reclamou do governo de Washington providências contra expedições navais e comerciais projetadas, como depreendia de boatos e notícias de jornais. O Secretário de Estado, porém, respondeu-lhe que tais boatos provinham das expedições de Herndon e Gibbon, que foram munidos de passaportes e autorizados pelo representante do Brasil, Teixeira de Macedo.

Em agosto do mesmo ano, o Barão de Penedo reclamou sobre o idêntico assunto, ainda fundado no artigo de um jornal que afirmava haver o tenente Porter obtido dois anos de licença para tomar conta de uma expedição, que tinha por fim forçar a passagem da foz do Amazonas. O Secretário de Estado negou redondamente o fato de intentar o seu governo empregar força, provando que Porter não fora licenciado. Em nota de resposta, o Secretário Marcy acrescentou que seria, todavia, do interesse da civilização e do desenvolvimento dos recursos naturais do Brasil, a suspensão de restrições à navegação do Amazonas.

Sempre desconfiado, o Barão de Penedo reclamou ainda, em novembro do mesmo ano, providências para que as autoridades de Nova York não permitissem o aparelhamento de expedições de flibusteiros. Marcy acedeu; mas, em agosto de 1853, transmitira instruções ao Ministro americano, no Rio, para reclamar o direito de passagem pelo citado rio aos cidadãos norte-americanos empenhados em comércio legítimo com as repúblicas do Peru, Bolívia, Equador, Colômbia e Venezuela. Nessas instruções, transparecia a ameaça de estar o governo dos Estados-Unidos firmemente resolvido a obter por todos os, meios o provimento da reclamação, lamentando que as relações entre as duas nações antigas pudessem ser perturbadas pela insistência do Brasil em manter uma política tão dissonante com os princípios liberais consagrados pelas nações civilizadas e empreendedoras.

Na mensagem anual do presidente Pierce, de 25.12.1853, o assunto foi tratado, dando conta ao Congresso das instruções do Ministro no Rio de Janeiro, nas quais era sustentada a doutrina de não poderem as nações ribeirinhas interceptar ao comércio os cursos de águas navegáveis, como comunicações internacionais.

O governo brasileiro não aceitou essa doutrina; e, fiel à sua tradicional política, respondeu que ela "*não poderia prevalecer senão substituindo os princípios do direito e da justiça pelos do interesse e pela força*". Alegou mais, que o Tratado de Viena, invocado pelo plenipotenciário norte-americano, não era aplicável ao caso, tanto mais quanto não haviam os princípios, nele consagrados, sido reconhecidos por todas as potências europeias, tanto que a França e a Inglaterra concordaram, pelo Tratado de 1849, em que o Paraná era rio de navegação interior e não internacional.

E acrescentou que, "*se o vale do Amazonas estava deserto, no Território Brasileiro, não o estava menos no Território dos outros países ribeirinhos. Assim, nenhuma vantagem resultaria para os Estados-Unidos, ou qualquer outra potência, da abertura daquele rio. Não é intenção do Governo Imperial*" – lê-se na resposta "*conservar o Amazonas eternamente fechado ao trânsito e comércio estrangeiros; não é, entretanto, de oportunidade franqueá-lo*". Esta suspeita definia nitidamente a política de preservação, de cautelas e receios, e obedecia ao preconceito do "*Perigo Americano*", erguido como um espectro sinistro na estreita área de alcance das curtas vistas do Governo Imperial. Apesar dela, e da recusa formal que continha, o Ministro americano Trousdale propôs, em dezembro de 1854, a negociação de um Tratado; proposta que, um ano depois, foi recusada, ainda sob o pretexto de que o fim capital do Tratado seria a abertura do Amazonas. Além disso, a falta de Tratados sobre os limites setentrionais e ocidentais do Território do Império aconselhava o adiamento da resolução de franquear o Amazonas, a qual o Brasil preferia tomar espontaneamente e não em virtude de Tratados com outras potências.

A história diplomática não acusa, no subsequente período de mais de dez anos, incidentes que mereçam ser relembrados para o esclarecimento da matéria. As relações dos dois povos permaneceram inalteradas, havendo, todavia, constantes manifestações de boa vontade e consideração do governo norte-americano para com o do Brasil. As efêmeras nuvens passaram; as tormentas, das quais se suspeitava serem precursoras, não se desencadearam; o "*Perigo Americano*" foi adiado, e o Governo Imperial, cedendo ao pendor das ideias liberais, não perturbadas já por temores infundados, franqueou, por Decreto de 07.12.1866, o Amazonas, a partir de 07.09.1867, ao comércio do Mundo.

Às expedições de flibusteiros norte-americanos, organizadas de 1849 a 1851, sob o comando de Narciso Lopez, com o fim de libertar a ilha de Cuba, e de Walker à América Central, se devem atribuir os receios da diplomacia brasileira, que, de acordo com a opinião corrente na Europa, supunha aquelas tentativas favorecidas pelo governo dos Estados Unidos. Tal suspeita tomou corpo, quando esta potência rejeitou o acordo proposto pela França e Inglaterra, de renunciarem as três nações, solenemente, quaisquer pretensões sobre aquela ilha, e impedirem, coletivamente, iguais tentativas da parte de indivíduos ou de outra potência. A razão da recusa foi – "*que a política dos Estados Unidos, fora, uniformemente, evitar, tanto quanto possível, alianças ou acordos com outros Estados e ficarem livres de obrigações internacionais, exceto aquelas que afetassem diretamente os interesses dos Estados Unidos*".

Essa recusa parecia evasiva; mas na terceira mensagem evasiva, o presidente Fillmore declarou que assegurara aos ministros daqueles duas nações que os Estados Unidos "*não mantinham desígnios contra Cuba, e que, ao contrário, consideravam a sua incorporação à União*", naquele tempo; um sério perigo. Mais tarde, em 1854, surgiram, em Nova-Orleans, expedições de flibusteiros iguais às de Narciso Lopez, sob o comando de Quitman, antigo governador do Mississipi, o qual foi preso por ordem do governo, e obrigado a respeitar as leis de neutralidade. Ocorreu também, no mesmo ano, o bombardeamento da cidade nicaraguense, S. Juan del Norte, pelos norte-americanos. Para a diplomacia brasileira, nada valiam os protestos dos Estados, de renúncia absoluta às expansões territoriais, ao passo que assumiam proporções extraordinárias e terríveis os menores incidentes que pudessem justificar as nossas irredutíveis suspeitas.

Os precedentes, entretanto, não as justificavam. Foi, sem contestação, o glorioso exemplo dos Estados Unidos que estimulou os povos neoespanhóis à conquista da independência, pela qual os norte-americanos manifestaram não só o mais vivo interesse, como prestaram apoio material.

Entre os seus estadistas mais notáveis, Henry Clay foi o primeiro a esposar francamente a causa dos Estados hispano-americanos, e ainda recordamos com entusiasmo o seu famoso discurso, talvez o mais vigoroso e eloquente que jamais proferiu – o flamejante pronunciamento que empolgou a Câmara dos Representantes, em 24.03.1818.

Foi então que aquele hercúleo orador apresentou uma emenda ao projeto, decretando verba para as despesas com os comissários nomeados pelo presidente Monroe para estudarem as condições políticas das colônias espanholas, acrescentando que fosse votada a soma necessária para o ordenado e ajuda de custo de um ministro acreditado nas províncias unidas do Rio da Prata.

Nesse e noutros discursos sobre o mesmo assunto, traduzidos para o espanhol, e lidos solenemente perante os exércitos das repúblicas do Sul, Henry Clay delineou magistralmente a política que tem sido sempre observada desde Washington a Cleveland.

A sua opinião vitoriosa era que os Estados Unidos tinham o mais profundo interesse na independência da América espanhola, e jamais havia ocorrido, na política internacional do país, questão de tamanha transcendência e na solução da qual tivessem mais a arriscar interesses concernentes não só à política como ao comércio e navegação.

Dizia ele:

> Não há dúvida que a América espanhola, uma vez independente, qualquer que seja a forma de governo adotada, sua administração será animada pelos bons sentimentos e guiada pela política americana; obedecerá às leis do sistema do Novo Mundo, de que fazem parte, muito diferentes das que regulam os destinos dos povos do continente europeu.

Monroe, em sua primeira mensagem ao Congresso, afirmou que, se as colônias espanholas alcançassem a independência, o governo americano não procuraria, nem aceitaria delas vantagens comerciais ou de outra natureza, que não fossem extensivas às outras nações.

> Tornar-se-ão Estados independentes, livres de qualquer obrigação para conosco, senão aquelas em que for de seu interesse o contraírem-se sobre as bases de uma perfeita reciprocidade.

Como afirmação solene dos princípios capitais dessa doutrina, depois de vários Tratados de Aliança, feitos por iniciativa de Bolívar com o fim de se unirem contra a Espanha, as repúblicas sul-americanas projetaram o Congresso do Panamá, no qual as nações americanas formariam um solene pacto ou liga contra o inimigo comum, a Espanha, ou outra qualquer potência que a auxiliasse ou por qualquer forma tomasse atitude de inimigo. Nenhum ensejo mais propício poderiam sugerir os acontecimentos para colocar toda a América sob a superintendência, senão domínio, dos Estados-Unidos; entretanto, Adams; em sua primeira mensagem de 06.12.1825, assim se exprimiu sobre o convite:

> O convite foi aceito e serão nomeados ministros para representarem os Estados Unidos e tomarem parte nas deliberações, de modo compatível com a neutralidade, da qual não é intenção nossa, nem dos outros Estados americanos, nos desviarmos.

Tal deliberação foi brilhantemente justificada em mensagem ao Congresso, afirmando que, antes de aceitar o convite, havia ponderado se ela poderia influir na transformação da política internacional, e respeitado o Conselho de Washington, em sua mensagem de despedida, estabelecendo a grande norma de conduta relativa às nações estrangeiras – expandir as relações comerciais com as menores conexões políticas possíveis, que o "*Pai da Pátria*" qualificara de alianças. Mas as circunstâncias eram outras, e o comparecimento dos Estados-Unidos não importaria infração daquelas normas. Apesar de amplamente justificada a deliberação, o Senado rejeitou-a, por ser contrária a tradição e honesta política de evitar alianças comprometedoras. Mais tarde, mediante nova mensagem, a mesma deliberação foi aprovada.

Representantes do Peru, América Central, Colômbia e México se reuniram em Panamá a 18.06.1826. O Chile, Argentina e Brazil, se bem que houvessem aprovado a organização do congresso, não compareceram, assim como os Estados Unidos cujos representantes não chegaram a tempo, talvez de propósito. Desse Congresso resultou um Tratado, que só foi ratificado pela Colômbia. Outras tentativas foram feitas no mesmo sentido: o Congresso de Lima, em 1847, com o fim de manter a independência, soberania e a integridade territorial das repúblicas neoespanholas; o Tratado Continental de 1846, entre o Peru, Chile e Equador, no qual preponderava o intuito de hostilidade contra os Estados-Unidos por causa das mencionadas expedições de flibusteiros. E, em uma comunicação do governo de Costa Rica, ao da Columbia, em 1862, desponta o terror de serem correntes, nos Estados-Unidos, doutrinas que poderiam ser fatais às nacionalidades ainda mal firmadas, e que as vandálicas expedições de 1855 e outras até 1860 foram interrompidas por intervenção, embora tardia, de potências europeias.

O segundo Congresso de Lima, em 1864, para organizar a união latino-americana, foi inútil como os anteriores.

Quando, em 1854, apareceu o famoso "*Ostend manifesto*", dirigido ao secretário Marcy pelos Ministros Buchanan, Mason e Soulé, demonstrando as vantagens da aquisição da ilha de Cuba, o permanente perigo de ser possuída por uma potência estrangeira e o interesse da Espanha em vende-la por $120.000.000, a tradicional política internacional foi mantida pela rejeição das ideias do manifesto.

O mesmo sucedeu quando Buchanan, eleito presidente, renovou o projeto de aquisição da ilha, na segunda mensagem e nas de 1859 e 1860.

A história dos nossos dias oferece testemunho irrecusável de que os Estados-Unidos jamais adquiriram por meio de violência ou conquista, ou pelo processo inglês de expansão da influência, começando pelas Chartered Companies, a intrusão depois, e protetorado mais tarde, e, finalmente, a extorsão, como está acontecendo no Transvaal, uma polegada de Território.

O caso do Texas, citado pelos que lhe conhecem a história de ouvida vaga ([180]), a incorporação à União foi determinada por espontânea iniciativa do seu povo, cuja independência, alcançada pelas armas de 1836, fora reconhecida pelos Estados-Unidos, em 03.03.1837, e pela Inglaterra, em 1842; sendo de notar que os presidentes Jackson, Van Buren e Tyler, inspirados pelo conselho do imortal Washington, haviam recusado propostas feitas pelo governo daquele Estado, para evitar questões com o México.

[180] Ouvida vaga: outrora chamada também de "*voz pública*" e atualmente boato ou "*Fake News*".

As anexações de territórios mexicanos poderiam ter sido resultado natural da guerra provocada pelas permanentes perturbações da fronteira, crueldades infligidas pelas autoridades mexicanas a cidadãos norte-americanos, e os lamentáveis resultados de ódios religiosos, herdados da fatal cegueira do sistema colonial espanhol.

As hostilidades começaram a 28.03.1846 e terminaram pelo Tratado de Guadalupe-Hidalgo. Os mexicanos abandonaram suas pretensões ao Texas e cederam a Alta Califórnia e o Novo México, que os Estados-Unidos poderiam adquirir, com o direito da vitória, por $ 18.500.000.

Em 02.02.1848, celebraram os dois países um Tratado de Limites e Comércio, no qual foi estipulado que os Estados-Unidos pagassem ao México a soma de $ 15.000.000 em compensação dos Territórios adquiridos, ficando mais o governo mexicano exonerado da responsabilidade dos danos sofridos por cidadãos norte-americanos.

Outro Tratado de Limites foi concluído a 30.12.1853, em virtude do qual o governo americano pagou mais ao México a soma de $ 10.000.000. Tais aquisições foram legítimas transações, iguais à da Luisiana, cedida pela França conforme o Tratado de 30.04.1803, mediante a indenização de 60 milhões de francos, além do valor das indenizações devidas por ela a cidadãos americanos; a da Flórida, cedida pela Espanha, em virtude do tratado de 22.02.1819, por $ 5.000.000; e Alasca, adquirida da Rússia, segundo o Tratado de 30.03.1867, por $ 7.200.000.

Não são menos contraproducentes aos receios de anexação os fatos relativos a S. Domingos e Haiti, fortemente documentados no conhecido Digesto de Wharthon.

A aquisição de Alasca parecia animar a política de Seward, que, adversário das anexações antes da guerra de secessão, adotara depois de extinta a escravidão, persuadido de não haver já sério obstáculo à expansão da jurisdição dos Estados Unidos no continente norte-americano. Assim, não só encetou as negociações, em janeiro de 1866, com o ministro dinamarquês para a compra das ilhas San Thomas e S. João, como tratou de anexar as de S. Domingos e Haiti, com o fim de obter posição estratégica nas Antilhas, no interesse da defesa e comércio nacionais.

Essa política foi adotada, em 1869, pelo presidente Grant, que concluiu, na mesma data, 29 de novembro daquele ano, o Tratado de anexação da República Dominicana e a convenção do arrendamento da baía e península de Samana, como ato de adesão à doutrina de Monroe, medida de defesa nacional e predomínio sobre o comércio através o istmo de Darien, desenvolvimento da marinha mercante, estabelecimento de mercados consumidores e oposição à escravatura em Cuba, Porto Rico e Brasil.

Apesar do interesse com que foi recomendado e das razões que o justificavam, o Tratado foi rejeitado pelo Senado, em obediência às mesmas ideias que o induziram a repelir o Tratado, de 30.06.1868, de cessão das ilhas S. Thomaz e S. João, aceita pelos respectivos habitantes por um plebiscito, de janeiro de 1868, mediante a indenização de $ 7.500.000.

A anexação das ilhas Sandwich vinha de 1850, tendo como partidários os Secretários de Estado Marcy, Seward, Fish e Blaine. Catequisados por missionários norte-americanos, que, desde 1820, os organizaram em povo cristão, com a linguagem nativa gramatizada e com instituições políticas, era natural

o pendor dos indígenas do arquipélago para os Estados-Unidos, cujo governo, entretanto, sempre recusou as reiteradas propostas de anexação, até que a revolução de 07.01.1893 proclamou a República sob a administração de um governo provisório. Esse movimento foi protegido pela atitude do ministro Stevens e pelo apoio das tropas norte-americanas, desembarcadas em Honolulu a pretexto de proteger a legação, o consulado e as propriedades dos cidadãos norte-americanos. Era tão natural como reação legitima ao corrupto governo indígena e tão propício aos interesses morais e materiais do arquipélago, que não encontrou oposição. O corpo diplomático de representantes da França, Inglaterra, Portugal e Japão, reconheceu imediatamente a nova forma de governo estabelecida sem derramamento de sangue.

O Tratado de anexação foi celebrado em Washington, a 14.02.1893, entre Foster, Secretário de Estado do Presidente Harrison, e os comissários de Havaí: mas não foi tomado em consideração pelo Senado, donde foi retirado pelo presidente Cleveland para estudar, com investigações imparciais, a revolução e o estabelecimento do governo provisório.

A intervenção do Sr. Cleveland neste assunto, que poderia, sem responsabilidade, e respeitando o procedimento do seu antecessor, deixar à deliberação do Senado, não se limitou à retirada do Tratado de Anexação; pensava ele que o governo devia, como reparação, restaurar a rainha deposta, e não levou a efeito tal propósito porque reconheceu ter ele pouca probabilidade de êxito, sem grande resistência do governo provisório e sem derramamento de sangue. Resignou-se ao fato consumado e enviou ao Congresso as informações e documentos colhidos por emissários de sua confiança, terminando a sua mensagem com o seguinte trecho:

> Entregando este assunto aos poderes e deliberação do Congresso, desejo acrescentar a segurança de que terei muito prazer em cooperar em qualquer plano que seja adotado para a solução do problema em que estão empenhadas a honra, integridade e moralidade americanas.

O vivo debate que esse caso provocou no Congresso, a prolongada discussão e o fato de só ser resolvida a anexação na presidência de McKinley provam que, fieis à sua política internacional, os americanos relutaram em adquirir um Território que deverá ser ardentemente cobiçado, por sua posição especial no centro do Pacífico e ponto de escala obrigatório das comunicações entre a costa Ocidental da América do Norte e a costa Oriental da Ásia.

Se desses precedentes passarmos aos dos nossos dias, veremos a mesma política de abstenção mantida durante a revolução cubana. Apesar da opinião dominante nos Estados-Unidos em favor da libertação da ilha e dos planos de expansão comercial, MacKinley só se empenhou no conflito depois da monstruosa provocação feita pela destruição do Maine (**???**), fundeado no porto de Havana, sob a garantia do pavilhão espanhol. Não é possível contestar que Cuba, Porto Rico e as Filipinas eram ótimo despojo; seriam legítima conquista, se o vencedor fora a Inglaterra. Entretanto, o governo americano evitou fundar os seus títulos no direito da força (**???**); observou a respeito à mesma linha de conduta seguida no caso do México, indenizando à Espanha da perda daquelas colônias. A história não fornece iguais exemplos de generosidade, de fidelidade e tradições honrosas e de respeito à justiça e ao direito: uma nação formidável, laureada por feitos heroicos, dotada de meios de ação inéditos e maravilhosos e apoiada na justiça de sua causa,

tratar o vencido em condições de igualdade e resolver, por um Tratado, aquilo que seria conquista legítima consequência necessária da estupenda vitória. Ocorre relembrar a inconsistência sentimental dos conceitos da opinião brasileira sobre a atitude dos Estados-Unidos no conflito cubano.

– Plutocratas ([181]) sem alma – bradavam pela imprensa as penas mais eloquentes e autorizadas – assistem impassíveis à luta dos heróis que pugnam pela liberdade contra a tirania espanhola. Argentários ([182]), frios, veem correr o sangue generoso, como se fora o de lutadores em um "*match de box*"!

– Plutocratas gananciosos – exclamavam, em estos de indignação, as mesmas penas, inspiradas na simpatia pelo infortúnio dos fracos, quando os norte-americanos venceram a Espanha e ocuparam Cuba – caíram sobre a presa e lhe aniquilaram as esperanças de liberdade, o patriótico sonho de Maceo ([183]) e de outros mártires da independência! ...

Esse sentimentalismo contraditório e desvairado, nas suas generosas e veementes manifestações, nunca se inspirou no estudo desapaixonado dos fatos, desfigurados e deturpados à feição do secreto temor que o provocava – o espectro do "*Perigo Americano*", atuando, depois de uma síncope de 30 anos, não só na opinião da massa, senão na das classes dirigentes. E tal é o poder do preconceito, tão profundamente se infiltra, que a independência de Cuba e a sua entrada, como pessoa jurídica, no convívio das nações, não conseguiu demove-lo.

---

[181] Plutocratas: pessoa influentes em razão da fortuna que possui.

[182] Argentários: capitalistas.

[183] José Antonio de la Caridad Maceo y Grajales (1845/1896), um dos líderes do Exército Libertador de Cuba durante a Guerra da Independência, conhecido como o "*Titã de Bronze*", em referência ao tom de sua pele e estatura. Os espanhóis o apelidaram de "*Leão Maior*".

Vem, então, a derradeira objecção da resistência: Libertou-se Cuba do domínio espanhol, para ser devorada pelos “*trusts*”. Com tal critério, não é para admirar que topemos no absurdo.

Do rápido exame dos precedentes da política internacional dos Estados Unidos resulta a negação completa de tendências de absorção ou anexação de Territórios por meios violentos, e é logico concluir que, não se infringiram as suas tradições honrosas nas relações com os povos vizinhos, não há razão para se suspeitar que cobicem Territórios da América do Sul, onde eles não puderam, até hoje, expandir a influência comercial.

Depois da abertura do Amazonas, em 1867, esfriou, no Brazil, a agitação contra os norte-americanos, que desapareceu com a visita do Imperador à Exposição de Filadélfia, em 1876. Desde então, tendo conhecido de perto o caráter dos norte-americanos e se assegurado de que deles não provinha ameaça às instituições monárquicas, deixou de alimentar as carunchosas suspeitas e, em consequência, o “*Perigo Americano*” perdeu o apoio da coroa. Não será aventuroso acrescentar que no espírito lúcido de Pedro II ficou funda impressão do regime de governo e dos maravilhosos resultados da democracia, impressão que, não será difícil demonstrar, atuou de modo benéfico recordar que ele se ufanava de ser um monarca democrata e chegou a gabar-se, com aparente ironia, de ser o primeiro republicano do Brasil. O Imperador promoveu com patriótico empenho o estreitamento dos laços de amizade e as relações comerciais entre os dois povos, sendo o seu último esforço, nesse sentido, o comparecimento do Brasil à Conferência Internacional em Washington.

Durante o longo período de repouso do germe de agitação, incidentes diplomáticos da maior gravidade, como o caso da Flórida e Alabama e outros, foram resolvidos satisfatoriamente, sem quebra das relações amistosas das duas potências, com provas irrecusáveis da boa vontade dos EUA para com o Brasil. O imperialismo norte-americano, as tendências de expansão comercial, vitoriosas com o plano político de MacKinley e muito legítimas da parte de um povo que produz mais do que consome, trouxeram à perspectiva de políticos de curtas vistas ou de exploradores levianos de tudo quanto possa enfraquecer o prestígio da República, o velho "*Perigo Americano*", como sinistra ameaça à integridade da Pátria. Palavras de um orador político, opiniões esparsas na imprensa, foram, então, avidamente colhidas como elementos de prova inconcussa das tendências de absorção. Assim, porque o Senador Morgan, propagador das comunicações interoceânicas pela arrojada empresa do canal da Nicarágua, referindo-se às contínuas perturbações políticas que ainda hoje estão agitando a América Central, dominadora do Território onde o canal tem de ser aberto, afirmou que os povos latinos daquela região necessitavam da tutela enérgica e da vigilância permanente do governo norte-americano, para serem removidos os obstáculos continuamente opostos à integração da humanitária obra de Lesseps ([184]), houve logo quem pretendesse impressionar a melindrosa fibra do patriotismo indígena, entrevendo naquele discurso uma ameaça, apesar de ser evidente que o estadista citado não se referira ao Brasil, que só remotamente é interessado no corte do istmo do Panamá ou em outro qualquer meio de comunicação entre o Caribe ou o golfo do México e o Pacífico.

---

[184] Ferdinand de Lesseps: diplomata e empresário francês que ficou conhecido por promover a construção dos canais de Suez e do Panamá.

Na desorientação de um pânico pueril, que não passa de lamentável sintoma da nossa fraqueza ou afrouxamento das energias da nossa raça, chegamos à revolta contra a hegemonia norte-americana no Novo Mundo, como se ela não fosse fato sem contestação, posição de supremacia, nobremente conquistada sobre todas as nações cultas, pela expansão estupenda daquele povo, nos últimos cinquenta anos, com as armas incruentas da civilização, da educação moral e cívica, o desenvolvimento industrial e científico e, sobretudo, pelas instituições, democráticas, cimentando um vitorioso regime de liberdade e civismo, que os povos da América latina tentam, em vão, arremedar.

Entre os fatores dessa suspeita intermitente a largos intervalos e que, agora, se avoluma, deve ser destacado o livro do pranteado polemista e erudito homem de letras, Eduardo Prado, que, com a "*Ilusão Americana*", impugnou as instituições adotadas pelo Brasil, acentuando, com admirável e encantadora ironia, defeitos de costumes, erros de política e outros casos especiais, que não podem oferecer ao critério do filósofo e do estadista, elementos seguros para o julgamento de um povo, e a afirmação dos resultados negativos de suas instituições. Eduardo Prado pretendeu demonstrar que aquilo que nos seduzira ao ponto de copiarmos a Constituição dos Estados Unidos, o progresso sem precedentes na história da humanidade, as arrojadas empresas de iniciativa industrial, produzindo prodigiosa riqueza pública e privada e as conquistas científicas que assombram o mundo, não passam de ilusório aspecto de um organismo corrompido, falsos ouropéis a enfeitarem um povo dissoluto e desalmado, que lincha negros, tolera o mormonismo e outras seitas absurdas, e é governado por banqueiros falsários, trustes de plutocratas imbecis e pela politicagem imoral da Tammany Hall.

Esse livro, continuação da campanha de Frederico de S., encontrou franco acolhimento entre os reacionários intransigentes, adversários da República ainda não resignados, e a esmagadora maioria dos mal informados, porque os mais esclarecidos apenas sabem dos Estados Unidos o que leram em Tocqueville, há 40 anos, em Bryce, para nós acatado expositor de direito constitucional, ou em livros humorísticos de viajantes pouco criteriosos no comentário de fatos colhidos na rápida passagem por uma terra que não tiveram tempo de estudar e compreender.

A verdade, entretanto, é que essa "*Ilusão*" se antolha às decrépitas nações do Velho Mundo como definitiva conquista da civilização, realizando de um lance aquilo que elas obtiveram, mediante um bárbaro processo muitas vezes secular, e atingindo ideias apenas entrevistas por outros povos na tênue nebulosa da utopia. Essa "*Ilusão*", que nos apavora, dita leis à indústria com as suas invenções geniais; prima nas ciências pelos seus mestres, instituições de educação e as maiores e mais ricas universidades; regula, enfim, a política internacional com as suas honrosas praxes e humanitários princípios, demonstrando sempre qualidades inestimáveis de iniciativa e energia no incomparável regime de liberdade, em que florescem cerca de oitenta milhões de habitantes. É forçoso concluir que, se tudo isto não passa de uma ilusão, é preferível à realidade desoladora, ao triste aspecto de velhas nações europeias, povos que, parece, terminaram a sua missão na história. Eduardo Prado desempenhou, brilhantemente, o seu papel de adversário intransigente; mas as suas deduções são tão falsas e obscuras, quanto seria paradoxal concluir do assassinato de MacKinley que a República não presta, é uma forma de governa incompatível com o desenvolvimento e a felicidade dos povos.

Quem estudar, imparcialmente, os fatos; reconhecerá, sem dificuldade, a inconsistência do preconceito que os inimigos da República, assim como grande parte dos seus mais veementes defensores, pretendem agora exumar. Ficou demonstrado que é infundado.

Para provar que nos arrasta a contradições flagrantes, basta rememorar que, nos últimos tempos, flutuamos entre a confiança e a suspeita. Ontem, perpetuávamos o nosso reconhecimento aos Estados Unidos, por, sua intervenção benéfica na revolta de 6 de setembro, estrangulada ao primeiro disparo dos canhões Yankees sobre a "*Guanabara*", votando um monumento a Monroe. Hoje, nos arredores da sua malsinada doutrina, julgando-a pelos conceitos humorísticos de Evarts, dos quais a política europeia deduziu a fórmula – "*América para os Americanos do Norte*". E no entanto, ela tem sido formidável obstáculo ao imperialismo europeu, sempre cobiçoso em expandir-se nos ubertosos ([185]) Territórios da América do Sul, realizando os sonhos da Antártica e da França Equinocial...

Surge, agora, o arrendamento do Acre, considerado indício veemente da iminência do "*Perigo*".

Não há dúvida que o Contrato Aramayo, suscita um incidente sério e deprimente dos créditos e do prestígio da Bolívia. Resta, entretanto verificar se o governo norte-americano aprova e apoia o procedimento de seus representantes, na assistência velada que deram aos especuladores aventureiros organizadores do sindicato.

[185] Ubertosos: fecundos.

Na pior hipótese haverá, quando o caso for entregue à diplomacia, discussão de princípios de direito internacional, como sejam

1° Se um governo pode transigir com a soberania nacional, transferindo-a por contrato ou investindo dela um indivíduo ou corporação mercantil, estrangeiros com atribuições discricionárias para administrar, lançar impostos e organizar forças de mar e terra, na fronteira não delimitada de nação amiga;

2° Se esta é obrigada a reconhecer como legítima a transação, e entreter relações com esse soberano comercial exótico, sem delegação por voto expresso da nação;

3° Se é válida, em face do direito internacional público e privado, a enfiteuse ([186]) de Território mantido em posse mansa, pacífica e legitimada de cidadãos de nação amiga;

4° Se a navegação do Rio Purus pertence de direito, exclusivamente, às nações riparias ([187]), ou si ele e seus afluentes constituem vias de comunicações internacionais.

A exceção da dúvida relativa à navegação, é de esperar que o governo norte-americano esteja de acordo com o do Brasil, a não ser que, por uma aberração inqualificável e monstruosa, prefira à nossa amizade o interesse de aventureiros cobiçosos dos seringais dos igapós do Acre, ou renuncie às honestas normas de política e às tradições preciosas que constituem a sua glória. Domingos Olympio (OS ANNAES, N° 79)

---

[186] Enfiteuse: é instituto do Direito Civil e o mais amplo de todos os direitos reais, pois consiste na permissão dada ao proprietário de entregar a outrem todos os direitos sobre a coisa de tal forma que o terceiro que recebeu [enfiteuta] passe a ter o domínio útil da coisa mediante pagamento de uma pensão ou foro ao senhorio. (lfg.jusbrasil.com.br)

[187] Riparias: biomas que se distinguem pela interação entre vegetação, solo e um curso d'água.

Aos Entusiastas da Amizade Americana

E quando Ulysses Grant, mais tarde, vindo à Europa cobiçou a honra de visitá-lo [Victor Hugo], o poeta republicano recusou-se a receber na sua casa "*un tel goujat*" ([188]).

As nossas contas com os negociantes de fraternidade norte-americana são ainda mais sérias. Entretanto, há, entre nós, nativistas, que projetam estátuas a Monroe, julgam praticar ato de republicanos, suscitando para amparo do Brasil o protetorado dos Estados Unidos.

Se esses entusiastas quisessem refletir, eu lhes encomendaria o folheto precioso, com que o Sr. Eduardo Prado acaba de enriquecer a literatura brasileira: "*A Ilusão Americana*" [2ª edição].

Esse livro teve singular destino: no Brasil foi proibido uma hora depois de posto à venda, isto é, proibido antes de lido; em Portugal, depois de composto na Imprensa Nacional, não pôde ser editado por ela. A sua publicação em São Paulo comprometia as boas relações entre o Marechal Peixoto e o Presidente Cleveland; a sua tiragem em Lisboa embaraçava a reconciliação entre o Ministério Hintze e o Marechal Peixoto.

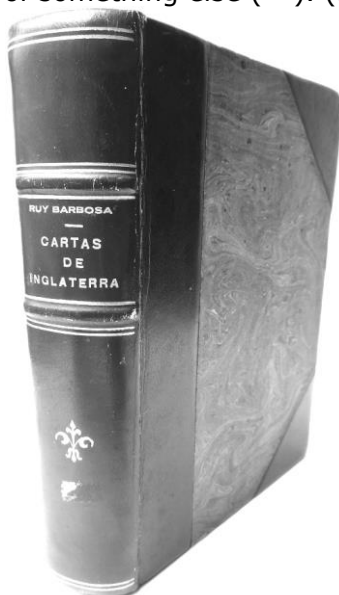
Sejamos gratos à polícia florianista e à política lusitana. A primeira fez passar o livro pelo cadinho de novos estudos, habilitando o autor a retificar, pelo exame das fontes no "*British Museum*", os elementos da sua narrativa; a segunda levou-o a sair à luz em pleno Paris.

---

[188] Un tel goujat: tal admirador.

Uma e outra conspiraram para dar a maior notoriedade a esse opúsculo, absolutamente novo no assunto, em que, como repositório de verdades ignoradas, é o mais oportuno serviço ao Brasil.

Se, lido ele, ainda restarem, nesse País, fundidores de monumentos monroínos e cunhadores de medalhas benhamitas, estarão, nesse caso, confirmadíssimas as palavras, em que o famoso Almirante, no seu discurso ao "*United States Service Club*", se referiu às manifestações oficiais da simpatia brasileira, que selaram a nossa humilhação como reconhecimento dos humilhados. O egrégio Benham atribuía publicamente essas festas a um sentimento, que teve a gentileza de não definir, mas cuja natureza lisonjeira à nossa honra as gargalhadas do auditório militar em Nova Iorque não deixam dúvida razoável:

> That friendship is founded on respect with perhaps a little tinge of something else ([189]). (RUI BARBOSA)

[189] Essa amizade baseia-se no respeito, e talvez em alguma coisa mais.

A Illusão Americana

Prefácio

Este trabalho, já editado no Brasil e agora reimpresso no estrangeiro, merece vir de novo à luz, ainda na falta de próprio interesse. Este despretensioso escrito foi confiscado e proibido pelo governo republicano do Brasil. Possuir este livro foi delito, lê-lo, conspiração, crime, havê-lo escrito. Antes da dolorosa provação que sob o nome de república tanto tem amargurado a Pátria brasileira, nenhum governo se julgou fraco e culpado ao ponto de não poder tolerar contradições ou verdades, nem mesmo as de uma crítica impessoal e elevada.

Eram jovens os nossos bisavós quando foi extinto o Santo Ofício. Desde então, em nosso País, nunca mais o poder ousou interpor-se entre os nossos raros escritores e o seu escasso público. Julgavam todos definitiva esta conquista liberal, mas o governo republicano do Brasil, tristemente predestinado a agir sempre contra a civilização, a todos desenganou. Na República o livro não teve mais liberdade do que o jornal, do que a tribuna, nem mais garantias do que o cidadão. Disse um romano que "*os livros têm o seu destino*". O deste não foi dos piores, honrado, como foi, com as iras dos inimigos da liberdade. A própria verdade não proclamou felizes os que sofrem perseguição pela justiça?

Londres, 7 de novembro de 1894. [...]

Imagem 27 – Dr. Eduardo Prado (Karl Ernst Papf, 1901)

A Illusão Americana – Apêndice

No dia 4 de dezembro de 1893 foi posto este livro à venda nas livrarias de São Paulo. Vendidos todos os exemplares prontos nesse dia, foi às livrarias o chefe de polícia e proibiu a venda. Na manhã seguinte a tipografia em que foi impresso o livro amanheceu cercada por uma força de cavalaria, e compareceram à porta da oficina um delegado de polícia acompanhado de um burro que puxava uma carroça. O delega do entrou pela oficina e mandou juntar todos os exemplares do livro, mandando-os amontoar na carroça. O burro e o delegado levaram o livro para a repartição da polícia. No mesmo dia a "*Platéa*" publicava o seguinte:

Um interview com o Dr. Eduardo Prado:

> Como sabem os nossos leitores, apareceu à venda o novo livro do Dr. Eduardo Prado, "*A Ilusão Americana*", de cuja aparição nos ocupamos no último número desta folha. Todos os exemplares postos à venda no sábado foram vendidos. Soubemos nesse dia que a polícia proibiu a venda do livro. O nosso colega Gomes Cardim, por ir lendo num bonde a obra proibida, foi levado à polícia. O mesmo aconteceu com um cavalheiro, de cujas mãos, na Paulicéia, foi arrancado um exemplar por um polícia secreta.

Um redator desta folha foi procurar o autor para ouvir da sua boca as suas impressões relativas ao sucesso do seu livro e o seu parecer sobre a proibição. O Dr. Eduardo Prado recebeu muito graciosamente o nosso companheiro, e não pareceu dar muita importância nem ao livro nem à sua proibição. Eis, mais ou menos, o que ele nos disse:

> Na minha infância, havia na rua de São Bento um sapateiro que tinha uma tabuleta onde vinha pintado um leão que, raivoso, metia o dente numa bota. Por baixo lia-se: "*Rasgar pode – descoser não*". Dê-me licença para plagiar o sapateiro e para dizer: "*Proibir podem, responder não*".
>
> Quanto ao honrado chefe de polícia, penso que S. Exª lisonjeou-me por extremo julgando a minha prosa capaz de derrotar instituições estão fortes e consolidadas como são as instituições republicanas no Brasil.
>
> Demais, S. Exª pode dizer-se que, só por palpite, proibiu o livro. Saiu o volume às quatro horas e, às cinco, foi proibido antes da autoridade ter tempo de o ler.
>
> Confesso que a publicação foi um ato de ingenuidade da minha parte. Não quero dizer que confiei, e por isso digo antes que estribei-me no art. 1° do Decreto n° 1.565 de 13 de outubro passado, regulando o estado de sítio. O vice-presidente da República e o senhor seu ministro do Interior disseram nesse artigo:
>
> Art. 1° É livre a manifestação do pensamento pela imprensa, sendo garantida a propaganda de qualquer doutrina política.
>
> E com suas assinaturas empenharam a sua palavra nessa garantia. Escrevo um livro sustentando a doutrina política de que o Brasil deve ser livre e autônomo perante o estrangeiro, e adoto o aforismo de Montesquieu, de que as repúblicas devem ter como fundamento a virtude.

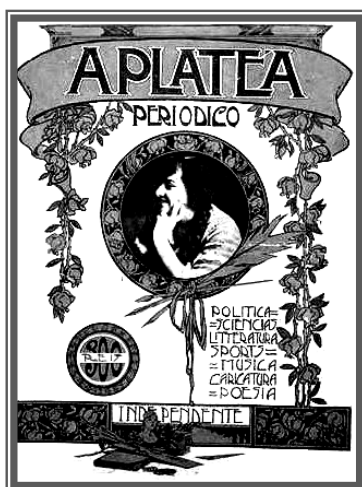
> O governo é contrário a essas opiniões, e está no seu direito. Manda, porém, proibir o livro! Onde está a palavra do governo, dada solenemente num decreto, em que diz garantir a propaganda de qualquer doutrina política?

A sabedoria popular diz: “*Palavra de rei não volta atrás*”.

> O povo terá de inventar outro provérbio para a palavra do vice-presidente da República.

O autor recebeu de todos os pontos do Brasil grande número de cartas pedindo-lhe um exemplar do livro proibido. Estas cartas vinham assinadas por nomes dos mais distintos do País, e a todos estes correspondentes peço desculpa por me ter sido impossível aceder aos seus pedidos. Mencionarei somente, para prova de que os republicanos brasileiros, alguns não são inimigos da liberdade de pensamento, uma carta do Sr. Saldanha Marinho, em que este patriarca do republicanismo, saudoso de certo das práticas liberais da monarquia e rebelde às ideias liberticidas de hoje, protestava contra a proibição deste trabalho. A todos e a cada um cabem o agradecimentos do autor.

EDUARDO PRADO

A

Illusão Americana

2ª EDIÇÃO

A 1ª EDIÇÃO FOI SUPPRIMIDA E CONFISCADA POR ORDEM DO GOVERNO BRASILEIRO

[illegible]

PARIS

Armand Colin & Cie, Éditeurs

Libraires de la Société des Gens de lettres

5, RUE DE MÉZIÈRES, 5

Imagem 28 – A Illusão Americana – Dr. Eduardo Prado

[...] Com o seu imediato vizinho Meridional, o México, a política dos Estados Unidos terá sido uma política de fraternidade? O fato mais importante dessa política, qual foi? Foi uma guerra. E essa guerra contra o México é pintada com verdade e eloquência pelo historiador americano Hubert Howe Bancroft:

A guerra dos Estados Unidos contra o México foi um negócio premeditado e determinado de antemão. Foi o resultado de um plano de salteio, que o mais forte organizou deliberadamente contra o mais fraco. As altas posições políticas de Washington eram ocupadas por homens sem princípios, tais como os senadores, os membros do congresso, sem falar do presidente e do seu gabinete, e havia a grande horda dos demagogos e dos politiqueiros, que se comprazia em satisfazer os instintos dos seus partidários.

Estes eram os senhores de escravos, os contrabandistas, os assassinos de índios, que, com as suas ímpias bocas maculadas de tabaco, juravam pelos sagrados princípios, de 4 de julho, que haviam de estender o predomínio americano do Atlântico até o Pacífico. E esta gente, despida das noções do justo e do injusto, estava disposta cinicamente a reter tudo quanto pudesse saquear, e invocando para isso o princípio único da força.

O México, pobre, fraco, lutando para obter um lugar entre as nações, vai agora ser humilhado, espezinhado, algemado e vergastado pela brutalidade do seu vizinho do Norte. E este é um povo que tem o maior orgulho da sua liberdade cristã, dos seus antecedentes puritanos! Veremos como os Estados Unidos começaram, então, a empregar toda a sua energia em descobrir plausíveis pretextos para roubar a de um vizinho mais fraco uma vasta extensão de terra. E para que? Para aí estabelecer a escravidão. [...]

Em 1836, no Congresso americano, exclamava o senador Preston:

> A bandeira estrelada não tardará em flutuar sobre as torres do México, e dali seguirá até o cabo Horn, cujas ondas agitadas são o único limite que o Yankee reconhece para a sua ambição. [...]

Esta rápida exposição demonstra o que é a fraternidade dos Estados Unidos para os países latinos. Vimos o México; vamos agora à América Central.

"Está no destino de nossa raça", dizia na sua mensagem de 7 de janeiro de 1857 o presidente Buchanan:

> o estender-se por toda a América do Norte, e isto acontecerá dentro de pouco tempo se os acontecimentos seguirem o seu curso natural. A emigração seguirá até o Sul, nada poderá detê-la. A América Central, dentro de pouco tempo, conterá uma população americana, que trabalhará para o bem dos indígenas.

O senador G. Brocon em 1858:

> Temos interesse em possuir a Nicarágua. Temos manifesta necessidade de tomar conta da América Central, e, se temos essa necessidade, o melhor é irmos já como senhores àquelas terras. Se os seus habitantes quiserem ter um bom governo, muito bem e tanto melhor. Se não quiserem, que vão para outra parte. Vão-me dizer que há tratados, mas que importam os tratados se temos necessidade da América Central? Saibamo-nos apoderar dela, e se a França e se a Inglaterra quiserem intervir – avante ó doutrina de Monroe! [...]

Durante a guerra do Paraguai o ministro americano general Mac-Mahon, em desprezo de todos os costumes internacionais, escrevia para os jornais americanos artigos difamatórios dos aliados. Dizia que López era inocente das crueldades que caluniosamente lhe imputavam os aliados, que as centenas de mortes atribuídas a López tinham sido perpetradas pelos brasileiros, enquanto os paraguaios trabalhavam nas trincheiras; que o povo brasileiro era fraco e efeminado; que o seu exército [a cuja covardia o

diplomata americano constantemente alude] era composto de escravos e galés; que a "*honra nacional*" como nós a entendemos na zona tórrida é coisa bem diversa da honra nacional americana, etc. [...]

No Havaí a usurpação americana foi simples e rápida. A raça indígena, isto é, perto de um milhão de habitantes, raça que tem a brandura de índole própria de todo os polinésios, havia perto de um século que ia sendo educada por missionários de várias nações, e tinha chegado já a um grau de civilização que lhe permitiu constituir um governo regular. Há no arquipélago uns quinhentos americanos e uns seis ou oito mil portugueses.

Pois bem, os americanos, auxiliados por um vaso de guerra do seu país, expeliram do governo os indígenas, e, fazendo desembarcar tropa, tomaram conta de todo o país, excluindo inteiramente os havaianos de toda a administração de sua terra. Os governantes americanos, impostos pelas baionetas, decretaram a federação com os Estados Unidos tal qual queriam talvez os insensatos brasileiros que em 1834 apresentaram um projeto análogo na Câmara dos Deputados. O Congresso de Washington não quis a anexação do Havaí, mas ficou aquele país sempre governado pelos americanos. Esta grande e clamorosa iniquidade, este abuso da força, não encontra justificativa. [...]

A política americana, em relação aos índios que ela ainda não acabou de exterminar, é uma política de ferocidade inacreditável neste final do século XIX. Os documentos oficiais que se referem à administração dos índios são trágicos. Os inquéritos sucessivos têm demonstrado que o roubo é a regra, quase sem exceção, no trato do governo americano com os índios.

O governo falta com cinismo à fé dos tratados, mata os índios à fome e a tiro, rouba-lhes as terras onde os instala. Os empregados na administração dos índios são de uma desonestidade proverbial nos Estados Unidos. Não há uma voz que conteste isto, e há muitos livros americanos em que as particularidades desta longa campanha de sangue, de morticínio, de roubo e de incêndio vem miudamente narrados. [...]

Já falamos do muito que contribuíram os Estados Unidos para a duração da escravatura no Brasil pela força danosa do seu exemplo, e também por ter inspirado aos tímidos o receio de que a solução do problema no Brasil fosse a mesma tragédia da América do Norte. Não devemos, porém, esquecer que os americanos contribuíram muito para o tráfico africano no Brasil.

O presidente Taylor, na sua mensagem de 4 de dezembro de 1849, dizia:

> Não se pode negar que este tráfico é feito por navios construídos nos Estados Unidos pertencentes a americanos e tripulados e comandados por americanos.

E isto não nos deve causar maior admiração do que nos causa lermos, na mensagem presidencial de 1856, que:

> é indubitável que o tráfico africano encontra nos Estados Unidos muitos e poderosos sustentadores.

Dentre as muitas provas da grande parte que os americanos do Brasil tomaram no tráfico, destacaremos o depoimento juramentado do capitão W. E. Anderson, americano, depoimento prestado na legação americana do Rio de Janeiro no dia 11 de junho de 1851. Diz o capitão Anderson que, em 1843, fez o conhecimento de Joshua M. Clapp, cidadão americano, que:

> antes e depois daquela época ocupava-se em larga escala da compra e frete de navios americanos para o tráfico. [...]

Devemos concluir de tudo quanto escrevemos:

> Que não há razão para querer o Brasil imitar os Estados Unidos, porque sairíamos da nossa índole, e, principalmente, por que já estão patentes e lamentáveis, sob nossos olhos, os tristes resultados da nossa imitação;
>
> Que os pretendidos laços que se diz existirem entre o Brasil e a república americana são fictícios, pois não temos com aquele país afinidades de natureza alguma real e duradoura;
>
> Que a história da política internacional dos Estados Unidos não demonstra, por parte daquele país, benevolência alguma para conosco ou para com qualquer república latino-americana;
>
> Que todas as vezes que tem o Brasil estado em contato com os Estados Unidos tem tido outras tantas ocasiões para se convencer de que a amizade americana [amizade unilateral e que, aliás, só nós apregoamos] é nula quando não é interesseira;
>
> Que a influência moral daquele país, sobre o nosso, tem sido perniciosa.

Se a longa série de fatos que apresentamos, se as razões que expendemos não bastassem para chamar à verdade os espíritos ainda os mais rebeldes, bastaria citarmos a opinião do maior dos americanos, para dissipar as veleidades de afeto e os ingênuos sentimentalismos que nos querem impor a respeito dos Estados Unidos. [...]

> Deveis ter sempre em vista que é loucura o esperar uma nação favores desinteressados de outra, e que tudo quanto uma nação recebe como favor terá de pagar mais tarde com uma parte da sua independência... Não pode haver maior erro do que esperar favores reais de uma nação a outra... [...] (EDUARDO PRADO)

Manifesto dos Revolucionários Acreanos

A Questão do Acre

Nesse contexto, de grandes expectativas, foi que surgiu a figura exótica do espanhol Luiz Galvez R. de Arias, acompanhado de vinte e quatro subalternos, "*provavelmente*" apoiados pelo Governador do Estado do Amazonas Coronel José Ramalho Júnior. No dia 14.07.1889, na sede do Seringal "*Empresa*", a montante de "*Puerto Alonso*", Galvez proclamou o "*Estado Independente do Acre*", e assumiu a liderança do novo governo. A aventura ousada de Galvez, foi breve, o próprio governo brasileiro, atendendo aos pedidos bolivianos, enviou um contingente do Exército ao Acre, com o objetivo de prendê-lo e conduzi-lo a Manaus.

Em 15.03.1900, a frustrada aventura findou, mas teve, porém, um grande mérito que foi despertar a atenção nacional para Questão Acreana.

Dando continuidade ao movimento os chefes acreanos, encabeçados pelo Coronel da Guarda Nacional e proprietário do Seringal "*Bom destino*" Joaquim Victor da Silva, divulgaram um manifesto, redigido por "*Fran Paxeco*" ([190]), que foi lido em março de 1900, em Belém, por Rodrigo de Carvalho, funcionário do estado do Amazonas e um dos mais prestigiados líderes do movimento. No auditório repleto da "*Associação Comercial*", foi lido o "*Manifesto dos Revolucionários Acreanos*", e cujo teor foi repercutido pela imprensa em todo o território nacional.

---

[190] Manuel Francisco Pacheco: jornalista, escritor, diplomata e professor português.

Imagem 29 – Manuel Francisco Pacheco

Luiz Galvez, no Acre, de onde saiu quase morto, com beribéri, provou que era honrado como os mais honrados, sacrificando-se com alma por uma causa nobilíssima. Os serviços que prestou ao Brasil com esta ousadia resgataram triunfantemente quaisquer outros atos censuráveis, por ele praticados no desespero da labuta pela vida.
(Fran Paxeco – OCS, n°12)

O Cruzeiro do Sul, n° 007

Cruzeiro do Sul, AC – Domingo, 24.06.1906

Manifesto dos Revolucionários Acreanos ([191])

Devo informar-vos de que a Amazônia irá perder a melhor zona do seu território, a mais rica e a mais produtiva; porque, dirigindo-se a linha geodésica de 10°20' a 07°01'17,5", ela será muito inclinada para o

[191] Começamos hoje a reproduzir este documento, que é importantíssimo para a história da Revolução do Acre. Foi escrito por Fran Paxeco e lido na Praça do Comércio do Pará, em aula Magna, pelo Sr. Coronel Rodrigo de Carvalho, em 1900. (Editor)

Norte, fazendo-nos perder o Alto Rio Acre, quase todo o Iaco e o Alto Purus, os principias afluentes do Juruá, e talvez os do Jutaí e do próprio Javari, Rios que nos dão a maior porção de borracha extraída por brasileiros. A área dessa zona é maior de 5.870 léguas quadradas. (Thaumaturgo de Azevedo)

I – A História da Revolução

Manifesto recentemente publicado por Luiz Galvez Rodrigues de Arias, no "*Diário de Notícias*", de Manaus, explica com precisão a origem do levantamento patriótico do povo acreano contra o domínio ilegal o despótico da Bolívia e dos seus diversos delegados naquelas regiões. Nele constata aquele incansável cidadão as diligências a que procedeu no Pará ([192]) e em Manaus, como representante dos Revolucionários do Acre. A sua convivência em Belém com o Sr. Dr. José Paravicini, plenipotenciário da Bolívia no Brasil, levou-o ao conhecimento do ofício do Sr. General Dionísio Cerqueira, Ministro do Presidente Prudente de Moraes. Em semelhante comunicação é que o Sr. Paravicini se apoiou para levar a cabo os seus intentos de ocupação, absolutamente ilegítima, não só por se ter estabelecido em território incontestavelmente brasileiro, como por não estar autorizada pelo beneplácito do Congresso Federal. E tanto assim é que o Sr. Paravicini, cônscio de que rasgava as negociações diplomáticas, ao instalar a Alfândega do Puerto Alonso, insinuou ao "*Jornal do Comércio*", do Rio, que a sua viajem àquelas paragens era uma simples vilegiatura ([193]). O ardiloso ministro boliviano mostrava, com esta argúcia, que os seus propósitos eram criminosos e iam de encontro ao que se acordara entre as chancelarias do Brasil o da Bolívia.

[192] Pará: Belém.
[193] Vilegiatura: viagem de lazer.

O ofício do Sr. Dionísio Cerqueira, que pela primeira vez foi publicado na "*Província do Pará*", em 7 de maio de 1899, na entrevista havida entre o Sr. Paravicini e o repórter daquela Folha, que não era outro senão Luiz Galvez, é do teor seguinte:

> 2ª Seção, n° 6. Rio de Janeiro. Ministério das Relações Exteriores, 22.10.1898.
>
> O Ministro de Estado das Relações Exteriores faz os seus atenciosos cumprimentos ao Sr. Dr. Paravicini, enviado extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Bolívia, e, como resposta provisória ao "*memorandum*", anexo à sua nota de 15, do corrente, tem a honra de participar-lhe que hoje declara pelo telégrafo ao Governador do Estado do Amazonas que pode concordar no estabelecimento do Posto Aduaneiro margem do Acre ou Aquiri, em território incontestavelmente boliviano, isto é, acima da linha tirada do Madeira à nascente do Javari, na verdadeira Latitude determinada pelo Capitão-Tenente Cunha Gomes.
>
> Também participa que hoje se entende com o Sr. Ministro da Fazenda, para que dê pelo telégrafo as ordens necessárias, a fim de serem nas Alfândegas de Manaus e Pará recebidos os documentos expedidos pelo Posto Aduaneiro do Rio Acre, como justificativos das mercadorias em trânsito. O Ministro das Relações Exteriores assim procede, confiado na declaração feita pelo Dr. Paravicini no seu "*memorandum*", segundo o qual o dito Posto Aduaneiro será estabelecido em trânsito incontestavelmente boliviano, isto é, na forma declarada ao Governador do Amazonas.

Observa-se por este ofício que ele encerra apenas uma resposta provisória sobre a questão e salienta as restrições da permissão. Nem diferente poderia ser a conduta do Sr. General Dionísio Cerqueira, que, em 25.04.1898, afirmava ao mesmo Sr. Paravicini este princípio básico das negociações:

> Provada, como fica, a necessidade de retificação, não pode o Governo Brasileiro continuar pela sua parte a demarcação; suspende-a, para se entender com o Governo Boliviano, e não poderia continuá-la agora sem obter do Congresso Nacional o crédito necessário.

Estas palavras são por demais concludentes. Mas o Sr. Paravicini olvidou tudo quanto a boa-fé dos Tratados lhe impunha e, abreviando o convênio por seu livre arbítrio, foi em "*vilegiatura*" ao Acre e lá estabeleceu a repartição alfandegária, dizendo ali o seu agente Benigno Gamarra, em ofício de 12.09.1898, que a Bolívia, de "*acordo com o Brasil*", resolvera tomar posse da parte que lhe corresponde, "*segundo disposição*" do Congresso Brasileiro. Estas deslealdades do Ministro da Bolívia e dos seus delegados, cujo procedimento resumimos em rápidas indicações, pois no magnífico livro "*O Rio Acre*", de Serzedello Corrêa, acha-se tudo exposto com a máxima clareza, seriam o suficiente para cortar combinações diplomáticas. Mas o Governo Boliviano, reconhecendo talvez estas flagrantes inadvertências ([194]) de seu Ministro, demitiu-o após a indevida ocupação, com todo o seu cortejo de iniquidades praticadas contra brasileiros, nomeando um novo Ministro, o Sr. Salinas Vega, e uma nova Comissão Aduaneira. Julgou então o Sr. Olintho Magalhães, Secretário das Relações Exteriores, assisado ([195]) reentabular ([196]) as negociações, assinando um Protocolo tão incongruente como o de 1895, dos Srs. Carvalho e Medina, que é nulo de pleno direito. Todas estas resoluções foram tomadas leviana-mente, sem se atender aos interesses dos brasileiros residentes no Acre e mirando-se exclusivamente a servir à cobiça da Bolívia, que títulos alguns possui

---

[194] Inadvertências: desacertos.
[195] Assisado: aconselhado.
[196] Reentabular: restabelecer.

para dominar naquela zona, que pertence ao Brasil somente, conforme a doutrina do "*uti possidetis*", já apontada no tratado de 1867, e a história das lutas coloniais de limites, que em breve se desenterrará do pó dos arquivos, ressuscitando-a em toda a sua esplendente clarividência.

Os Rebeldes Acreanos, ao enfrentarem os prós e os contras do seu patriótico movimento, conheciam minudentemente ([197]) os convênios realizados e os fatos pretéritos, contemporâneos do Brasil Colonial e do Brasil Imperial. O seu patriotismo não podia admitir, portanto, que o Brasil Republicano abandonasse sem-cerimoniosamente a área mais produtiva da Federação na atualidade. Preferiram os Revolucionários acreditar que o Governo Federal desconhecia a questão, como consignou a "*Província do Pará*", ignorando tudo quanto respeitava ao imenso pedaço requestado ([198]), superior em extensão a numerosos Estados da União. Creram nesta hipótese e aguardaram o ensejo de esclarecer os Poderes Públicos da República. E esse momento chegou, finalmente. É agora ocasião de declarar que os insurretos, a cujos esforços se deve o desbravamento das plagas acreanas, prepararam aberta e francamente a Revolução contra as prepotências da Bolívia, afim de reintegrarem à mãe Pátria a pérola que ela queria soterrar, por insciência ([199]) da riqueza que perdia.

Não os demoveu do sou fito ([200]) proposta alguma, embora o Sr. Adolpho Ballivian, Cônsul da Bolívia em Londres, que se achava em Manaus com a Comissão Boliviana, chefiada pelo finado Sr. Pedro Kramer, propalasse em várias rodas que o seu país se apoderaria do Contestado por dinheiro.

---

[197] Minudentemente: minuciosamente.
[198] Requestado: pleiteado.
[199] Insciência: ignorância.
[200] Fito: objetivo.

Os revolucionados não pediram, nem pedirão, um ceitil ([201]) ou um Soldado ao Brasil, para defender a integridade da Pátria. Apenas lhe rogaram e rogam que se mantenha neutral, porque eles, arrostando com todos os sacrifícios, saberão couraçar os seus domicílios e as suas fortunas contra a incursão boliviana. Nada carecem os rebelados da mãe Pátria, senão justiça às suas honradas aspirações. Operaram de moto próprio, munindo-se com o armamento e víveres necessários e convocando para a peleja uma legião de 5 a 6.000 homens. Tudo se fez por amor do Brasil, examinando os Tratados executados pelo Governo Central e a linha de proceder incorretíssimo dos emissários bolivianos, cujas tropelias e desrespeitos à propriedade brasileira eram desconhecidos na Capital Federal. Insurgimo-nos espontaneamente, convencidíssimos de que o venerando Presidente da República consideraria o nosso ato de patriotismo e de que só por este modo poderíamos salvar a Amazônia duma crise comercial pavorosa, de consequências incalculáveis. Eis o que nos diz a consciência.

II – Organização do Estado

É sabido por quem acompanha as coisas do Amazonas que a jurisdição deste Estudo jamais se preocupou com a vida acreana. O Acre, que ainda há poucos anos se incluía na Comarca da Lábrea, foi pelo Capitão Fileto Pires Ferreira, Governador do Amazonas, desligado para o município do Antimarí, hoje chamado Floriano Peixoto. Releva notar que os territórios em litígio abrangem a extensão de 5.870 léguas quadradas. Por aqui se poderá avaliar que Ordem e Progresso poderia haver numa zona deste quilate, habitada por mais de 30.000 brasileiros. (OCS, n° 007)

---

[201] Ceitil: quantia insignificante.

O Cruzeiro do Sul, n° 008

Cruzeiro do Sul, AC – Sábado, 30.06.1906

Manifesto dos Revolucionários Acreanos (Continuação)

Os bolivianos, quando se apossaram da cidade do Acre, limitaram-se a construir umas três ou quatro barracas, cuidando mais de cobrar impostos de exportação do que de promover o desenvolvimento da região que tinham conquistado perfidamente. A justiça cifrava-se ([202]) no absolutismo do corregedor Antônio Leite Barbosa que aproveitava o prestígio das suas funções para tratar dos seus lucros particulares, como se verifica de um mandado que expediu a um seu devedor, ordenando-lhe sumariamente que fosse pagar à sua mulher umas contas atrasadas. Esta ocorrência publicada na imprensa de Manaus e do Pará, dá a medida exata do caminho seguido, pela Bolívia na sua curta administração. Mais: o Sr. Dr. José Paravicini, com o fim de fomentar o concubinato entre os brasileiros, decretara que os antigos juízes continuassem a fazer casamentos civis, os quais eram nulificados, pela constituição católica da Bolívia. Que moralidade – a deste ministro! Luiz Galvez, assim que se proclamou o advento do Estado Independente do Acre, lançou os alicerces duma capital garrida, edificando barracões elegantíssimos, visto escassearem naquelas paragens os materiais de construção. Quem quer que passou pela capital do novo Estado Brasileiro atestará a salubridade que ali se goza e a regularidade agradável das ruas que formam a novíssima

[202] Cifrava-se: resumia-se.

população, erguida com o desinteressado concurso de brasileiros.

O Presidente do novo Estado, probo nas suas tentativas, decretou imediatamente a organização administrativa. Constituíram-se logo o poder judiciário e os distritos militares. A polícia estabeleceu-se em todo o território e as repartições privativas começaram a funcionar, desde a Secretaria do Governo à junta de Higiene e Capitania do Porto. Quem assim trabalha revela intuitos sãos e nunca o fim de anarquizar. No Acre não existiam autoridades brasileiras e o Estado Independente outorgou-lhas, revestidas do todo o acatamento. Esta organização, de resto, era, há muito reclamada por aqueles laboriosos povos. Por esta maneira ficou garantidíssima a paz em todo o território, sendo respeitados com generosidade os seringueiros bolivianos e prosseguindo as fainas quotidianas em completo repouso, sem aparecer o menor motivo para queixas dos dirigentes da revolução, que estavam empenhados, unissonamente ([203]), em demonstrar ao público as suas intenções liberais e humanitárias. O zelo do governo provisório atingiu o ponto de adquirir uma sortidíssima farmácia, que mais tarde foi destruída pelo vandalismo da Comissão Boliviana! Este espírito de concórdia acabava por uma vez com o "*regimen*" do caciquismo ([204]) no Acre, onde até à data legislava impunemente o rifle, manejado por Leites, Felícios e outros, cujos nomes é desnecessário gravar. Os dísticos da bandeira sacrossanta – "*Ordem e Progresso*" – passaram a ser uma realidade esplendorosa em toda a região do Acre e Xapuri, voltando aos ânimos à confiança que os carrascos bolivianos não conseguiram insuflar-lhes. Esta é a verdade inegável, digam o que disserem os caluniadores.

---

[203] Unissonamente: unanimemente.
[204] Caciquismo: arbitrariedade.

III – Os Primeiros Incidentes

Era natural que, prevenidos como estavam todos, se dessem alguns incidentes nos primeiros tempos. A imprensa, mal informada sobre a lisura dos promotores da Revolução Acreana, desencadeara sobre o chefe aclamado uma tempestade assombrosa de epítetos ([205]) crus, pretendendo levar para o grotesco uma rebelião sagrada, que só visava a defesa da Pátria Brasileira. Não se lembravam esses cavalheiros, que tão irrefletidamente falavam dos sucessos do Acre, de que os chefes do movimento enviavam para as praças do Pará o Manaus, anualmente, o melhor de dois milhões de quilos de borracha ([206]), o que equivale a 26.000 contos de réis, cotando o quilo da goma elástica ao preço mínimo de 13.000 réis. Esqueciam esses indignados que os trabalhadores do Acre, que se ufanam de ser a pedra angular da grandeza amazônica, poderiam tomar uma represália violenta, gerando uma crise intensíssima na Amazônia.

Não se recordavam os incendidos ([207]) censores de que quem tinha a velar por 26.000 contos de réis nunca se transformaria em bandoleiro desceria a sacrificar o seu bem estar e a sua autonomia particular; adquirida à custa de tanto suor, tantas doenças e tantas vítimas, combatendo por uma causa ruim e censurável, que afetasse os interesses da Amazônia em especial e os do Brasil em geral. Assim foi que aconteceram os incidentes do vapor "*Cidade do Porto de Moz*", plausivelmente elucidados pelo Sr. Gentil Pereira, da casa Marques Braga & Ciª, e da lancha "*Garantia da Amazônia*", suficientemente aclarados também.

---

[205] Epítetos: adjetivos, apelidos, qualidades.

[206] Só do Rio Acre. A sua produção, no entanto, é hoje superior a 4 milhões de quilos. [Este escrito é de 1.900] (Fran Paxeco)

[207] Incendidos: inflamados.

O Estado Independente praticou uma transação lícita, ficando o finado Sr. Victor Bezerra com um documento em seu poder. O que executou este malogrado cidadão não passou de um negócio bastante favorável à sua empresa, prestando-se até a subir o Xapuri, na qualidade de inspetor do tesouro acreano. A responsabilidade contraída será respeitada pelo Estado, assim que o embolso dos impostos seja feito. E, caso queiram os herdeiros apelar para os tribunais, em Santa Cruz, na Bolívia, é que a ação se proporá. O acordo amigável é, por consequência, a mais imediata das soluções. Nós não encampamos leviandades, doa a quem doer. Ambos estes incidentes, cujo desarrolar ([208]) é o mais legítimo possível, provocaram à imprensa duros comentários.

A luz fez-se, no entanto, e todos se capacitaram de que não havia pretexto para tamanho alarma. Mas as inverdades, como ordinariamente sucede, divulgaram-se e ganharam raízes na opinião pública. Lá diz o saber popular: – Das injustiças sempre fica alguma coisa. E destas clamorosas inveracidades restou, pelo menos, a confusão nos espíritos, que este nosso manifesto deve arredar por completo, se acaso as praças de Manaus e do Pará dispensam à Comissão signatária, como até aqui hão generosamente dispensado, o crédito que há vinte anos lhe fornecem em transações múltiplas, onde por grande parte figura a nossa palavra ilibada, livre de qualquer contrato ou escritura. Um superior conceito as tem orientado. Os signatários, que na sua maioria usufruem um feliz viver, não precisam de recorrer a artimanhas políticas. A nossa política é a da honra e dignidade brasileiras e com este lema é que iniciamos e sustentaremos o Movimento Revolucionado do Acre, esclarecendo com toda a lealdade os episódios que têm esmaltado os nossos constantes esforços.

---

[208] Desarrolar: desdobramento.

Da Revolução pretendemos unicamente a glória de trabalhar pela reivindicação dos seculares direitos brasileiros à região por nós arroteada e engrandecida. Nada mais, nada menos.

IV – O Caso do Riozinho

Constara no Riozinho ao Coronel Antônio do Sousa Braga, por intermédio de diferentes amigos, que Luiz Galvez havia proibido o embarque da borracha para o Pará e Manaus. O Cel Braga, lesado no seu comércio e antevendo sombrios desastres, determinou usar da força de que dispunha e prender o Presidente Galvez, a fim de revogar o decreto aludido. Assim se fez, embarcando-se imediatamente a goma elástica em depósito. Mais tarde, excetuando-se uma conferência entre Cel Braga e Galvez, este participou ao novo Presidente; os motivos, da sua deliberação e que consistiam no receio que tinha de que os bolivianos, que estavam já de posse de Puerto Alonso, se apropriassem da borracha armazenada, causando um enorme prejuízo aos comerciantes acreanos.

Braga, então, vendo a hombridade cívica de Galvez, reconheceu a sua correção o não hesitou em confiar-lhe do novo a Presidência, visto estar convicto da sua honestidade no movimento, apesar das difamações que injustissimamente se tem propalado. Renunciou o elevado cargo, visto a sua saúde encontrar-se bastante alterada e ter que dar cumprimento a uma espinhosa comissão dos revolucionários e tratar de urgentes negócios nas praças do Pará e de Manaus, sob a condição expressa de se indultarem todos os presos políticos, o que realmente se cumpriu. As cartas do Cel Braga e comandante Álvaro pormenorizam o deturpadíssimo caso do Riozinho. Estas missivas, como outras publicações, farão parte do corpo do documentos que a Comissão brevemente publicará em livro; para ser distribuído em toda a Federação Brasileira e no estrangeiro.

Adrede ([209]) vem o desfazer a inventiva de que os acreanos têm por Luiz Galvez um fanatismo. Não! Os insurretos admiram e seguem este benemérito da revolução, como enalteceram o Coronel Antônio de Souza Braga, porque ambos puseram os seus valiosos e leais serviços ao dispor dos batalhões.

Ali não há pessoas a guindar ([210]), mas sim princípios invulneráveis a barricar ([211]). Ali não se atende a caprichos momentâneos, nem a cálculos interesseiros, mas sim à soberana vontade popular, que é unânime em advogar a causa do Brasil, qualquer que seja o dirigente das suas hostes, uma vez que o seu caráter se comprove em surtos de abnegação.

Fanático é o religioso, que caminha para o abismo, se lhe acenarem com a cruz e a fé, inda que fementidamente ([212])! Fanático é o politiqueiro, que muitas vezes se deixa embair ([213]) por cantos de sereia e arremessa à perdição a família e a vida! Fanático é o militar, quando obedece cegamente à estrela dos generais e lhes entrega os peitos, no mais temerário dos recessos, no mais hiante ([214]) dos perigos! (OCS, n° 008)

O Cruzeiro do Sul, n° 009

Cruzeiro do Sul, AC – Sábado, 07.07.1906

Manifesto dos Revolucionários Acreanos (Continuação)

---

[209] Adrede: a propósito.
[210] Guindar: exaltar.
[211] Barricar: defender.
[212] Fementidamente: enganosamente.
[213] Embair: enganar.
[214] Hiante: ávido.

Esses, alucinados pelo erro ou pela idolatria, cognominam-se fanáticos. Mas os Revolucionários do Acre, cujos intuitos se abroquelam ([215]) na razão da História e nas convenções do Direito, não venderam ainda as suas retinas e claras, nem tão pouco se deixaram obcecar por falazes aparências. Os Rebeldes Acreanos, se insistem no termo, entremostrarão o fanatismo da Pátria! E esse é belo como as auroras, puro como as vestais, inatingível por ditérios ([216]), inatacável por desconchavos ([217]).

V – A Comissão Boliviana

O fato da ida da Comissão boliviana a Puerto Alonso merece uma narração circunstanciada. A Comissão foi chefiada pelo falecido Sr. Ladislau Ibarra, em razão de se haver dado em Manaus o passamento do Delegado Pedro Kramer. Esta Comissão pacífica, que seguiu no Manaus, principiou por armar em guerra este vapor. No Acre, onde se achava já praticando as maiores arbitrariedades o detestado Capitão Antônio Leite Barbosa, comandante geral das armas bolivianas, este renegado fardou quatro brasileiros com o uniforme da Bolívia. Foram presos, ao mesmo tempo, cinco portugueses, sendo forçados a vestir a farda boliviana. O navio Rio Acre foi preso nesta ocasião, por se ter avisado de Manaus que ele ia fretar-se à gente da Bolívia. O comandante deste vapor, Sr. Neutel Maia, enchera o Acre de boatos aterradores.

Em 12 do janeiro, tendo à sua frente o Coronel Antônio de Souza Braga, as forças acreanas travaram combate com "*Manaus*", hasteando neste vapor e na cidade a bandeira do Acre.

---

[215] Abroquelam: fortalecem.
[216] Ditérios: zombarias.
[217] Desconchavos: tolices.

Os primeiros pelotões militares foram comandados pelos Coronéis João Passos de Oliveira e Hipólito Moreira. É bom frisar, antes de prosseguir, que o Coronel Braga tinha mandado a bordo um parlamentário, que se viu obrigado a recuar, sendo morto pela Comissão boliviana um dos tripulantes da montaria. Esta barbaridade inaudita é que decidiu o definitivo rompimento. A Comissão tinha transportado para bordo do "*Manaus*" tudo quanto havia encontrado na cidade do Acre, no momento desabitada – mercadorias, artigos de farmácia, armamento, etc. – arrombando as malas das poucas pessoas que estavam na capital. O Coronel Braga ordenou que revertessem esses furtos aos seus primitivos lugares e legítimos proprietários. Os guerrilheiros do Capitão Leite, brasileiros, aderiram aos acreanos, sendo preso e sentenciado e vendido, – que declarou estar ao serviço da Bolívia, por lhe ter prometido esta comprar o seu Seringal "*Humaitá*", por dois mil contos. Este simples traço caracteriza a Bolívia e os seus defensores.

O boliviano Romualdo de la Peña, membro da Comissão, oficiou ao Presidente Braga que não mais hostilizaria a independência do Acre e o comandante Vinhas, do "*Manaus*", escreveu que todos os abusos e vexames se deviam ao Capitão Leite. No Seringal deste, que foi tomado, apreenderam-se oitenta rifles e trinta e dois cunhetes de bala, além de sacos com munições, fardas e bonnets ([218]) bolivianos. Estes sucessos, juntos ao ameaçador decreto do estado de sítio, no qual se anunciava o fuzilamento dos patrióticos chefes do movimento acreano, demonstravam à evidência que a Comissão "*pacífica*", calcando as regalias dos cidadãos brasileiros, desejava impor-lhes a ferro e fogo o seu domínio sanguinário.

---

[218] Bonnets: casquetes, bonés.

Os insurretos tinham bem patente aos seus olhos o pelourinho que o Sr. José Paravicini fizera levantar em Puerto Alonso, quando a desídia ([219]) diplomática o levou a inaugurar naquele local uma Alfândega ilegalíssima e atentatória da soberania da República Brasileira. Essas e outras saudosas recordações é que induziram a receber à bala os intrusos, que pretendiam decepar o tronco aos nacionais, depredar os haveres alcançados com tantos sacrifícios e povoar de bolivianos a riquíssima zona.

O patriotismo segredava-nos que expulsássemos esses algozes. Assim o fizemos, com coragem e nobreza!

VI – A Visita do Jutaí

De há muito tempo se noticiava a partida para o Acre do aviso de guerra "*Jutaí*", sob o cominando do Sr. Capitão-Tenente Raimundo Valle, Vice-Cônsul brasileiro em Puerto Alonso. Chegaram, finalmente, ordens positivas do Governo Federal e o barco seguiu ao seu destino, sem talvez saber a missão que ia desempenhar.

O "*Amazonas Comercial*", de Manaus, inspirado pelo Cônsul da Bolívia naquela cidade, e que desde a missão Paravicini tem defendido a ocupação boliviana, infamando os homens que se acham na vanguarda revolucionária do Acre, os quais todos têm muitíssimo que perder, aventou a emergência de ser aprisionado pelos revoltosos o "*Jutaí*", visto conduzir uma diminuta guarnição. Os irmãos do comandante Vale quiseram mesmo responsabilizar o ilustre Capitão do porto pelos desastres que pudesse haver.

---

[219] Desídia: desleixo.

Mas todas estas conjecturas não passavam de graciosas, não obstante a publicação de uma carta imprudentíssima do 1° Tenente Pina Júnior. O temor dos Srs. Dr. Domingos Vale e Enéas Vale afigura-se-nos muito justo. Outro tanto não sucedia, contudo, no jornal aludido, que só tinha em vista alvoroçar o Brasil com o lançamento desairoso daquela atoarda ([220]) comprometedora. Esta gazeta, cujas simpatias inconfessáveis pela Bolívia foram registradas no volume "*O Rio Acre*", de Serzedello Corrêa, tem malsinado os intuitos bons da Revolução Acreana, desconceituando-se na sociedade manauense, porque todas as suas fantasias de órgão boliviano hão sido desmentidas, desde os crimes irrogados ([221]) a Luiz Galvez à descrição mentirosa dos sucessos de Riozinho.

A mais recente e solene refutação às caluniosas afirmações do "*Comercial*", que alguns jornais do Pará impensadamente reproduziram, reside nas festas estrondosas com que o aviso "*Jutaí*" foi recebido. O Coronel Hipólito Moreira, que a elas assistiu, certifica-nos de que o Navio de Guerra brasileiro foi aclamado entre delirantes vivas à armada brasileira, tendo o aviso saudado o Governo do Estado Independente do Acre com um tiro de canhão, que foi galhardamente correspondido pelas descargas do Exército Acreano, enfileirado em terra. Em seguida, visitando a cidade, no meio do frenético entusiasmo dos habitantes, o comandante Vale retirou-se para Antimarí ou Floriano Peixoto, onde tem cobrado os emolumentos ([222]) do seu vice-consulado, aliás arbitrariamente, porque a ninguém apresentou as suas credenciais.

---

[220] Atoarda: boataria.
[221] Irrogados: infames.
[222] Emolumentos: impostos.

Este é o documento caloroso de que os acreanos estão prontos para submeter-se a qualquer autoridade brasileira. O Brasil que mande para o Acre um único representante, um só, seja ele qual for, e os rebeldes sujeitar-se-ão sem objeções às suas ordens. Consente, por outro lado, que subam pelo Amazonas os usurpadores bolivianos, ainda que vão aos milhares, acompanhe-os com a sua força, retire-se depois, porque não é tutor de nação alguma, e verá que nas pinturescas ([223]) ribeiras do Acre, como o Sr. Ibarra disse poeticamente, no Decreto do Estado de Sítio, não ficará à sombra de um fantasma do berço do negregado ([224]) Melgarejo ([225]), – porque os acreanos querem ser brasileiros e não tolerarão que o Brasil os obrigue a reconhecer outra Pátria!

VII – Os Interesses da Amazônia

Concordamos em que são sensíveis as complicações sobrevindas ao comércio amazônico, mas não tantas como os alvissareiros alugados à Bolívia supõem. A pendência resolver-se-á nos gabinetes diplomáticos – e melhor será assim, porque os insurretos não estão dispostos a ceder um palmo do seu território, nem um ápice das suas prerrogativas. As verdadeiras consequências mas, as únicas para temer, efetivamente estupendas, adviriam da paralisação dos negócios comerciais. Essa lamentável interrupção, que a força das circunstâncias impôs, embora não se prolongasse e fosse mais originada pela dificuldade dos transportes do que pelas determinações da Junta Governativa, germinou em toda a Amazônia

[223] Pinturescas: pitorescas.

[224] Negregado: amaldiçoado.

[225] Manuel Mariano Melgarejo Valencia: militar e político boliviano. Foi presidente da Bolívia de 28.12.1864 a 15.01.1871. Como Ditador perseguiu tenazmente seus opositores e despojou os indígenas de suas terras. Passou grande parte de sua gestão reprimindo rebeliões intestinas.

um começo de crise. A falta de borracha, que é em grande parte colhida naquela fértil região, cobiçadíssima pelos abutres norte-americanos e bolivianos, alastrou um transtorno deveras notável. Sentimos, por todos os motivos, este obstáculo passageiro das duas importantes praças do Norte, que estão sofrendo o que há pouco magoou a Bahia [Motim de Canudos] e não há muito molestou o Rio Grande do Sul [Revolta dos Federalistas]. Estes contratempos mínimos são naturais, todavia, apoiamos os que se lamentam desta quebra nos seus interesses, da qual participamos por igual. Mas acaso o ideal desta Revolução comparar-se-á aos fins inclassificáveis dos promotores daquelas sedições condenáveis? Porventura o proceder patriótico dos acreanos pode semelhar-se aos distúrbios fomentados pelos jagunços o pelos maragatos? Não valerá a pena, em verdade, suportar um abalo econômico financeiro transitório, a bem do pundonor pátrio, manchado pela ousadia boliviana. Pertencemos ao número dos que entendem que a Pátria é credora de todas as imolações no seu altar augusto. Quem se não sacrifica pela sua Pátria é incapacíssimo de possuir um sentimento bom. E o comércio tem proporcionado cabais provas de que sabe aguardar com calma e prudência os acontecimentos, certo de que os seus pequenos prejuízos de hoje, se existem, terão amanhã uma rasgada compensação. (OCS, n° 009)

O Cruzeiro do Sul, n° 010

Cruzeiro do Sul, AC – Domingo, 15.07.1906

Manifesto dos Revolucionários Acreanos (Continuação)

Asseguram os Revolucionários do Acre que toda a goma elástica baixará, logo que o Brasil dissimule as negociações diplomáticas incabíveis e afirme à sua; neutralidade no terreno litigioso, liquidando a questão perante os relatórios dos Srs. Barão de Teffé, Thaumaturgo do Azevedo e Cunha Gomes.

Este procedimento altamente patriótico é ditado ao Dr. Campos Salles pela resistência dos acreanos; que persistem em considerar-se brasileiros e não admitem a menor dúvida, sobre este ponto, ao Governo Federal. Tudo serenará, desde que o venerando Presidente da República Brasileira não trepide em seguir esta conduta. O comércio da Amazônia não perderá um real e a tranquilidade voltará a todos os ânimos, sem ser necessário desenrolar o tristíssimo espetáculo do massacre de brasileiros, que se batem pela Pátria, pelos próprios irmãos.

A fraqueza do governo da União perante as exigências inqualificáveis da Bolívia, a manter-se, acarretará um rombo de 26.000 contos de réis anuais nas praças de Belém e de Manaus, o que significa o aniquilamento completo destes importantes centros mercantis. Esses 26 mil contos resultam da produção acreana de dois milhões de quilos de borracha, ao preço de 13.000 réis o quilo. A União que escolha entre os dois polos – a morte da Amazônia e a vitória da Bolívia. Os acreanos somente lhe pedem que se abstenha de intervir na contenda motivada pela posse. É uma reclamação patriótica e assaz razoável. Eles se encarregam de escorraçar os bolivianos dos seus lares e das suas propriedades, por todos os meios ao seu alcance, que são inúmeros.

E o comércio da Amazônia, por seu lado, que tem fundas estacas em toda a República e no estrangeiro, observando com critério os fins da Revolução, há de

confirmar que todas as suas práticas hão sido honestíssimas. Escutem a nossa voz, que é sincera e verdadeira, e evitem a todo o transe o prosseguimento dos ruinosos protocolos e convênios do Governo Central, que se têm multiplicado com uma admirável rapidez e desmoronamento. O Norte é atualmente a única paragem próspera desta imensa República. [...] Aqui vos garantimos a segurança do comércio e a satisfação dos compromissos dos acreanos. Ninguém desmereceu ali dos créditos até ao momento auferidos. E de ora avante menos razões tereis para a mais insignificante queixa, porque os signatários, que nada têm com Uhthoffs ([226]) e quejandos ([227]), hipotecam às praças do comércio do Pará e de Manaus a sua honra no desempenho desta formal declaração. Auxiliem os negociantes do Acre, porque eles representam a guarda indestrutível do comércio amazônico e da integridade territorial do Brasil.

VIII – Os Fins da Revolução

O único homem que no Brasil tem estudado a Questão do Acre, havendo mesmo publicado um minucioso livro sobre ela, é o distinto engenheiro e probidíssimo Deputado Federal, ex-Ministro da República, o Sr. Dr. Serzedello Corrêa ([228]).

Foi o seu brado altivo e honrado o único a levantar-se, no meio do coro de ápodos ([229]) chãos que só

[226] O Fenômeno de Uhthoff, também conhecido como Síndrome de Uhthoff, é o agravamento dos sintomas neurológicos.
[227] Quejandos: coisas semelhantes.
[228] Inocêncio Serzedelo Corrêa: concluiu o Curso de Estado-Maior de Primeira Classe na Escola Militar. Foi Governador do Paraná, ocupou as pastas das Relações Exteriores e da Indústria Viação e Obras Públicas e, em 1892, assumiu a pasta da Fazenda e Ministro Interino da Justiça e da Agricultura. Foi Prefeito do Rio de Janeiro por dois mandatos. Reformou-se no posto de General-de-Brigada (1910).
[229] Ápodos: manifestações depreciativas.

endereçavam aos revolucionados acreanos, esses "*bandidos honestos*", na frase do eminente o imaculado homem público, uma das mais puras glorias brasileiras. Pois esse vulto aureolado, na sua obra "*O Rio Acre*", páginas 206-207, tira as seguintes conclusões evidentíssimas de toda a questão, na qual a diplomacia brasileira, por infelicidade, tem andado completamente às apalpadelas:

1° o protocolo de 1867 ([230]), a que se reporta. Em consequência, esse protocolo equivale a um novo ajuste pelo qual perde o Brasil uma área avaliada em 5.870 léguas quadradas. E, portanto, tal protocolo não pode subsistir sem aprovação do Congresso Nacional e, sem ela, é nulo do pleno direito;

2° ainda quando se queira negar essa afirmativa, que é evidente desse protocolo não resulta direito algum à Bolívia porquanto a demarcação que por ele se ajustou não está concluída e a parte efetuada, longe de ter sido aprovada, foi impugnada pelo Brasil;

3° o tratado Carvalho-Medina não consulta os interesses do Brasil e, não tendo sido aprovado até agora pelo Congresso Nacional, não está em vigor e portanto dele não resulta direito algum à Bolívia;

4° conseguintemente; o território em que está situada a alfândega de "*Puerto Alonso*" não é, a título algum, boliviano;

5° a Bolívia invadiu e está ocupando território brasileiro, no qual exerce jurisdição e arrecada impostos;

6° que finalmente, esse ato representa insuportável ofensa à soberania nacional.

---

[230] O Tratado de Ayacucho de 1867 (Tratado da Amizade ou Muñoz Netto) assinado em pleno contexto da Guerra contra o Paraguai (1864-1870).

Temos ao lado dos acreanos um estadista inconsútil ([231]) do patriotismo e competência da qual por certo ninguém ousará duvidar ([232]). Essas razões ponderosas ([233]) foram, lidas no Acre, de Seringal em Seringal, e foram elas que incrementaram o movimento e deram maior alento aos combatentes. Lá em cima havia o sentimento patriótico, mas não se viam mapas, em que se pudesse estudar o assunto. E o sentimento, que é o primeiro poder nos transes que melindram a Pátria, irmanou-se agora, como quase sempre, com a justiça da causa que se apostolava. Ainda bem.

Os "*bandidos acreanos*", cujo balsão ([234]) nunca foi maculado por torpezas, cuja revolução há animado lidimamente ([235]), sem recorrer as infâmias de que os informantes gratuitos os cobriram, viram em Serzedello Corrêa, como amanhã hão de ver em todos brasileiros amantes do seu torrão, o porta-voz dos seus perigosos prélios, inteiramente desajudados, afrontando os inimigos de fora e os malsins de dentro.

O triunfo material era uma realidade e o triunfo moral não tardará a evidenciar-se. Os revolucionários acreditavam e acreditam na justiça da sua terra mãe, que dará ao mundo o mais negro dos exemplos, se os abandonar e consentir que a imbele ([236]) Bolívia os vá acorrentar a um jugo humilhante, que eles repudiam com todas as veras da sua alma.

---

[231] Inconsútil: íntegro.

[232] Serzedello Corrêa foi movido a este brado pelo altivo relatório do Coronel Thaumaturgo do Azevedo, a benemérito reivindicador da região, em 1895, de encontro às parvoíces do General Dionísio Cerqueira, então Ministro do Exterior.

[233] Ponderosas: convincentes.

[234] Balsão: estandarte.

[235] Lidimamente: legitimamente.

[236] Imbele: covarde.

Não há sentimentalismos diplomáticos que nos dobrem. O Acre foi explorado por nós, nós fomos quem fez brotar daquelas selvas a riqueza, e os terrenos são nossos, absolutamente nossos. Somos brasileiros e não nos curvaremos a nação alguma que não seja o Brasil. Possuímos o Acre pelo nosso trabalho e havemos de possuí-lo politicamente, estribados na fé dos convênios e na história do passado.

Nada pretendemos, proventos alguns desejamos, posições de natureza alguma almejamos. Os impostos serão arrecadados no Amazonas e no Pará e as despesas da revolução, sem embargo, hão de saldar-se. O Acre é dos acreanos.

O Governo Federal tem livre o campo das suas negociações. Entregue a zona à Bolívia, já que não pode retroceder no caminho encetado, e de, por findos os seus trabalhos diplomáticos e de mediador. As suas responsabilidades cessarão. É esta a única maneira prática de acabar o litígio. Porque, de duas hipóteses, uma vencerá – ou tudo ou nada. As linhas divisórias são impossíveis de gizar-se ([237]) pelas comissões burocráticas. Resolva o governo a questão nos mapas e permita que os acreanos coloquem os marcos no solo!

Olvidados pela União, desprezados pelo Estado do Amazonas, que deixava 6:000 léguas quadradas ao arbítrio de um município desordenado, querem administrar-se por si próprios os acreanos. Não precisamos de sábios. Basta que saibamos arrecadar os impostos, os quais serão diminuídos, ponhamos sentinelas no tesouro e que as próximas eleições escolham brasileiros dignos de nos guiar.

---

[237] Gizar-se: traçar-se.

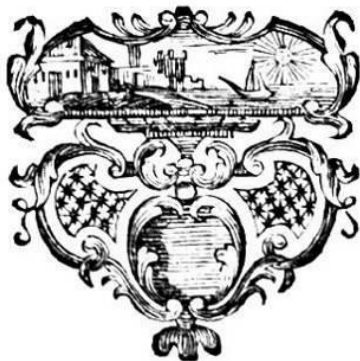
As dimensões do Acre são superiores às de alguns Estados Brasileiros – e rende mais do que o requerido pelas suas necessidades. Queremos a independência estadual, porque os nossos créditos fazem aos maiores gastos! Quem fala à presidência da República, ao povo brasileiro e às praças do comércio do Pará e Manaus com tanta lealdade e franqueza não faz jus a invectivas ([238]). A razão do patriótico pleito está conosco e por ele trabalharemos com energia e convicção, através do todos os óbices que se nos anteponham. Os acreanos mandam no Acre e o Acre pertence ao Brasil. Desta divisa não nos afastaremos, haja o que houver!

Pará, 1 de março de 1900.

A Comissão Acreana:

Antônio de Souza Braga, Rodrigo de Carvalho, Gastão de Oliveira.

Concordamos e secundamos todo o manifesto:

Hypólito Moreira, Pedro da Cunha Braga, Joaquim Alves Maia, Manuel Odorico de Carvalho, Antônio Alencar Araripe, Joaquim Domingues Carneiro, Luiz Barroso de Souza, Francisco Manuel de Ávila, sobrinho, Raymundo Joaquim da Silva Vianna. (OCS, n° 010)

[238] Invectivas: injúrias.

Canção Guerreira
(Domingos José B. Galvão)

ꕥ Poesia oferecida ao herói Dr. José Plácido de Castro ꕥ

Neste solo brasileiro
Desponta brilhante astro:
O Coronel herói guerreiro
José Plácido de Castro.
A minha musa fagueira
Oferece à tua bandeira
Um hino ou canção guerreira
Para hastear em teu mastro.

Naquela luta renhida,
De nossa Pátria em defesa,
Sacrificaste a vida
Mostrando d'alma a grandeza,
Esse valor, que semeias
Colhendo louros as mãos cheias,
Fez-me pulsar pelas veias,
O sangue de brasileiro.

És um herói das campanhas;
És um atleta guerreiro.
As tuas nobres façanhas,
Honram ao Brasil inteiro.
Nobre, fidalgo o humano
No Território Acreano
Venceste o Boliviano
Com caráter do nobreza. [...]

Na região acreana
Onde bradastes: Vitória!
Com bravura soberana
Conquistaste fama e glória
És da bravura o tesouro
Colhendo palmas e louros
Escrevestes com letras d'ouro
Uma página em nossa História! [...]

Apontamentos Sobre a Revolução Acreana

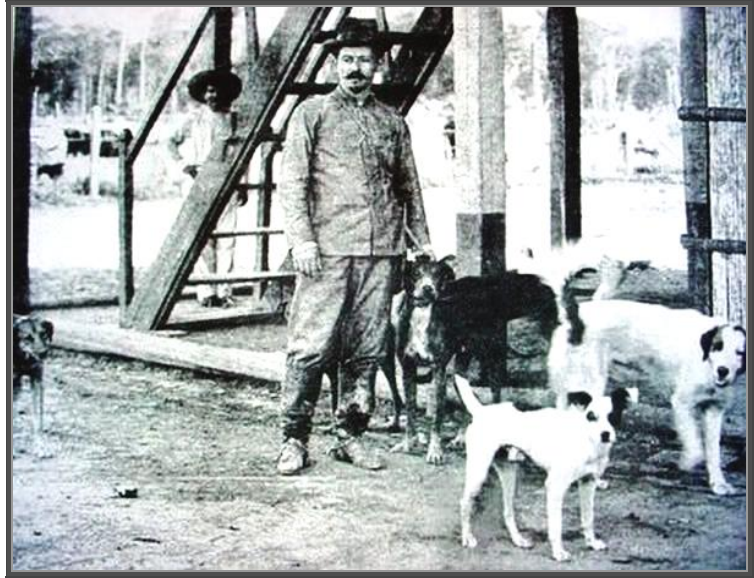



Imagem 30 – José Plácido de Castro

NOTAS INÉDITAS DE PLÁCIDO DE CASTRO ([239])

No exercício da profissão de agrimensor, munido da indispensável provisão, me achava eu no "*Território de Colônias*", da Bolívia, em junho de 1902, demarcando o Seringal "*Vitória*", de propriedade de José Galdino. Os bolivianos, senhores da região que lhe havia sido entregue pelo Governo Brasileiro, tinham elevado à categoria de Vila o povoado de "*Xapuri*", com o nome de Antônio Antunes de Alencar, que ali gozava de algum prestígio e que envidara esforços para conciliar os brasileiros com os bolivianos, em parte o conseguindo, tanto que se fez eleger intendente conjuntamente com o Dr. Magalhães.

[239] Escritos a pedido de Euclides da Cunha quando com ele o autor viajava, em 1906, de Manaus para o Rio. Pretendia aquele escritor ocupar-se dos sucessos que trouxeram o Acre para o Brasil. (CASTRO)

Continuava, entretanto, o desgosto dos brasileiros, sobretudo devido aos rumores que lá chegaram do arrendamento do Acre a uma companhia estrangeira. Em 23 de Junho chegaram-me às mãos alguns jornais que noticiavam como definitivo o arrendamento do território acreano e estampavam o teor do contrato, então firmado entre a Bolívia e o "*Bolivian Syndicate*".

Era uma completa espoliação feita aos acreanos. Veio-me à mente a ideia cruel de que a Pátria brasileira se ia desmembrar; pois, a meu ver, aquilo não era mais do que o caminho que os Estados Unidos abriam para futuros planos, forçando-nos desde então a lhes franquear à navegação os nossos Rios, inclusive o Acre. Qualquer resistência por parte do Brasil ensejaria aos poderosos Estados Unidos o emprego da força e a nossa desgraça em breve estaria consumada.

Guardei, apressado, a bússola de Casella ([240]), de que me estava servindo, abandonei as balizas e demais utensílios e sai no mesmo dia para a margem do Acre. Há muito, prevendo esse resultado, havia falado a vários proprietários na possibilidade de uma resistência, consultando-os se com eles poderia contar. O Sr. José Galdino, incontestavelmente foi de todos quem demonstrou melhores disposições de auxiliar-me. Com ele acordei em que a Revolução se faria: eu desceria até "*Caquetá*", concitando à luta os proprietários, devendo romper o movimento em "*Bom Destino*", Seringal de propriedade de Joaquim Victor da Silva, que era um grande entusiasta da Revolução e a pessoa de maior prestígio no Baixo-Acre. Nessa conformidade desci a 25 do mesmo mês em uma canoa de José Galdino, passei a 29 em "*Bagaço*", e a 30 cheguei a "*Bom Destino*".

[240] L. Casella & Cia.

Depois de entender-me com o Coronel Joaquim Victor, que foi sem dúvida o acreano que maiores sacrifícios pecuniários fez pela Revolução, ficou acordado descermos até "*Caquetá*", onde se achava o Diretor da Mesa de Rendas ([241]) do Estado do Amazonas, que proclamava lhe haver remetido o Governador deste estado grande cópia de armamentos com destino à Revolução.

Se não me falha a memória, no dia 2 de julho, em "*Caquetá*", nos reunimos: eu; o Coronel Joaquim Victor da Silva, proprietário deste Seringal e de "*Bom Destino*" e ex-Vice-Governador do Acre em uma das malogradas revoluções, Domingos Leitão: homem de prestígio, residente no Seringal "*Esperança*"; Domingos Carneiro, residente em "*Floresta*" e ex-Vice-Cônsul do Brasil em "*Porto Acre*"; Rodrigo de Carvalho, Diretor da Mesa de Rendas do Estado do Amazonas em "*Caquetá*"; e o Tenente Antônio de Carvalho.

Tratamos tão somente da Revolução e, por proposta minha, assentamos em que se formaria uma junta revolucionaria, que se comporia dos Coronéis Joaquim Victor da Silva, José Galdino de Assis Marinho e Rodrigo de Carvalho.

Não consegui, porém, que a Revolução rompesse, como eu desejava, no Baixo-Acre, pelo que assentamos que o movimento romperia no "*Xapuri*". Tendo ficado assentado que seria eu o Comandante em chefe, acordou-se também que, em rompendo as hostilidades, ficaria extinta a junta revolucionaria, para que só ficasse em ação uma única autoridade – o Comandante-em-Chefe – a quem todos se deveriam submeter.

---

[241] Mesas de Rendas: criadas no período da Regência, na primeira metade do século XIX, e destinavam-se a operar despachos aduaneiros e fiscalização em portos de escasso movimento, cuja renda não compensasse a instalação de uma aduana completa.

Voltei para "*Xapuri*" incerto do êxito da Revolução, pois todos declaravam que empenhariam o melhor da vida, mas ninguém queria ser o primeiro. A 4 de agosto era a primeira segunda-feira deste mês e dia que os acreanos consideram aziago, como aziagos seriam para eles os 365 do ano se a fome os não ameaçasse. Um dos meus remadores, um velho ébrio, disse-me pela manhã, no momento em que o mandei puxar a sirga:

> – Patrão, eu hoje não trabalho; é a primeira segunda-feira de agosto e pode haver algum desastre.

Não havendo meio de convencê-lo contrário por outra forma, puxei do meu revólver e disse-lhe:

> – Se trabalhares, pode ser que te aconteça algum desastre, mas se não trabalhares é certo que morreras já.

E com um tiro indiquei-lhe o caminho a seguir com a sirga. O homem, que parecia se achar firmemente resolvido a não andar, rompeu imediatamente em marcha, com grande espanto meu, que ainda não conhecia bem aquele meio em que ia agir.

Às dez horas da noite desse dia, em meio de profunda escuridão, passei junto à povoação do "*Xapuri*" sem ser percebido, pois tive o cuidado de advertir aos remadores de que não fizessem barulho com os remos na borda da canoa. O velho ébrio ainda aí portou-se mal, vendo-me obrigado a fazê-lo compreender que, se fossemos descobertos, ele perderia a vida no mesmo momento.

Ao passar pela povoação mandei por terra um homem a "*Vitória*" comunicar ao Coronel José Galdino que eu ia por água e que ele deveria reunir imediatamente todo o seu pessoal, pois, conforme ficara assentado, a essa hora todo o Baixo Acre deveria estar conflagrado.

O próprio ([242]) chegou à noite mesmo, eu porém, só cheguei às nove horas da manhã do dia seguinte, aparentando uma alegria, que ainda não tinha e dizendo que a Revolução quando muito duraria vinte dias, pois o entusiasmo no Baixo Acre era indescritível [não devia falar de outro modo]. O Coronel Galdino mandou efetivamente reunir o seu pessoal que estava muito espalhado, conseguindo o comparecimento de 33 homens, inclusive o seu filho Mattoso. Com estes 33 homens, ao cerrar da noite, seguimos em canoas para "*Xapuri*", onde chegamos às cinco horas da manhã do dia seguinte.

Sem que soubéssemos, era 6 de agosto, dia de festa nacional na Bolívia; era o dia da sua Independência, pelo que estava preparada uma grande festa.

Na véspera haviam as autoridades dormido muito tarde, depois de abundantes libações e dos cânticos patrióticos de costume, pelo que àquela hora da manhã dormiam ainda a sono solto. As autoridades bolivianas eram poucas e estavam alojadas em três casas – na de Alfredo Pires, na de Augusto Nunes, português, instrumento delas e também autoridade, e na intendência, onde residia o próprio Intendente, D. Juan de Dias Bulientes, que não gostava de beber...

Ao saltar em terra, dividi a pequena força em três partes, para atacar simultaneamente as três casas, reservando para mim a do centro que era a Intendência, a do Sr. Alfredo Pires para o Sr. José Galdino e a de Augusto Nunes, na outra margem, para Antônio Moreira de Souza. Tudo correu como eu havia determinado. Penetrando na Intendência, de lá retiramos umas carabinas e dois cunhetes de balas; em seguida chamei-os em voz alta. O intendente, mal acordado ainda, respondeu:

[242] Próprio: mensageiro.

–Es temprano para la fiesta.

Ao que lhe retorqui:

–Não é festa, Sr. Intendente, é Revolução.

Levantaram-se então o intendente e os demais, sobressaltados. Deixei-os sob guarda e fui à casa do Sr. Nunes, onde Moreira nada havia feito. Prendi-os todos.

O Coronel José Galdino já vinha da casa de Alfredo Pires com muitos presos.

Assim começou a Revolução.

Neste mesmo dia continuamos a reunir gente; os proprietários tudo prometiam, mas em verdade mostravam-se receosos: José Galdino era quem agia com mais desassombro.

Convoquei uma reunião para as duas horas do dia seguinte, que se realizou como eu desejava. Nela expus as razões que determinaram a Revolução, e, aparecendo o desejado entusiasmo, falaram com brilho maior os Srs. Dr. Albino dos Santos Pereira, Gastão de Oliveira e Manfredo Álvares Affonso. Em seguida convidei-os a proclamarmos a Independência do Acre, com o nome de "*Estado Independente do Acre*", e, no ato de ser erguida a bandeira ao som da marcha batida, pois havia já um corneteiro entre nós, todos se descobriram respeitosamente.

Foi lavrada uma ata, de que mandei extrair umas vinte cópias, que mandei distribuir Rio abaixo, imediatamente, enviando uma ao Governador boliviano em Porto Acre, afim de que [pensei eu] com esta medida, se alguém fraquejasse, não pudesse recuar, visto se haver comprometido com a assinatura na ata.

Os prisioneiros foram expulsos do território, via Iaco, e eu desci à frente de 64 homens, ficando o Coronel Galdino no comando da guarnição do "*Xapuri*" que se compunha de 150 homens, mais ou menos, com ordem de recrutar os que pudesse.

Um Sr. Falk [judeu francês], que no povoado gozava de alguma influência, começou a fazer reuniões ocultas com o fim de abafar a Revolução pois, não acreditava que o movimento triunfasse. Ao embarcar com a força tive ciência desse fato, pelo que mandei, ato contínuo, prender "*esse chefe*", levando-o em minha companhia, na minha própria canoa. Todo o pessoal era de recrutas roubados ao serviço da seringa, um só não entendia de coisas militares, muito menos de guerra.

No terceiro dia de viagem de baixada, encontrei um próprio que me enviara o Coronel João do Monte, comunicando-me que o Batalhão boliviano, esperado em "*Capatará*", ali havia chegado com grande efetivo. Continuei a marcha, havendo mandado um ofício ao Comandante da guarnição do "*Xapuri*", comunicando-lhe o fato e dizendo- lhe que:

> – A despeito da desproporção numérica, eu me sentia feliz por tão cedo haver chegado a ocasião de pôr em prática o que pregara pela palavra.

Chegado a "*Itu*" mandei reconhecimentos a "*Capatará*", por água e por terra. Era falsa a notícia – ainda não se sabia nada do Batalhão boliviano ali esperado. Isso se passava mais ou menos a 30 de agosto.

A "*Capatará*" chegamos pela manhã. À nossa chegada fugiu para o mato um brasileiro de nome José Cavalcante, que estava ao serviço dos bolivianos. Aí pousamos, continuando a viagem às dez horas da manhã do dia seguinte, sempre Rio abaixo.

Pousamos de novo em “*Benfica*”, onde soube que com a minha demora [ocasionada por moléstia grave] muitos dos companheiros, que se achavam comprometidos, dando crédito ao boato da minha morte, haviam desanimado e fugido para o Brasil, e outros se haviam deixado prender em suas casas pelos bolivianos, informados da nossa situação pelo nosso companheiro Joaquim Carneiro, que, desanimado da vitória, tudo lhes contou, o que, como é fácil de imaginar, de grande prejuízo me foi.

Achavam-se presos os Srs. Pergentino Ferreira, proprietário de “*Bagé*”; Coronel Joaquim Victor da Silva, proprietário de “*Bom Destino*”, e emigrados para o Brasil os Srs. Francisco de Oliveira e Hyppólito Moreira com os seus irmãos – todos pessoas de prestígio, e ainda muitos outros. Foi esta a situação que encontrei no Baixo Acre e era preciso que no Alto nada se soubesse dessas misérias. Que situação dolorosa aquela!

Os improvisados soldados começaram a se aprumar, a desobediência começou a lavrar, de modo que a autoridade do chefe teve de ser mantida pela espada e pelo revólver. Poucos compreenderão o quanto tem de horrível uma situação como aquela em que me encontrei, em que cada dia que passa é um ano de existência que se nos rouba.

A 1° de setembro acampei, à noite, no Barracão “*Panorama*”, de Antônio Barbosa Leite, belo coração que infelizmente tão cedo se apagou.

Na manhã seguinte acampei em “*Liberdade*”, onde me ocupei, até o dia sete do mesmo mês, em convocar os vizinhos e reunir gente. Muitos foram agarrados, já em fuga, pelo pavor que lhes haviam causado a prisão e a fuga dos seus chefes.

Às dez horas da noite desse dia deixei o acampamento sob o comando de um oficial [o Tenente Antônio Coelho], e desci até "*Caquetá*", onde me diziam se achavam os emigrados. Parti àquela mesma hora, em uma canoa tripulada, levando como companheiro o Sr. Augusto de Macedo. O Governador boliviano, não tendo mais notícias da Revolução, além das que lhe dera o nosso companheiro Joaquim Carneiro [vejam o que são os carneiros dessa terra] soltou o Sr. Pergentino Ferreira e o Coronel Joaquim Victor da Silva.

Andamos toda a noite e às dez horas do dia seguinte, oito, chegamos a "*Bom Destino*", de onde, depois de almoçar, segui por terra para "*Caquetá*", que alcancei no mesmo dia, á noite. Em "*Caquetá*" já não encontrei os emigrados, que haviam voltado ao Acre por outro caminho. Achava-se ali o Sr. Gentil Norberto, que havia trazido de Manaus 120 Winchesters, 100 encapados de farinha e 12 cunhetes de balas. Dizia-se encarregado pelo Governo do Amazonas de fazer guerra no Acre.

A ignorância deste moço em assuntos de guerra era tão completa que se presumia bem armado. Não tinha noção alguma sobre coisas militares. O Sr. Rodrigo de Carvalho, o homem mais medroso que tenho conhecido, também ali se achava e se dizia com a mesma incumbência do Governo do Amazonas. Passavam ambos os dias em discussões estéreis e em troca de insultos.

Voltei no dia seguinte a "*Bom Destino*", onde encontrei o Coronel Joaquim Victor da Silva.

Assentamos que ele faria reunir todo o seu pessoal e se entrincheiraria no Barracão. Rumei, em seguida, por terra para o "*Bagaço*", onde cheguei na tarde do dia seguinte.

Aí acordei com o Sr. Basílio Gomes de Lyra a reunião do pessoal deste pequeno povoado e do Seringal.

Daí segui imediatamente para "*Liberdade*" e em caminho encontrei-me com o Tenente-Coronel Alexandrino José da Silva, indivíduo analfabeto, mas com prestígio entre os seringueiros.

Encarreguei-o de proceder ao recrutamento. Chegando a "*Liberdade*" encontrei más notícias: em minha ausência o pessoal se revoltara sob a direção de um rapaz muito moço. Felizmente pude conciliar as cousas sem o emprego da força.

Isto se passava mais ou menos a 15 de setembro.

Achando-me com cento e tantos homens, distribui-os no serviço do recrutamento e fiquei com 70 no acampamento, além de um piquete que fiz seguir para um lugar denominado "*Missão*", por onde deveria passar o inimigo esperado.

Constando-me que um português de nome Antonio, residente na "*Empresa*" iria ao encontro dos bolivianos para lhes servir de guia, mandei prendê-lo. Infelizmente, dentre muitos pedidos para soltá-lo, recebi o do proprietário do Seringal "*Primavera*", pessoa conceituada, e acedi.

Na noite de 17 para 18 recebi um aviso do piquete, dizendo-me que o inimigo se achava em "*Missão*", em grande número e guiado por Antonio, o português, a quem em má hora eu havia soltado.

Tinha apenas comigo 63 homens, mas com eles marchei à meia noite na esperança de compensar a diferença de número com uma emboscada que lhes pretendia fazer, a uma hora de viagem da "*Empresa*" onde chegamos às 05h30.

Imagem 31 – Volta da Empresa

Contra a suposição de todos, inclusive a minha, os bolivianos, apesar de estarem em terreno completamente desconhecido, haviam marchado toda a noite, guiados por Antonio, o português, de forma que, ao romper do dia, se emboscaram no campo da "*Volta da Empresa*", onde nós, ao entrarmos, recebemos em cheio a primeira descarga em pleno campo.

Apesar de serem todos recrutas, a confusão não se estabeleceu entre nós. Com dificuldade, mas com alguma presteza, consegui estender linha, que dificilmente conseguiu manter-se devido à falta de prática dos meus soldados, que a cada passo se agrupavam.

Cada soldado dos nossos tinha somente 50 tiros, munição bastante para um revolucionário previdente, insignificante, porém, para eles, que atiravam a torto e a direito, parecendo querer matar o inimigo com os estampidos.

Ainda assim o inimigo foi contido durante uma hora e cinco minutos, segundo observação dos vizinhos. Extinta a munição, a derrota pronunciou-se por nós, a despeito do esforço que fiz para evitar o desastre.

Vinte e dois mortos deixamos no campo, dez feridos recolhemos e uns seis fugiram. Esta foi a estreia. Seguimos para a Empresa a reunir alguns companheiros dispersos. O inimigo, apesar de se achar a tiro de fuzil, não nos perseguiu, pois também teve as suas arranhaduras – 10 mortos, inclusive um Capitão, e oito feridos.

Depois do meio dia, deixei o prisioneiro José Maria da Rocha Neves com o farmacêutico e algumas praças para descerem com os feridos e segui com o pessoal restante para "*Liberdade*", onde encontrei tudo deserto; o próprio dono da casa, tomado de terror, fugira com a família. Recolhi a bagagem e víveres e desci com destino a "*Bagaço*", onde pretendia reorganizar as minhas forças. Em caminho encontrei, de descida também, um reforço de 30 homens, reunidos às pressas pelo Coronel Hyppólito Moreira, Major José Antônio e Tenente Antônio Coelho.

À noite chegamos à "*Baixa Verde*", onde pernoitamos, e no dia seguinte a "*Bagaço*". Observei que das minhas forças, parte estava vestida de azulão e parte de roupa clara e que no combate à mortalidade fora quase que somente entre estes. O caso era para ser levado em consideração, tanto mais que o fogo fora feito à queima roupa, a uma distância de 50 a 120 metros, em que se distinguem as próprias fisionomias. Resolvi, por isso, vestir os soldados com uniforme azul e o consegui em poucos dias, graças à boa vontade de todos. Aboli também o galão dos punhos e do boné, consistindo os distintivos em botões de madrepérola no lugar da carcela.

Estas medidas diminuíam o alvo dos nossos soldados e ao inimigo impediam que dele fossem conhecidos os nossos oficiais. Praticamente verifiquei os resultados desejados.

A notícia da nossa derrota correu célere, apavorando os seringueiros e tornando a minha posição por demais difícil, pois por tudo se me responsabilizava.

Os mais entendidos, ou que se julgavam tal, diziam que se eu conhecesse do assunto não teria marchado com 63 homens apenas. Mandei pelas matas dois portadores para o Alto Acre, com correspondência para ser entregue à primeira força que encontrassem de descida, o que deveria acontecer, conforme as ordens que havia dado ao Comandante da guarnição de "*Xapuri*". Nessa correspondência procurei iludir a situação, dizendo que o combate não tinha importância.

A 29 ou 30 de setembro, deixei "*Bagaço*", marchando para "*Panorama*" com 180 homens, mais ou menos, que havíamos reunido. Pretendia com esta gente tentar um decidido assalto ao inimigo, que, segundo me constava, se estava entrincheirando. Ao tempo em que eu marchava para Panorama chegava à "*Boca do Riozinho*" o Coronel Antunes de Alencar [pois já se havia apresentado à Revolução, apesar da sua amizade com os bolivianos] com cento e tantos homens. Aí soube ele, de modo positivo, o desastre de 18 de setembro e desanimou completamente.

Reunindo os oficiais, lhes expôs os fatos com as tintas mais negras, propondo-lhes por fim a dispersão das forças, pois considerava a Revolução abortada, acrescentando:

> – Ainda não fizemos uso das armas e, por consequência, não estamos comprometidos.

O desânimo invadiu o coração de seus comandados e todos teriam fugido naquele momento, se um enérgico protesto do Tenente-Coronel José Brandão e do Capitão Cérvolo não os detivesse.

Logo após estas cenas, chegou ao acampamento do Coronel Alencar um próprio meu, que lhes contou que eu estava com as forças reorganizadas e em marcha para "*Panorama*". Não foram acreditadas as informações do meu emissário, antes foram ouvidas com reserva. Ofereceu-se, então, um moço, por nome Façanha, para ir pessoalmente até onde pudesse colher a verdade inteira, pedindo ao Coronel Alencar que não dispersasse a gente antes de sua volta. Este rapaz foi descendo e, ao chegar a "*Bagé*", soube do administrador deste Seringal o Sr. João Donato, que os bolivianos estavam entrincheirados e que eu, tendo reorganizado as forças, devia talvez achar-me em "*Panorama*". Para certificar-se disto, mandou Donato um "*mateiro*". Façanha voltou à "*Boca do Riozinho*" e aí, com a exposição do que soubera, deu um pouco de ânimo aos companheiros. Pelo "*mateiro*" de João Donato inteirei-me do que se passava, e, incontinenti, mandei o Coronel Alexandrino e o Alferes Plinio, com 30 homens, ao encontro da força da "*Boca do Riozinho*", com ordem de assumir o comando, se possível fosse, e de vir para "*Nova Empresa*". Isto acontecia a 30 de setembro.

Nesse mesmo dia chegou ao "*Riozinho*" o Coronel Alexandrino, deixando o Alferes Plínio de observação em "*Nova Empresa*", com 10 praças. No dia seguinte regressou ele para "*Panorama*", deixando na "*Boca do Riozinho*" todos animados e de marcha para "*Nova Empresa*", dizendo-me, porém, que lá não ficaria. Em matéria de disciplina ninguém entendia.

No dia seguinte, 2 de outubro, deixei-o em "*Panorama*" e fiz a mesma marcha com 25 homens, contornando "*Empresa*" e chegando à "*Nova Empresa*", onde organizei a força que ali se achava. Fiz seguir comigo para "*Panorama*" todos aqueles cuja presença na força do Coronel Alencar embaraçava a disciplina.

Nessa ocasião, o Coronel Alencar e o Tenente-Coronel Gastão de Oliveira, tomando a palavra, em nome dos seus comandados, me aclamaram General. Não aceitei tal aclamação, que, além de inútil, criava um mau precedente de promoções por pronunciamentos. Determinei que o ataque às forças bolivianas na "*Volta da Empresa*" se faria a 5 de outubro e deixei em mão do Coronel Alencar o plano de combate, escrito e desenhado. Regressei a "*Panorama*" e no dia cinco atacávamos a "*Volta da Empresa*", simultaneamente pelo lado de cima e pela retaguarda. Estando marcado o combate para as 10 horas da manhã, no momento em que o inimigo deveria estar descansando da formatura, tal não aconteceu, porque o Coronel Alencar mandou, às 09h30 atirar em uma sentinela inimiga, o que muito alterou o resultado, pois não pode o inimigo ser colhido de surpresa.

Empenhou-se o combate, sendo em pouco tempo tomadas duas trincheiras inimigas. À tarde a nossa posição de sitiantes já era bem definida, mas o inimigo estava bem defendido, pois, além das valas, ainda tinha por fora uma cerca de arame farpado, que impedia qualquer assalto. Por nossa parte estava em franca operação o trabalho de sapa, mas só depois de 11 dias de lutas pudemos, por meio de valas abertas em curvas reversas contra os aramados, chegar junto das trincheiras inimigas e obrigar o Coronel Rojas a entregar-se com seus comandados, que seriam apenas 150.

Os outros, em número de 30, haviam morrido. Neste combate verifiquei o ótimo resultado do sistema de fardamento que havia adaptado. Em seguida fiz marchar para "*Capatará*" os Coronéis Alexandrino e José Brandão, com as forças; eu desci com 60 homens, conduzindo prisioneiros, que deveriam baixar para Manaus.

Em "*Caquetá*", acima da linha Cunha Gomes, acampei com eles e deixei que se correspondessem com os seus patrícios de "*Porto Acre*". Depois acompanhei-os até o Antimarí. De regresso, em "*Caquetá*" à noite, recebi um ofício do Comandante da guarnição de "*Bom Destino*", comunicando-me que ali chegara o Comandante da guarnição de "*Xapuri*", em companhia de vários oficiais. Pela manhã do dia seguinte marchei para "*Bom Destino*", onde cheguei à tarde. Soube do Coronel José Galdino que ele havia abandonado o seu posto em "*Xapuri*", em virtude de uma carta que recebera do Coronel Rodrigo de Carvalho, pedindo-lhe que viesse, porque o Comandante em chefe se achava à morte e era preciso substituí-lo.

Na verdade me achava muito doente, mas o caso era outro: entrara nele a perfídia, pensavam que com a vitória da "*Volta da Empresa*" a guarnição boliviana de "*Porto Acre*" se entregaria e, nesse caso, eu, excluído por doença ou por morte, daria lugar a que pleiteassem o Governo do Acre, que era o sonho do Coronel Alencar, estando comprometidos a isso o Coronel Rodrigo de Carvalho e o Sr. Gentil Norberto, que a esse tempo ainda andava por fora, em dissidência, José Galdino era apenas o instrumento do plano.

Fiz este subir novamente o Acre comigo, até "*Capatará*" e aí lhe dei ordem para que fosse ocupar o seu posto em "*Xapuri*".

Com a pequena força que trazia, reuni-me às forças que se achavam no "*Iquiri*". Ali cheguei a 4 de novembro, e a 15, para comemorar o aniversário da República brasileira, enfeitamos o acampamento com as mais variadas palmeiras e parasitas, e marquei uma parada para as 10 horas da manhã, para revista geral das forças.

Terminava a revista, quando me chegou um aviso urgente de que o inimigo vinha a, cinco horas de viagem, procedente de "*Santa Rosa*", no Abunã. Destaquei imediatamente 100 homens e com eles marchei, dando ordens para seguir o resto das forças por frações. Três dias depois atacávamos a coluna boliviana de "*Santa Rosa*" e com franco sucesso. Nesse dia faziam dois meses que havíamos sido derrotados no primeiro combate, em "*Volta da Empresa*".

Nesse mesmo dia, 18 de novembro, antes de começar o fogo, estando eu em um reconhecimento, acompanhado de quatro oficiais, uma sentinela inimiga emboscada deixou-me passar e a mais três oficiais, fazendo fogo contra o último, que, apesar de minhas ordens, ainda não havia reformado o fardamento e tinha galões nos punhos. A sentinela o tomou pelo chefe. O combate de "*Santa Rosa*", que durou muitas horas [das 4 horas da tarde às 9 horas da noite], terminou por um vasto incêndio, que ateamos às casas e trincheiras inimigas.

A 20 segui com toda a força reunida, 400 homens, com destino à "*Palestina*", no Rio Orton. Dois dias depois, chegando ao Coricon-Vial, ali acampamos. Momentos depois, uma dolorosa surpresa: chega-se a mim o Cel Alexandrino que, em nome dos oficiais, me pede que não os leve assim para a Bolívia, onde não poderiam saber o fim que os aguardava e dizendo-me que a fome já se fazia sentir.

Cheio de esperança e de fé, eu não podia me conformar com a volta naquele momento, pois na nossa marcha íamos encontrar fatalmente a vitória da Revolução. Mais tarde soube que esse oficial mesmo era quem concitava os outros a voltarem, dizendo-lhes que morreriam todos, como se quem vai à guerra vá procurar abrigar-se da morte.

Entretanto, voltei, depois de destruir a ponte de Coricon-Vial e, rapidamente, marchei para "*Iquiri*", fui a "*Capatará*", de onde segui na mesma noite para daí fazer seguir a força para "*Itu*", ali chegando pela manhã.

Na tarde desse mesmo dia segui com uma força, por terra, para "*Soledade*", e por água mandei outra, sob o comando do Coronel Alexandrino. Com 72 horas de marcha cheguei a este porto. Daí, unindo-me com a força que viera por água, segui para o "*Xapuri*", onde fizemos uma grande revista. No dia 4 de dezembro seguimos com trezentos homens para "*Costa Rica*", no Tauamano.

A 10 demos combate ao inimigo, derrotando-o completamente. Este se compunha de 100 homens e o combate durou apenas 35 minutos, terminando com avultadas perdas nas forças contrárias. Destruímos trincheiras e casas e regressamos a "*Xapuri*". Levamos em redes oito homens feridos, inclusive um Capitão. De "*Xapuri*" marchamos com quatrocentos homens para o Barracão Santa Cruz, no Alto Acre, onde diziam achar-se uma numerosa força boliviana.

Encontrando apenas vestígios do inimigo, resolvi a marcha novamente para o Tauamano, a fim de atacar "*Porvenir*". Só existia um prático de tal caminho, um italiano, Ernesto, mas este homem tomou-se de tanto pavor que não conseguiu acertar o caminho.

Segui para o Igarapé do Bahia a fim de por ali entrar em "*Porvenir*", mas em caminho recebi comunicação de "*Bom Destino*" dizendo que os navios mercantes já começavam a chegar a "*Caquetá*". Urgia, portanto, descer, e assim o fiz. Nos primeiros dias de janeiro, as nossas forças se achavam em "*Bom Destino*", "*São Jerônimo*" e "*Caquetá*".

Neste porto fiz várias compras aos comandantes dos navios e iniciei o sítio de "*Porto Acre*". Mandei abrir um varadouro contornando o terreno onde se deveria ferir o combate.

No dia 13, achando-se tudo pronto, marquei o combate para o dia seguinte, às 10 horas da manhã. Oficiei ao Governador boliviano, em "*Porto Acre*", oferecendo-lhe o nosso hospital de sangue para nele serem recolhidos e tratados os feridos. Respondeu-me em linguagem descortês, recusando o meu oferecimento ([243]). Às sete horas da noite ocorreu um desastre em nossas forças.

Ao partir do ponto em que se achava o comando em chefe [ao Sul da linha Cunha Gomes], uma lanchinha, rebocando um batelão com 60 homens, este adernou. Teriam todos morrido afogados se não fossem as prontas providências que dei no momento e o auxílio que recebemos das tripulações dos navios ali fundeados. Felizmente a noite era de claro luar. Apenas morreram quatro homens. Às 11 horas da noite suspendi a ordem do ataque que estava marcado para o dia seguinte.

A 14, em pessoa, distribui as forças nas posições que deveriam ocupar, para partirem para o combate. Acampei acima de "*Porto Acre*" com o Batalhão "*Independência*", sob o comando do bravo e leal Cel José Brandão. Neste dia se me apresentou o Dr. Gentil Norberto, dizendo querer entrar em combate, disposto a cumprir todas as ordens que eu lhe desse. Coloquei-o como meu ajudante.

---

[243] El dia 14, Plácido tuve la galanteria de anunciar oficialmente al delegado Romero su próximo ataque al puerto y proponerle una sola ambulancia en la colecturia de Caquetá para la assistencia de los feridos de ambas partes. Lo que no aceptó Romero. [Resumen Histórico de la Campañas del Acre, 1899-1903 – Colonel Manuel J Vásquez Benjamin Azcui]

Às 9 horas do dia 15 de janeiro rompemos as hostilidades e às 2 horas da tarde já ocupávamos posições em campo aberto a 120 metros das trincheiras inimigas. As nossas perdas nesse dia subiram a 50, entre mortos e feridos. A sede nos devorava.

Na noite de 15 para 16 foi tal o trabalho de sapa e de abastecimento às linhas, que, ao amanhecer, todas as nossas forças estavam entrincheiradas e abastecidas de víveres e água, sendo esta acondicionada em sacos "*acauchados*" ([244]).

Urgia que fizéssemos descer o navio "*Independência*", a cujo bordo tínhamos borracha, com a qual devíamos comprar munições. O Coronel Alencar foi encarregado da missão de forçar a passagem de Porto Acre. Os bolivianos, plagiando Humaitá ([245]), tinham colocado uma corrente para vedar a passagem. Uma das extremidades dessa corrente, porém, estava em terreno que já havíamos conquistado. Entretanto, foi dificílimo cortar essa corrente.

Não faltaram "*entendidos*" que dissessem ser impossível a passagem do navio.

Isto muito impressionou o Coronel Alencar, que, devendo achar-se na véspera do dia marcado para a passagem em uma volta acima de Porto Acre, deixou-se ficar em "*São Jerônimo*", pedindo-me dali dispensa do comando, por se achar doente do fígado e desconfiado de estar atacado de pneumonia.

---

[244] Acauchados: revestidos com a goma elástica (borracha).

[245] Guerra da Tríplice Aliança: O complexo defensivo da Fortaleza de Humaitá, no Rio Paraguai, na área terrestre, era constituído de muros e casamatas fortemente artilhadas e, no leito do Rio, por minas e três grossas correntes de ferro que impediam a navegação no trecho dominado pela Fortaleza.

A este conjunto confuso de enfermidades nas ocasiões de grandes lances, eu costumo chamar "*cagacite aguda*", não sei se com propriedade ou não. Dispus, então, as forças em terra e fui para bordo do "*Independência*", a fim de forçar a passagem na manhã do dia seguinte. Levei comigo uma força de infantaria de cinquenta homens e a dispus, 25 homens em um bordo e 25 no outro ([246]), comandados por dois subalternos.

Estas forças ficaram bem entrincheiradas, assim como eu e o meu ajudante de ordens, Capitão Antônio de Souza Coelho, que ficamos no meio da praça de armas, no momento da passagem. Pela madrugada vi, com grande espanto, a bordo, o Coronel Rodrigo de Carvalho. Perguntando-lhe o que fazia, respondeu-se:

–Também quero glórias.

Pensei comigo que alguma cousa de extraordinário se passava naquela criatura efeminada, que não podia ouvir o sibilo das balas e que ali estava para passar por entre um chuveiro delas, pois o convés do navio seria varrido pela fuzilaria inimiga.

Às 6 horas da manhã, colocados todos nos seus postos, verificado o entrincheiramento da casa das máquinas, feito com 30.000 kg de borracha, mandei suspender ferro. O Coronel Rodrigo de Carvalho não foi encontrado a bordo. A passagem foi feita garbosamente, debaixo de uma estrondosa salva de balas. Belo aspecto apresentavam as linhas sitiantes e sitiadas, formando duas curvas concêntricas de fumo.

---

[246] Bordos: bombordo e boreste.

Passado o perigo e quando o "*Independência*" já navegava no "*estirão"* abaixo de "*Porto Acre*" saiu o Cel Rodrigo de Carvalho da casa das máquinas, onde estivera durante toda a manhã, abrigado abaixo da linha d'água. E de bordo era quem mais entusiasmado agradecia as saudações das nossas forças.

Na manhã do dia 23 de janeiro foi hasteada a bandeira branca nas trincheiras bolivianas. Cessou o fogo, e ao acampamento do Comandante em Chefe acreano veio conferenciar o Sr. Moysés Santivañez, que, em nome de D. Lino Romero, Delegado do Governo da Bolívia, propôs a suspensão das hostilidades, a fim de serem enterrados os mortos. Compreendendo que outra era a sua intenção, pois não se compreendia que estando entrincheirados, não pudessem enterrar os seus mortos, respondi-lhe:

> – Neste momento estamos discutindo a sorte dos vivos e mais tarde trataremos dos mortos, que não ficarão insepultos.

O meu Quartel-General era em um ponto muito accessível às balas e distante das trincheiras inimigas apenas 300 m. Acontecia, porém, que esse lugar estava mascarado por muitas bananeiras, e eu podia, sem ser visto, ver comodamente o inimigo de muito perto.

Durante a conferência com o Sr. Santivañez, notei que ele examinava atentamente o local e olhava insistentemente para as suas trincheiras, talvez admirado de me achar ali a cômodo, sem ser hostilizado. Fracassada a sua missão, regressou ele às suas trincheiras, mas apenas nos deu as costas fiz retirar dali o meu acampamento para outra posição bem abrigada. Ao prosseguirem as hostilidades, notei que não fora em vão que o Sr. Santivañez havia estudado a posição em que me achava, pois as bananeiras foram varridas a bala.

O fogo recrudesceu de parte a parte; era tão intenso como no primeiro dia do combate. Caiu a noite e com ela não se acalmaram os combatentes – as estrelas e a límpida lua, que tanto encanto nos dão, iluminavam as cabeças humanas acima dos bordos das trincheiras, descobrindo magníficos alvos.

Na manhã seguinte, novamente foi hasteada a bandeira branca no acampamento inimigo, pedindo momentâneo descanso. Aquela bandeira branca àquela hora não podia enganar – era a rendição.

Apresentou-se-me novamente o Sr. Santivañez porém, desta vez, propondo-me a capitulação sobre as bases que em nome do delegado do Governo boliviano, me apresentava.

Era uma serie de cláusulas inúteis e uma muito ofensiva aos nossos brios, em que nos comprometeriamos a respeitar as famílias. Respondi-lhe oferecendo-lhe garantia de vida a todos os bolivianos e passagem até Manaus. Caso não lhes agradasse essa proposta, era inútil proporem outra; e podiam prosseguir as hostilidades, pois não havia tempo a perder. Veio, então, ao meu acampamento D. Lino Romero, que me declarou aceitar as condições que lhe propusera. Oferecendo-me que escolhesse o local em que deveria ser lavrada a ata de capitulação, escolhi a sua trincheira principal.

Depois de dar as ordens aos meus comandados, para ali segui com D. Lino Romero, levando comigo apenas o meu corneteiro. Ao penetrarmos as trincheiras bolivianas, fui apresentado por D. Lino Romero aos oficiais superiores e, no momento em que cumprimentei o Coronel Ruiz, disse-me este:

–Pero V. es muy joven.

Ao que lhe respondi delicadamente:

–É a idade mais adequada às aventuras da guerra.

Dado começo ao trabalho, lavrei a ata em português e o Dr. Santivañez a traduziu para o espanhol e a deu ao delegado do Governo boliviano e aos oficiais superiores. Perguntando D. Lino Romero ao Coronel Ruiz se tinha alguma coisa a acrescentar, disse este:

–Hay que nombrar la bravura de ambas las partes.

Ao que lhe respondi:

–De nossa parte não houve bravura, mas estou pronto a aceitar a menção da bravura das forças inimigas.

D. Lino Romero, porém, disse que julgava desnecessário, visto serem bastante eloquentes os dias da resistência. Foi a ata por todos assinada. A força boliviana formou toda e a entrega das armas começaria pelos oficiais superiores.

Disse eu a D. Lino Romero que o nosso ideal era a emancipação do Acre e que a cerimônia da entrega da espada do vencido, conquanto fosse um ato muito apetecido pelos grandes exércitos, não nos confortava o coração, porque era um ato que aumentava o infortúnio daqueles já infortunados pela derrota. Tomou então a palavra o Dr. Romero e agradeceu-me em nome de seus companheiros em belíssima oração. Ao cair da noite, o "*Independência*" tinha a bordo todos os prisioneiros.

Os combatentes que sobreviveram ao combate foram, entre militares e civis, bolivianos e estrangeiros, quatrocentos e poucos, e os sitiantes 670 quando se iniciou o sítio.

Não sei, de memória, quantos teriam, sobrevivido. Havia nessa ocasião pouca água para os navios subirem o Acre.

No dia 25 organizei a alfândega com pessoal da Revolução. Despachamos nesse mesmo dia alguns navios.

A 26, por ocasião de uma revista geral passada às nossas tropas, no planalto de "*Porto Acre*", o Dr. Baptista de Moraes tomou a palavra da sacada de uma casa e, em nome de todos os oficiais combatentes da Revolução e dos civis presentes, aclamou-me Governador do Acre e Comandante em chefe das forças.

Nesse mesmo dia ficou o Governo organizado com três ministérios – o da Fazenda, ocupado pelo Coronel Rodrigo de Carvalho, que tinha grande prática de assuntos aduaneiros, e os da Guerra e Justiça, acumulados pelo próprio Governador. O primeiro decreto, expedido nesse mesmo dia, adotava a língua portuguesa como a oficial do estado e reconhecia as propriedades e posses de terras ocupadas. Por decreto foram fixados os limites do novo estado, foi licenciada por trinta dias mais de metade da força, o que mais tarde verifiquei ter sido um grande erro.

Soubemos então que o Brasil mandara ocupar o Acre, ao Norte do Paralelo 10°20'. Fiz seguir o Coronel Brandão com quatrocentos homens para "*Xapuri*" no "*Independência*". Atacado de violenta febre, fiquei em "*Porto Acre*".

Em março segui para "*Xapuri*" e me dispunha a ir novamente ao "*Tauamano*", quando tive notícia de que por aqueles dias chegariam ao Acre as forças do Exército Brasileiro.

Deixando em "*Xapuri*" o Coronel José Brandão, desci para "*Porto Acre*", a fim de receber o General brasileiro, que era o Sr. Olympio da Silveira.

Recebi-o da melhor forma. Deu-me a ler alguns jornais do Rio pelos quais soube que vinha ele assumir o Governo do Acre por nós conquistado; entretanto, pessoalmente nada me disse. Passando por "*Porto Acre*" não se quis deter, mas em data de 2 ou 3 de abril publicou uma proclamação, dizendo assumir o Governo daquela região.

Fingindo não compreender o quanto aquele ato ofendia a minha autoridade, baixei um decreto entregando-lhe aquela parte do território, transferindo o meu Governo para "*Xapuri*" e a alfândega para "*Capatará*".

Todo o Exército Brasileiro ali estava raivoso contra mim; dia e noite murmuravam os oficiais, como bem ensaiadas carpideiras; uns diziam que por minha culpa estavam ali sofrendo, outros se queixavam por haver deixado as suas famílias, outros ainda, como o Major Alcino Braga diziam:

–Isto é ultraboliviano.

Transformaram-se em professores da Constituição e começaram sem o menor escrúpulo, a implantar a indisciplina, que os caracterizava, entre os meus soldados, dizendo-lhes que eu era paisano [cidadão era para eles sinônimo de cachorro] e, como tal, os não podia comandar e muito menos os obrigar ao serviço militar, e que se fossem queixar ao General Olympio, que daria providências.

Entretanto, esse Exército não tinha serviço de observação e reconhecimento. O seu acampamento era o atestado da inépcia dos seus chefes. As bocas de fogo estavam voltadas para o Rio, que era navegado por embarcações nacionais, e com as culatras para o varadouro que conduzia à Bolívia, distante apenas 50 metros.

Segui, pois, para "*Xapuri*", a fim de prosseguir na campanha. Ao chegar à "*Empresa*" fui falar ao General Olympio, visto me haver ele comunicado que o General Pando atravessara o Abunã. Não tinham fundamento as informações que lhe haviam dado. Perguntou-me por que eu não esperava qualquer solução por parte do Governo brasileiro, ao que lhe respondi que, não tendo certeza dessa solução, eu ia invadir a Bolívia novamente pelo "*Tauamano*", para levar ao inimigo a perturbação que ele nos traria se invadisse o Acre Meridional.

Estávamos em abril; nessa mesma noite segui viagem a bordo de um navio de Martins Ribas & C., que trazia carga para a Revolução. Em "*Benfica*" fi-lo descarregar no dia seguinte [Sexta-Feira da Paixão], seguindo viagem em lancha da Revolução.

Ao chegar a "*Iracema*" tive comunicações de "*Caramano*", onde tinha força em observação sob o comando do Major Salinas. Fiz seguir o piquete que estava em "*Iracema*", conjuntamente com outro postado ali perto e preparei-me para fazer a invasão por "*Porto Rico*", onde eu previa deviam subir as forças do General Pando. Parti a todo o vapor para o "*Xapuri*", fazendo baixar por "*Boa Fé*", próximo de "*Iracema*", toda a guarnição de "*Xapuri*" bem como o batalhão que se achava próximo ao Igarapé da Bahia [batalhão acreano, sob o comando do Tenente-Coronel Xavier].

Com esta força, que foi paga de víveres para cinco dias, acondicionados em jamachis ([247]) e em alguns cargueiros, segui para "*Gironda*", tendo feito seguir na frente o Major Daniel Ferreira com 50 homens, com ordem de assumir o comando da vanguarda.

---

[247] Jamachis: espécie de mochila feita de cipó e de taquara; usada naquelas paragens. (CASTRO)

Chegando eu à "*Gironda*" rompia a vanguarda fogo contra "*Porto Rico*", que logo é sitiado com forças que enviei.

Fiz seguir também o piquete de descoberta para "*Lisboa*". Dispus tudo e baixei com o resto das forças no dia seguinte, a fim de dar o assalto a "*Porto Rico*". Já estávamos com quatro dias de fogo e o inimigo começava a enfraquecer. Pela manhã, quando fazia o Coronel José Brandão seguir para "*Porto Rico*" com as forças, recebi comunicação do General Olymplo da Silveira, em ofício que me entregou o Major Gomes de Castro, de que fora assinado o "*modus vivendi*" entre o Brasil e a Bolívia, de cujo conteúdo fui inteirado.

Durante todo esse dia a luta fora encarniçada em "*Porto Rico*", prolongando-se pela noite a dentro. Em presença do Maj Gomes de Castro imediatamente dei contraordem às forças do Cel Brandão e mandei este descer a toda a pressa em canoa até "*Porto Rico*", com ordem de suspender as hostilidades.

O Cel Brandão chegou à noite a "*Porto Rico*", e quando pela manhã do dia seguinte se dispunha a comunicar ao inimigo o "*modus vivendi*", este levantou bandeira branca para o mesmo fim. O Gen Pando fazia a mesma comunicação em ofício assim endereçado: "*Al Comandante de las tropas que atacan Puerto Rico*". O Maj Gomes de Castro, no dia seguinte, levou a minha resposta ao Gen Olympio.

Chegou ao meu acampamento também o Alferes Azevedo Costa, do 36°, que trazia um ofício do Gen Olympio para o Gen Pando, ofício em que, segundo informou o referido Alferes, aquele propunha a este uma conferência. O dito Alferes adiantou-se logo em comunicar aos bolivianos que dentro de três dias o Gen brasileiro ali estaria.

Regressando do acampamento inimigo o tal Alferes se mostrou muito penhorado com o tratamento que recebera. Dizia que não pensava que o Gen Pando o tratasse tão bem, pois *até "lhe tinha dado barraca*". Seria possível que este oficial, portador do ofício do Gen brasileiro, pensasse em ser recebido a cacete?

Não duvido. Os bolivianos diariamente, desde então, me perguntavam pelo Gen brasileiro, que não vinha. Para furtar-me a vergonha daquelas perguntas, motivadas pelas informações do Alferes, resolvi ir ao Acre falar ao General Olympio, o que fiz em menos de três dias. Em caminho encontrei um oficial boliviano que, passando pelos nossos acampamentos, se dirigia a "*Porto Rico*". Perguntei-lhe com que licença ia ele atravessando um caminho estratégico que acabávamos de abrir, ao que um oficial acreano, que o acompanhava, respondeu-me que com ordem do General Olympio [Grande perfídia!].

Ao chegar ao Acre, em "*Boa Fé*", não encontrei o General Olympio, que havia baixado para "*Empresa*". Estavam sofrendo fome as nossas forças no Tauamano, onde nos alimentávamos de milho seco e aipim, pelo que dei ordem ao ajudante General do Exército acreano, que fizesse reunir todos os muares existentes na vizinhança e os enviasse com víveres para "*Gironda*".

Um proprietário recusou-se a cumprir estas ordens, já estimulado pelos oficiais do 2° Batalhão, que o Gen Olympio fizera acampar em "*Boa Fé*", minha base de operações. Esses oficiais estimularam os meus soldados à desobediência. Por minha ordem foi preso o tal proprietário, que era um João Costa, pelo ajudante-General e recolhido à guarda da força.

O General Olympio estava na "*Empresa*" e eu já no "*Tauamano*", de regresso.

Os oficiais do 27° Batalhão do Exército, sob o comando do Major Carneiro, foram tirar o preso, que na confusão se evadiu. Os poucos soldados acreanos, feridos pela indisciplina que lhes sugeriam os oficiais do Exército, dividiram-se. Uma parte deles continuou a acatar as ordens dos oficiais acreanos e a outra parte passou para o acampamento do 27° Batalhão.

O Comandante do 27° imediatamente oficiou ao General Olympio, relatando os acontecimentos da forma que lhe convinha. O General Olympio chega e, sem se entender com o Ajudante-General do Exército Acreano, manda formar incontinenti o 27° batalhão, e, com a brutalidade que lhe é peculiar, cercou a casa em que se achava, o meu Ajudante-General e o Quartel-Mestre-General e os prendeu, injuriando-os com o epíteto de assassinos. Em seguida mandou tomar conta da flotilha acreana, cujas bandeiras foram arriadas.

Vários oficiais meus foram presos e metidos em barraquinhas de campanha, sob a guarda de um sargento. O meu ajudante de ordens que estava licenciado, foi também conduzido a uma dessas barraquinhas e todos postos de sentinela à vista.

A covardia desses Alferes de infantaria espalhou logo o boato disparatado de que eu ia atacar o acampamento do 27° e, ao que diziam, era preciso tomar os varadouros. Infelizes! Um dos meus oficiais, Clynio Brandão, que assistiu ao início de todas essas cenas, caminhando noite e dia a pé, chega a "*Tauamano*" e me avisa de tudo.

Recebi este oficial às 12 horas da noite e à uma hora em ponto estava em marcha com trezentos homens, para o Acre, deixando o Coronel Brandão à frente das forças de "*Porto Rico*".

No dia 11 de Maio cheguei ao "*Ina*", onde encontrei um comboio. Vi logo que o comboeiro sabia de muita coisa. Fi-lo prender e o interroguei, confessando-me tudo que lá fora se dizia.

Acampei para a refeição e seguimos à noite. Às 6 horas, mais ou menos, o meu piquete da vanguarda assinalou a presença de força.

Feito o reconhecimento, verificou-se ser uma força de infantaria comandada pelo Tenente Veríssimo. Parte dessa força era de linha e parte de acreanos que para ela se haviam passado.

O General Olympio, na suposição de que eu não viesse com força, mandou-o para me prender. O Tenente não soube explicar-se e, em lhe dizendo eu qual a sua verdadeira comissão, negou peremptoriamente, sob a sua "*palavra de oficial do Exército*".

À noite continuei a marcha, este oficial regressou também com os seus soldados.

Em chegando pela manhã a um ponto em que o varadouro se bifurca para "*Boa Fé*" e "*Iracema*", fiz a minha força seguir para este lugar e disse ao Tenente que podia seguir para o seu acampamento, levando, porém, uma carta que nesse momento escrevi ao General Olympio, na qual lhe disse que, não compreendendo as razões do seu procedimento, havia resolvido não sair em "*Boa Fé*", minha base de operações, mas em "*Iracema*", onde tomaria, com os meus companheiros, o destino que a situação excepcional, que ele havia criado, me aconselhasse, ficando, porém, ele certo de que quem se tinha assim sacrificado pela Pátria, dificilmente se deixaria enxovalhar.

Os soldados acreanos que acompanhavam o Tenente quiseram acompanhar-me; eu, porém, os fiz voltar com ele ao 27° batalhão, onde deveriam ficar por se haverem tornado indignos de nós. À tarde chegamos a "*Iracema*" e momentos depois ali aportava uma lancha trazendo um Capitão do Exército com este recado do General Olympio:

– O Sr. General manda dizer que está de posse da sua carta e lhe envia esta lancha para que vá ter uma conferência com ele, garantindo-lhe que não será desfeiteado.

Respondi-lhe:

– Diga ao Sr. General que estou de posse do seu recado, que não aceito a conferência e que também não me deixarei desfeitear.

O Capitão regressou.

No dia seguinte publiquei uma ordem do dia, dissolvendo o Exército Acreano, visto o General brasileiro ter invadido o Acre Meridional e assumido clandestinamente o seu Governo, que aliás não estava acéfalo. Todos seguiram armados para as suas casas, e eu baixei com os meus oficiais que desejaram descer. Em caminho vimos, desolados, os armazéns da Revolução entregues ao saque, por ordem do General Olympio. Descemos para Manaus, encerrando desta forma a parte mais profícua da Revolução.

Plácido de Castro (CASTRO)

Bibliografia

A FEDERAÇÃO, N° 183. ***Questão do Acre – O Pomo da Discórdia*** *– Brasil – Porto Alegre, RS – A Federação, n° 183, 08.08.1902.*

A IMPRENSA, n° 221. ***A "Wilmington" - Regresso de Tabatinga – O Comandante Todd - Instruções do Governo Americano*** *– Rio de Janeiro, RJ – A Imprensa, n° 221, Segunda-feira, 15.05.1899.*

A IMPRENSA, N° 807. ***O Acre – Organização da Resistência*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – A Imprensa, n° 807, 17.12.1900.*

A IMPRENSA, N° 809. ***O Acre – A Expedição dos Patriotas*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – A Imprensa, n° 809, 19.12.1900.*

A IMPRENSA, N° 810. ***O Acre – Documento Importante*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – A Imprensa, n° 810, 20.12.1900.*

A IMPRENSA, N° 811. ***Expedição Rodrigo de Carvalho – Prisão de D. Lucio Velasco*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – A Imprensa, n° 811, 21.12.1900.*

A IMPRENSA, N° 813. ***O Acre – Queixas Infundadas – Cassação de Direitos Bolivianos no Acre –*** *Brasil – Rio de Janeiro, RJ – A Imprensa, n° 813, 23.12.1900.*

A IMPRENSA, N° 814. ***A Questão do Acre*** *–* ***Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – A Imprensa, n° 814, 24.12.1900.*

AZEVEDO, Aroldo de. ***Brasil: a Terra e o Homem. As Bases Físicas*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Companhia Editora Nacional, 1964.*

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. ***Dicionário Bibliográfico Brasileiro - 6° Volume*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Conselho Federal de Cultura, 1970.*

BORGES, Antônio Pedro de Carvalho. ***O Império do Brasil na Exposição Universal de 1876 em Filadélfia*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Tipografia Nacional, 1878.*

*CASCUDO, Luís da Câmara. **Superstição no Brasil** – Brasil – Belo Horizonte, MG – Editora Itatiaia, 1985.*

CASTRO, Genesco de Oliveira. O Estado Independente do Acre e J. Plácido de Castro: Excertos Históricos – Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Tipografia São Benedicto, 1930.

*CAVALCANTE, Rogério. **Manoel Urbano, Ontem e Hoje** – Brasil – Rio Branco, AC – Editora do Autor, 2014.*

*CDM, n° 270. **Acre e Azedo** – Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Correio da Manhã, n° 270, 11.03.1902.*

*CDM, n° 966. **Francisco Mangabeira** – Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Correio da Manhã, n° 966, 03.02.1904.*

*CDR, n° 49. **Um Novo Poeta Baiano** – Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Cidade do Rio, n° 49, 23.11.1897.*

*CDR, n° 51. **Um Novo Poeta Baiano** – Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Cidade do Rio, n° 51, 25.11.1897.*

*CDR, n° 52. **Um Novo Poeta Baiano** – Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Cidade do Rio, n° 52, 26.11.1897.*

*CDR, n° 54. **Um Novo Poeta Baiano** – Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Cidade do Rio, n° 54, 29.11.1897.*

*CDR, n° 56. **Um Novo Poeta Baiano** – Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Cidade do Rio, n° 56, 01.12.1897.*

*CDR, n° 59. **Um Novo Poeta Baiano** – Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Cidade do Rio, n° 59, 04.12.1897.*

*CDR, n° 64. **Um Novo Poeta Baiano** – Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Cidade do Rio, n° 64, 10.12.1897.*

*CDR, n° 135. **A Fé Americana** – Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Cidade do Rio, n° 135, 07.06.1899.*

*CDR, n° 151. **Telegramas - Serviço Especial da Cidade do Rio** – Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Cidade do Rio, n° 151, 26.06.1899.*

*CDR, n° 176. **Cuba Livre** – Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Cidade do Rio, n° 176, 23.04.1898.*

COINTE, Paul Le. ***O Estado do Pará: a Terra, a Água e o ar; a Fauna e a Flora; Minerais*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Companhia Editora Nacional, 1945.*

COSTA, João Craveiro. ***A Conquista do Deserto Ocidental: Subsídios para a História do Território do Acre*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Companhia Editora Nacional, 1940.*

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, N° 144. ***O Acre*** *– Brasil – Recife, PE – Diário de Pernambuco, n° 144, 01.07.1903.*

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, N° 204. ***Ontem e Hoje*** *– Brasil – Recife, PE – Diário de Pernambuco, n° 204, 07.09.1902.*

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, N° 249. ***A Conquista*** *– Brasil – Recife, PE – Diário de Pernambuco, n° 249, 31.10.1902.*

DINIZ, Almachio. ***Francisco Mangabeira*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Tipografia da Escola Profissional, 1929.*

DOE, n° 1539. ***Canhoneira "Wilmington"*** *– Brasil – Manaus, AM – Diário Oficial, n° 1539, 25.03.1899.*

EDUARDO PRADO. ***A Illusão Americana*** *– França – Paris – Editora Armand Colin et Cie, Éditeurs – Libraires de la Société des Gens de lettres, 1895.*

GDN, N° 127. ***A Questão Acreana*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Gazeta de Notícias, n° 127, 07.05.1902.*

GOYAZ, N° 757. ***Notícias – O Acre*** *– Brasil – Goiânia, GO – Goyaz, n° 757, n° 757, 21.03.1903.*

GOYCOCHÉA, Luís Felipe de Castilhos. ***Fronteiras e Fronteiros*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Companhia Editora Nacional, 1943.*

HARTT, Charles Frederick. ***Geologia e Geografia Física do Brasil*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Companhia Editora Nacional, 1941.*

JAF, n° 379. ***Canhoneira Norte-Americana*** *– Brasil – Manaus, AM – A Federação, n° 379, 25.03.1899.*

JAF, n° 380. ***Almoço*** *– Brasil – Manaus, AM – A Federação, n° 380, 26.03.1899.*

JAF, n° 384. ***Wilmington*** *– Brasil – Manaus, AM – A Federação, n° 384, 30.03.1899.*

JAF, n° 391. ***Protesto*** *– Brasil – Manaus, AM – A Federação, n° 391, 08.04.1899.*

JAF, n° 404a. ***Regresso da "Wilmington"*** *– Brasil – Manaus, AM – A Federação, n° 404a, 23.04.1899.*

JAF, n° 404b. ***Capitania do Porto*** *– Brasil – Manaus, AM – A Federação, n° 404b, 23.04.1899.*

JAF, n° 405. ***O Sr. Chapman Todd*** *– Brasil – Manaus, AM – A Federação, n° 405, 24.04.1899.*

JAF, n° 406. ***A "Wilmington"*** *– Brasil – Manaus, AM – A Federação, n° 406, 26.04.1899.*

JAF, n° 407. ***O Incidente da "Wilmington" - I*** *– Brasil – Manaus, AM – A Federação, n° 407, 27.04.1899.*

JAF, n° 408. ***O Incidente da "Wilmington" - II*** *– Brasil – Manaus, AM – A Federação, n° 408, 28.04.1899.*

JAF, n° 418. ***A "Wilmington"*** *– Brasil – Manaus, AM – A Federação, n° 418, 10.05.1899.*

JCA, n° 002. ***Plácido de Castro*** *– Brasil – Manaus, AM – Jornal do Comércio do Amazonas – n° 002, 04.01.1904.*

JCA, n° 007. ***Estabelecimento de Alfândega no Acre e Outros Rios*** *– Brasil – Manaus, AM – Jornal do Comércio do Amazonas – n° 007, 23.08.1899*

JCA, n° 070. ***A Verdade dos Boatos*** *– Brasil – Manaus, AM – Jornal do Comércio do Amazonas – n° 70, 23.10.1900.*

JCA, n° 100. ***O Mucuripe*** *– Brasil – Manaus, AM – Jornal do Comércio do Amazonas – n° 100, 23.11.1900.*

JCA, n° 102. ***O Acre*** *– Brasil – Manaus, AM – Jornal do Comércio do Amazonas – n° 102, 25.11.1900.*

JCA, n° 123. ***Ecos do dia - Prisões de Brasileiros*** *– Brasil – Manaus, AM – Jornal do Comércio do Amazonas – n° 123, 16.12.1900.*

JCA, n° 409. ***Importante Interview*** *– Brasil – Manaus, AM – Jornal do Comércio do Amazonas – n° 409, 05.03.1899.*

JCA, n° 426. ***A "Wilmington"*** *– Brasil – Manaus, AM – Comércio do Amazonas, n° 426, 25.03.1899.*

JCA, n° 428. ***A Questão com a Bolívia*** *– Brasil – Manaus, AM – Jornal do Comércio do Amazonas – n° 428, 26.03.1899.*

JCA, n° 431. ***A "Wilmington"*** *– Brasil – Manaus, AM – Comércio do Amazonas, n° 431, 02.04.1899.*

JCA, n° 433. ***A "Wilmington"*** *– Brasil – Manaus, AM – Comércio do Amazonas, n° 433, 05.04.1899.*

JCA, n° 451. ***A "Wilmington"*** *– Brasil – Manaus, AM – Comércio do Amazonas, n° 451, 27.04.1899.*

JCA, n° 483. ***O Acordo Bolívio-Americano - Minuta de Paravicini*** *– Brasil – Manaus, AM – Jornal do Comércio do Amazonas – n° 483, 09.06.1899.*

JCA, n° 508. ***A Revolução de Iquitos*** *– Brasil – Manaus, AM – Comércio do Amazonas, n° 508, 14.07.1899.*

JCA, n° 508. ***Ecos do dia - Mouros na Costa*** *– Brasil – Manaus, AM – Jornal do Comércio do Amazonas – n° 508, 14.07.1899.*

JCR, N° 248. ***República Independente do Acre*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Jornal do Commercio, n° 248, 06.09.1899.*

JDB, n° 186. ***Pela Diplomacia - No Consulado Americano - O Comandante da Wilmington*** *– Brasil – Belém, PA – Jornal do Brasil, n° 186, 05.07.1899.*

JDB, n° 196. ***Charge de C. Miragy*** *– Brasil – Belém, PA – Jornal do Brasil, n° 196, 15.07.1899.*

JDR, n° 225. ***O Acre*** *– Brasil – Recife, PE – Jornal do Recife - n° 225, 03.10.1902.*

JOP, n° 388. ***O Banquete Oficial*** *– Brasil – Belém, PA – O Pará, n° 388, 11.03.1899.*

JOP, n° 415. ***A "Wilmington"*** *– Brasil – Belém, PA – O Pará, n° 415, 18.04.1899.*

JOP, n° 425. ***O Caso da "Wilmington"*** *– Brasil – Belém, PA – O Pará, n° 425, 29.04.1899.*

JP, n° 213. ***O Acre*** *– Brasil – Recife, PE – Jornal Pequeno, n° 213, 23.09.1903.*

JR, n° 017. ***Wilmington*** *– Brasil – Belém, PA – República, n° 017, 12.03.1899.*

JR, n° 021. ***O Banquete*** *– Brasil – Belém, PA – República, n° 021, 16.03.1899.*

JR, n° 051. ***Conflito em Manaus - A Canhoneira "Wilmington"*** *– Brasil – Belém, PA – República, n° 051, 16.04.1899.*

JR, n° 053. ***Conflito em Manaus - A Canhoneira "Wilmington"*** *– Brasil – Belém, PA – República, n° 053, 18.04.1899.*

JR, n° 056. ***O Caso da "Wilmington*** *" – Brasil – Belém, PA – República, n° 056, 21.04.1899.*

JR, n° 059. ***A "Wilmington" -*** *Brasil – Belém, PA – República, n° 059, 24.04.1899.*

JR, n° 065. ***Regresso da "Wilmington"*** *–* ***Viagem a Iquitos – A Força de Codajás – Quanto Ganharam os Práticos – A Capitania do Porto de Manaus*** *– Brasil – Belém, PA – República, n° 065, 30.04.1899.*

JR, n° 118. ***O Acre e a "Wilmington"*** *– Brasil – Belém, PA – República, n° 118, 26.06.1899.*

LABRE, Antônio Rodrigues Pereira. ***Rio Purus - Notícia*** *– Brasil – São Luís, MA – M. F. V. Pires, 1872.*

LIMA, Cláudio de Araújo. ***Plácido de Castro, um Caudilho Contra o Imperialismo*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Companhia Editora Nacional, 1952.*

MAGALHÃES, Dr. Olyntho de. ***Relatório Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ, 20.05.1902.*

MANGABEIRA, Francisco. ***O Hostiário*** *– Brasil – Salvador, BA – Imprensa Moderna de Prudêncio de Carvalho, 1898.*

MANGABEIRA, Francisco. ***Tragédia Épica*** *– Brasil – Salvador, BA – Imprensa Moderna de Prudêncio de Carvalho, 1900.*

MANGABEIRA, Francisco. ***Ultimas Poesias [Obra Póstuma]*** *– Brasil – Salvador, BA – Oficinas dos dois Mundos, 1906.*

MELO, Isaac. ***Francisco Mangabeira: Um Poeta Baiano na Revolução Acreana*** *– Site Alma Acreana (https://almaacreana.blogspot.com), 28.02.2011.*

MRE, n° 99. ***N° 99 – XI – Ata De Inauguração de Três Marcos*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Relatório do Ministério das Relações Exteriores, Exposição e Anexo A, 1923.*

O Paiz, n° 7.071. ***Norte do Brazil*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – O Paiz, n° 7.071, 17.02.1904.*

O Paiz, n° 7.110. ***Heróis Acreanos*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – O Paiz, n° 7.110, 27.03.1904.*

OAC, n° 008. ***O Rio Acre*** *– Brasil – Belém, PA – O Apologista Cristão, n° 008, 01.08.1899.*

OCS, n° 007. ***A Questão do Acre*** *– Brasil – Cruzeiro do Sul, AC – Jornal O Cruzeiro do Sul, n° 007, 24.06.1906.*

OCS, n° 008. ***A Questão do Acre*** *– Brasil – Cruzeiro do Sul, AC – Jornal O Cruzeiro do Sul, n° 008, 30.06.1906.*

OCS, n° 009. ***A Questão do Acre*** *– Brasil – Cruzeiro do Sul, AC – Jornal O Cruzeiro do Sul, n° 009, 07.07.1906.*

OCS, n° 010. ***Manifesto dos Revolucionários Acreanos*** *– Brasil – Cruzeiro do Sul, AC – Jornal O Cruzeiro do Sul, n° 010, 15.07.1906.*

*OS ANNAES, N° 79. Pág****inas Esquecidas – O Perigo Americano*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Os Annaes, n° 79, 03.05.1906.*

OS ANNAES, N° 98. ***A Livraria*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Os Annaes, n° 98, 13.09.1906.*

PACOTILHA, N° 42. ***A Propósito do Acre – Revelações de Galvez*** *– Brasil – São Luís, MA – Pacotilha, n° 42, 19.02.1900.*

RPE, n° 001. ***Mensagem Lida Perante o Congresso dos Srs. Representantes em Sessão Ordinária, em 10.07.1899, pelo Exm° Sr. José Cardoso Ramalho Júnior - Governador do Estado*** *– Brasil – Manaus, AM – Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros – Mensagem, n° 001 – Imprensa Oficial, 10.07.1899.*

RUI BARBOSA. ***Cartas De Inglaterra*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Tipografia Leuzinger, 1896.*

RVM, n° 231. ***Chapman Todd*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Revista Marítima Brasileira, Volume 12, n° 231, janeiro a junho de 1992.*

O Rio Amazonas III
(Francisco C. Mangabeira)

[...] Mais além se desdobra em monstruosas curvas,
Encrespa ferozmente as grandes águas turvas,
Arranca uma canoa, e a vai levando já,
Por sobre a correnteza, enganadora e má,
Até que ela se afunda, e, como o adeus extremo,
Vê-se após, à flor da água, abandonado – um remo.
Assim o Rio, em sua heróica estupidez,
Deixa em tudo um sinal de glória ou de revés...
É o Deus onipotente e eterno destas zonas
Este gênio monstruoso e angélico:– O Amazonas,
De que as árvores são esplêndidas galés,
E tem por cortesãos onças e jacarés,
Que empinam a cabeça em meio ao sorvedouro,
Para que o Sol os possa aureolar de ouro
E a terra ama o titão que a fecunda e a destrói,
Como se fora um Deus! Um mártir! Um herói!
Assim, entre o respeito e as orações da mata,
O Rio que, ao luar, é uma cobra de prata
E ao sol, grande réptil de fogo, ouro e rubins ([248]),
Imenso como o céu, reflete-lhe os confins,
E ao chegar no oceano os seus furores dobra.
Ninguém pôde domar a enraivecida cobra
Que pula, curveteia, um tal barulho faz,
Que parece trazer consigo Satanás. [...]
Mas o Atlântico enorme as fauces escancara
E a cobra, mais furiosa, ao inimigo encara,
Põe-se quase de pé, tomba arrancando uns sons,
Que da angústia e do horror tem os terríveis tons.
Cai soberanamente em cima do oceano,
E esboroa-se após num desespero insano.
Estrondando um rugir que vai de norte a Sul.
O mar no inquieto seio ilimitado azul,
Todo o peso do Rio indômito recebe,
E o engole. É um monstro mau que a outro monstro bebe,
Tal um sonho que ainda há pouco era o melhor,
Realizado, desfaz-se ante um sonho maior.

---

[248] Rubims: rubis.